



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JULIANA PADILHA DE OLIVEIRA

**DEFESA DA LAICIDADE E PRÁTICAS ANTIMACHISTAS: ENFRENTANDO OS
CONSERVADORISMOS NA EDUCAÇÃO**

**NITERÓI
2025**

JULIANA PADILHA DE OLIVEIRA

**DEFESA DA LAICIDADE E PRÁTICAS ANTIMACHISTAS: ENFRENTANDO OS
CONSERVADORISMOS NA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Juliana Padilha de Oliveira

Orientador: José Antonio Miranda Sepulveda

NITERÓI

2025

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

048d Oliveira, Juliana Padilha de
DEFESA DA LAICIDADE E PRÁTICAS ANTIMACHISTAS: ENFRENTANDO OS
CONSERVADORISMOS NA EDUCAÇÃO / Juliana Padilha de Oliveira. -
2025.
175 f.: il.

Orientador: Jose Antonio Miranda Sepulveda.
Dissertação (mestrado) -Universidade Federal Fluminense,
Faculdade de Educação, Niterói, 2025.

1. Laicidade. 2. Conservadorismos. 3. Educação. 4.
Gêneros. 5. Produção intelectual. I. Sepulveda, Jose
Antonio Miranda, orientador. II. Universidade Federal
Fluminense. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

JULIANA PADILHA DE OLIVEIRA

**DEFESA DA LAICIDADE E PRÁTICAS ANTIMACHISTAS: ENFRENTANDO OS
CONSERVADORISMOS NA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação em 2025.

Aprovada em 19/05/2025

Banca Examinadora:

PROF.º DR.º JOSÉ ANTÔNIO SEPULVEDA (ORIENTADOR – UFF)

PROF.ª DR.ª DENIZE SEPULVEDA (UERJ)

PROF.ª DR.ª AMANDA ANDRÉ DE MENDONÇA (UERJ/FFP)

NITERÓI

2025

AGRADECIMENTOS

Chegar para agradecer e louvar.

Louvar o ventre que me gerou

[...]

Louvar a água de minha terra

O chão que me sustenta, o palco, o massapê,

A beira do abismo,

O punhal do susto de cada dia.

Agradecer as nuvens que logo são chuva,

Sereniza os sentidos

E ensina a vida a reviver.

Agradecer os amigos que fiz

E que mantém a coragem de gostar de mim, apesar de mim...

Agradecer a alegria das crianças,

As borboletas que brincam em meus quintais, reais ou não.

Agradecer a cada folha, a toda raiz, as pedras majestosas

E as pequeninas como eu, em Aruanda.

Agradecer o sol que raia o dia,

A lua que como o menino deus espraia luz

E vira os meus sonhos de pernas pro ar.

Agradecer as marés altas

E também aquelas que levam para outros costados todos os males.

Agradecer a tudo que canta no ar,

Dentro do mato sobre o mar,

As vozes que soam de cordas tênuas e partem cristais.

Agradecer os senhores que acolhem e aplaudem esse milagre.

Agradecer,

Ter o que agradecer.

Louvar e abraçar!

Maria Bethânia Teles Veloso

Os caminhos que me trouxeram até aqui foram sustentados pelo amor e incentivo de meu pai, Amarildo José de Oliveira, de minha mãe, Valdenice Ribeiro Padilha e de meu esposo, Leandro Grisoni. Por muitos dias, acredito que na maioria deles, foram esses quem mais

acreditaram em mim, mais do que eu mesma. Agradeço e reconheço que sem vocês, eu não teria completado mais essa jornada.

Agradeço de forma especial ao meu esposo, que dividiu o longo e árduo ano de escrita deste trabalho comigo. Escrever e pesquisar são tarefas silenciosas, tão silenciosas que por vezes, se não olharmos atentamente ao nosso redor, pensaremos que estamos fazendo isto a sós. Mas todas as vezes que eu levantava os olhos, via meu esposo preparando mais um café, me acolhendo com carinho, ouvindo minhas elucubrações sobre os possíveis cruzamentos teóricos dos, pelo menos três livros, que eu lia ao mesmo tempo. Agradeço o seu amor, paciência e fé em mim.

Agradeço ao meu orientador José Antonio Sepúlveda, antes mesmo de eu ter um tema, eu sabia quem eu gostaria que me orientasse. Sempre ético, gentil e atencioso o “Zé” foi generoso em cada orientação e em cada reunião do grupo de pesquisa GEPCEB, espaço onde encontrei apoio e incentivo de tantos companheiros de jornada acadêmica. Nossas reuniões quinzenais e estudos sobre os conservadorismos na educação brasileira foram fundamentais para a escrita deste trabalho, que é, portanto, coletivo. Há aqui um pouquinho de cada amigo que compartilhou quinzenalmente as noites de sexta-feira, aprofundando seus conhecimentos e fomentando a ciência e a pesquisa neste país.

Agradeço a professora Denize Sepulveda que me acolheu no grupo GESDI e me apresentou novas leituras e novos compartilhamentos de ideias e pesquisas, bem como novos companheiros para esta jornada.

Agradeço aos amigos que fiz nas disciplinas do mestrado, em especial à minha amiga Celi, com ela dividi cafés, fofocas, risadas, assistimos “Ainda Estou Aqui” no intervalo entre as aulas, e compartilhamos alívios e respiros nas tardes infindáveis e nas longas horas de aulas durante esse processo.

Agradeço a amiga, professora e orientadora de bolsa Maria Cecília que tornou tudo mais fácil, mais leve. Escrevemos trabalhos juntas, apresentamos no REDES, na ANPED, trabalhamos no COLUNI, trabalhamos nas assembleias durante a greve e principalmente sorrimos, fomos felizes, falamos besteiras e encaramos tantos desafios que se puseram à frente de nós.

Agradeço aos amigos que me incentivaram e acreditaram em mim – apesar de mim – Renan, Daniel, Bruna, Mariana, Rayza, Laura, Thamires, Hélio.

Agradeço as minhas PETs, cada uma das linhas escritas em casa, cada um dos livros lidos em casa, foram ao lado de minha cachorrinha Mentira e minha gatinha Pirata. Agradeço a amizade fiel das minhas filhotas que enchem minha vida de um amor tão puro e bom.

Agradeço ter o que agradecer.

Agradeço e abraço tudo o que vier, porque é formidável encarar desafios. É formidável estar viva fazendo aquilo que acredito e amo.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar como a defesa da laicidade pode contribuir para práticas pedagógicas antimachistas, frente ao avanço dos conservadorismos religiosos na educação brasileira. A pesquisa, inserida no contexto do Grupo de Estudos e Pesquisa: Os Impactos do Conservadorismo na Educação Brasileira (GEPCEB), articula vivências profissionais e acadêmicas da autora, marcadas por enfrentamentos cotidianos com discursos conservadores que tensionam a prática pedagógica. A metodologia adotada é qualitativa, utilizando revisão bibliográfica, análise documental de legislações e políticas públicas, além de entrevistas semiestruturadas com professoras, seguindo o método de pesquisa nos/dos/com os cotidianos. Esta abordagem busca valorizar as experiências concretas das educadoras como espaço de produção de conhecimento e resistência. A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro trata da compreensão histórica e conceitual dos conservadorismos, destacando sua transformação desde a oposição à Revolução Francesa até sua aliança contemporânea com o neoliberalismo e sua influência no campo educacional. O segundo capítulo aprofunda a análise sobre o conservadorismo religioso e sua atuação política no Brasil, especialmente na construção da ideia de “ideologia de gênero” e nas campanhas contra políticas educacionais inclusivas. O terceiro capítulo propõe a educação emancipadora como caminho de resistência, a partir de uma perspectiva interseccional, feminista e decolonial, destacando a laicidade como condição fundamental para práticas pedagógicas democráticas e inclusivas. Conclui-se que a defesa da laicidade é imprescindível para o enfrentamento das práticas machistas e conservadoras no cotidiano escolar, promovendo a justiça social e a formação de sujeitos críticos. A escola é apresentada como espaço de resistência e transformação, onde educadoras e educadores podem construir práticas pedagógicas pautadas na diversidade, no respeito às diferenças e na promoção da democracia.

Palavras-chave: Laicidade. Conservadorismos. Educação. Gêneros.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how the defense of secularism can contribute to anti-misogynistic pedagogical practices in the face of the advancement of religious conservatisms in Brazilian education. The research, conducted within the context of the Research Group on the Impacts of Conservatism on Brazilian Education (GEPCEB), articulates the author's professional and academic experiences, marked by daily confrontations with conservative discourses that challenge pedagogical practice. The methodology adopted is qualitative, employing a bibliographic review, documentary analysis of legislation and public policies, as well as semi-structured interviews with teachers, following the research method from/with/in the everyday. This approach seeks to value the concrete experiences of educators as spaces for knowledge production and resistance. The dissertation is structured into three chapters. The first addresses the historical and conceptual understanding of conservatisms, highlighting their transformation from opposition to the French Revolution to their contemporary alliance with neoliberalism and influence on the educational field. The second chapter deepens the analysis of religious conservatism and its political role in Brazil, especially in constructing the notion of "gender ideology" and in campaigns against inclusive educational policies. The third chapter proposes emancipatory education as a path of resistance, from an intersectional, feminist, and decolonial perspective, emphasizing secularism as a fundamental condition for democratic and inclusive pedagogical practices. It is concluded that defending secularism is essential for confronting misogynistic and conservative practices in school daily life, promoting social justice and the formation of critical subjects. The school is presented as a space of resistance and transformation, where educators can develop pedagogical practices based on diversity, respect for differences, and the promotion of democracy.

Keywords: Secularism. Conservatisms. Education. Gender.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Sumário do Caderno.....	102
Figura 2 -	Uma das imagens do Caderno Escola sem Homofobia.....	103
Figura 3 -	Uma das dinâmicas apresentadas no Caderno Escola sem Homofobia.....	104
Figura 4 -	Imagen da entrevista do ex-presidente Jair Bolsonaro, apresentando o suposto kit gay.....	108
Figura 5 -	algumas imagens de um mural que fiz com alunos do 5º ano sobre mulheres incríveis em homenagem ao dia 8 de março.....	157
Figura 6 -	algumas imagens de um mural que fiz com alunos do 5º ano sobre mulheres incríveis em homenagem ao dia 8 de março.....	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMTB	Associação de Missões Transculturais Brasileiras
AI-5	Ato Institucional nº 5
BBB	Bancada do Boi, da Bala e da Bíblia
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CFM	Conselho Federal de Medicina
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COLUNI	Colégio Universitário Geraldo Reis
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CQC	Custe o Que Custar
DEM	Democratas
EBD	Escola Bíblica Dominical
ESG	Escola Superior de Guerra
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEPCEB	Grupo de Pesquisa: Os Impactos do Conservadorismo na Educação Brasileira
GESDI	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários <i>Espaços Tempos</i> da História e dos Cotidianos
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPB	Igreja Presbiteriana do Brasil
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e Não-Binários
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDS	Partido Democrático Social
PL	Partido Liberal
PLC	Plano de Lei Complementar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAID	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PP	Progressistas
PPP	Prática e Pesquisa Pedagógica ou Projeto Político Pedagógico
PR	Partido da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSC	Partido Social Cristão
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
TPE	Todos pela Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UFF	Universidade Federal Fluminense
VCM	Violência Contra a Mulher

INTRODUÇÃO	14
1. CONSERVADORISMOS: COMPREENSÃO ACERCA DO CONCEITO.....	31
1.1 OS CONSERVADORISMOS NO BRASIL.....	43
1.2 COTIDIANO ESCOLAR EM DISPUTA: COMO CONSERVADORES RELIGIOSOS TENTAM FREAR A LAICIDADE DO ESTADO.....	52
2. CONSERVADORISMOS RELIGIOSO: A POLÍTICA DE FÉ NO BRASIL.....	62
2.1 OS DISCURSOS CONSERVADORES RELIGIOSOS E A NORMALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NOS COTIDIANOS.....	84
2.2 A INVENÇÃO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO PELOS CONSERVADORES RELIGIOSOS.....	95
3. EDUCAÇÃO EMANCIPADORA: INTERSECCIONALIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E LAICIDADE.....	112
3.1 A DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO BRASIL: AS POLÍTICAS PÚBLICAS, SEUS AVANÇOS E RETROCESSOS.....	121
3.2 CONTRACOLONIZAR O PENSAMENTO.....	132
3.3 O COTIDIANO ESCOLAR COMO POSSIBILIDADE DE TRANSGREDIR.....	140
3.4 TENSÕES, ENFRENTAMENTOS E TÁTICAS NO COTIDIANO ESCOLAR.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	170

INTRODUÇÃO

Qual é a maior lição que uma mulher pode aprender? Que desde o primeiro dia, ela sempre teve tudo o que precisa dentro de si mesma. Foi o mundo que a convenceu que ela não tinha.

Rupi Kaur

Esta pesquisa é uma proposta de continuação e aprofundamento dos estudos e pesquisas que venho realizando desde o ano de 2016 no Grupo de Estudos e Pesquisa: Os Impactos do Conservadorismo na Educação Brasileira (GEPCEB) da Faculdade de Educação, da Universidade Federal Fluminense (UFF), que procura entender a retórica argumentativa dos pensamentos conservadores, analisando o caráter relativamente fixo de seus pressupostos.

Durante os anos de inserção no grupo de pesquisa, mediada pelos professores José Antônio Sepulveda e Denize Sepulveda, discutimos o ataque conservador às instituições educacionais e que a luta pela laicidade na educação é um caminho fundamental para uma sociedade democrática. Nos cinco anos de graduação na faculdade de Educação da UFF tive, como disciplinas obrigatórias estágios presenciais na rede municipal de Niterói, onde pude atrelar meus estudos e pesquisas com às experiências práticas do dia a dia no chão da escola, fazendo assim a práxis entre reflexões teóricas e ações cotidianas, construindo e reconstruindo o fazer pedagógico.

Durante estes processos de formação, no qual acredito que estamos sempre inseridos, é possível compreender que os pensamentos conservadores são um dos elementos que orienta o discurso e as práticas machistas nos espaços escolares. Deste modo, as discussões feitas quinzenalmente nos encontros do GEPCEB tornaram-se fundamentais para aprofundar meu interesse na pesquisa sobre como a laicidade, enquanto proposta legislativa e democrática, pode contribuir para existência de um cotidiano plural, laico e antimachista.

Retomando minha experiência prática na escola, recordo das inúmeras vivências, documentadas nos relatórios das disciplinas de Prática e Pesquisa Pedagógica (PPP) e vivenciada nos anos como professora regente na rede privada de Niterói, onde dinâmicas cotidianas foram mediadas por concepções religiosas e excludentes, que ferem a laicidade e a construção de um estado democrático, dando tons machistas e de cunho cristão à vivências e experiências de formação humana em um espaço que deveria mostrar-se acolhedor e laico. Enquanto aluna da Universidade Federal Fluminense, tive poucos professores que em suas

disciplinas proporcionaram a reflexão sobre como a laicidade é um caminho para uma sociedade mais plural, coletiva e democrática.

Como a defesa da laicidade pode contribuir para práticas pedagógicas antimachistas frente ao avanço dos conservadorismos religiosos nos cotidianos escolares? Como as práticas cotidianas têm sido elaboradas e pensadas por professores que compreendem que a laicidade é fundamental para a manutenção e preservação da diferença e do respeito? A laicidade é uma proposta política e legislativa capaz de colaborar no enfrentamento dos discursos e práticas machistas no cotidiano escolar?

É necessário resgatar os questionamentos sobre o projeto pedagógico e os saberes que estão implicados nos cotidianos destes espaços. Portanto, a perspectiva da construção de pensamento e das discussões que nos permeiam enquanto seres históricos é fundamental, para que possamos compreender como os conservadorismos afetam diretamente o Estado democrático e laico. Compreender a relação de forças que compõe os conservadorismos e quais as estratégias, alianças e táticas de enfrentamento que esses grupos formam para promulgar seus ideais e moral nos ajudará a compreender os instrumentos de luta que podemos usar para repensar o cotidiano escolar.

De acordo com Certeau (1980) as táticas são como formas criativas de resistência que as pessoas usam nos cotidianos para lidar com as estruturas de poder, regras e imposições. A tática ocupa lugar diferente da estratégia, que são métodos de controle nos quais instituições fazem uso de estruturas de poder para impor suas ideologias. Os cotidianos escolares são espaços de inventividades, portanto são espaços de brechas, possibilitando ações que se desenrolam em territórios que não pertencem aos que as executam, desafiando os controles estratégicos e transformando atos em subversão silenciosa. Segundo Certeau “a tática não tem lugar próprio; ela insinua-se no espaço do outro, fragmentariamente, sem cessar, aproveitando as brechas que as conjunturas particulares abrem no controle da vigilância proprietária”. (CERTEAU, 1994, p. 99)

Em 2019 eu já estava encerrando meu processo de pesquisa e escrita da monografia com a professora Alessandra Schueler, outra grande referência no meu processo de formação, pois a Alessandra abriu meus olhos para a história das mulheres no Brasil Império, algo tão inédito para mim, afinal de contas, os processos regulares de educação tradicional no qual estive submetida ao longo do Ensino Fundamental e Médio, jamais haviam abordado a história de um Brasil construído por mulheres, negros e pobres, apenas por homens, brancos, classe média/alta e de preferência cristãos.

O trabalho de conclusão de curso, intitulado “Na escola do povo, entrai, meninas...” A educação das mulheres no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro no século XIX¹ foi fundamental para construir e instigar meu desejo de recontar as histórias já contadas pela perspectiva daqueles ditos “minorias”. Foi na escrita deste trabalho que me descobri pesquisadora e que percebi que a minha perspectiva, fundamentada e embasada, através de um trabalho sério e comprometido com a ciência, poderia colaborar para o ensino público, de qualidade e de gestão pública no nosso país.

O desejo em manter um olhar atento aos processos históricos permaneceu, mas o contexto social e político que estávamos vivenciando foi me instigando e despertando a minha curiosidade, à medida em que discutíamos no GEPCEB sobre os conservadorismos, suas agendas, modos de pautar política e atuar, me despertava o incômodo em relação a como estes processos, associados à religião cristã, estavam pautando a minha realidade e das minhas companheiras de pesquisa e da educação.

Este interesse pela área de pesquisa que escolhi para realizar o mestrado foi moldando-se e amadurecendo em um cenário político de extrema importância e relevância para pensarmos a ascensão dos conservadorismos no Brasil. Após o processo de redemocratização, a religião cristã, por meio das vertentes pentecostais e neopentecostais ganharam força e estrutura política, ampliando seu leque de ação e agenda e comecei a sentir isso na pele, enquanto professora da educação básica.

Nos anos finais da minha formação eu já atuava como professora na rede privada do município de Niterói. O perfil da escola, apesar de privado e bastante elitizado, buscava se assemelhar às propostas de pedagogias por projetos, inspiravam-se em Reggio Emília e fomentava um ambiente de aparente liberdade de ensino e pesquisa. Em determinada reunião pedagógica, no início do ano de 2019, ouvi da coordenadora que deveríamos evitar assuntos sobre gênero e religião, deste modo evitáramos problemas com as famílias, já que essas pautas estavam em ascensão com o presidente Bolsonaro. Ali percebi claramente que eu estava em um espaço onde eu não poderia exercer o magistério para a formação integral dos sujeitos, e que deveria me subordinar ao ensino de competências e habilidades, conforme nos coloca a Base Nacional Comum Curricular.

Tornou-se cada vez mais comum ouvir dos alunos, crianças entre 7 e 8 anos, a reprodução de frases que vinham de suas casas, como “Lula é ladrão”, “meus pais votam no

¹ OLIVEIRA, Juliana. NA ESCOLA DONPOVO, ENTRAI MENINAS...: A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX. Rio de Janeiro: [s.n.], 2019.

Bolsonaro”, “família tem que ter mãe e pai”, “meninas não podem correr, porque o cabelo fica bagunçado”. Ao longo dos anos seguintes, em meio a pandemia de Corona Vírus², dando aula online, acompanhada pelos pais que assistiam tudo que eu me propunha a desenvolver, fui me sentindo cada vez mais coagida a apenas reproduzir os saberes pedagógicos desassociados das relações políticas, históricas e culturais.

No ano de 2021, durante uma reunião de pais presencial, uma família me questionou sobre minha formação. Conte com muita alegria que havia cursado pedagogia na faculdade de educação da UFF e imediatamente o pai me disse “então tome cuidado com o que você irá ensinar ao meu filho. Conheço a UFF. Cursei medicina lá. Sei que muitos ali preferem política do que uma boa aula. ”. Me senti coagida, ameaçada e sozinha, mais uma vez. E sabia muito bem que esse discurso não estava isolado, nem era neutro e descuidado. Ele fazia parte de um movimento que vinha crescendo e acusando professores de doutrinadores e comunistas.

Sendo assim, os defensores do Escola sem Partido iniciaram uma forte campanha contra as escolas e universidades, acusando xs professorxs de serem “doutrinadores” e xs ameaçando. A geração de medo passou a ser sua principal arma. Novos inimigos emergem, desse processo: os movimentos identitários, em especial aqueles que defendem pautas feministas e LGBTIS+. A narrativa do Escola sem Partido, vitaminada pelo discurso religioso, encontrou abrigo político na família Bolsonaro, que encomendou ao procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib – não por acaso, coordenador daquele movimento –, um modelo de projeto de lei com base nos argumentos do Escola sem Partido, no intuito de ser apresentado para políticos, estimulando-os a construir projetos similares em todos os entes federados. Com isso, o resultado mais efetivo foi o ataque e a caça aos projetos de lei que defendessem de alguma forma as pautas de gênero. Foi essa onda de ataques que atingiu em cheio a BNCC. (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2019, s/p.)

² A pandemia de COVID-19 no Brasil revelou profundas desigualdades sociais, econômicas e estruturais, exacerbando vulnerabilidades históricas e fragilidades no sistema de saúde. Apesar de dispor de um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, o SUS, o país enfrentou desafios na coordenação de políticas públicas, marcadas por disputas políticas e negacionismo científico do governo de Jair Messias Bolsonaro. As populações mais afetadas foram as que vivem em condições de precariedade, incluindo comunidades periféricas, povos indígenas e trabalhadores informais, evidenciando o impacto desproporcional da crise sanitária sobre grupos já marginalizados. As crianças e adolescentes, foram expostos a extrema violência e descaso de muitos municípios e Estados que negaram o debate educacional, além dos atrasos relacionados aos processos de aprendizagem, crianças e adolescentes ficaram em casa, muitos das classes populares sem a alimentação fornecida pela escola, bem como o ambiente de segurança que a instituição escolar oferece em diversos aspectos. Além disso, a pandemia escancarou a necessidade de repensar políticas de proteção social e enfrentamento de crises, pois o Brasil testemunhou um aumento da pobreza e do desemprego, acompanhado de uma crise humanitária, enquanto o luto coletivo foi atravessado por desigualdades na disponibilidade de recursos para tratamento e vacinação. Este cenário complexo não apenas revelou as desigualdades existentes, mas também impôs reflexões sobre a importância da ciência, da solidariedade, da ação coletiva e de um governo compromissado com a democracia e a justiça social no enfrentamento de emergências globais.

Esta mesma família, algumas semanas depois, enviou através de seu filho um panfleto com dizeres cristãos que me convidava a aceitar Jesus e ter minha vida transformada. Por que eu deveria ter, segundo a própria família, “cuidado com o que eu iria ensinar”, mas eles podiam invadir a minha vida privada e em meu espaço de trabalho, que vale ressaltar não se denominava cristão nem ligado a nenhuma religião? Eu não poderia ignorar que esta situação, era apenas uma, entre milhares de cenários como este que tinham como pano de fundo uma agenda política conservadora e religiosa.

Eu sabia também que em um ambiente de escola privada, onde mais importante que o processo educacional eram os números de matrículas e as respostas positivas dos pais nos questionários de avaliação, eu estava sem suporte e sujeita a diversos tipos de violência. Muitas famílias e também às crianças, em sala de aula, me questionavam de por que eu não tinha filhos. Eu argumentava que não sentia esse desejo e por muitas vezes, inclusive por colegas de trabalho, fui repreendida por dizer que não queria ser mãe. Uma das colegas, professora da educação infantil, ao me ouvir responder que eu não desejava ser mãe, disse de forma bastante severa “você está cometendo um pecado contra Deus. Os filhos são herança do Senhor.”

No momento de saída dos alunos, um casal de avós foi buscar o neto, na porta da sala, a avó disse “que bom te conhecer, meu neto te adora. Mas você parece ser tão nova”. O avô sorriu e me perguntou “você é casada? ”. Eu acenei com a cabeça dizendo “não” e ele logo falou “então case menina, aproveita que você é nova, uma mulher precisa de um homem de Deus para que seja cuidada”. O meu cenário pessoal de trabalho, somado ao cenário político nacional e os diversos compartilhamentos de outros colegas do grupo de pesquisa me direcionaram para esta temática.

Esses fragmentos vivenciados em meu cotidiano apresentam a construção de um ideal de família a ser alcançado, e de forma mais profunda, vemos que para além de um ideal de família baseado na família nuclear e heteronormativa, há um ideal de como ser mulher, pautado em papéis de gênero que se estruturam em modelos familiares, funções como a maternidade e posição de fragilidade, associada a feminilidade religiosa cristã, onde precisamos de um homem (heteronormativo) que cuide nós. Assim, comecei a perceber em minhas vivências que os discursos religiosos cristãos configuravam-se em discursos também machistas, porque sempre apontavam para um modelo de feminilidade que excluía a minha construção pessoal e forma de ser mulher naquele ambiente.

Deste modo, me inquietava cada vez o mais o desejo de compreender como o conservadorismo religioso, que atua por meio de práticas machistas e de ataques contra a

laicidade, construía agendas e se organizava politicamente proclamando a promoção de uma atuação no campo educacional.

Estes acontecimentos me despertaram para um cotidiano que não é apenas repetitivo, mas também surpreendente, carregando significados ocultos que só emergem com um olhar atento, desafiando as explicações simplistas, exigindo de nós uma análise que vá além das aparências.

O cotidiano é um tecido de práticas e representações em que o extraordinário e o banal se misturam, onde o previsível se enlaça com o imprevisto [...]. A vida cotidiana é um enigma porque, apesar de sua aparente trivialidade, encerra dinâmicas sociais e culturais que nos falam sobre as formas de viver e conviver no mundo moderno. (PAIS, 2003, p. 15 e 22).

Os acontecimentos do meu dia a dia, somados as notícias de jornal, às falas do próprio presidente, como a citada abaixo, me revelavam que o discurso religioso, fomenta e embasa ações machistas nos espaços escolares.

Em discurso feito no Dia Internacional da Mulher de 2019, já na condição de presidente, Bolsonaro afirmou que, "pela primeira vez na vida, o número de ministros e ministras está equilibrado". De 22 ministros do Executivo, Bolsonaro nomeou apenas duas mulheres: Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento). A justificativa para considerar o número de ministras equilibrado foi a "energia" das ministras. "Pela primeira vez na vida, o número de ministros e ministras está equilibrado em nosso governo. Temos 22 ministérios, 20 homens e duas mulheres. Somente um pequeno detalhe: cada uma dessas mulheres que está aqui equivale a dez homens. A garra dessas duas transmite energia para os demais", disse o chefe do Executivo.³ (BRASIL DE FATO, 2022)

Todos estes fatores me impulsionaram a escolher como objeto de pesquisa o conservadorismo religioso e como a laicidade pode ser um instrumento de luta e alternativa no cotidiano escolar. Para isso, apresentarei neste trabalho diversos aspectos que vem estruturando os conservadorismos em nosso país, como a relação entre os conservadorismos e o neoliberalismo, a ascensão do cristianismo no período da ditadura, a organização dos conservadores na bancada evangélica, o kit gay pautando as "novas" concepções do conservadorismo religioso e a política de ideologia de gênero.

Este trabalho é pautado na defesa de uma educação laica, onde vale ressaltar que a defesa da laicidade não está atrelada ao ensino de todas as religiões, de forma ecumênica, pois até esta modalidade fere o direito de não crença, que está englobado na concepção de laicidade. O avanço do conservadorismo religioso na educação teve grande êxito ao aprovar uma Base

³ Para ler a reportagem completa, de onde o trecho foi retirado, acessar:
<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/veja-nove-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-os-direitos-das-mulheres>

Nacional Comum Curricular (BNCC) que garante o Ensino Religioso, mas que não se propõe a fiscalizar que tipo de ensino está sendo ofertado.

Nesse sentido, o processo de elaboração e aprovação da BNCC está longe de ser um exemplo de gestão democrática na formulação de política pública educacional tão importante para o desenvolvimento da educação em nosso país. Talvez não tenha sido por outra razão que o documento encaminhado ao CNE pelo MEC não contemple nem sequer uma vez a expressão “gestão democrática”, recuperada duas vezes no parecer que aprovou a BNCC naquele colegiado. Certamente por isso o referido parecer não foi aprovado por unanimidade, merecendo três votos contrários com respectivas declarações de voto, num deles, dentre outras razões por entender que a BNCC aprovada por maioria “afronta o princípio da gestão democrática das escolas públicas”. (MENDONÇA, 2018, p. 36)

O Conselho Nacional de Educação (CNE) comportou-se como Órgão de governo e não como Órgão de Estado ao aprovar uma Base Nacional que fere os princípios de gestão democrática, através de uma proposta que ignora as dimensões humanas das interações, naturaliza a dinâmica de mercado, não discute o investimento na carreira docente, é conteudista, abre portas para que os livros didáticos tenham centralidade no processo de formação como norteadores de projetos educacionais e alia-se as empresas privadas que buscam fomentar a educação através de sua compreensão de mercado.

Este cenário de formulação e aprovação da BNCC é apenas uma das conquistas do conservadorismo religioso na política brasileira nas últimas décadas. Pois, após este processo, os anos seguintes culminaram nas eleições de Jair Messias Bolsonaro, onde a relação da religião cristã com o Estado brasileiro ganhou atualizações e conquistas inimagináveis. Entretanto, vale ressaltar que a relação da religião cristã com a política brasileira está longe de ser algo inédito, como veremos ao longo deste trabalho.

Desde os anos 2000 conseguimos lembrar, com maior clareza, nomes de candidatos que tinham, de forma explícita, sua religião declarada. Nas eleições de 2002, Anthony Garotinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) foi um dos primeiros candidatos, com chances de chegar à presidência, que fez um apelo direcionado aos evangélicos⁴. Outros nomes como o de Marina Silva, assembleiana, mas que não conseguiu aliança com as lideranças de sua denominação para as eleições de 2010 e 2014, Pastor Everaldo do Partido Social Cristão (PSC),

⁴ "Multipliquem o seu voto, espalhem entre seus amigos e parentes indecisos o 40 [número do PSB]. Vamos mostrar à mídia, aos descrentes, a essas campanhas milionárias, a esses institutos de pesquisa que Deus é mais forte do que todos eles", afirmou.

A fala de Garotinho durou 30 minutos e era insistentemente respondida pela plateia com ecos de "amém" e "aleluia". Acesso completo a esta reportagem: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0410200230.htm>. Outra reportagem na qual o candidato Anthony Garotinho, deixa claro suas alianças religiosas para então eleição de 2002: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2207200210.htm>

de partido ligado à Assembleia de Deus, todos estes, apesar de suas claras ligações religiosas não conseguiram, em seus respectivos pleitos, números significantes de votos mediante a um voto ligado a fé, chamado de voto confessional. (LACERDA, 2022. s/p)

No Brasil, analisando historicamente as eleições, o voto não é necessariamente confessional⁵, de modo que a religião do candidato não é fator determinante para seus resultados na urna. Pelo menos, até as eleições de Jair Messias Bolsonaro, em 2018. No levantamento de intenções de voto em 25 de outubro de 2018, o Datafolha observou as disparidades mais significativas entre os evangélicos e os seguidores de religiões afro-brasileiras.

Dos evangélicos, cerca de 21,6 milhões (69%) optaram por Bolsonaro, enquanto aproximadamente 10 milhões (31%) escolheram Haddad. Entre os católicos, as intenções estavam equilibradas, com cerca de 30 milhões para cada candidato, aproximadamente. Enquanto nas religiões afro-brasileiras, cerca de 715 mil entrevistados escolheram o candidato Haddad, o que representa 70% dos votos, contra 315 mil (30%) que alegaram votar em Bolsonaro. (FERREIRA, 2018. Pg 13).

Bolsonaro, como nunca antes visto em processos eleitorais para presidência no Brasil, fez uso da afirmação da fé cristã como proposta política. Usou a bíblia, fez alianças e traçou a imagem pessoal e política voltada principalmente para aderir ao voto e as crenças evangélicas à sua imagem. Católico, mas casado com uma evangélica, Michelle Bolsonaro, trouxe para perto de si figuras importantes para o então eleitorado brasileiro cristão protestante, como Silas Malafaia, responsável por celebrar, dentro dos parâmetros cristãos, o casamento entre Bolsonaro e Michelle.⁶

Ainda em 2016, enquanto Deputado Federal, Bolsonaro foi batizado no Rio Jordão, em Israel, lugar onde segundo a bíblia, Jesus foi batizado. Vale ressaltar que Bolsonaro, ao ser batizado no rio Jordão, seguiu os mesmos passos tomados pelo seu ídolo americano Donald

⁵ De acordo com a autora Marina Lacerda (2022) comprehende-se que não existe um voto estritamente confessional, ou seja, a religião de um candidato não é, por si só, o fator decisivo para o voto dos fiéis. A escolha do eleitor evangélico envolve diversos critérios, que nem sempre são de natureza religiosa. No entanto, há uma tendência de que "irmão vote em irmão", sugerindo um padrão de voto denominacional. Essa lógica, contudo, parece limitar-se às eleições para cargos legislativos, não se aplicando ao contexto do executivo.

⁶ “Silas e Jair se aliaram nos anos 2000, quando a Câmara discutia o PL 122, um projeto de lei que criminalizava a homofobia. Os dois, claro, do mesmo lado, contra o que viam como ‘ativismo gay’ ”. Reportagem completa em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/10/casamento-sob-bencao-de-malafaia-uniu-bolsonaro-de-vez-a-evangelicos-e-projetou-michelle.shtml>

Trump, que aquele ano ganharia as chaves da Casa Branca⁷. Trump teve apoio ainda mais expressivo da fatia evangélica branca de seu país: 81%.⁸

De maneira bastante estratégica, Bolsonaro tornou-se cristão, sem deixar de ser católico. É interessante ressaltar que Jair Messias Bolsonaro foi batizado pelo Pastor Everaldo, conhecido nacionalmente em 2014 ao disputar as eleições presidenciais pelo PSC, como dito acima. Com pauta em defesa da família e contra corrupção, Everaldo foi preso após a autorização do Ministro Benedito Gonçalves do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no âmbito da Operação *Tris In Idem*, que apura irregularidades em contratos na área da saúde no governo do Rio de Janeiro⁹.

Ao longo de sua pré-candidatura, bem como nos anos de vigência de seu mandato, Bolsonaro enfatizou diversas vezes sua aliança com os evangélicos, vemos isto na Marcha para Jesus, que teve pela primeira vez, no ano de 2018, um presidente discursando presencialmente, o mesmo esteve presente nas duas edições realizadas durante seu mandato.

A Marcha congrega diferentes atores do cenário evangélico no país, é um momento onde figuras religiosas e políticas se encontram para propor ações e mostrar sua força. A mensagem que a Marcha para Jesus evoca ao longo dos anos é que os cristãos, segundo dados do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰ são quase 70% da população brasileira, portanto devem ser ouvidos. Pautas antiaborto e em defesa da família tradicional sempre estiveram presentes. Mas a partir dos anos bolsonaristas a Marcha ganhou teor ainda mais político e institucional, pois o próprio ex-presidente declarou a milhares de pessoas:

Se querem que eu acolha isso, apresentem uma emenda à constituição que modifique o artigo 226, que lá está escrito que família é homem e mulher, mesmo mudando isso, como não dá para emendar a bíblia, eu vou continuar acreditando na família tradicional. (BOLSONARO, 2022.)¹¹

⁷ Reportagem com mais detalhes sobre a relação de Bolsonaro com Everaldo:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/10/bolsonaro-mirou-evangelicos-e-versao-amigo-de-israel-quando-se-batizou-no-jordao.shtml?origin=folha>

⁸ Matéria completa em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/relacao-de-bolsonaro-e-trump-com-jerusalem-passa-por-apoio-evangelico.shtml>

⁹ Para acessar a reportagem completa: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quem-e-pastor-everaldo-preso-em-operacao-sobre-fraude-de-contratos-no-rio/>

¹⁰ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>

¹¹ Áudio transscrito do episódio “A Marcha para Jesus e a relação de Lula com evangélicos” do Podcast Café da manhã, da Folha, onde Jair Bolsonaro discursou.

No Brasil o conservadorismo está diretamente ligado à religião cristã, como será exposto ao longo deste trabalho. Os próprios membros dos partidos conservadores, atuantes na política brasileira, se organizam em bancadas religiosas, fazem discursos em nome de deus e de determinado modelo familiar, legitimando a relação entre esta categoria histórica e a fé cristã. A bancada evangélica teve sua atuação potencializada após o golpe democrático sofrido pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Para pensar sobre os conservadorismos poderia acessar entrevistas de políticos e como os próprios se definem, poderia somente analisar as produções acadêmicas mais conceituadas e dialogar somente com os textos mais clássicos da academia. Entretanto o conceito de "economia moral" de E.P. Thompson me inspira a pensar a história dos conservadorismos "de baixo para cima". Thompson elaborou esse conceito no contexto dos tumultos alimentares na Inglaterra do século XVIII, argumentando que os protestos e revoltas não eram apenas reações irracionais ou desesperadas, mas sim ações baseadas em uma visão coletiva do que era justo e moralmente correto em termos econômicos. (THOMPSON, 1998)

Quando digo que E.P. Thompson analisa a história "de baixo para cima", me refiro ao enfoque que o autor faz sobre a história social, que privilegia a perspectiva das classes populares e dos grupos marginalizados ao invés das elites e das falas legitimadas pelos governantes. Seu método contrasta com a abordagem tradicional, que geralmente enfatiza as ações e decisões das figuras de poder, como reis, líderes políticos e militares. Thompson acreditava que para entender verdadeiramente a história, era essencial considerar às experiências, as lutas e as contribuições das pessoas comuns. Através da análise dos "esquecidos" ele pode recontar uma história enrijecida pelas estruturas de poder.

A história intelectual, assim como a história econômica antes dela, torna-se imperialista e procura invadir toda a vida social. É necessário fazer uma pausa, de tempos em tempos, para lembrar que o modo como as pessoas conceberam o seu tempo não é necessariamente o modo como ocorreram os acontecimentos da época. (THOMPSON, 1998, p. 213)

Na obra "A Formação da Classe Operária Inglesa" Thompson analisa como os trabalhadores na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX se mobilizaram, organizaram protestos e desenvolveram um senso de identidade coletiva. Diferindo do senso comum, ele defende que esses movimentos não eram apenas reações a condições econômicas, mas também expressões de valores e expectativas culturais, argumentando que os trabalhadores não eram meramente vítimas passivas das forças econômicas, mas sim agentes ativos na formação de suas próprias condições e identidades.

Há uma superestrutura cultural, pela qual esse reconhecimento desponta sob formas ineficazes. Essas “defasagens” e distorções culturais constituem um incômodo, de modo que é mais fácil passar para alguma teoria substitutiva: o partido, a seita ou o teórico que desvenda a consciência de classe, não como ela é, mas como deveria ser. (THOMPSON, 2021. p. 11)

Empreenderei neste trabalho a tentativa de dialogar com as relações entre os conservadorismos e a religião no campo educacional e político, olhando não apenas para as supra estruturas de poder, mas buscarei compreender como as relações históricas políticas macro se conectam historicamente com o cotidiano escolar, com os sujeitos do nosso dia a dia. Como as decisões estabelecidas por uma bancada evangélica impactam a vida de professoras como eu e você, o dia a dia dos alunos e as possibilidades de formação suas identidades que perpassam por redes que conectam a escola, com a sociedade e com a história.

Portanto, dialogar com às experiências individuais presentes no cotidiano, frequentemente invisibilizadas, torna a Interseccionalidade uma valiosa ferramenta analítica para evidenciar as injustiças sociais perpetuadas pelos conservadorismos. Essas dinâmicas transformam o ambiente escolar em um espaço de violência e reprodução de estruturas de poder machistas, muitas vezes reforçadas por discursos religiosos. Contudo, a utilização da Interseccionalidade como ferramenta analítica apresenta desafios significativos.

Como visa a entender e analisar a complexidade do mundo, a interseccionalidade requer estratégias complexas. Em vez de proclamar que a complexidade é importante, nossa intenção é demonstrar por uma seleção de casos essa natureza multifacetada da interseccionalidade. Cada um desses casos é uma versão altamente abreviada de um argumento interseccional bem mais complexo. [...] Interseções de raça e gênero podem apontar para a necessidade de uma análise de classes ou interseções de nação e sexualidades podem indicar a necessidade de outras categorias de análise. Tal complexidade não facilita a vida de ninguém, ela complica o trabalho e pode ser uma fonte de frustração para acadêmicos, profissionais e ativistas de ambos os性os. No entanto, a complexidade não é consequência do uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, mas algo que aprofunda a análise interseccional. [...] O que faz com que um projeto seja interseccional crítico é a sua conexão com a justiça social. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 48)

Este trabalho é uma busca feminista e interseccional pela justiça social, na qual pretendo romper as barreiras teóricas e institucionais e trazer para esta discussão o diálogo com a prática de professoras, ampliando minhas narrativas através de entrevistas, presentes no último capítulo, que refletem uma práxis feminista. Acredito e defendo que a escola é um espaço onde a Interseccionalidade é realmente vivenciada.

A revisão bibliográfica feita neste trabalho me permitiu o levantamento e a análise de estudos e publicações já existentes sobre os conservadorismos, a laicidade, gêneros e sexualidades, proporcionando uma base teórica sólida. A escolha dessa técnica de pesquisa se

justifica pela sua capacidade de fornecer um panorama abrangente e atualizado das discussões acadêmicas relevantes, além de permitir uma análise crítica das diferentes abordagens em diálogo com diferentes autores que vem contribuindo de maneira fundamental para repensarmos as estruturas de poder em nossa sociedade e criarmos maneiras e possibilidades de promover e fomentar a justiça social.

A análise documental foi utilizada para examinar documentos oficiais, relatórios, legislações e outros materiais que evidenciam a laicidade e os direitos humanos, possibilitando uma compreensão aprofundada do contexto institucional e normativo em que estamos inseridos. Além disso, a análise dos documentos auxiliou na identificação de políticas, diretrizes e práticas estabelecidas, permitindo uma comparação entre o que é formalmente previsto e a realidade observada nos cotidianos. Deste modo, foi possível identificar lacunas, incongruências e pontos de convergência entre diferentes fontes documentais, contribuindo para um maior rigor na análise dos dados.

O método nos/dos/com os cotidianos, desenvolvido por Nilda Alves (2003), propõe uma abordagem investigativa que reconhece o cotidiano como espaço central para compreender práticas, relações e dinâmicas sociais. Ao invés de tratar o cotidiano como algo trivial ou irrelevante, busquei enfatizar a riqueza e a complexidade das experiências cotidianas, explorando os saberes e fazeres que emergem nas interações diárias. Minha proposta é uma pesquisa ativa, que se abre tanto para minha trajetória quanto para aqueles que colaboraram para este trabalho com suas vivências e experiências, valorizando os saberes coletivos e rompendo com a hierarquia tradicional. Nesse sentido, Alves (2003) me inspira a pensar e agir "com" os cotidianos, entendendo-os como espaços vivos de produção de conhecimento, onde as contradições e resistências da vida social se tornam visíveis, podem ser problematizadas. E é neste cotidiano onde também há brechas e táticas sendo desenvolvidas pelos próprios *praticantespensantes* que desafiam as estruturas de poder e recriam e subvertem as normas impostas.

Por fim, realizei entrevistas com professoras diretamente envolvidas com o cotidiano escolar. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado, permitindo tanto a obtenção de informações específicas quanto a exploração de percepções e experiências subjetivas dos entrevistados, fornecendo dados empíricos valiosos e uma visão mais prática e detalhada de como a laicidade é efetivamente uma política para um cotidiano escolar antimachista.

Durante a escrita do trabalho me referi às professoras e pesquisadoras do cotidiano sempre no feminino, por compreender que os espaços escolares são em sua maioria formado

por mulheres que exercem as mais variadas funções na criação e manutenção dos cotidianos escolares.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos, cada um dedicado ao aprofundamento das temáticas apresentadas na introdução, em diálogo constante com às experiências e táticas dos cotidianos. Essa organização busca assegurar uma progressão lógica e coerente, permitindo ao leitor compreender como os diferentes aspectos da temática que se inter-relacionam ao longo do texto.

O capítulo 1 - CONSERVADORISMOS: COMPREENSÃO ACERCA DO CONCEITO - discute o crescimento do pensamento antidemocrático e conservador nos últimos anos, especialmente no contexto educacional e político. Ele descreve como discursos antidemocráticos, reacionários e preconceituosos ganharam força, com exemplos como a alegada "ditadura comunista" e a imposição de uma "ideologia de gênero" nas escolas. Essa narrativa conservadora se baseia em uma suposta ameaça à "família tradicional brasileira", utilizando discursos de conspiração, como o da infiltração da esquerda nas instituições, para justificar uma resistência à pluralidade de ideias, especialmente no ambiente escolar.

O texto também explora a relação histórica entre educação e religião no Brasil, destacando como a Constituição de 1891 separou a Igreja do Estado, mas permitiu o ensino religioso facultativo nas escolas. Apesar da laicidade do Estado, o capítulo aponta para a manutenção e avanço de influências religiosas conservadoras na política educacional brasileira, especialmente com a ascensão do conservadorismo nos últimos anos. Essa movimentação busca influenciar a educação com valores conservadores, enfatizando a moral cristã e a defesa da família tradicional como pilares contra as conquistas progressistas.

Os conservadorismos, conforme discutido no capítulo, não são um conceito fixo, mas sim uma construção histórica que se adapta e se transforma ao longo do tempo. Autores como Edmund Burke, Émile Durkheim e Karl Mannheim ajudaram a moldar o pensamento conservador, que inicialmente se opôs à revolução burguesa, mas posteriormente se voltou contra o protagonismo do proletariado e outras formas de transformação social. Os conservadorismos contemporâneos, especialmente no Brasil, se entrelaçam com o neoliberalismo, promovendo uma agenda que combina valores tradicionais com políticas econômicas de mercado livre e autoras como Wendy Brown, Tatiana Poggi e Flávia Biroli nos revelam essas contradições. Essa aliança entre conservadorismo moral e neoliberalismo econômico reforça desigualdades sociais e limitações democráticas, afetando diretamente o ambiente educacional.

O capítulo conclui que a laicidade do Estado e a pluralidade na educação estão sob constante ameaça devido à atuação de grupos conservadores e religiosos. Esses grupos utilizam o discurso da "defesa da família" e da moral cristã para justificar restrições a direitos e políticas educacionais inclusivas. Eles buscam naturalizar sua influência através de símbolos religiosos, a disciplina de Ensino Religioso, e rituais dentro das escolas públicas, moldando a formação das crianças com uma moral cristã. A lógica neoliberal se entrelaça com essa influência religiosa, onde crises educacionais são criadas ou amplificadas para justificar intervenções que favorecem o mercado e reforçam uma moral tradicionalista.

A escola, como espaço central na formação de cidadãos críticos e reflexivos, torna-se um campo de disputa onde essas ideologias conservadoras tentam se impor. No entanto, há também resistência e luta por uma educação que valorize a diversidade, a igualdade de gênero e os direitos humanos, mostrando que o cotidiano escolar é um reflexo das tensões e contradições presentes na sociedade brasileira.

O capítulo 2 – CONSERVADORISMO RELIGIOSO: A POLÍTICA DE FÉ NO BRASIL - explora a relação histórica entre o cristianismo e os conservadorismos no Brasil, desde a colonização portuguesa até a atualidade. Inicialmente, a Igreja Católica desempenhou um papel dominante ao lado do Estado, moldando as estruturas políticas e sociais brasileiras. Mais tarde, no século XIX, o protestantismo e, posteriormente, o pentecostalismo começaram a ganhar força, especialmente com o apoio dos missionários norte-americanos, que viam no Brasil um aliado estratégico durante a Guerra Fria. O pentecostalismo, com seu enfoque na prosperidade e nos dons espirituais, tornou-se uma vertente significativa no cenário religioso e político do Brasil, enfatizando uma teologia que mistura o social e o espiritual para justificar ações políticas.

O texto também examina o impacto do conservadorismo religioso durante a ditadura militar (1964-1985) e a redemocratização do Brasil. Durante o regime militar, muitos líderes cristãos apoiaram a ditadura, vendo nela uma defesa contra o comunismo. Esse apoio fortaleceu a influência dos evangélicos, que começaram a participar mais ativamente da política. Após a redemocratização, a estruturação da Bancada Evangélica foi um marco, consolidando o poder político desse grupo. As pautas defendidas por esse movimento incluem a moral cristã, a defesa da família tradicional, a oposição ao aborto, à criminalização das drogas e o retrocesso aos direitos da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queers*, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e Não-Binários (LGBTQIAPN+).

O capítulo também aborda a crescente intolerância religiosa no Brasil, com ataques frequentes a religiões de matriz africana e à diversidade de crenças. A ascensão dos

conservadorismos evangélicos, aliados a um discurso político de direita, tem reforçado uma agenda que busca impor a moral cristã em esferas públicas, como a educação e a política. Neste capítulo faço uma alerta para os riscos de um Estado que se afasta da laicidade e a importância de garantir a pluralidade religiosa e os direitos humanos em uma sociedade cada vez mais influenciada pelos conservadorismos religiosos.

A grande questão que vejo hoje no Brasil e que me impulsiona e desenvolver esta pesquisa é que o crescimento dos evangélicos não é expresso apenas no número de igrejas que se consolidam, mas acompanha uma série de violências e interferências na organização social, política e educacional do nosso país.

O capítulo também aborda a atuação dos setores conservadores e religiosos no Brasil, especialmente no campo educacional, em relação à chamada “ideologia de gênero”. Esses grupos tentam criar um pânico moral, acusando professores e pesquisadores progressistas de doutrinarem às crianças com conteúdos que promovem “desvios de conduta sexual”. A ideia de “ideologia de gênero” foi introduzida no discurso político em 2003 e, desde então, conservadores têm associado qualquer discussão sobre gênero e sexualidade a uma ameaça à família tradicional. Eles buscam, assim, desmantelar políticas que promovem igualdade de gênero e diversidade, restringindo a atuação de professoras e reduzindo a educação sexual e a pluralidade nas escolas.

Além disso, o texto aborda o fracasso do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, evidenciando o retrocesso em metas importantes, como a universalização do ensino e a educação em tempo integral. A crítica se estende às reformas, como a BNCC, que enfraquece a gestão democrática das escolas e desconsidera etapas fundamentais da educação. Esses retrocessos são vistos como parte de uma agenda que desqualifica a educação pública e tenta impor uma visão conservadora e autoritária, que promove o controle ideológico através da exclusão de discussões sobre gênero, sexualidade e pluralidade.

Abordo as *fakes news* em torno da “ideologia de gênero” e como os discursos conservadores, baseados em uma moral religiosa, buscam legitimar práticas que negam a diversidade e a pluralidade, criando um ambiente de exclusão e violência contra corpos e identidades dissidentes. O discurso de ódio é apresentado como uma forma de silenciamento e apagamento social, que busca impor uma visão patriarcal e heteronormativa da sociedade, muitas vezes disfarçada de proteção à família tradicional e aos “valores cristãos.” Isso se manifesta na resistência a discutir temas como gênero e sexualidade nas escolas e na tentativa de controlar corpos e comportamentos que fogem às normas hegemônicas.

No capítulo 3 - EDUCAÇÃO EMANCIPADORA: INTERSECCIONALIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E LAICIDADE - abordo a necessidade de uma educação que confronte práticas conservadoras, religiosas e machistas no cotidiano escolar, a partir de uma perspectiva interseccional que conecta classe, raça, gênero e religião. Utilizando os pensamentos de autoras como Silvia Federici, Lélia González, Patrícia Hill Collins, bell hooks e Judith Butler, o texto evidencia como o capitalismo se estruturou historicamente a partir da opressão dos corpos femininos, especialmente mulheres negras e indígenas, através da exploração do trabalho não remunerado e da subordinação patriarcal legitimada pela moral religiosa. A transição do feudalismo para o capitalismo é comprovada como um processo que aprofundou desigualdades, utilizando a religião como ferramenta de controle social e sexual, especialmente na construção da família nuclear como espaço de reforço das posições de gênero.

O capítulo também contextualiza as raízes históricas do controle religioso sobre a sexualidade e os corpos femininos, destacando a perseguição às mulheres durante a caça às bruxas e a repressão dos movimentos hereges na Europa medieval, que já contestavam o poder da Igreja e as desigualdades sociais. Esses processos estão relacionados às políticas atuais conservadoras no Brasil, como o Projeto de Lei 1904/2024, que busca criminalizar o aborto mesmo em casos de estupro, demonstrando como o conservadorismo religioso continua a usar o Estado para importar sua moralidade. O capítulo denuncia a violência simbólica e física contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, ressaltando o papel da Igreja e da bancada evangélica na legitimação dessas práticas.

Aqui também traço a evolução das lutas feministas e LGBTQIAPN+ no Brasil, destacando o papel fundamental dos movimentos sociais na conquista de direitos. A partir dos anos 1970, com o fortalecimento do movimento feminista e do Movimento Negro Unificado (MNU), as pautas de gênero, raça e sexualidade passaram a ganhar espaço no debate público e político, resultando em avanços importantes como a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2003) e a promulgação da Lei Maria da Penha. O texto também destaca a realização da primeira Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) em 2008, que consolidou o Brasil como pioneira na institucionalização dessas pautas. No entanto, o avanço dos direitos foi constantemente desafiado por forças conservadoras e religiosas que, através da repolitização do campo religioso cristão, buscaram barrar essas conquistas, especialmente no que diz respeito aos direitos LGBTQIAPN+ e à saúde reprodutiva das mulheres.

Apesar dos avanços legislativos, o capítulo ressalta que esses direitos nem sempre se traduzem em melhorias concretas na vida das pessoas, especialmente devido à resistência das

instituições estatais e à violência estrutural presente no cotidiano. O Brasil continua sendo um dos países mais letais para pessoas LGBTQIAPN+, com destaque para o alarmante número de transfeminicídios, que o mantém no topo do ranking mundial de assassinatos de pessoas trans por 13 anos consecutivos. O governo Bolsonaro é apontado como um marco de retrocesso, com cortes orçamentários em políticas públicas essenciais, disseminação de notícias falsas sobre direitos das mulheres e uma agenda de ódio impulsionada por setores conservadores e religiosos. A atuação de figuras como Damares Alves, que utilizou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para promover ideologias conservadoras e fortalecer o debate sobre o gênero, é exemplo da instrumentalização da moral religiosa para a aplicação de políticas de desmonte dos direitos humanos.

Neste capítulo apresento alternativas inspiradas em autores como Paulo Freire, bell hooks e Antonio Bispo dos Santos, que nos convocam a olhar o cotidiano como espaço de resistência e nos propõe descolonizar as mentes e contracolonizar os espaços e ações, afim de criar novos diálogos, novas possibilidades e caminhos para uma educação que reconheça os processos coloniais como silenciadores e promotores de violências que se estendem e se atualizam até os dias de hoje.

Por fim, o capítulo explora a laicidade no cotidiano escolar como uma ferramenta essencial para a formação de professores antimachistas, a partir do diálogo entre EP Thompson e Nilda Alves. O texto demonstra como práticas religiosas conservadoras permeiam o ambiente escolar, alimentando discursos que silenciam debates sobre gênero e direitos humanos, além de fortalecer o machismo e a LGBTQIAPN+fobia. Por meio de exemplos práticos e relatos de professoras, busco através das redes de compartilhamento trazer para discussão que, mesmo em meio a essas influências, o cotidiano escolar também pode ser um espaço de resistência e emancipação, quando educadoras se engajam em práticas pedagógicas inclusivas, promovendo a democracia e o pensamento crítico.

Te convido para esta leitura que é fruto de algumas respostas para muitas perguntas, ainda em aberto. Não hesito em afirmar que concluo este trabalho com mais perguntas do que quando o comecei e este é o meu desejo, que ao ler, você possa encontrar ainda mais perguntas do que respostas.

1 - CONSERVADORISMOS: COMPREENSÃO ACERCA DO CONCEITO

Vimos nos últimos anos o crescimento e fortalecimento do pensamento antidemocrático, muitos começaram a enxergar o conservadorismo, já existente, mas agora também evidente, nas ações de pessoas de seu trabalho, em familiares e amigos identificando discursos reacionários¹², antidemocráticos, racistas, LGBTQIAPN+fóbicos¹³, machistas, etc. em seus pensamentos e ações.

Educadoras e profissionais/pesquisadoras que estudam/trabalham com educação certamente já ouviram algo sobre uma “ditadura comunista” que quer impor discursos e práticas relacionadas a “ideologia de gênero”¹⁴ nas escolas e universidades. Devem também ter ouvido sobre “meninos usarem azul e meninas usarem rosa”, ou visto charges que colocam as professoras como àqueles que querem coagir criancinhas a desvirtuar-se dos valores da “tradicional família brasileira”.

É a ideia de uma conspiração da esquerda internacional para infiltrar as instituições usando como arma a cultura, mais especificamente o discurso. [...] O discurso em defesa de uma escola sem partido parece justamente tentar se constituir utilizando como “exterioridade constitutiva” todo pensamento progressista que se contrapõe ao projeto de lei “escola sem partido”, enquadrando-o como parte da “esquerda internacional” que promove um “discurso envenenado”. Este “outro” é constituído como um perigoso inimigo que infiltra instituições e utiliza um discurso que subverte o sentido das palavras, alguém que coloca em risco a existência das “famílias tradicionais”. Não é à toa que o referencial teórico para isso seja o criador da TFP – o mesmo discurso da conspiração comunista utilizado para legitimar o golpe militar em 1964 é reapropriado para mobilizar os mesmos medos do inimigo vermelho. Novamente, assim como na Guerra Fria, esse inimigo põe em risco as crianças. (PENNA, 2018, p. 576)

Para mim, soa muito estranho pensar que os responsáveis por uma “ideologia satânica e destruidora de lares” são justamente os que defendem uma formação que promova a capacidade de cada cidadão refletir de forma livre e crítica sobre si e sobre o mundo, podendo

¹² Cunha, L.A (2016) define em seu livro “O projeto reacionário de educação” o reacionário como aquele que se opõe ativamente a qualquer mudança que possa ameaçar as estruturas e valores tradicionais. Os reacionários não apenas resistem às mudanças, mas também buscam restaurar condições e valores do passado que consideram mais justos ou naturais. Cunha destaca que, embora o reacionário compartilhe com o conservador a resistência às mudanças rápidas e radicais, o reacionário vai além, buscando ativamente reverter mudanças já consolidadas. Enquanto o conservador pode aceitar mudanças graduais que não ameacem a ordem estabelecida, o reacionáriovê qualquer mudança como uma ameaça direta que deve ser combatida e revertida.

¹³ A sigla LGBTQIAPN+ é um acrônimo que representa a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero. O “+” no final da sigla reconhece que existem outras orientações sexuais que não estão incluídas nas letras anteriores. L: Lésbicas, G: Gays, B: Bissexuais, T: Transgêneros, Q: Queer, I: Intersexo, A: Assexuais, P: Pansexuais, N: Não-binários.

¹⁴ Discutiremos mais à frente neste trabalho, de forma significativa o que é a “ideologia de gênero”.

compreender as diferentes e plurais formas de ser e estar, defendendo a liberdade de crença e não crença e buscando, como caminho de manutenção social, a democracia. Enquanto os “heróis” da história são justamente àqueles que tem como discurso a segregação, o preconceito e às múltiplas formas de violência¹⁵.

A Pedagogia Histórico-Crítica tem como característica ser revolucionária na medida em que se fundamenta na crítica à sociedade e à escola burguesa. [...] segundo essa concepção, o homem é um ser histórico que produz e se reproduz no seu relacionamento com a natureza e com os outros homens. [...] por isso ele precisa conhecer a realidade em que vive e tomar consciência de sua condição histórica com vistas a libertação. Decorre daí a importância inconteste do acesso ao conhecimento historicamente produzido. A concepção histórico-crítica de educação é aquela que defende a centralidade do ensino como forma de democratização do saber elaborado sem o qual não há libertação. [...] A Pedagogia Histórico-Crítica leva a uma prática educacional, a uma didática distinta das demais. Saviani propôs como prática fundamentada nesta concepção [...] a Prática social como ponto de partida. O homem é um ser social e esta é a condição pela qual produz, se reproduz e produz o saber científico. Sem a explicitação da prática social não há como fazer da ação humana uma prática transformadora, tampouco se poderá fazer do conhecimento um instrumento de libertação. (DALAROSA, 2008, p. 349)

No Brasil vimos, na trajetória política recente, uma série de ataques à educação e a liberdade de construir uma escola laica, plural e antimachista. Esses ataques deram-se de tantas maneiras que poderíamos fazer uma seção neste trabalho somente sobre reportagens de jornais com posicionamentos de políticos, desde o golpe sofrido pela presidente Dilma em 2016, com falas que atacam a escola e suas profissionais.

Mas a construção da relação entre religião e educação não é algo somente da atualidade do nosso país, pelo contrário, religião e educação caminharam juntas na história do Brasil, desde sua invasão pelos portugueses. No período do Brasil Império o Catolicismo era a religião oficial do Brasil.

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo.(Constituição Política do Império do Brasil)¹⁶

¹⁵Em entrevista, ainda como deputado, Jair Messias Bolsonaro revela publicamente o caráter violento e preconceituoso que daria tom aos discursos de ódio que ganhariam voz em nosso país nos anos seguintes, “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo”, disse.

https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html?utm_source=clipboard

¹⁶ Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Carta de Lei de 25 de março de 1824.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

O período imperial da história do Brasil teve início com a independência em 1822 e se estendeu até 1889, quando a República foi proclamada. Dessa forma, a Constituição de 1891, a primeira da República, estabeleceu de maneira definitiva a separação entre a Igreja e o Estado. O parágrafo 2º do artigo 11 proibia explicitamente os Estados e a União de patrocinarem ou interferirem nos cultos religiosos. Essa disposição fundamentou o Estado laico no Brasil, garantindo a proteção estatal a todas as religiões. A liberdade de crença e de culto foi consagrada como um princípio fundamental neste contexto.¹⁷

Tanto a Constituição de 1934 quanto a de 1937 mantiveram os mesmos termos estabelecidos na Constituição de 1891. A Constituição de 1946 reafirma a separação entre a Igreja e o Estado, mantendo a tradição estabelecida pela Constituição de 1891. O Estado não possui uma religião oficial e garante a liberdade religiosa, assegura a todos os indivíduos a liberdade de crença e culto. Cada pessoa tem o direito de professar a sua fé religiosa e praticar os seus ritos, desde que não contrariem a ordem pública e os bons costumes. Entretanto, prevê a possibilidade do ensino religioso nas escolas públicas, mas de maneira facultativa, ou seja, o ensino religioso é permitido desde que seja opcional e respeite a liberdade de consciência e crença dos alunos.

A vigente constituição 1988, reafirma a liberdade religiosa e o caráter laico do Estado.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçá-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;¹⁸

Se compreendemos que o Estado, de acordo com a Constituição Federal, é laico, por que vemos agendas políticas sendo construídas e defendidas com base em uma moral e compreensão religiosa específica? Como já mencionado na introdução deste trabalho, vimos que na última década os discursos conservadores não só elegeram candidatas/os, como

¹⁷ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891) https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

¹⁸ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

tornaram-se política educacional, ganhando espaço em documentos que objetivaram direcionar a educação nacional, como a BNCC.

Por isto é fundamental, para compreensão desta discussão, aprofundarmos o debate acerca dos conceitos dos conservadorismos, suas possíveis referências históricas, desdobramentos, avanços, retrocessos, mudanças e alianças com os novos e mais antigos conceitos. Nenhum conceito nasce pronto. Ao longo dos anos, as pessoas comuns, do cotidiano, por vezes desprezadas nos livros que se propõe a contar a história dos próprios conceitos e suas elaborações, são as que formulam, interagem, modificam e dão vida prática aos conceitos.

É no cotidiano que elaboramos e, consequentemente mudamos e remodelamos, enfrentamos, criamos e recriamos àquilo que os livros irão atribuir e nomear como fatos históricos e atribuir aos seres legítimos e reconhecidos historicamente (geralmente o homem branco, hétero e cristão na historiografia tradicional). Portanto, qual a história dos conservadorismos? Este conceito, central, que pauta anos da minha pesquisa e consequentemente é ponto de partida deste trabalho, tem ligação direta com os discursos religiosos, não só no Brasil, como no mundo, não só no agora, como no antes. E é chave fundamental para compreendermos o espaço que a laicidade ocupa nas disputas dos cotidianos.

Desde antes da redemocratização do Brasil¹⁹, forças políticas保守adoras vêm atuando, pautando agendas, ganhando espaços e pleiteando suas ideias nos mais diversos

¹⁹ A expressão “redemocratização” evoca o procedimento de reestabelecimento da democracia e do estado de direito. No contexto brasileiro, a ditadura militar que estava no comando do Brasil (1964 -1985) começava a apresentar sinais de fraqueza. O governo militar não mais conseguia gerenciar o aumento do déficit público que levava o país a buscar empréstimos estrangeiros com mais frequência, resultando em desequilíbrios sociais relevantes para a sociedade devido à inflação.

A abertura política viabilizou o surgimento do movimento "Diretas Já", liderado pelas figuras de oposição, que ganharam força nas ruas. No dia 25 de abril de 1984, a Câmara dos Deputados votou a Emenda Dante de Oliveira, que propunha a eleição direta para a presidência, mesmo em meio ao regime de exceção. Entretanto a emenda foi derrotada.

A escolha do primeiro presidente civil seria realizada pelos congressistas. O partido que apoiava o regime militar, o PDS, indicou Paulo Maluf como candidato, enquanto o partido de oposição, conhecido como MDB na época, apresentou Tancredo Neves. Tancredo Neves ganhou nas votações, porém faleceu antes de tomar posse. A presidência foi assumida por José Sarney.

Sarney foi o responsável pelo “Plano Cruzado”, que propunha mudanças para reestabelecer a economia do país. Apesar da aprovação do Plano Cruzado, o país continuou a ver a alta das inflações e seus problemas econômicos não sendo superados, pois o mesmo não resolia os problemas de déficit público.

O ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, disputou a presidência com o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. Collor tornou-se o primeiro presidente civil eleito pelo voto popular após o período da ditadura militar.

cenários brasileiros, principalmente no campo educacional²⁰. Espaço no qual me proponho a pensar neste trabalho. Os pensamentos conservadores²¹, que emergiram como uma reação ao Iluminismo e às consequências da Revolução Francesa, apresentam diversas maneiras de interagir com os mais diversos elementos sociais.

No interior do debate das ciências sociais, e particularmente da teoria política, a noção de conservadorismo mais generalizada tem um sentido menos inclusivo ou, se quiser, mais técnico. Uma analista da Universidade de Gales afirma que, na teoria política, o uso do termo mais patente é geralmente datado [...] de depois da Revolução Francesa. Muitos estudiosos admitem que sua verdadeira origem política data mais precisamente do início da década de 1800, nos Estados Unidos [...]. Alguns dos primeiros membros do Partido Nacional Republicano americano intitularam-se conservadores neste sentido. Na França, o termo foi criado pelo jornal de Chateaubriand, *Le Conservateur*, da década de 1820. Esse periódico destinava-se a propagar ideias sobre a restauração política e clerical. Na Grã-Bretanha, apareceu pela primeira vez no jornal *Quarterly Review*, em 1830. Por volta de 1835, tornou-se a designação oficial do Partido Tóri. Blake observa que sua adoção gradual a partir de 1832 “foi uma tentativa deliberada de expurgar do partido suas antigas associações e simbolizar, senão um rompimento com o passado, pelo menos uma mudança em curso”. O termo propagou-se pela Europa a partir da década de 1840. As sublevações políticas de 1829-1830 e 1848 focalizaram a atenção do pensamento conservador nos perigos da revolução, embora a industrialização e a democratização também desempenhassem um papel significativo. (VINCENT, 1995, p.65)

Importante análise para continuação deste trabalho é compreendermos as diferentes aplicações da própria palavra “conservador/conservadorismo”. Podemos relacioná-la diretamente com o ato de conservar²², se assim fizermos, podemos dizer que todos nós, de certa forma, somos conservadores. Pois todos, em alguma medida, conservamos pensamentos, modos e maneiras de agir e estar na sociedade. Essa noção, baseada no senso comum, traz uma ideia de naturalidade e esvazia de sentido e propósito a reflexão crítica e histórica sobre os

²⁰ No próximo tópico, intitulado: Conservadorismos e religião: a política de fé no Brasil, aprofundaremos a discussão sobre o período de ditadura militar brasileiro, bem como da redemocratização do Brasil até os anos de desgoverno bolsonarista.

²¹ Cabe ressaltar aqui que tratarei ao longo deste trabalho o conservadorismo como conservadorismos. No plural. Há uma série de manifestações conservadoras, de diferentes linhas, origens e pensamentos. Este trabalho não objetiva diferenciá-las em sua gênese, nem criar uma história temporal de desenvolvimento das diversas formas e fontes de manifestação dos diferentes teóricos e linhas de pensamentos conservadoras. O objetivo deste texto é compreender, no campo da política brasileira atual, como os conservadores tem pautado agendas que interferem, transformam e permeiam nosso dia a dia, em especial a escola pública e as universidades públicas no que tange à formação de professores.

²² De acordo com o dicionário, a palavra conservar é um Verbo: 1 - transitivo direto, transitivo direto predicativo e pronominal manter(-se) em bom estado, ou no mesmo estado anterior. "conservavam a fazenda (impecável)" 2 - transitivo direto e pronominal manter(-se) sem alterações físicas, químicas ou evolutivas. "algumas pessoas conservam o brilho nos olhos" <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>

conservadorismos. E é justamente nessa dualidade que os conservadores políticos escondem a produção de teorias e agendas conservadoras nas quais agem politicamente.

Com efeito, só é possível entender o conservadorismo dentro do campo de debate da política. Assim, deixamos de lado a discussão do comportamento humano, e nos colocamos no lugar onde é plausível visualizar melhor o conservadorismo. Segundo Hirschman (1992), é admissível identificar uma retórica do conservadorismo político, uma vez que essa se apresenta como enfrentamento a qualquer mudança no ordenamento político que possa, de alguma forma, transformar as relações de poder em uma sociedade. Nesse sentido o conservadorismo político é inaugurado por Edmund Burke e sua crítica a Revolução Francesa. (SEPULVEDA e SEPULVEDA, 2016, p. 80 e 81)

Burke, um dos principais críticos da Revolução Francesa, opunha-se a destruição das consagradas instituições sociais pela Revolução. Ele recusa o desenvolvimento das novas riquezas, não pelo fato de se opor ao capitalismo nos aspectos econômicos, mas sim porque é contra a ruptura com as instituições pré-capitalistas, que consagram os privilégios e as leis da Igreja, do modelo cristão familiar e consequentemente os privilégios que a estrutura familiar baseada no antigo modelo feudal é capaz de fornecer aos seus membros socialmente.

Se vimos até aqui o pensamento conservador como “antiburguês”, após 1848, este muda, ganha aprofundamentos e transformações sociais. A burguesia que até então buscava revolucionar os padrões sociais e econômicos, torna-se hegemônica, e esta burguesia precisa organizar-se contra os movimentos dos proletários, que ganham protagonismo na luta revolucionária. Deste modo, o pensamento conservador, ganha outra vertente e muda sua função social de antiburguês para então antiproletário.

A transformação no caráter do conservadorismo aprofunda-se: passa a desenvolver no seu interior mais do que estes dois traços, tendo agora um eixo contrarrevolucionário. Vemos nos primeiros conservadores uma negação à revolução que é expressada no repúdio à revolução burguesa, entretanto, como mencionado, no pós-48, estes conservadores compreendem que não há mais a possibilidade da restauração dos antigos modelos socioeconômicos, sendo assim o conservadorismo passa expressar repúdio a qualquer forma de revolução. Deste modo, o pensamento conservador passa a ser caracterizado como contrarrevolucionário, alterando a sua função social de instrumento da luta antiburguesa para a defesa burguesa contra o protagonismo revolucionário do proletariado e esta mudança afetará a própria estrutura teórica que até então vinha definindo os conservadorismos. (ESCORSIM NETTO, 2011)

O conservadorismo vai dar as mãos ao positivismo e no pós-48, fundando as modernas ciências sociais, tornar-se-á um importante componente da cultura burguesa [...]. Nesta passagem, desaparecem do pensamento conservador as demandas restauradoras e o próprio componente anticapitalista se converte numa conceptualização de caráter científico. A atenção dos conservadores se

voltará para um corpo de conhecimento que, favorecendo a gestão da ordem burguesa (mesmo que, para esta funcionar, haja que promover reformas dentro da ordem), permita regular e controlar suas crises e, assim, superar a ameaça revolucionária. [...]. Nenhum autor expressa melhor e mais congruentemente o pensamento conservador neste momento que Durkheim. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 52)

O pensamento conservador de Durkheim efetiva-se como um enfrentamento ao conjunto de problemas políticos, econômicos e sociais que o surgem nas imposições da classe operária no curso da constituição da sociedade capitalista. Os esforços de Durkheim se constituem em impedir que a sociedade burguesa se desintegre. Ele acreditava que uma sociedade estável depende de valores e normas compartilhados e argumentava que a moralidade, a religião e a educação são essenciais para manter a coesão social e evitar a anomia, um estado de desordem e falta de normas. A ordem social e a estabilidade, tão importantes para Durkheim, são características típicas do pensamento conservador.

Os esforços deste pensamento são o de invalidar qualquer possibilidade revolucionária, defendendo que as mudanças sociais devem ocorrer de maneira gradual e ordenada para evitar a disruptão da coesão social. Para tal, enxergava as instituições sociais, como a família, a educação e a religião, como reguladoras do comportamento sendo capazes de promover a estabilidade social, porque essas instituições protegem a sociedade contra a anomia, garantindo que os indivíduos se sintam parte de um todo maior e sigam normas e valores comuns. Durkheim argumenta:

É ainda ao professor de filosofia que cabe despertar nos espíritos que lhe são confiados a ideia do que é uma lei; de lhes fazer compreender que os fenômenos físicos e sociais são fatos como os outros, submetidos a leis que a vontade humana não pode interromper à sua vontade, e que por consequência, as revoluções no sentido próprio do termo são coisas tão impossíveis como os milagres (LOWY, 1994, p. 27)

De Burke a Durkheim há nos conservadores um espírito de confiança de que os diversos conflitos e condições históricas seriam positivos. A gênese da conceituação Durkheimiana vê o futuro de forma otimista porque acredita que os homens cederiam a compreensão de que é fútil a luta contra a “ordem natural” ou pelo fato de que as ideias das camadas dirigentes iriam impor-se. E aqui temos mais uma justificativa para o uso de conservadorismos, no plural, neste trabalho, pois Durkheim defendia, inclusive que uma nova moral laica poderia garantir o controle necessário a harmonia social. Nesta perspectiva vemos que há possibilidade da existência do conservadorismo desassociado da religião como instrumento principal de estabelecimento social. Estas são as características que marcam este período do conservadorismo, denominado por Escorsim Netto (2011), de clássico.

Uma semana antes do falecimento de Durkheim acontece a Revolução Bolchevique que junto com a Primeira Guerra Mundial, certamente traz novas contextualizações para a história dos conservadorismos. Um ponto marcante na evolução da filosofia do conservadorismo é a perda da perspectiva otimista para adesão ao desespero e a angústia, associando-se ao reacionarismo moderno e até as filosofias de vida do fascismo. Trazendo para os conservadorismos do século XX características novas.

Outro importante intelectual que nos ajuda a pensar e compreender os conservadorismos em suas manifestações e interações com a sociedade é Karl Mannheim, um sociólogo húngaro-alemão, conhecido por suas contribuições significativas ao estudo da sociologia do conhecimento e do conservadorismo. Os conservadores temem a perda de valores tradicionais e carregam o pensamento de que todos os seres humanos são naturalmente desiguais, valorizam a meritocracia, portanto para eles o mundo é antidemocrático e desigual.

Mannheim (1986) faz uma importante distinção sobre os pensamentos reativos, que são reações quase inconscientes, presentes em todas as eras da história dos seres humanos, para tal ação, ele deu o nome de tradicionalismo. Deste modo o conservadorismo é o “tradicionalismo tornado consciente”, é a junção entre o político e o social formando um programa histórico, como uma proposta de “contra utopia”, ou seja, não temos somente um conjunto de pensamentos, mas temos aliados a estes pensamentos práticas e ações formando um novo estilo de pensamento. Mannheim argumenta que “devemos mostrar como a oposição de direita, político e social, não apenas se colocou contra a dominação política e econômica do capitalismo emergente, mas como também se opôs a ele” (MANNHEIM, 1986, p. 97).

Portanto Mannheim (1986) define o conservadorismo como um estilo de vida que se apega ao mundo real e concreto. Ele também nos ajuda a perceber como o conservadorismo vai ganhando corpo teórico com as variadas contribuições de autores que se dispõe a analisar a sociedade moderna. Ele argumenta que os conservadores acreditam que as instituições e práticas sociais tradicionais têm um valor intrínseco, pois foram testadas pelo tempo e se provaram eficazes na manutenção da ordem social, onde as elites sociais e econômicas adotam ideologias conservadoras para manter seu status e poder. No entanto, ele também reconhece que o conservadorismo pode ser adotado por outras classes sociais, atraídas pela promessa de estabilidade e segurança.

Mannheim (1986) vê o conservadorismo não como uma ideologia fixa, mas como uma resposta relacional a outras ideologias. Argumentando que o conservadorismo se define em oposição ao radicalismo e ao liberalismo, posicionando-se como uma alternativa moderada que

busca equilibrar a ordem e a mudança. Nesse aspecto o desenvolvimento do conservadorismo deu-se ao questionar a ideia de “estado de natureza”, questionando o princípio da razão, considerando-o abstrato.

Mais tarde, porém, eles descobriram um método muito mais radical de se utilizar das normas eternas do Iluminismo. Em vez de encarar o mundo como algo eternamente em mudança, em contraste com a Razão estática, eles conceberam a própria Razão e suas normas em mudança e movimento. Dessa forma, o impulso de oposição ao pensamento do direito-natural realmente contribuiu com algo novo, alcançou novas concepções que teriam um papel importante na evolução posterior. (MANNHEIM, 1982, p. 115)

Ao longo dos anos, como coloca o autor Sidnei Ferreira de Vares (2016), linhas de pensamento foram se estruturando acerca dos conservadorismos, a mais divulgada admite a presença de várias correntes conservadoras, dando enfoque a três grandes ideologias: liberal, romântica e tradicionalista. O conservadorismo liberal tende a adotar alguns princípios do liberalismo clássico, como a propriedade privada, o Estado mínimo e os direitos individuais²³. O conservadorismo romântico que expressa um desejo nostálgico por um passado idealizado, pastoral, rural e anti-industrial, valorizando um estilo de vida simples, idílico e religioso baseado em valores e sentimentos comunitários²⁴. E o conservadorismo tradicionalista que valoriza os costumes, tradições e convenções sociais, priorizando a razão prática sobre a teórica. Nessa perspectiva, a vida em comunidade é vista como um processo contínuo em que as mudanças ocorrem naturalmente, sem depender exclusivamente do pensamento racional.

Dentre as três destacadas acima, aprofundo esta discussão no processo de compreensão e estudos sobre a formação dos pensamentos conservadores no livro “Revolta e Melancolia” Lowy e Sayre (2015), onde os autores apresentam uma importante e aprofundada discussão sobre o romantismo, diferentemente de uma visão que o restringe ao movimento artístico, literário e filosófico, como muitas vezes pontuado, os autores discutem que os conceitos são construídos historicamente, por intervenções culturais, políticas, morais, etc, presentes em cada período, sendo permeadas por contradições e tensões.

Deste modo estendo esta análise para pensar os conservadorismos, não apenas como produto de ações políticas isoladas ou ações no âmbito privado, e sim como uma construção

²³ Para mais informações, Christian Edward Cyril Lynch: CONSERVADORISMO CALEIDOSCÓPICO: EDMUND BURKE E O PENSAMENTO POLÍTICO DO BRASIL OITOCENTISTA.

²⁴ Para maior aprofundamento na compreensão da manifestação conservadora no movimento romântico, ler LÖWY, Michael, SAYRE, Robert. Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da história. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995.

histórica que permeia, inclusive, as discussões educacionais, campo no qual temos visto grandes ataques conservadores nos últimos anos, justamente por ser um espaço de disputa central na promulgação de ideias e formação.

O crítico americano Arthur O. Lovejoy, em um de seus mais conhecidos trabalhos, sugeriu, à época (século XIX) que os críticos literários evitassem o uso de um termo que poderia causar confusão aos leitores, como o “Romantismo”. Segundo ele, a palavra significou tantas coisas que deixou de cumprir a sua função de significância verbal. Entretanto, Lowy e Sayre (2015) descartam essa possibilidade, pois a mesma lógica pode ser aplicada à diversas palavras que caíram no uso corriqueiro, como “política”, “esquerda”, “liberalismo”. Cabe a nós, pesquisadoras e educadoras, não eliminar palavras devido aos seus mais diversos empregos ou até banalização, mas aprofundar nossas análises afim de que possamos alcançar compreensões que nos ajudem a elaborar nosso dia a dia.

O problema, então, do discurso conservador é seu poder de persuasão. Como bem analisa Mannhein (1959), o conservadorismo nasce do tradicionalismo; portanto, tem um forte significado social e identitário, tornando mais fácil, para uma parcela da população, se identificar com seu discurso. Isso potencializa a já mencionada carga emotiva do termo. E tal potencialização impulsiona a organização de grupos proativos em defesa da “moral e dos bons costumes”, muito em voga atualmente no país e no mundo. (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2019, p. 873)

Os autores apresentados até aqui nos ajudam a visualizar os momentos históricos nos quais percebemos a consolidação dos conservadorismos e as filosofias que foram moldando e transformando-o. Mas como já dito, o interesse maior deste trabalho não é esmiuçar as linhas de desenvolvimento histórico dos conservadorismos, e sim, ajudar a compreender como e por que o conservadorismo religioso brasileiro focaliza parte de suas ações para trabalhar no campo da educação.

Para tanto, darei um salto histórico para então, compreender as atualizações dos conservadorismos, seus (nem tão) novos entrelaçamentos e as alianças que suas diversas correntes filosóficas vem firmando com o campo econômico, para sustentar-se e fortalecer-se. Wendy Brown uma teórica da política contemporânea, analisa de forma crítica as relações entre neoliberalismo, democracia e conservadorismo. Brown (2019), através de suas lentes e interpretação do mundo, nos oferece uma visão profunda sobre como esses conceitos se entrelaçam e impactam as sociedades modernas.

Ela nos apresenta este entrelaçamento entre o neoliberalismo, que incorpora elementos dos conservadorismos, como a ênfase na ordem, autoridade e as normas tradicionais, para promover uma agenda econômica que desmantela o bem-estar social e reforça desigualdades.

Alguns elementos apresentados pela autora sobre os conservadorismos têm referências antigas, como já mencionadas neste trabalho quando analisei o processo de transição do pós-48, como movimentos conservadores surgirem frequentemente como uma reação ao progresso social e às mudanças culturais, utilizando a retórica da moralidade, da família tradicional e nuclear e da nação para resistir a mudanças que consideram uma ameaça à ordem social dominante estabelecida.

A economização da vida política pelo neoliberalismo produz um efeito contraditório: incita expressões ferozes de conservadorismo político e social ao mesmo tempo que avança as lógicas de mercado e moral que desmantelam formas sociais e políticas tradicionais. (BROWN, 2019, p. 9)

Para Brown (2019) o neoliberalismo não apenas transforma as sociedades e as economias, ele também facilita o ressurgimento de políticas antidemocráticas e conservadoras ao transformar todas as esferas da vida social em termos de mercado. O neoliberalismo, transforma as questões sociais e políticas em questões econômicas e de gestão técnica esvaziando-as do debate democrático e social. Ao despolitizar os aspectos da vida social e política, abre espaço para formas autoritárias e conservadoras de governança.

O neoliberalismo tem sido um dos principais arquitetos de nossa situação antidemocrática, mas não é a única força em ação. Forças conservadoras, muitas vezes aproveitando as rupturas e desigualdades produzidas pelo neoliberalismo, contribuem com suas próprias lógicas antidemocráticas." (BROWN, 2019, p. 25)

Agindo desta forma, a agenda neoliberal, promove a individualização dos sujeitos e gera instabilidade e desigualdade social. Os conservadores exploram está instabilidade para promover sua agenda, com a promessa de restaurar a ordem e os valores tradicionais. A criação das condições de instabilidade, precariedade e inseguranças criadas pelo neoliberalismo facilitam o surgimento de políticas conservadoras. Não à toa, no Brasil, um dos grandes motes dos conservadores contra os direitos humanos é “bandido bom, é bandido morto” e também a extrema valorização da família patriarcal, onde homens e mulheres tem papéis definidos. O homem como supridor da casa, a mulher como cuidadora do lar e dos filhos. Como argumenta Brown “o neoliberalismo não é apenas um conjunto de políticas econômicas; também é uma racionalidade governante que estende os valores e práticas de mercado a todas as instituições e ações sociais”. (BROWN, 2019, p. 37)

Deste modo a agenda econômica e a agenda moral tornam-se aliadas e ao invés de disputar entre si, encontram apoio uma na outra para unir forças contra a democracia e os direitos humanos. Os neoliberais expandem sua lógica de mercado e os conservadores

implementam sua ordem moral, promovendo o desmoronamento da democracia em diversos níveis. Se “o neoliberalismo é uma racionalidade que não apenas reforma estados e economias, mas também transforma cidadãos em empreendedores de si mesmos” (BROW, 2019, p. 45), atrelar essa filosofia a uma moral religiosa que promete prosperidade terrena e de brinde um lugar no céu, é a receita chave para a proliferação de uma agenda conjunta.

Vemos aqui um (nem tão) novo caráter dos conservadorismos, ele pode atuar como uma força antidemocrática ao limitar a participação popular e preservar hierarquias sociais e econômicas existentes. Brow (2006) também faz uma importante análise da relação entre os conservadorismos e a cultura e como eles se manifestam nas políticas identitárias. Para a autora a tolerância é usada como uma ferramenta de controle e regulação social, onde o conservadorismo cultural se apropria da linguagem da tolerância para justificar a exclusão e a discriminação.

Os conservadores religiosos fazem uso justamente do conceito de tolerância para discriminar, silenciar e violentar através de sua moral. Ao argumentar que o papel da mulher é ser submissa ao marido, mas “tolerar” um emprego que não comprometa a jornada de trabalho no lar nem as funções maternas, os conservadores religiosos impõem a lógica machista e patriarcal disfarçada de tolerância cultural. Bem como, quando em seus discursos afirmam que amam o pecador (o gay, a lésbica, a mulher trans, o homem trans), mas não aceitam o pecado (as práticas e identidades de gênero e sexualidade que esses corpos fazem uso).

A tolerância funciona como uma prática governamental que despolitiza desigualdades e injustiças, tratando-as como diferenças culturais a serem toleradas em vez de problemas políticos a serem resolvidos. [...] A democracia liberal utiliza a tolerância para neutralizar a contestação política, apresentando-se como uma forma de governo justa e inclusiva enquanto perpetua exclusões e hierarquias. (BROW, 2006, p. 25 e 45)

Brow faz a associação do neoliberalismo com o conservadorismo, olhando para a política norte-americana, mas também olhando globalmente. Entretanto, no Brasil, há pesquisadoras que falam com bastante clareza sobre a nossa realidade e também vinculam as políticas neoliberais aos conservadorismos, como faz a pesquisadora Tatiana Poggi, quando argumenta que “o conservadorismo contemporâneo no Brasil tem se articulado com o neoliberalismo, promovendo uma agenda que combina a defesa dos valores tradicionais com políticas econômicas de desregulamentação e privatização.”. (POGGI, 2019, p. 78)

No tópico a seguir irei dialogar com alguns autores que apresentam as múltiplas faces e relações que os conservadorismos vem articulando no Brasil. A escola, inserida na sociedade, reflete, elabora e se constrói nas múltiplas interações do cotidiano, dialogando e interagindo

com o Estado. E são nas articulações políticas do Estado, que conservadores religiosos tem elaborado uma agenda educacional, na qual iremos ao decorrer deste trabalho tentar expandir nossa compreensão.

1.1 OS CONSERVADORISMOS NO BRASIL

Poggi (2019) elabora uma história do conservadorismo no Brasil, destacando como ele se desenvolveu em resposta a eventos históricos e mudanças sociais. Para ela, o conservadorismo tem raízes profundas que vem desde o período colonial e Império brasileiro. Tempo este, aonde as elites agrárias e os grandes proprietários de terras desempenharam um papel crucial na formação de uma ideologia conservadora, que buscava manter a ordem social e econômica existente (POGGI, 2019, p. 15). A Proclamação da República em 1889, traz ares de mudança social a partir de um novo modelo de governo, mas isto não é suficiente para minimizar o conservadorismo, que se adaptou às novas estruturas políticas, mas continuou a ser dominado pelas elites tradicionais que resistiam às mudanças sociais e políticas.

Na República Velha, o conservadorismo se consolidou através da manutenção das oligarquias no poder, que controlavam o aparato estatal e garantiam a continuidade de uma estrutura social baseada na exclusão e na desigualdade. (POGGI, 2019, p. 28)

No período do regime militar no Brasil (1964-1985) os discursos anticomunistas e a defesa da segurança nacional endossaram os conservadorismos, fazendo uso do aparato estatal para reprimir movimentos políticos e sociais de esquerda, onde houve um fortalecimento do conservadorismo²⁵. Após a redemocratização em 1985 a transição para uma gestão de valorização da democracia trouxe novos desafios para o conservadorismo no Brasil, que passou a se articular com o neoliberalismo, dando fôlego a “uma agenda econômica de mercado livre ao mesmo tempo em que defendia valores sociais tradicionais.” (POGGI, 2019, p. 75).

Nas últimas décadas, o conservadorismo brasileiro viu o surgimento de uma “nova direita”, caracterizada por uma combinação de neoliberalismo econômico e conservadorismo moral e cultural. Essa “nova direita” brasileira se apresenta através da sua capacidade em mobilizar diferentes seguimentos sociais em prol de uma agenda que mistura liberalismo econômico com conservadorismo nos costumes, objetivando reverter as conquistas progressistas das décadas seguintes a redemocratização do Brasil (POGGI, 2018). A autora

²⁵ O período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) bem como o processo de redemocratização são fundamentais para compreendermos a ascensão da religião cristã e sua aliança com os conservadores. Portanto, trataremos no capítulo a seguir com mais profundidade sobre o assunto.

também destaca características específicas do conservadorismo no Brasil, como a defesa da hierarquia social, a religião como base moral da sociedade, a valorização da família tradicional e a preferência por uma economia de mercado regulada.

E vemos o resultado dessas políticas nos ataques diretos às mulheres e as pessoas LGBTQIAPN+, onde a “nova direita” aplica fortemente sua moral conservadora atuando na esfera da sociedade civil e na sociedade política. A popularidade do conservadorismo está justamente no individualismo e competitividade que o neoliberalismo consolida. Intrínsecos entre si, conservadorismo e neoliberalismo trabalham juntos, como peças que fazem uma engrenagem macro funcionar. Mariano da Silva (2019), identifica na família o palco de consolidação entre o conservadorismo e o neoliberalismo, pois é na “família” (tradicional, nuclear e patriarcal) que a teoria conservadora se solidifica com a prática neoliberal.

Parece contraditório dizer que a família é central neste contexto, porque já mencionei que o neoliberalismo atua promovendo a individualidade e a competitividade, mas é justamente pelo estado neoliberal não dar conta da coletividade social que a família se torna a responsável por promover a reprodução social capitalista, deste modo a única instituição de apoio a qual as pessoas podem recorrer é a família.

Para tal, a moral conservadora religiosa sobre o modelo familiar não pode contradizer as leis do neoliberalismo, portanto esta família precisa também corresponder a um modelo hierárquico, violento, machista e misógino. Neste momento, as igrejas abraçam esse modelo familiar, que condiz e se explica através da família promovida na bíblia, que é patriarcal, que é regida por dogmas e torna-se, junto com esta família a instituição de auxílio a estes sujeitos.

Assim, o familismo se combina com o neoliberalismo de maneira objetiva (a ausência de seguridade social dentro da sociedade capitalista patriarcal tende a aumentar o peso das responsabilidades das mulheres) e também de maneira subjetiva, pois embora a defesa da “família” possa parecer uma antítese do individualismo exasperado do neoliberalismo, essa “família” é definida de acordo com o comportamento do membro da família, que está sempre sob avaliação de desempenho. Ou seja, há inúmeros limites na questão de o quanto a família será efetivamente contraditória com o individualismo, já que a “família” também está profundamente imersa nos valores e crenças dominantes de uma determinada época. (HOEVELER; OLIVEIRA, 2022, p. 39)

Estas concepções neoliberais e conservadores recaem sobre o Estado, que não é neutro nem imutável, mas como definiu Michael W. Apple (1989) *está sempre em formação*, portanto está sempre em disputa. Para o autor diferentes grupos articularam-se a partir de diferentes

objetivos, como forma de tornarem suas ideias hegemônicas²⁶. Nessa perspectiva Estado não é somente o lugar no qual grupos diferentes lutam para legitimar e estabelecer suas concepções, mas o Estado se forma e se transforma através dessas lutas, modificando, assim, tanto seu conteúdo quanto sua forma. (GANDIM; LIMA. 2016)

Apple (1989) faz uma importante análise em suas obras sobre a necessidade de levarmos em consideração o Estado nas análises sobre a educação, porque o processo educacional é justamente uma das responsabilidades do Estado e nos ajuda a compreender o campo do currículo a partir do conceito de hegemonia, formulado por Antônio Gramsci. Em sua visão as escolas não são um espaço de reprodução social onde os estudantes são moldados pelos professores de acordo com a ideologia da hegemonia vigente.

Entretanto, a escola, é um espaço de disputas e contradições, ou seja, é um espaço social onde há territórios sendo disputados por grupos dominantes que tentam impor suas ideologias, mas também encontram resistências e outras ideias circulando. A escola e a família são os lugares de elaboração dessas hegemonias, por isso, os conservadores religiosos buscam alianças com o neoliberalismo para ocupar as escolas e implementarem através da educação o individualismo, o modelo patriarcal e misógino de família, seus discursos de ódio e violência. A escola é o principal atravessador entre as famílias e o mundo do trabalho, portanto disputar seu espaço em busca da hegemonia neoliberal e conservadora torna-se uma política de Estado.

O controle do aparato cultural da sociedade, tanto das instituições que produzem e preservam o conhecimento, quanto dos atores que trabalham nelas, é essencial na luta pela hegemonia ideológica. (APPLE, 1989, p. 22)

O cotidiano escolar é formado por diversos processos de tessituras que acontecem por meio das interações pedagógicas e curriculares. Podemos observar crianças e jovens tentando por diversas vezes, através de um processo violento de destruição das suas identidades, assimilar os códigos (currículos escolares) impostos hegemonicamente pelo neoliberalismo e

²⁶ O conceito de hegemonia desenvolvido pelo filósofo marxista italiano Antonio Gramsci ajuda-nos a desvendar os jogos de consenso e dissenso que atravessam e condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação, interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade. No entender de Gramsci, a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrechoques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política. Segundo Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (GRAMSCI, 2002b, p.65). (MORAES, 2010)

conservadorismos. E tantos outros, resistindo e combatendo as estruturas de poder que buscam silenciar seus corpos e existência.

As múltiplas táticas de resistências, por vezes, ocorrem sem necessariamente recorrer a confrontos diretos, desmistificando a ideia de que o poder, a inovação e a criatividade são elementos oriundos das elites dominantes. São as práticas cotidianas, muitas vezes invisíveis ou subestimadas, que carregam significados políticos e sociais, constituindo um campo de resistência e inventividade.

As táticas elaboradas nos cotidianos escapam à normatividade, porque não são institucionalizadas. Elas acontecem nos interstícios do sistema, nos espaços não previstos e são profundamente políticas porque redefinem o uso de produtos, espaços e narrativas, criando formas de autonomia frente aos poderes hegemônicos.

As práticas ordinárias são formas silenciosas e persistentes de resistência. Elas constroem uma rede de usos e significados que não correspondem ao discurso hegemônico. (CERTEAU, 1994, p. 18.)

Apple (2006) nos ajuda a compreender as disputas em torno deste currículo, o porquê e como um determinado conhecimento se torna verdadeiro. Ao longo deste trabalho examinaremos as disputas dos conservadores religiosos para impor como verdade sua moral no campo educacional.

[...] a hegemonia atua para “saturar” nossa própria consciência, de maneira que o mundo educacional, econômico e social que vemos e com o qual interagimos, bem como as interpretações do senso comum que a ele atribuímos, se torna o mundo tout court, o único mundo. Assim, a hegemonia se refere não à acumulação de significados que estão em um nível abstrato em algum lugar “da parte superior de nossos cérebros”. Ao contrário, refere-se a um conjunto organizado de significados e práticas, ao sistema central, eficaz e dominante de significados, valores e ações que são vividos. Precisa ser entendida em um nível diferente do que o da “mera opinião” ou da “manipulação”. (APPLE, 2006, p. 39)

A escola é um espaço social, inserido nos contextos sociais e econômicos e recebe professoras, crianças, funcionários e famílias que estão inseridas em contextos e culturas que constroem o ambiente escolar. Uma sociedade na qual seus valores, moral, economia e cultura estão sendo permeadas pelas políticas neoliberais e conservadoras através de discursos religiosos, produz uma escola que é afetada e construída também por esses valores. As escolas tornam-se, portanto, o espaço de elaboração desta cultura, onde as disputas em torno dos discursos e das formas de ser, acontecem.

Assim como na sociedade o neoliberalismo e os conservadorismos encontram resistências e múltiplas formas de lutas a favor da democracia, da igualdade e da pluralidade,

no cotidiano escolar há luta, resistência e elaboração de uma proposta pedagógica inclusiva, laica e antimachista. Michael W. Apple (2003) nos ajuda a compreender a relação entre economia e educação, mas não de uma forma simplória, em seus trabalhos ele enfatiza que os vínculos entre produção e educação não podem ser entendidos de maneira mecânica ou determinista. Segundo Apple (2003), esses vínculos são permeados e mediados por processos de ação humana, que envolvem resistências e conflitos.

A hegemonia está diretamente ligada às experiências vividas pelas pessoas em seus cotidianos, os grupos hegemônicos trabalham constantemente para manipular a forma como as pessoas se relacionam com os campos econômicos, educacionais, sociais e culturais. Deste modo a visão de mundo e a interação com os diversos espaços tempo do cotidiano, como a escola, são passíveis de interpretações do senso comum, que por vezes se tornam a única forma possível de entender a realidade. O senso comum não depende diretamente das ideias hegemônicas para existir, mas há uma ligação entre ambos.

Os conceitos hegemônicos se constroem relacionando-se com a vida cotidiana das pessoas, enquanto o senso comum consiste na naturalização de certas ideias promovidas por grupos hegemônicos, que por meio do senso comum deixam de ser percebidos como dominantes e passam a ser aceitos como elementos naturais da vida cotidiana. Segundo Apple (2000) a hegemonia não age somente no campo político, mas atua também no campo cultural, dando formas e contornos a nossa percepção de mundo.

[...] o que tenho em mente é o sistema central, efetivo e dominante de significados e valores que não são meramente abstratos, mas que são organizados e vividos. É por isso que a hegemonia não pode ser entendida no plano da mera opinião ou manipulação. Trata-se de todo um conjunto de práticas e expectativas; o investimento de nossas energias, a nossa compreensão corriqueira da natureza do homem e do seu mundo. Falo de um conjunto de significados e valores que, do modo como são experimentados enquanto práticas, aparecem confirmando-se mutuamente. A hegemonia constitui, então, um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas” (WILLIAMS, 2011, p. 53)

Existe um grande esforço dos grupos conservadores e religiosos em implementar sua hegemonia, onde trabalham e pautam agendas constantemente, objetivando fazer com que a sustentação de sua moral religiosa, social e econômica seja entendida como algo da vida cotidiana. Por tanto, criar o “senso comum”, é fundamental na medida que a hegemonia se constrói a partir da conexão com a vida prática e social.

No entanto, não se pode dizer que o senso comum depende apenas da hegemonia para existir, nem se pode afirmar que o senso comum é formado apenas pelas ideias hegemônicas. Tampouco, em relação à hegemonia, é

possível dizer que ela só se faz presente através do senso comum. O que existe é uma relação de interdependência entre senso comum e hegemonia. O senso comum é, ao mesmo tempo, a naturalização de determinadas ideias de grupos hegemônicos – os interesses desses grupos, através do senso comum, deixam de ser vistos como dominantes e passam a ser entendidos como naturais, como essenciais na vida prática – e também é a base com a qual as ideias hegemônicas precisam estar conectadas. (GANDIM; LIMA, 2016, p. 651-664)

Outro fator tão importante quanto o senso comum para a criação e consolidação da hegemonia dos grupos dominantes são as alianças que os mesmos estabelecem. Vimos até aqui, com a ajuda de diversos autores, que os conservadores e religiosos tem se aliado com os neoliberais e construído alianças. Deste modo, grupos que podem parecer contraditórios, passam a tornar-se aliados, como a Bancada do boi, da bala e da bíblia (BBB) congresso brasileiro.²⁷ Apple (2000) nos ajuda a pensar a complexidade que essas alianças geram quando buscamos compreender os discursos hegemônicos, porquê essas alianças se dão nos consensos sobre os pontos comuns que sobrepõe as divergências de tais grupos.

E retomando aqui a perspectiva Thdompsoniana de pensarmos a história social a partir dos sujeitos “de baixo”, dos sujeitos comuns do dia a dia, essas alianças pensadas por Apple (2000) tornam-se ainda mais complexas, porque os grupos dominados e oprimidos podem colaborar com essas alianças hegemônicas, porque essas alianças podem por vezes contemplar alguns dos objetivos de vida que constituem esses sujeitos para além das questões de classe.

Ao analisarmos a ascensão dos conservadorismos, especificamente no que tange a religião cristã no Brasil, conseguimos materializar através de dados o que Apple (2000) nos apresenta. Como no contexto geral da América Latina, os grupos evangélicos que mais crescem no Brasil são os pentecostais, que tem como fiéis em sua maioria as pessoas dos seguimentos da classe popular. Uma pesquisa do DataFolha, revelou no ano de 2019, que a representação de negros e mulheres entre os evangélicos era de 59% e 58%, respectivamente.

Apesar da pauta dos conservadores religiosos serem contrárias aos avanços e lutas conquistadas pelos movimentos feministas, negros e LGBTQIAPN+, esses dados nos sugerem uma grande capacidade de atrair este público para as igrejas, tornando muito mais complexa a análise das ideologias travadas em torno das questões relacionadas a gênero, sexualidade e laicidade. Outro fator que complexifica esta análise é o fato de que as lideranças religiosas são majoritariamente masculinas. (MACHADO, 2020)

Onde estaria o ponto de atração entre as mulheres e as igrejas que pregam justamente a submissão de seus corpos e vida? Esta não é uma resposta única, muito menos terminada.

²⁷ Nos próximos capítulos apresentarei com maior clareza sobre as alianças no cenário político brasileiro.

Alguns pesquisadores nos ajudam a pensar alternativas que nos levam a compreender essas alianças formadas no interior destes núcleos conservadores e religiosos. Elizabeth Brusco (1995) analisou os movimentos religiosos na Colômbia em 1980 e interpretou a conversão ao pentecostalismo como uma estratégia racional das mulheres num contexto de pobreza e violência, onde as mesmas conseguiam atrair seus maridos para as igrejas e de certa forma minorar as adversidades no núcleo familiar. (MACHADO, 2020).

No Brasil os estudos revelaram que a adesão ao pentecostalismo traz uma reforma do pensamento católico e favorece a reconfiguração das subjetividades femininas e masculinas, impactando as relações familiares nas camadas mais empobrecidas. Cecília Mariz e Maria das Dores do Campo Machado (2020) apresentam em seus estudos evidências de que as mulheres que deixaram o catolicismo sentiam-se mais acolhidas nas igrejas pentecostais, desenvolvendo outras relações e ganhando até autoridade moral ao receberem estímulos das lideranças religiosas em serem mais independentes e pró ativas (MACHADO, 2020). E esta ligação se torna mais clara quando compreendemos os contornos que o pentecostalismo ganhou com a teologia da prosperidade e a teologia do domínio, onde nos aprofundaremos melhor no capítulo seguinte.

Flavia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Vaggione (2020) nos ajudam a pensar os conservadorismos nos anos mais atuais e o definem como “posicional” ao passo que para eles, os movimentos políticos conservadores se desenvolveram em resposta e/ou resistência aos avanços sociais conquistados por grupos minorizados²⁸ que desafiam a ordem estabelecida.

Pensar a Maioria Minorizada é contribuir com uma inovação teórica que vai à contramão do individualismo crescente nesta era neoliberal em que estamos inseridos. O construto permite a relação com uma série de signos culturais existentes de maneira que se configure num elemento novo. Muitas vezes imaginamos que a inovação surgirá somente no terreno da tecnologia e da materialidade palpável. Porém, da análise das interações sociais e culturais é possível propor, como faço aqui, uma nova abordagem, um elemento novo de compreensão das dinâmicas sociais e culturais. (SANTOS, 2020, p. 27)

²⁸ Diversos autores usam a expressão “minoritários”, mas nesta dissertação usarei o termo “minorizados, pois entendo que estas populações são colocadas em condição de menos direito, menos visibilidade, menos acesso a políticas públicas de saúde, educação, etc; Estes grupos minorizados não são menores em quantidade, nem menores em resistências, mas são submetidos a este lugar pela cultura patriarcal, misógina e neoliberal. Portanto, neste trabalho usarei as palavras como marcadores políticos, não apenas como disposições linguísticas para o fim de uma compreensão textual. “Maioria Minorizada, como dispositivo analítico de racialidade, insere-se nesse contexto de dominação hegemônica reconfigurando essa ação e discurso da meritocracia e associando a unidade do coletivo como fator primordial para a superação das barreiras de dominação e paralisia social. [...]. De este modo, maioria minorizada acompanha a conjunção de uma série de signos associados à população negra. Esse sintagma, como cunhado na semiótica, é o que possibilita a constituição de toda a significação paradigmática que dará valor à imagem do que cunho como maioria minorizada.” (SANTOS, 2020, p. 27)

Uma das dimensões da reação conservadora às políticas de gênero e sexualidade é a defesa de uma concepção de ordem sexual e familiar considerada ameaçada, baseada na moralidade cristã, na legalidade e no caráter procriador do sexo. Um novo termo, mais atual, tem sido usado em diferentes meios acadêmicos: neoconservadorismo. Surgiu inicialmente nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, objetivando a descrição das reações de intelectuais conservadores e para evidenciar coalizões políticas que vem se formando entre religiosos e não religiosos, com objetivo de manter a ordem patriarcal e fortalecer o sistema capitalista no contexto latino-americano. O termo permitiu uma aproximação entre o conservadorismo cristão e o individualismo liberal, especificamente na América Latina, refere-se à afinidade de evangélicos com as políticas neoliberais (BIROLI, VAGGIONE E MACHADO, 2020)

A grande convergência da aliança estabelecida entre os neoliberais e os conservadores, que são a base do neoliberalismo, é a sustentação da ideia de uma crise que afeta a família (modelo patriarcal de família). E a partir deste discurso, se valem dos dogmas cristãos para tentar reposicionar as mulheres que conquistaram o mercado de trabalho, em cuidadoras do lar e do casamento. Sendo importante ressaltar que estamos aqui falando da visão de mulher branca e burguesa. Porque as mulheres negras e pobres nunca tiveram a opção de não sustentar (ou colaborar no sustento) da casa.²⁹

Outro endossador das políticas neoconservadoras, para além da entrada da mulher no mercado de trabalho, é o que o divórcio e a autonomia sexual produziram, “um quadro de irresponsabilidade masculina e de vulnerabilidade feminina, para o qual a solução seria adoção de políticas pró casamento e pró família” (BIROLI, VAGGIONE E MACHADO, 2020). Os movimentos neoconservadores ganham identidade ao se opor as conquistas dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+. O neoconservadorismo ainda amplia sua dimensão com a juridificação da moralidade, levando os embates para o campo do direito, mais especificamente dos direitos humanos.

Para o catolicismo, a sobreposição entre moral religiosa e leis seculares é um componente central de sua posição naturalista. Precisamente, diante da incorporação dos direitos sexuais e reprodutivos como parte dos direitos humanos, a Igreja Católica ativou um discurso baseado em uma moral sexual universal, que reflete a defesa da família natural e da sexualidade vinculadas à reprodução. [...]. Na visão do Vaticano o impacto desses movimentos nas Nações Unidas em meados dos anos 1990 precisava ser contido. Esse posicionamento é, assim, um marco central na consolidação da reação

²⁹ Adentraremos em capítulos posteriores na discussão de gênero, sexualidade, classe, raça e religião numa perspectiva interseccional que nos dará elementos para discutir com mais profundidade estas questões.

neoconservadora: trata-se de redefinir sentidos e limites para os direitos, não simplesmente recusa-los. (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 30)

E mesmo com todos os ataques fomentados pelos partidos mais conservadores, de direita, de extrema direita e todos àqueles contrários aos avanços e ganhos sociais, a agenda de gênero conseguiu avançar em diversas discussões e alcançou êxito no estabelecimento de políticas públicas e leis. Os Estados democráticos favoreceram as pautas levantadas por feministas, pelo movimento LGBTQIAPN+ e dos direitos humanos e em diversos países da América Latina durante as décadas de 1980 até os anos 2000, onde podemos enxergar vários processos de liberalização e democratização (BIROLI, 2020).

Entretanto estes movimentos não são lineares e não acontecem sem disputas e retrocessos, mesmo em meio aos avanços, evidenciando os conflitos nas agendas dos distintos grupos políticos. Os movimentos feministas e LGBTQIAPN+, pautam a igualdade de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos, enquanto os católicos carismáticos e pentecostais mobilizam a defesa da liberdade religiosa, da família e da moral sexual cristã (BIROLI, 2020). Entretanto, de forma mais evidente, as disputas em torno de uma “ideologia de gênero” ganharam o centro das discussões políticas em diversas partes do mundo, onde lideranças de direita e extrema direita se propuseram a trazer este tema para o centro das discussões, junto com a defesa do modelo econômico neoliberalista.

Neste contexto vemos uma erosão da democracia, onde os retrocessos aos direitos já conquistados são evidenciados e cada vez mais as disputas em torno do modelo familiar cristão que impõe uma ordem sexual é fundada em concepções morais unitárias. O que nos possibilita pensar que a agenda antigênero é consequentemente uma agenda antidemocrática e desse modo, podemos aproximar os conservadores religiosos também das pautas antidemocráticas, exibindo aqui mais um dos possíveis caráteres dos conservadorismos. Por isso, trago novamente a defesa que faço neste trabalho de tratar conservadorismos no plural, porque ao analisar as micro-histórias cotidianas, nas quais pessoas do dia a dia vão elaborando as pequenas políticas e dando corpo ao que lá na frente se tornará maior, vemos novas e múltiplas caracterizações para os conservadorismos.

As campanhas contra o gênero colaboram para a erosão das democracias na medida em que comprometem valores e requisitos institucionais fundamentais como pluralidade, laicidade, proteção a minorias, direito à livre expressão e à oposição. A segunda razão é que elas têm servido para legitimar alternativas e lideranças autoritárias em tempos de antipolítica. A “defesa da família” tem justificado restrições a direitos, naturalizado desigualdades e colocado em xeque mesmo legislações e políticas que visam garantir a integridade física de mulheres e pessoas LGBTQI. (BIROLI, 2020, p. 137)

Ou seja, não podemos pensar a construção dos discursos hegemônicos, bem como as ideologias por parte dos conservadores religiosos somente a partir das questões de classe. Esses sujeitos são mulheres, são negras, são portadores de deficiências físicas, portadores de transtornos globais do desenvolvimento, são mães, são inclusive pessoas que tem o direito de exercer sua fé. Aqui chego ao clímax do pensamento deste trabalho, onde desejo compreender as relações do cotidiano, das pessoas do dia a dia que compõe a escola, mas sabendo que estas pessoas são permeadas pelas suas identidades, dentro de um contexto social, político e econômico que é envolvido e disputado por grupos hegemônicos que objetivam, para o sucesso de seus fins, tornar a escola um ambiente violento, machista e religioso.

E para isso fazem uso dos mais múltiplos artifícios como: projetos de lei que incriminam professores: Escola sem Partido; políticas de repressão de gênero e sexualidade, validando um único modelo familiar; promovendo agendas antidemocráticas e minimizando os direitos humanos, chegando a retroceder alguns avanços já conquistados; aliam-se como um bloco junto aos neoliberais; colocam em risco os fundamentos da democracia e do Estado de direitos.

1.2 COTIDIANO ESCOLAR EM DISPUTA: COMO CONSERVADORES RELIGIOSOS TENTAM FREAR A LAICIDADE DO ESTADO

Para pensar a laicidade como uma proposta de enfrentamento as práticas machistas no cotidiano escolar preciso olhar o cotidiano de baixo para cima, considerando raça, classe, gênero e religião, dentro de um contexto que sempre é complexo e nunca linear. A defesa da laicidade do Estado no Brasil frequentemente entra em tensão com essas posturas conservadoras religiosas, que buscam intervenções em políticas públicas com base em princípios morais e doutrinários. O Estado laico, deve garantir o respeito à pluralidade diante das diversas divergências, assegurando que nenhuma religião tenha privilégio ou interfira diretamente nas decisões políticas, e consequentemente nas políticas de Educação pública.

No entanto, grupos conservadores, muitos deles ligados a lideranças religiosas, quando tentam impor suas visões sobre temas como direitos reprodutivos, educação sexual e direitos LGBTQIAPN+, alegando defender valores tradicionais da família, evocam um conflito entre a pluralidade garantida pela laicidade e o desejo dos setores religiosos de moldar a sociedade segundo suas convicções, desafiando o equilíbrio democrático.

Preciso esclarecer alguns conceitos que serão fundamentais nos aprofundamentos que farei em relação a compreensão e defesa da laicidade neste capítulo e para tal, faço uso da explicação que Luiz Antônio Cunha faz logo no começo de seu livro “O PROJETO

REACIONÁRIO DE EDUCAÇÃO”, onde diferencia laicidade de secularização e explica seus desdobramentos históricos. Sendo o primeiro termo uma referência ao Estado e o segundo, à cultura³⁰.

Como cultura, Cunha (2016) nos apresenta uma compreensão inspirada nos conceitos de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1975), onde define que cultura engloba os modos de agir, pensar e perceber o que nos cerca, não havendo deste modo uma única cultura dentro de uma sociedade, sim uma variedade de culturas, assim como são plurais os grupos e classes sociais. De acordo com a compreensão dos autores citados acima, há uma hierarquia entre as culturas e podemos classificá-las de acordo com a cultura dominante a cultura dominada.

A cultura dominante representa os interesses e os simbolismos que são legitimados e reconhecidos socialmente, enquanto as culturas dominadas tendem a reproduzir o que as culturas dominantes validam como legítimo na sociedade. “Quando falo, então, de secularização da cultura, refiro-me à da cultura dominante, antes de tudo. E, também, à reprodução desse elemento pelas culturas dominadas.” (Cunha, 2016)

Max Weber introduz a teoria da secularização pela perspectiva do desencantamento do mundo, como resultado de um processo amplo de racionalização. As sociedades ocidentais, ao longo da história, foram as quais mais evidenciou-se o processo de racionalização, que pode ser, de forma geral, visto na sobreposição das ações sociais serem cada vez mais orientadas em detrimento à sua eficiência e resultado, do que em suas emoções e tradições. Deste modo, as mesmas tornaram-se mais secularizadas.

O processo de desencantamento abriu caminho para uma abordagem objetiva do mundo. Primeiramente do mundo natural, via a técnica e a ciência; em seguida, do mundo social, com a objetivação capitalista das relações sociais conduzindo às relações contratuais. Embora empregassem linguagem e rituais derivados do campo religioso, esferas sociais como o direito, a política, a ciência, a arte e a educação se autonomizaram e entraram em conflito com o pensamento religioso e/ou com a burocracia religiosa cristã. Com efeito, um dos fundamentos da teoria da secularização consiste em correlacioná-la com a crescente diferenciação funcional e com a especialização das atividades. (CUNHA, 2016, p. 3)

Na língua inglesa o termo “laico” não existe, portanto há de se fazer uma distinção da palavra secular, dependendo do sentido em que ele será usado. Entretanto, para nós, torna-se

³⁰ O processo de secularização se refere à cultura e o de laicidade se refere ao Estado. Segundo as contribuições de L.A Cunha (2017), em sua obra “A Educação Brasileira na Primeira Onda Laica: do Império à República”, quando o autor menciona a secularização da cultura, refere-se, primeiramente, à secularização da cultura dominante. Além disso, Cunha destaca como essas hierarquias culturais são reproduzidas pelas culturas dominadas. Sob uma perspectiva externa, esse processo pode ser entendido como uma irradiação de elementos culturais secularizados, que partem dos intelectuais eruditos e se expandem até alcançarem a cultura popular. “Pelo exposto, cabe dizer Estado laico, não Estado secular; e cultura secular, não cultura laica.” (CUNHA, 2017, p. 13)

mais fácil a compreensão, pois temos termos que caracterizam de modo melhor o que pretendemos distinguir. Como já dito, o termo laicidade refere-se ao Estado quando este cria autonomia em relação ao campo religioso. O Estado laico não faz uso da religião para legitimar-se, nem para orientar suas políticas. Ele respeita todas as crenças e o direito de não crença, quando estas não atentam contra a ordem pública.

No contexto de um Estado laico, a separação entre religião e política é fundamental para garantir a democracia na formulação das leis e das políticas públicas. As instituições religiosas, embora tenham o direito de expressar suas opiniões e compor o debate público, devem fazê-lo dentro dos limites do discurso político democrático e respeitando a diversidade de convicções presentes na sociedade. Assim, o Estado laico protege a pluralidade de ideias e evita que valores religiosos específicos sejam impostos a todos, promovendo um ambiente em que diferentes perspectivas possam coexistir de maneira harmoniosa e equitativa. Mas é necessário questionarmos, o Brasil é de fato um Estado laico? Blancarte (2008) nos ajuda a pensar a respeito

A laicidade – como a democracia – é mais um processo do que uma forma fixa ou acabada em forma definitiva. Da mesma maneira que não se pode afirmar a existência de uma sociedade totalmente democrática, tampouco existe na realidade um sistema político que seja total e definitivamente laico (BLANCARTE, 2008, p. 20)

Na prática, os Estados laicos assumem medidas de separação entre eles e as instituições religiosas, mas vemos, no caso do próprio Brasil, que podem existir países formalmente laicos, que ainda tenham políticas de Estados vinculadas a religiões e instituições religiosas majoritárias. Deste modo, o Estado laico se constrói para além da formalidade que separa Igreja e Estado.

Na história de nossa nação, o processo de secularização, bem como o da laicidade avançaram em meio a contradições e em diferentes velocidades. A separação e compreensão dos dois termos nos ajuda a pensar que podemos avançar em um e retroceder no outro, ou seja, são processos que embora possam apresentar semelhança, acontecem de modos independentes entre si. Durante o século XIX o processo de secularização avançou de forma mais rápida, através da literatura e das produções artísticas, enquanto o de laicidade apesar de ganhos, teve também retrocessos, pois o Estado brasileiro manteve-se estritamente ligado a religião Católica, que funcionou por muito tempo quase como um “departamento” de Estado, detendo poderes sobre os registros de casamento, de óbito e do Ensino Religioso nas escolas públicas.

O período da ditadura militar (1964-1985) empenhou-se em frear o processo de secularização, não à toa, muitos artistas tiveram suas músicas e produções literárias proibidas

de circular, alguns necessitaram exilar-se em outros países, enquanto outros foram perseguidos e mortos, mas não silenciados. Mesmo em meio a repressão, a secularização avançou. Já a laicidade sofreu significativos retrocessos, seja pelo ensino de Moral e Cívica nas escolas, que tinha uma base bastante religiosa, seja pelo avanço e ganho que os cristãos protestantes, pentecostais e neopentecostais obtiveram ao apoiar a ditadura, como veremos no capítulo seguinte.

Entretanto, é importante compreender que os processos históricos não são lineares, pelo contrário, são permeados de contradições. Um grande exemplo disso é citado por Cunha, 2016, em relação ao divórcio. Durante muito tempo a igreja católica impôs ao Estado que o casamento, assim como nos preceitos bíblicos, deveria ser para sempre, portanto um casal que havia se casado nos termos burocráticos do Estado (que era consequentemente o da igreja) não poderia desfazer essa união, o que gerou diversos problemas para aqueles que desejavam o divórcio. Durante a ditadura militar (1964-1985), no ano de 1977, aprovou-se a lei que permitia o divórcio, mostrando assim, o avanço da secularização em conjunto ao avanço da laicidade.

Os grupos religiosos cristãos buscam frear, através do combate a laicidade os processos de secularização. Nas últimas décadas, o crescimento dos pentecostais e neopentecostais, não só em números no que se diz respeito a quantidade de pessoas que se autodeclararam cristãs, mas também na política, tem corroborado para um retrocesso nas políticas públicas, como veremos mais a diante, mas também na cultura. Em 2018, o eleito presidente Jair Bolsonaro, que como campanha usou a religião cristã, bem como endossou discursos homofóbicos e misóginos, pautado na moral cristã, teve uma soberania de votos no estado do Rio de Janeiro. As eleições de 2022 garantiram a vitória do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que disputou o segundo turno com Bolsonaro.

Apesar de ter ganhado as eleições nacionalmente, no Estado do Rio de Janeiro, Lula perdeu na maioria dos municípios para Bolsonaro que ganhou em 72 dos 92 municípios do estado. Lula venceu em 20 cidades. São Pedro da Aldeia, município em que cresci e vivi até os meus 18 anos, foi o segundo campo com o maior eleitorado de Bolsonaro em 2022, com 72,13% dos votos válidos. O Estado onde Jair Bolsonaro, com seu discurso religioso e violento, teve uma das mais expressivas vitórias, é cenário de outros crescentes dados, como apresenta o “Dossiê Mulher 2023”, onde um estudo é produzido de forma pioneira há 18 anos pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), autarquia do Governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo como principal objetivo do Dossiê, fornece estatísticas oficiais para a criação de políticas públicas, focadas na proteção, acolhimento e atendimento das mulheres vítimas e de todos que são atingidos por essas violências.

De acordo com o estudo, mais de 125 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica e familiar no estado do Rio de Janeiro, ou seja, 14 mulheres sofreram algum tipo de violência por hora em 2022. Cerca de 21 mil delas relataram que foram vítimas de violências simultâneas - a maior combinação foi entre as violências Psicológica e Moral, seguida pela Física e Psicológica, 111 mulheres foram vítimas de feminicídio no estado do Rio de Janeiro. Mais de 60% das vítimas tinham entre 30 e 59 anos de idade e eram negras. (Dossiê Mulher: 2023).

A ouvidoria nacional de Direitos Humanos informou que no primeiro semestre de 2024, entre janeiro e maio, o Rio de Janeiro já registra mais de 207 mil casos de violência contra pessoas LGBTQIAPN+ e cerca de 31 mil denúncias em todo o Estado. Grande parte das situações englobam agressões físicas e psicológicas, sendo cometidas, em sua maioria, por homens que são os que mais violam os direitos humanos desse grupo da sociedade. Outras reportagens evidenciam que um dos Estados que mais votou em Bolsonaro é também um dos Estados que mais comete violência de gênero e violência de intolerância religiosa, basta digitar no Google os temas mencionados que uma enxurrada de índices assustadores nos permite fazer correlações de quanto os discursos misóginos e LBGTQIANP+fobicos fazem, na verdade, parte de um retrocesso no combate a cultura da violência.

Mas, pode ser que você esteja se perguntando se existe realmente alguma relação entre os dados aqui já apresentados com a mentalidade e cultura de uma sociedade. Empenhei tal esforço debruçando-me nas contribuições de Carlo Ginzburg, um historiador italiano, nascido em Turim em 1939. Ginzburg, é um dos precursores da micro história, em que se faz o “recorte” de objeto em escala microscópica, mas explora seus diversos desdobramentos de forma profunda, de modo a descobrir as narrativas e características de uma sociedade. Uma de suas obras mais conhecida é o livro “Os queijos e os vermes” (Ginzburg, 1976), onde constrói através de documentos da época da Inquisição Católica uma narrativa sobre a vida de Domenico Scandella.

Através dos rastros deixados pelos documentos ele consegue interpretar quais eram as emoções, sentimentos e pensamentos que cercavam o personagem. Assim como a referência que faz em relação aos homens pré-históricos “o caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos” (GINZBURG, 1989, p. 152). Os eventos aqui narrados sobre o desenrolar político do Brasil, nos permitem dialogar com os avanços do campo progressista, que vem acompanhado de enfáticas tentativas, através da usurpação da laicidade do Estado, de tentar frear o processo de secularização.

Sendo assim, através do campo político, os conservadores religiosos, tentam impor uma cultura patriarcal, machista, branca, burguesa e religiosa que fica perceptível através dos indícios e das narrativas que apresentam ora em seus posicionamentos, ora em formas de leis. O avanço da secularização permitiu tornar perceptível outras configurações do dispositivo social que acostumamos chamar de “família”. As discussões sobre gênero e sexualidade, disputam a narrativa de uma família plural, formada por mães, como chefe do lar, família composta por duas mães, dois pais, com filhos adotivos, com filhos biológicos em conjunto com filhos adotivos, famílias onde os papéis normativos (referência da família cristã nuclear) de gênero e sexualidade são destituídos e há a possibilidade de outras configurações.

Estas narrativas plurais sobre a família, que é um espaço de micro poder, tem total interferência nos espaços de macro poder. Permitir que as narrativas familiares se tornem plurais é permitir que o status quo seja alterado. Portanto, os conservadores religiosos disputam essa narrativa através do viés da tradição religiosa judaico-cristã que valoriza a família nuclear, urbana e burguesa, composta por pai, mãe e filhos, submetendo-se a toda hierarquia social de poder, onde vivem juntos no mesmo espaço e respeitam os papéis normativos de gênero e sexualidade: o pai chefe da casa, detentor da palavra final e supridor financeiro, a mãe dócil e dedicada aos filhos e ao lar, os filhos submissos, tendo como exemplo o papel dos pais a seguir. “A ideologia da sagrada família (Jesus, Maria e José) é apresentada como o modelo normal a ser seguido, enquanto todas as outras configurações são consideradas anormalidades.” (Cunha, 2016, p. 6)

Seguindo o modelo da família nuclear, as futuras famílias poderão manter o status de poder social e moral. As empresas privadas, a serviço do capital e do neoliberalismo, encarregam-se de ensinar aos homens, através de seus gestores brancos, burgueses e de boa conduta (quanto mais cristã, menos duvidosa será), qual papel seguir. As igrejas, através de suas pregações, convocações ao jejum e oração, ensinam as mulheres a serem submissas à Deus, mas principalmente aos seus maridos. A escola, portanto, deve ensinar as crianças a obedecer ao modelo nuclear colocado pelos pais, sem questionar, sem pensar de forma crítica. Afinal, assim como a religião cristã é formada por dogmas, portanto sem questionamentos, o Ensino Religioso nas escolas públicas busca através de narrativas, as vezes bastante sutis e com ar de ecumênicas, reforçar a norma a ser seguida no cotidiano escolar, o principal espaço social das crianças.

A relação envolvendo Estado, ensino público e religião cristã no Brasil é antiga. Entre 1500 e 1820, no período denominado Colonial, a religião Católica estava presente na educação brasileira como eixo estruturante através do trabalho dos jesuítas, que impuseram ao indígenas

e negros escravizados a catequese. Em 1759, com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, a educação sofreu um abalo significativo, e o ensino religioso perdeu parte de sua estrutura organizada, mas as mudanças sociais nem sempre acompanham, de imediato, as mudanças legislativas. O ensino religioso cristão continuou orientando as práticas educacionais (MIRANDA, 2023).

Com a independência do Brasil, a religião católica continuou a influenciar fortemente o sistema educacional. A Constituição de 1824 estabeleceu o catolicismo como religião oficial do Estado, e o ensino religioso permaneceu presente nas escolas. A proclamação da República em 1889 trouxe a separação entre Igreja e Estado, estabelecida formalmente pela Constituição de 1891, como já mencionado. A Constituição de 1934 reintegrou o ensino religioso como disciplina obrigatória nas escolas públicas, mas de matrícula facultativa, sendo a primeira vez que isso foi constitucionalmente determinado. Em 1937 a nova Carta manteve o ensino religioso nas escolas públicas, ainda que sob um regime autoritário. Após o fim do Estado Novo, a Constituição de 1946 reafirmou a obrigatoriedade do ensino religioso de matrícula facultativa nas escolas públicas. Durante o regime militar (1964-1985), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 4.024/1961) sofreu alterações que mantiveram o ensino religioso, mas sem grandes mudanças significativas (ZOTTI, 2022).

Atualmente, no Brasil, o ensino religioso é garantido principalmente pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB. A primeira diz, no artigo 210, § 1º: "O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental." Enquanto a LDB - Lei nº 9.394/1996, em seu Artigo 33: "O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo."

Os parágrafos do artigo 33 da LDB ainda apresentam: § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores, § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso".

A BNCC apresenta o ensino religioso, como uma das cinco áreas de conhecimento do Ensino Fundamental de nove anos. O conhecimento do Ensino Religioso é abordado na área das Ciências Humanas e Sociais, voltado para as Ciências das Religiões, que investigam a manifestação dos fenômenos religiosos em diferentes culturas e sociedades, para tal, a BNCC apresenta o seguinte trecho, como justificativa para o ensino religioso

Essas Ciências investigam a manifestação dos fenômenos religiosos em diferentes culturas e sociedades enquanto um dos bens simbólicos resultantes da busca humana por respostas aos enigmas do mundo, da vida e da morte. De modo singular, complexo e diverso, esses fenômenos alicerçaram distintos sentidos e significados de vida e diversas ideias de divindade (s), em torno dos quais se organizaram cosmovisões, linguagens, saberes, crenças, mitologias, narrativas, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições, movimentos, práticas e princípios éticos e morais. Os fenômenos religiosos em suas múltiplas manifestações são parte integrante do substrato cultural da humanidade (BNCC, 2018)

Por mais que no corpo da lei o Ensino Religioso apresente um caráter inclusivo falando sobre “diferentes culturas”, é uma perda considerável para o campo mais progressista, pois representa um ganho de narrativa dos conservadores religiosos. Outras leis como a própria constituição e a LDB já garantiam que o ensino religioso fosse oferecido, porém facultativo aos alunos. A BNCC não altera essa lógica, mas transporta o ER para o campo da ciência, retirando-o do campo do privado e levando-o para o campo da política pública.

A defesa deste trabalho não será em torno de como garantir uma pluralidade no debate das religiões, visto que o Estado não consegue sequer combater a intolerância religiosa. Na verdade, um Estado laico não deve ter o ensino religioso, de crédulo algum, de orientação nenhuma, nem plural, nem singular, nem confessional, nem ecumênico. O Estado laico deve ser laico. Deve comprometer-se com as áreas das ciências que representam os acúmulos científicos e históricos construídos pela humanidade.

Em primeiro lugar, é importante marcar a opção epistemológica pela ideia de que não há prática que não integre uma escolha política e que não há política que não se expresse por meio de práticas e que por elas não seja influenciada. [...] defendo a ideia de que as *políticaspráticas* cotidianas incorporam as formas de expressão de si de seus *politicopraticantes* (sujeitos de conhecimentos, emoções, valores, escolhas políticas, histórias de vida) docentes e discentes no seu acontecer cotidiano e que, portanto, processos de *aprendizagemensino*, são redes nas quais estão presentes as escolhas, os desejos e as possibilidades *políticaspráticasexpressivas* dos sujeitos neles envolvidos, tanto na definição formal e geral do que deve ser ensinado quanto circunstancialmente, em função das especificidades locais, naquilo que efetivamente se faz. (OLIVEIRA, 2013, p. 376)

Nessa perspectiva, o compromisso do Estado com a educação, deveria ser o de construir uma escola que se relaciona dialeticamente com a sociedade e, portanto, tem a capacidade de promover e dar condições aos seus alunos de superar a exploração e a alienação, descolonizando os saberes construídos, emancipando e promovendo uma formação crítica e integral dos sujeitos, que vai na contramão do modelo educativo e curricular homogeneizante.

Entendo ser necessário, na abordagem dessa discussão, interrogar o modelo educativo e curricular homogeneizante e os processos por meio dos quais ele favorece a produção de falsas homogeneidades, reduzindo o direito à

diferença, e até que ponto essa falsa homogeneidade nos descaracteriza enquanto sujeitos de diferenças. Abdicar de nossas especificidades em nome do pertencimento e da aceitação vale a descaracterização? A perspectiva hegemônica a respeito da escola e àquilo que nela deveria acontecer fundamenta-se em critérios de padronização. De que modo podemos combatê-los no sentido de assegurar o respeito mútuo e a expressão efetiva do famoso “direito à diferença” nas nossas *políticaspráticas* educacionais cotidianas? Penso ser necessário tratar dessa questão quando pensamos em currículos e processos de *aprendizagemensino*, pois temos tradições e *habitus* que levam ao desenvolvimento de ações em que a homogeneização compulsória de conhecimentos e comportamentos descaracteriza e desrespeita especificidades, ao mesmo tempo em que inferioriza e marginaliza muitos dos que não sucumbem à descaracterização. (OLIVEIRA, 2013, p. 378)

Neste contexto, pensar em um Estado laico não apaga as influências históricas e as contribuições sociais que a religião promoveu e promove. Defender a laicidade nas práticas educacionais não representa invisibilizar os acúmulos culturais que temos devido aos processos nos quais nossa sociedade foi submetida. É impossível falar da história da própria formação da escola no Brasil sem falar dos jesuítas. É inegável que a nossa cultura está entremeada por símbolos religiosos, como as tradicionais festividades escolares nos “arraias” de São João. Bem como, é fundamental reconhecer os processos violentos que acompanham estes marcos culturais e trazer visibilidade a outras influências religiosas em nossa cultura. A história da capoeira é também a história de resistência do povo brasileiro e deve ser valorizada, assim como os povos indígenas e sua resistência e sobrevivência.

A laicidade do Estado não é um apagamento histórico, é a garantia de uma historicidade e de uma narrativa educacional plural e justa que reconheça as violências da narrativa hegemônica e tradicional e que possibilite outras narrativas, como a história das mulheres, dos negros, dos indígenas, das classes populares que foram e são apagadas porque evidenciam os processos de subordinação e extrema violência que foram e são protagonizados por aqueles que buscam deter a hegemonia do discurso.

Entender a relação entre a laicidade do Estado e o modelo educativo é essencial para aprofundar a reflexão sobre homogeneização e descaracterização que reduzem o direito à diferença. A laicidade, que não pressupõe a neutralidade do Estado em questões religiosas e culturais, é o que garante que nenhuma visão de mundo específica seja imposta nas políticas públicas, incluindo a educação. No entanto, quando os currículos escolares são estruturados com base em padrões homogêneos e padronizações que ignoram a pluralidade cultural e religiosa da sociedade, violam-se os princípios da laicidade.

O empenho dos conservadores religiosos no campo da educação é de esvaziar os processos educacionais da historicidade crítica que aponta as violências cometidas em nome do

cristianismo, apagar as contribuições das culturas indígenas e afro-brasileiras, silenciar as discussões dos direitos humanos sobre gênero e sexualidade, bem como de estabelecer uma conduta social e moral pautada em valores cristãos. Para estes grupos os dados sobre as múltiplas violências contra mulheres e LGBTQIAPN+, as plurais formas de organização familiar e a luta para um cotidiano escolar antimachista são ataques diretos a proposta de educação- e nação –que estes grupos defendem.

2 - CONSERVADORISMOS E RELIGIÃO: A POLÍTICA DE FÉ NO BRASIL

- Não precisa sorrir.
 - Por que não?
 - O editor pediu.
 - Pedi o que?
 - Uma foto menos feliz.
 - Nós vamos sorrir. Sorriam.

Filme: Ainda Estou Aqui³¹

Os conservadorismos no Brasil, desde o período da ditadura militar (1964-1985), passando pelo processo de redemocratização e pelas eleições de 2018, apresentam uma forte tendência em aliar-se a grupos religiosos, principalmente cristãos. Essas alianças foram estratégicas para os avanços conservadores nos campos da moral e do mercado, permitindo que ideias保守adoras e neoliberais circulassem amplamente pelas igrejas cristãs e, consequentemente, permeassem a sociedade brasileira.

Entretanto o processo de ascensão conservadora no Brasil não pode ser isolado do contexto global. Fenômenos semelhantes ocorreram em outras partes do mundo, como o recrudescimento de ideologias tradicionalistas e a instrumentalização da religião como ferramenta política. No caso brasileiro, entretanto, a singularidade está na forma como o cristianismo – especialmente em suas vertentes pentecostais e neopentecostais – foi incorporada ao discurso político. Estudar esses elementos e tentar compreender suas relações e desdobramentos não se trata apenas de inserir-se em um debate sobre política, mas criar novos olhares sobre uma transformação sociocultural que redefine os parâmetros entre o secular e o religioso, com implicações profundas para a democracia e para os direitos humanos no país.

O annus horribilis de 2018 se inicia com eleições na Costa Rica, Paraguai, Venezuela, Colômbia, México e culmina com a eleição de Jair Messias Bolsonaro no Brasil, esse último acontecimento que condensa na América Latina a ascensão mundial do autoritarismo por vias democráticas (2018: 6). Realidade que reverbera o crescente eleitoral que tem colocado no poder personagens como: Viktor Orbán, presidente da Hungria (desde 2010), Recep Tyyip Erdogan, presidente da Turquia (desde 2014), Donald Trump, presidente estadunidense (2016), Rodrigo Duterte, presidente filipino (2016)

³¹ A referência feita é ao filme “Ainda Estou Aqui”, estreado no dia 7 de novembro de 2024, estrelado por Fernanda Torres, cuja atuação foi premiada com o Globo de Ouro, Oscar de Melhor filme Internacional, etc. O filme destaca a complexidade emocional vivida durante o período da ditadura e retoma de forma muito potente na sociedade que a ditadura de fato ocorreu, matou e torturou pessoas. O filme é de extrema importância em um contexto de negação e apagamento do que foi a ditadura brasileira.

Andrzj Duda, premiê polonês (2020), Sebastian Kurz, Chanceler austríaco (2017), Matteo Salvini, Vice-ministro da Itália (2018-2019). (CARRANZA, 2020, s/p)

A relação dos conservadorismos com a religião cristã no Brasil é tão antiga quanto a invasão de nossas terras pelos portugueses, que tinham como religião oficial o catolicismo. Desde o Brasil Império a religião cristã está presente em nosso país e as análises que cunharei neste trabalho, buscam olhar para as discussões religiosas na perspectiva historicizada.

Com certeza, enquanto objeto de pesquisa, o cristianismo não se conjuga no singular. A sua unidade é a construção da doutrina, o produto do discurso. O historiador vai abordá-la como afirmação de um saber ou de um poder. O que ele pode analisar é a inadequação do aparelho existente a um novo conjunto de fenômenos, a elaboração de conceitos provisórios visando a captura e o conhecimento desse conjunto em sua especificidade, a transformação de conceitos existentes aos quais novos conteúdos são conferidos, a criação do que Mannheim designa como anticonceitos (*Gegenbegriffe*) em relação aos conceitos dominantes em determinada época. (CERTEAU, 1925-1985, p. 27)

Ao invadir nossas terras e escravizar os indígenas, os portugueses fizeram uso da estrutura política e religiosa do catolicismo para implementar seu modo de governo. Os primeiros membros da Companhia de Jesus³², ao chegar ao Brasil tinham como principal incumbência a evangelização dos povos indígenas e a supervisão das atividades eclesiásticas no contexto do Brasil colonial. Os jesuítas estabeleceram assentamentos denominados Missões, nos quais combinavam o ensino da doutrina cristã aos nativos com sua utilização como mão de obra escrava para atender às necessidades da Missão em termos de produção e difusão da religião cristã Católica.

Por muitos anos a força política-religiosa mais evidente e forte no Brasil, foram os católicos. E sobre os mesmos à diversos trabalhos e pesquisas que evidenciam sua relação com o Estado brasileiro, desde o Brasil Império, onde não podíamos separar o Estado da Igreja, porque por muitas vezes atuavam como um, até os dias atuais.³³

³² A Companhia de Jesus, também chamada de Ordem dos Jesuítas é uma ordem religiosa da Igreja Católica fundada em 1534 por Inácio de Loyola e oficialmente reconhecida pelo Papa Paulo III em 1540. (WREGE, 1993)

³³ Para melhor compreensão da formação do Brasil, sugiro a leitura da obra: Educação, poder e sociedade no Império brasileiro, onde temos a oportunidade de compreender os processos que formaram o Brasil e os brasileiros, numa perspectiva historiográfica, política e educacional que traz visibilidade para a história do Brasil que não é contada pelos livros didáticos tradicionais. Segundo os autores “Ao contrário do que normalmente se divulgam nos manuais de história e na mitologia da fundação do Brasil, a Independência não foi um processo tranquilo e ordeiro. O que estava em jogo, nas guerras de Independência e nas revoltas regenciais, era a disputa pela interpretação do Brasil e pela definição do ser brasileiro, em meio aos embates pela delimitação dos poderes locais e provinciais.” Gondra, José Gonçalves Educação, poder e sociedade no Império brasileiro / José Gonçalves Gondra, Alessandra Schueler. — São Paulo : Cortez, 2008. — (Biblioteca básica da história da educação brasileira)

Nesta pesquisa, buscarei compreender o surgimento e estruturação de outra vertente do cristianismo: os protestantismos e os pentecostalismos. Historicamente, os missionários protestantes norte-americanos desempenharam um papel significativo na disseminação dos protestantismos no Brasil, especialmente a partir do século XIX. Os imigrantes de origem alemã que chegaram ao Brasil em 1823 foram responsáveis pela introdução da fé luterana no país. Contudo, as primeiras igrejas estabelecidas em língua portuguesa com propósitos missionários surgiram na década de 1850. O esforço pioneiro realizado por congregacionais e presbiterianos foi posteriormente seguido por metodistas e batistas.

Essas denominações religiosas são frequentemente classificadas como "históricas" para distingui-las das igrejas pentecostais, que emergiram no cenário religioso brasileiro a partir de 1910 (FRESTON, 1993). Organizações missionárias como a Missão Batista Brasileira e a Missão Batista do Sul dos Estados Unidos foram ativas na evangelização e na fundação de igrejas no país. Entre 1960 e 1970, o Brasil se destacava internacionalmente como o país com o maior número de missionários protestantes norte-americanos, quantidade que triplicou nesse período (FERNANDES, 1981).

Essa relação não se limitou apenas à esfera religiosa, mas também teve aspectos políticos e culturais. Durante a Guerra Fria, por exemplo, os Estados Unidos buscaram promover o protestantismo como parte de sua estratégia de combate ao comunismo, apoiando indiretamente grupos religiosos no Brasil que eram vistos como aliados na luta contra a expansão comunista na América Latina³⁴. O livre mercado, defendido pelo Capitalismo, era o caminho para o livre arbítrio da palavra do deus cristão.

No século XX, surge um novo movimento no campo religioso brasileiro: o pentecostalismo. Este movimento se caracteriza por uma abordagem mais contemporânea e pragmática da fé, muitas vezes enfatizando a prosperidade material e a realização pessoal. A expansão do pentecostalismo se dá principalmente com a fundação de denominações como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que se tornou uma das mais proeminentes e controversas igrejas pentecostais do país. Com crescimento intenso desde a década de 50, além da IURD, esses grupos se organizam entre a Deus é Amor, Nova Vida e muitas outras.

Enquanto as igrejas protestantes históricas tinham uma ênfase em tradições mais litúrgicas, doutrinárias e no estudo da bíblia, as igrejas pentecostais apresentavam um modelo de culto mais dinâmico, priorizando a experiência direta com o Espírito Santo. Esse enfoque

³⁴ Para compreender melhor a relação entre os missionários americanos e a implementação do pentecostalismo no Brasil, ler: Campos, L. S. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. Revista USP, São Paulo, n.67, p. 100-115, setembro/novembro 2005.

pentecostal inclui práticas e distingue-se teologicamente do protestantismo, de maneira mais geral, por pregar, baseado em Joel 2: 38, Atos 1: 8 e Atos 2, a manifestação de dons espirituais, notadamente o falar em línguas (glossolalia), profecias, revelações e a cura divina, elementos vistos como sinais da presença ativa de Deus na vida cotidiana dos fiéis.

Além disso, enquanto as igrejas históricas frequentemente seguiam uma estrutura organizacional e teológica mais rígida, as pentecostais se destacaram por uma maior adaptabilidade às realidades sociais e culturais, tornando-se particularmente atrativas às classes populares e urbanas em contextos de crise e exclusão social. Esse diferencial contribuiu para um crescimento significativo do pentecostalismo, que também introduziu novas formas de liderança e organização comunitária, muitas vezes pautadas pela centralidade da experiência pessoal e por práticas de culto mais adaptáveis as diferentes comunidades e espaços.

Torna-se, portanto, impossível atribuir lugares, comportamentos ou enunciados *específicos* a uma religiosidade que se insinua em outras práticas e que, muitas vezes, abandona as próprias. Será que o espírito cristão se encontra aí? A resposta nunca é cristalina. É possível reconhecê-lo em toda a parte, sem conseguir localizá-lo em lugar algum. Espírito em busca de lugares seguros (“os Refúgios”) ou, então, retornando aos sítios em que outros conteúdos haviam ocupado o lugar de suas expressões tradicionais. De forma maciça, a redistribuição dos espaços parece ter fragmentado as grandes frases institucionais constitutivas das Igrejas, além de ter permitido que grupos ou indivíduos reutilizassem os seus fragmentos (símbolos, costumes, etc.) como um vocabulário com o qual construir as frases de suas próprias trajetórias (crentes ou não) através de uma cultura que permaneceu religiosa. As práticas religiosas fornecem um repertório para que maneiras, cada vez mais diversificadas, possam servir-se dele a fim de articularem um itinerário próprio. (CERTEAU, 1925-1985, p. 41 e 42)

É importante ressaltar que vejo a necessidade de fazer um recorte temporal e consequentemente histórico sobre a história dos cristianismos, por compreender que não consigo (e nem é o intuito) neste trabalho de pesquisa, dar conta de todos os elementos importantes para pensarmos o impacto dos cristianismos na vida e política ao longo dos anos. Entretanto, muito antes do recorte temporal que faço aqui, o cristianismo manifesta seu caráter patriarcal³⁵ e misógino nas sociedades.

³⁵ O patriarcado é um sistema social e cultural historicamente estruturado em que o poder (político, econômico, familiar, cultural, religioso e simbólico) está predominantemente concentrado nas mãos dos homens. Deste modo, as mulheres, bem como outros grupos marginalizados, são frequentemente subordinados a este poder e excluídos de posições de autoridade e influência, não podendo exercer liberdade sobre seus corpos e escolhas. O patriarcado não se restringe apenas as relações de gênero, está intrinsecamente ligado a outros sistemas de opressão, como o capitalismo, o racismo e o colonialismo. "Patriarcado significa o domínio institucionalizado dos homens sobre as mulheres e crianças na família e a extensão desse domínio às instituições sociais mais amplas."

(WALBY, 1990, p. 20).

Santo Agostinho (354-430) é um dos principais teólogos a relacionar a moralidade cristã e o pecado original para transformar a religião cristã em um sistema simbólico que perpassa pela vida das pessoas e por consequência, passa a expressar o patriarcado como pilar característico da cultura ocidental. Desde a construção judaico-cristã medieval até os dias atuais as igrejas fazem uso da teologia da dominação para sustentar e sistematizar a exclusão das mulheres através da submissão, alimentando as estruturas do patriarcado.

Scott (1991), nos ajuda a compreender que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. A estrutura do cristianismo é patriarcal devido os próprios pressupostos de sua liturgia, como a relação de Eva com a cobra/pecado, o enfoque na virgindade de Maria como mãe de Jesus, a ordem de sujeição das mulheres aos homens “Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; porque o marido é a cabeça da mulher” (Efésios 5: 22-23) e tantos outros elementos que usam o gênero para significar as relações de poder dentro da bíblia. Para implementar seus ideais morais na sociedade, alguns religiosos cristãos fazem uso da política, como veremos mais a diante, mas há também um *modus operandi* de manifestação dessas crenças.

Uma das concepções estadunidenses que chegou ao Brasil com o envio dos missionários foi a Dominion Theology (Teologia da dominação ou Teologia do domínio) que ganhou destaque a partir do final da década de 1980, especialmente por meio dos ensinamentos de Peter Wagner. Wagner contribuiu significativamente para a formação de líderes pentecostais e neopentecostais e a disseminação dessa teologia. Segundo essa doutrina, o deus cristão concedeu aos seres humanos domínio e autoridade sobre a terra desde a criação de Adão, mas esse domínio foi perdido com o pecado original da mulher. Cabe então aos homens, através das bênçãos de deus, recuperar esse domínio e exercer liderança sobre a terra e sobre todos os aspectos da vida, incluindo governo, economia e cultura.

Mariano (2005) afirma que essa teologia gerou uma atrofia na autodeterminação dos cristãos, promovendo através da evangelização um combate aos seres espirituais demoníacos, que consequentemente estariam presentes em tudo que fosse contrário a bíblia, como a homossexualidade, doenças e os problemas da nação. Daí vem a argumentação dos líderes religiosos pentecostais praticantes desta teologia que, eleger evangélicos para os altos postos políticos trariam bênçãos a nação e a sociedade, retirando assim todos que apresentassem práticas idólatras, macumbeiros, adeptos das práticas pagãs e ateus. Ou seja, ferindo os

princípios da gestão democrática de pluralidade nas representações de esferas sociais e políticas.

Ao mesclarem o social com o espiritual, não [propunham] militância política, mas sim militância religiosa, engajando o fiel ora num processo de santificação, ora num combate espiritual, às vezes nos dois, visando à libertação do mal (MARIANO, 2005, p. 146).

Outra teologia que ganhou força e aprofundamento no Brasil no meio dos pentecostais, vindo depois a ser uma das bases do neopentecotálismo brasileiro é a Teologia da Prosperidade, que se alimentou de uma prática pentecostal caracterizada como Confissão Positiva, que se inspira e tem o mesmo modus operandi do New Thought³⁶, com a diferença de que substituiu o pensamento pela palavra como método para que os fiéis materializem seus desejos (MARIANO, 2014, p. 153).

Kenneth Erwin Hagin (1917-2003) foi um pioneiro na consolidação da Teologia da Prosperidade, conquistando milhões de adeptos nos Estados Unidos e expandindo essa visão religiosa para vários continentes. Originalmente da igreja Batista, Hagin se aproximou dos pentecostais e, em 1937, recebeu o batismo no Espírito Santo na Assembleia de Deus. Em 1962, fundou seu próprio ministério, caracterizado por experiências sobrenaturais, visões, profecias, revelações e transes, dos quais derivou sua “autoridade espiritual” (MARIANO, 1996)

Para os defensores da Teologia da Prosperidade, a pobreza não é vista como resultado de fatores socioeconômicos, mas sim como uma consequência direta da falta de fé e do comprometimento com práticas cristãs, como o pagamento do dízimo. Segundo essa perspectiva, a prosperidade material é um indicativo da bênção divina e da correção espiritual. Essa visão teológica adota uma abordagem de mercado e neoliberal, sugerindo que os fiéis têm a obrigação de alcançar crescimento econômico e desfrutar do mercado e dos bens de consumo, promove uma ideologia que valoriza o individualismo e o empreendedorismo, alinhando-se com os princípios neoliberais que enfatizam o mercado livre e a responsabilidade individual. Os fiéis são incentivados a verem a si mesmos como empreendedores espirituais e econômicos.

A expansão da Teologia da Prosperidade tem causado mudanças significativas na cultura religiosa da América Latina, e principalmente entre as classes mais pobres da população. A promessa de melhoria material através da fé ressoa fortemente em contextos de pobreza e desigualdade, mas desautoriza o Estado dessas responsabilidades, fomentando uma espécie de

³⁶ É um movimento que surgiu nos Estados Unidos no século XIX, influenciado por ideias do transcendentalismo, do cristianismo místico e até do magnetismo animal. Seus principais expoentes foram Phineas Quimby, Emma Curtis Hopkins, Charles Fillmore, entre outros.

meritocracia através das benções de Deus, que “transforma” a vida dos fiés que realmente seguem seus princípios.

Tavolaro e Lemos (2007), ambos jornalistas da Rede Record, são os autores da biografia autorizada do Bispo Edir Macedo, onde seus exemplares foram majoritariamente vendidos em unidades da Igreja Universal do Reino de Deus. Ali, encontramos falas do bispo que relacionam a teologia da dominação com a teologia da prosperidade, articulado com o neoliberalismo. Ou seja, usam a teologia do domínio para justificar as intervenções políticas e estatais para usar a fé individual como projeto de nação e retiram o sustento desse projeto da exploração das pessoas que frequentam suas igrejas.

As pessoas não devem dar ofertas para ajudar a igreja, mas para ajudar a si próprias. Quem dá está fazendo um investimento em si, na sua vida. É o que mostra a Bíblia. Quem dá tudo recebe tudo de Deus. É inevitável. É toma lá, dá cá [...]. Quando alguém faz um sacrifício financeiro, Deus fica sem opção. Ele tem a obrigação de responder, porque é sua promessa. É a fé. Basta seguir o que Deus disse: ‘Provai-me nos dízimos e nas ofertas’. A vida farta sobre a terra é um direito do crente. [...] Com Deus, meu caro, ou você dá — a sua vida, e sobe pro céu ou desce para o inferno. É a lei da palavra de Deus. Se você dar, você recebe; se você não dar, você não recebe. Jesus ensinou isso de outra forma, dai e ser-vos-á dado... Quer dizer, toma-lá-dá-cá. Toma-lá-dá-cá. [...] Aqueles que não sacrificam uma grande oferta para a obra de Deus jamais conquistarão qualquer vitória. (TAVOLARO; LEMOS, 2007, p. 207 e 215)

Na década de 60, o cenário evangélico brasileiro era diversificado, composto por diferentes tradições e denominações. Além das igrejas protestantes históricas, como Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista, que já estavam estabelecidas no país, havia também presença significativa das igrejas pentecostais, com destaque para a Assembleia de Deus, junto com outras denominações menores. É importante destacar que o processo da ditadura militar (1964-1985), no qual veremos a seguir, traz elementos fundamentais para pensarmos a expansão dos pentecostais e neopentecostais na política brasileira.

Nos anos entre 1964 e 1985, o Brasil foi governado por um regime ditatorial conhecido como Regime Militar. Os anos mais intensos de censura e repressão ocorreram durante os "Anos de Chumbo", sob a liderança de Emílio Garrastazu Médici. Neste período, o país testemunhou uma forte repressão, destacada pela implementação do Ato Institucional número 5 (AI-5), emitido pelo presidente Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968. Este ato concedeu amplos poderes ao presidente, permitindo-lhe fechar o Congresso, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais. Cassar mandatos de membros do Executivo e Legislativo, demitir ou remover juízes. Legislar por meio de decretos e emitir novos atos institucionais

complementares. Além disso, o presidente tinha o poder de demitir e aposentar servidores públicos e suspender os direitos políticos dos cidadãos por até dez anos. (MATTOS, 2003)

Enquanto muitos artistas, pesquisadores, professores e figuras políticas de esquerda lutavam contra a ditadura, para parte da população havia o medo do comunismo tomar as rédeas do país. No contexto da Guerra Fria em 1963, alguns meses antes do golpe militar no Brasil, um movimento emergente e carismático, caracterizado por sua ênfase nos dons do Espírito Santo, crescia. Este movimento mobilizava seus seguidores em períodos de jejum, cultos e reuniões de oração, expressando sua preocupação e desejo para que o Brasil não fosse dominado pelo comunismo.

Essa mobilização reflete a atmosfera tensa e ideológica da época, na qual as forças políticas e sociais estavam polarizadas entre os blocos capitalista e comunista, com implicações globais e regionais. O contexto da Guerra Fria influenciou profundamente as dinâmicas políticas e sociais em todo o mundo, incluindo o Brasil, onde a ameaça do comunismo foi usada como justificativa para intervenções militares e políticas autoritárias.

Alderi Souza de Matos, historiador oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), observa que durante o período do regime militar, a liderança evangélica, em sua maioria, recebeu favoravelmente o novo governo. Ele destaca que houve uma ampla cobertura nos jornais das igrejas, com muitos deles expressando apoio ao regime em seus editoriais e matérias. Essa postura de apoio reflete a posição política adotada por parte da liderança evangélica naquele momento, o que é importante para compreender as relações entre religião e política durante o regime militar no Brasil. (SILVA, 2017)

Os conservadorismos, que estiveram representados em vários modos de pensar e agir dos cristãos, como na visão de família tradicional formada por homem e mulher, segundo o modelo bíblico; a submissão da mulher ao homem, seguindo os preceitos bíblicos do antigo testamento, provocaram a omissão das igrejas diante da ditadura militar no Brasil e também facilitaram a convergência de muitas lideranças evangélicas com o governo autoritário, possibilitando sua colaboração e apoio.

A postura oficial das igrejas protestantes diante do golpe militar de 1964, por meio de suas lideranças, pode ser classificada, de modo geral, como de apoio, sendo este imediato, da parte de presbiterianos e batistas, ou cauteloso, da parte de metodistas, episcopais e luteranos. A oposição com resistência existiu entre protestantes, mas não de forma oficial; foi assumida por lideranças clérigas e leigas, indivíduos e grupos vinculados ao movimento ecumênico e/ou que tinham, no seu histórico, uma formação teológica que levava a uma prática de engajamento social e de compromisso com a justiça. Muitos ingressaram em organizações de oposição à ditadura, atuaram até mesmo na clandestinidade e pagaram o preço por esse compromisso. (CNV, 2014)

Ao abordar o tema dos "protestantes" no Brasil (ou "evangélicos", termo mais amplamente difundido), geralmente faz-se referência ao grupo de cristãos não católicos (CNV 2014:177) que compõem uma parte significativa da população religiosa do país. O Brasil, de tradição histórica Católica, fazia com que os cristãos evangélicos sentissem sem representação significativa e espaço político, cenário que começou a mudar a partir do apoio que estes cristãos fizeram à ditadura, por assim dizer, o Regime Militar investiu nos evangélicos e como uma via de mão dupla, os mesmos prestaram seu apoio. Mesmo sendo um regime de exceção, os evangélicos tiveram uma oportunidade inédita de atuar na política do país.

O Regime Militar adotou medidas para atrair os protestantes, incluindo visitas protocolares, oferta de empregos, celebração de convênios, indicações para cargos de destaque e a promoção de aulas sobre moral e civismo³⁷. Além disso, líderes religiosos participaram como estagiários em cursos ministrados pela Escola Superior de Guerra (ESG) ou foram beneficiados por programas educacionais apoiados pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Esses cursos desempenharam um papel significativo na estratégia de cooptação do regime. Entre os participantes desses cursos na ESG estavam vários constituintes evangélicos de 1987 e outros líderes destacados, como o pastor presbiteriano Guilhermino Cunha, representante protestante na Comissão Afonso Arinos, e Nilson Fanini, conhecido como o "Billy Graham brasileiro". (LACERDA, 2022)

Os cristãos católicos também apoiaram a ditadura em uma inédita mobilização das massas católicas, segundo Cunha (2014). Calcula-se que aproximadamente um milhão de pessoas se envolveram nas "Marchas da Família com Deus, pela Liberdade"³⁸ que ocorreram no Rio de Janeiro e em São Paulo, tanto imediatamente antes quanto depois do golpe. Esses eventos foram replicados em diversas outras capitais estaduais. Em todas as localidades, a

³⁷ Para ampliação das discussões sobre Moral e Cívica no campo educacional, ler: Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil. Neste trabalho o autor investiga as interações entre as disciplinas de Ensino Religioso e Educação Moral e Cívica no contexto do ensino básico no Brasil. Ele analisa o papel do Ensino Religioso dentro do currículo das escolas públicas, bem como a presença da Educação Moral e Cívica em todas as escolas. Cunha se propõe examinar a legislação federal, destacando as dinâmicas de alianças e conflitos entre os campos político e religioso no âmbito educacional. CUNHA, Luiz Antônio. "Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil, 1931/1997". Cadernos de Pesquisa (São Paulo), n. 131, maio/agosto, 2007.

³⁸ As Marchas da Família com Deus, pela Liberdade foram manifestações organizadas no Brasil em 1964, em um contexto de forte polarização política e medo do comunismo. Elas ficaram marcadas como um dos eventos simbólicos que antecederam e ajudaram a legitimar o golpe militar de 31 de março de 1964, que derrubou o presidente João Goulart e instaurou a ditadura civil-militar no país. As marchas foram manifestações organizadas por setores conservadores da sociedade civil, como: a Igreja Católica, associações de classe média, esposas de militares e empresários, movimentos anticomunistas. (CORDEIRO, 2021)

presença e a influência do clero católico foram fatores cruciais para o êxito dessas manifestações políticas. Essas marchas foram marcadas por uma mobilização social significativa, com o clero católico desempenhando um papel ativo na organização e liderança, destacando-se como importantes atores no contexto político da época.

O início da década de 1970 marcou o enfraquecimento gradual da ditadura militar que governava o Brasil. O regime enfrentava desafios significativos, incluindo dificuldades no controle da inflação e um crescente déficit público, o que resultava em uma dependência cada vez maior de empréstimos estrangeiros. Eses desequilíbrios econômicos contribuíam para acentuar os problemas sociais na sociedade brasileira, gerando instabilidade e descontentamento. Além disso, questões como a repressão política, a censura e a violação dos direitos humanos também alimentavam a oposição ao governo militar. Esse contexto de crise econômica e insatisfação social marcou um período de transição política no Brasil, que culminaria na abertura política e no fim do regime militar.

O período de abertura política no Brasil proporcionou o surgimento do movimento conhecido como "Diretas Já", liderado por figuras da oposição política, que mobilizaram a população em manifestações públicas. Esse movimento, organizado de maneira pacífica e apoiado por intelectuais, artistas e políticos ligados à esquerda, reivindicava o direito do povo brasileiro de eleger diretamente seu presidente, algo que não acontecia desde a eleição de Jânio Quadros em 1961. Grandes comícios foram realizados nas principais cidades do país, atraindo milhares de pessoas às ruas. A eleição para o primeiro presidente civil após o período militar seria realizada pelo Congresso Nacional.

O partido que representava o regime militar, o Partido Democrático Social (PDS), indicou Paulo Maluf como candidato, enquanto o partido de oposição, então chamado Movimento Democrático Brasileiro (MDB), lançou o mineiro Tancredo Neves. Embora Tancredo Neves tenha vencido na votação, ele faleceu antes de assumir o cargo presidencial. José Sarney, que havia trocado o PDS pelo MDB no ano anterior, acabou assumindo a presidência.³⁹

³⁹ Para compreender o processo de redemocratização do Brasil sugiro a leitura deste artigo que discute duas grandes orientações que têm moldado as lutas populares no Brasil desde os anos 1960 até os dias atuais: "libertação" e "hegemonia". A "libertação" foi o principal foco durante as décadas de 1960 e 1970, representada sobretudo por figuras como Paulo Freire. Por outro lado, a "hegemonia" tem sido central nas discussões desde os anos 1980 e 1990, tendo Antonio Gramsci como uma de suas principais referências teóricas. Ao longo do tempo, esses dois paradigmas têm se entrelaçado e se tornado fundamentais na formulação de alternativas para a sociedade. O artigo propõe uma análise crítica sobre o significado desses dois conceitos, especialmente em decorrência dos dez anos desde a morte de Paulo Freire e dos 70 anos desde a morte de Gramsci. Além de explorar os significados, diferenças e interações entre "libertação" e "hegemonia" em seus contextos históricos e

O processo de elaboração da nova Constituição brasileira não apenas gerou debates intensos, mas também marcou um momento significativo na ascensão da influência evangélica na política nacional. Em 1986, 32 parlamentares evangélicos foram eleitos para o Congresso Constituinte, dando origem à Bancada Evangélica na Câmara Federal. Este evento foi um marco crucial, pois consolidou o predomínio pentecostal, com as Assembleias de Deus assegurando a maioria na Bancada, uma dinâmica que persiste até os dias atuais.⁴⁰

O motivo principal dos pentecostais e outros grupos evangélicos ingressarem na política foi o medo de que a Igreja católica tentasse usurpar seus direitos no processo de construção do Brasil redemocratizado. A Ordem dos Ministros Batistas do Rio de Janeiro promoveu um seminário, que tinha como mote “Os evangélicos e a Constituinte”, que apresentou como documento final, no dia 29 de novembro de 1985 a proposta de separação entre a Igreja e o Estado, defendendo um Estado leigo e equilibrado entre todos os credos e confissões religiosas. Entretanto, no dia 3 de dezembro de 1985, enviaram ao presidente José Sarney, através de pastores e parlamentares evangélicos, um documento que afirmava ser crucial que a autoridade governamental estivesse sujeita à soberania divina.

Os pentecostais abandonaram sua tradicional autoexclusão da política partidária, justificando seu inusitado ativismo político – antes proibitivo, porque tido como mundano e diabólico – com a alegação de que urgia defender seus interesses institucionais e seus valores morais contra seus adversários católicos, homossexuais, “macumbeiros” e feministas na elaboração da carta magna. Para tanto, propuseram-se as tarefas de combater, no Congresso Nacional, a descriminalização do aborto e do consumo de drogas, a união civil de homossexuais e a imoralidade, de defender a moral cristã, a família, os bons costumes, a liberdade religiosa e de culto e de demandar concessões de emissoras de rádio e tevê e de recursos públicos para suas organizações religiosas e assistenciais (Pierucci, 1989; Freston, 1993). Os pentecostais, ao mesmo tempo que faziam referência ao tradicional adversário católico, aludiam a seus adversários laicos, como justificativa para “irmão votar em irmão”, seu novo lema. (MARIANO, 2011, p. 252)

Esse período coincide com o rápido crescimento numérico e geográfico do pentecostalismo no Brasil, e também marca o início do ativismo político desse segmento

sociais, o texto oferece uma reinterpretação desses paradigmas à luz das mudanças políticas e culturais que ocorrem atualmente no Brasil e na América Latina. Dossiê "Gramsci e a Política". Revista Sociologia Política, número 29, novembro de 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782007000200008>. Acesso em: 30/04/2024.

⁴⁰ Na matéria intitulada “Quem são os deputados evangélicos pró-direitos que ajudaram a formular a Constituição”, Magali Cunha apresenta dados referente a estruturação dos evangélicos pós golpe de 64. Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/quem-sao-os-deputados-cristaos-que-ajudaram-a-formular-a-constituicao-do-brasil/>. O conteúdo de CartaCapital está protegido pela legislação brasileira sobre direito autoral. Essa defesa é necessária para manter o jornalismo corajoso e transparente de CartaCapital vivo e acessível a todos.

religioso. Além disso, a presença evangélica na política durante a Constituinte teve implicações profundas nas discussões e na redação final da Constituição, refletindo as perspectivas e valores desse grupo religioso na legislação nacional. Deste modo, o Brasil torna-se o primeiro exemplo de presença eleitoral e parlamentar significativa por parte de minoria protestante num país de tradição católica (FRESTON, 1993).

Outros países da América Latina logo seguiram o mesmo caminho. No Peru, a virada de Fujimori em 1990 levou ao parlamento 19 evangélicos, além do vice-presidente. Na Guatemala, em 1991, Jorge Serrano tornou-se o primeiro protestante praticante a chegar à presidência de nação latino-americana pelo voto popular. [...] O foco da militância política protestante está mudando da Holanda, Escandinávia e países de língua inglesa para a América Latina. A tímida brecha protestante aberta no monopólio religioso católico no século XIX agora constitui ameaça à hegemonia católica. Uma publicação católica pergunta: “Os evangélicos vão tomar o poder no continente católico?”. E um bispo brasileiro afirma: “A América Latina está se tornando protestante mais rapidamente do que a Europa Central no século dezesseis”. (FRESTON, 1993, p. 2)

O então formado grupo político, conhecido como “Bancada Evangélica, permaneceu com a pauta anticomunista da ditadura, defendendo a ideia de que não há luta de classes, sim a luta entre o bem e o mal e o comunismo, é, portanto, o mal que deve ser combatido. Entretanto, novas pautas foram adicionadas às suas agendas, visto que havia de ser construído um novo e redemocratizado Brasil.

Este grupo de parlamentares, como até os dias de hoje, atuou em temas morais e comportamentais, em defesa da família tradicional e cristã. Antiaberto, antidrogas e criminalização da homossexualidade integram as pautas. Numa perspectiva de resistência aos avanços sociais e às reivindicações das frentes mais progressistas como as feministas, os evangélicos conservadores e a ala católica conservadora elegeram seu novo e grande inimigo a “ideologia de gênero”, tema tão estruturante para discussão da educação e da formação de professores no Brasil, que dedicarei um tópico adiante para discutir somente esta temática.

O verdadeiro nome da “Bancada Evangélica” é Frente Parlamentar Evangélica, apresentando uma característica que se mantém desde seu surgimento até os dias atuais: a defesa de pautas conservadoras. Esse ativismo conservador evangélico traz consigo demandas moralistas que refletem reivindicações autênticas dos setores populares, que desejam implementar a moral pessoal à uma moral pública. Este grupo suprapartidário, conhecido como Bancada Evangélica, é constituído por congressistas que representam uma variedade de igrejas evangélicas (denominadas históricas ou de missão, bem como as pentecostais e neopentecostais). Sua atuação conjunta visa não apenas aprovar ou rejeitar legislação

relacionada a questões religiosas, mas também influenciar uma variedade de debates no parlamento brasileiro, abrangendo desde temas sociais até políticas públicas.

A bancada evangélica surgiu [...] já com uma característica bem marcada e que permanece até hoje: não é política nem ideologicamente homogênea, mas é, de forma geral, conservadora. Esse ativismo conservador evangélico traz para a luta política demandas moralistas que são reivindicações reais dos setores populares, não habituados a separar as esferas da política e da moralidade privada. [...]. Para a legislatura de 2015-2019 foram eleitos 75 deputados federais e três senadores publicamente identificados como evangélicos. Reunidos na bancada evangélica, costumam votar coesos quando se trata de certas questões morais lastreadas por interesse religioso comum. À bancada evangélica pode se juntar a escassa parcela de congressistas católicos interessados também em defender pontos de vista de sua religião, formando a chamada bancada da Bíblia, esse estranho conjunto composto por grupos historicamente em pé de guerra entre si. (PRANDI, SANTOS, 2017, p. 8)

É importante ressaltar que, no período da ditadura militar (1964-1985), a concepção política era de que o governo militar agia em consonância com os políticos de direita, como já apresentei aqui, uma das pautas da ditadura que recebeu grande apoio dos cristãos era afastar o país do comunismo, da “esquerda política”. Após a redemocratização do Brasil, diversos políticos buscavam não se identificar como sendo de direita, afinal de contas, nos anos que se seguiram, diversos escândalos, inclusive de caráter econômico que ocorreram durante a ditadura, ganharam visibilidade.

O pesquisador Rodrigues (1987) faz uma análise sobre o posicionamento ideológico dos deputados constituintes na década de 80, e afirma que “quando se trata de se auto definirem ideologicamente, os parlamentares evitam as posições mais radicais, e se situam um pouco mais para a esquerda”. Dos 428 deputados entrevistados pelo autor, nenhum se declarou como pertencente à “extrema-direita” e apenas 6% identificaram-se como “centro-direita”. Surpreendentemente, 37% dos parlamentares assumiram uma posição de “centro”, enquanto 52% se alinharam com a “centro-esquerda” e 5% se definiram como adeptos da “extrema-esquerda”. Esses dados revelam nuances significativas na composição ideológica do Congresso Nacional brasileiro, destacando a predominância de tendências de centro e centro-esquerda entre os representantes políticos entrevistados. (RODRIGUES, 1987)

Apesar de aparentar não ter uma identidade tão relevante, os partidos e políticos de direita estavam presentes na redemocratização do Brasil e ao longo das décadas que se seguiram, reestruraram-se e conseguiram desvincular-se da direta associação com o período ditatorial. A presença das pautas morais de cunho religioso, como já dito, estruturaram e deram uma nova roupagem para a direita brasileira.

Estas décadas seguintes tiveram ascensão também da esquerda, com as eleições presidências que elegeram o Lula, que concorreu à presidência por três vezes, em 1989, 1994 e 1998, perdendo em ambos os pleitos no primeiro turno para Fernando Henrique Cardoso. Contudo, sua jornada mudou na eleição presidencial de 2002, quando emergiu vitorioso ao derrotar José Serra no segundo turno. Em 2006, ele foi reeleito, triunfando sobre Geraldo Alckmin na disputa do segundo turno.

Grupos evangélicos mais conservadores não pararam de crescer e de se fortalecer. Ampliaram seus braços de atuação e a Bancada Evangélica buscou outras como aliadas, como a bancada da Bala e a Bancada do Agronegócio. Mas os braços políticos dos religiosos cristãos não se limitavam apenas ao que acontecia no congresso, afinal de contas, era preciso do voto do povo para aumentar o número de aliados na Frente Parlamentar Evangélica.

E mesmo a constituição Republicana de 1891 tendo estabelecido a laicidade do Estado, vemos que a laicidade não se constitui um valor nuclear da República brasileira, pois diversas vezes é afrontada, suprimida e silenciada. Muitos atores políticos religiosos usam o discurso da laicidade para atuar, segundo sua fé particular, em espaços públicos e fazer políticas públicas pautadas em suas crenças pessoais e o avanço e crescimento das vertentes pentecostais e neopentecostais no cenário político ao longo dos anos nos revela isso.

Uma área que foi muito importante para o avanço e difusão dos ideais políticos e conservadores dos evangélicos é a mídia radiofônica e televisiva.

Os evangélicos estavam presentes no espaço público através da mídia radiofônica (1940 - Igreja Adventista dos Santos dos Últimos Dias) e depois televisiva (1960 - Igreja Adventista dos Santos dos Últimos Dias), já disputando espaço com os católicos (pioneiros e mais numerosos na programação radiofônica, segundo dados da Epcom14, 2008). Até a década de 1980 eram os pastores norte-americanos os mais populares entre o público evangélico nacional. É em meados dos anos 1980 que a produção evangélica brasileira para a TV se tornou independente e passou a ocupar espaços em redes nacionais. Em 1989, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi, então, a primeira denominação evangélica a ser proprietária de uma televisão com cobertura nacional. Segundo dados disponibilizados em 2009, as redes religiosas no Brasil somavam 20 – sendo 11 delas evangélicas e 09 católicas¹⁵. Além das chamadas “cabeças de rede” e das retransmissoras evangélicas, a presença religiosa, sobretudo pentecostal, na televisão aberta teve um impacto crescente no momento em que as concessionárias de mídia sublocavam boa parte da sua programação, sendo as igrejas evangélicas os grandes compradores dos horários disponíveis. (VITAL; LOPES, 2013, p. 35)

Dados da AMTB (Associação de Missões Transculturais Brasileiras), que reúne organizações protestantes, mostram que o número de grupos indígenas "alcançados satisfatoriamente" ou "alcançados e com liderança autóctone" cresceu 75,5% em dez anos: de 53 povos, em 1995, para 93, em 2005:

Os povos "sem presença missionária evangélica" caíram de 139, há dez anos, para 92, em 2005. Entre uma categoria e outra, há grupos intermediários, "alcançados insatisfatoriamente" ou "alcançados só por leigos". O antropólogo da USP Marcos Rufino, que, no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, faz trabalho ainda não concluído de levantamento dessa presença entre índios, diz que os dados da AMTB "fazem sentido". "O cenário é de aumento mesmo." Entre as duas datas limites do levantamento evangélico, os dados do Censo 2000 do IBGE tabulados pelo economista Marcelo Paixão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, revelam uma fotografia da "evangelização" dos índios. Tomando a categoria "cor ou raça" assumida pelos entrevistados, o grupo em que há maior fatia de protestantes declarados é o dos indígenas. Entre eles, 22,4% se dizem protestantes, contra a média nacional, de 18%. A razão óbvia e de boa-fé que move esses "jesuítas" do século 21 é a mesma que sempre motivou cristãos: ir e pregar o Evangelho. (Folha de S. Paulo, 2005)⁴¹

Em outra matéria da Folha, uma década antes da mencionada acima, podemos vislumbrar o crescimento dos cristãos pentecostais e neopentecostais, quando o próprio papa João Paulo II envia uma carta para os 62 arcebispos e bispos que participam da 26ª Assembleia Ordinária do Celam (Conselho Episcopal Latino-americano) e expressa sua preocupação com o crescimento de "seitas" e que isso se constitui como "desafios" para a Igreja Católica na América Latina, nesta carta ele mistura o narcotráfico e a corrupção com os evangélicos e a pobreza:

A Igreja Católica evita ao máximo empregar essas palavras para falar das comunidades cristãs chamadas pentecostais ou neopentecostais, justamente por causa de sua conotação pejorativa", afirmou D. Lucas. Segundo dados da CNBB, a Igreja Católica vem perdendo 600 mil fiéis por ano, parte deles para as igrejas evangélicas. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) estima que havia 4,8 milhões de evangélicos no Brasil em 1980. Esse número chegaria a 18 milhões hoje. (Folha de S. Paulo, 1997)⁴²

Vale ressaltar que para os católicos, a relação Igreja-Estado, que foi redefinida no processo de construção da República, manteve (e mantém até hoje) diversos privilégios para o catolicismo no Brasil. Durante o século XX, a Igreja Católica era o modelo de religião e de culto religioso, enquanto as demais religiões, principalmente as afro-brasileiras, eram criminalizadas e reprimidas. Em 1939, o Departamento de Defesa da Fé iniciou uma política de oposição ao protestantismo, visando salvaguardar os valores da nação católica. Essa iniciativa refletiu os esforços do governo em fortalecer a hegemonia religiosa e cultural católica no país,

⁴¹ Reportagem completa em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1804200513.htm>

⁴² Para acessar a reportagem completa: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/10/01/brasil/30.html>

promovendo a resistência contra influências externas percebidas como ameaças à identidade nacional.

Em novembro de 2008 o governo brasileiro firmou com o Vaticano um Concordata⁴³. A Concordata firmada entre o presidente Lula e o Papa Bento XVI aborda diversas questões de interesse para a Igreja Católica, especialmente relacionadas ao ensino religioso em instituições de ensino públicas, escolas católicas, seminários e ao reconhecimento de diplomas. O texto reitera os direitos já estabelecidos tanto pela Constituição quanto pela legislação ordinária, não apenas para a Igreja Católica, mas para todas as instituições religiosas. Essas garantias incluem o livre exercício do culto público e a imunidade tributária.

Mas, qual a finalidade de um documento que “apenas” reitera o que já está estabelecido? Como Cunha (2009) aborda em seu texto intitulado *A EDUCAÇÃO NA CONCORDATA BRASIL-VATICANO*, o conteúdo do artigo 11 remete a algo que a Igreja Católica tem a perder. Trata-se da eliminação da exigência de oferta do ensino religioso pelas escolas públicas, única disciplina mencionada pela Constituição. O texto da concordata toma posição em uma controvérsia que divide o campo religioso no Brasil: se o ensino religioso deve ser confessional ou interconfessional.

O cerne da questão reside na inserção da expressão "católico e de outras confissões religiosas" após o termo "ensino religioso", delimitado por vírgulas. Se essa construção for interpretada como uma definição, existe o risco de questionamento do atual modelo de ensino não confessional adotado por alguns Estados. Esta interpretação pode gerar controvérsias jurídicas sobre a natureza do ensino religioso oferecido nas escolas, ressaltando a necessidade de esclarecimento e precisão na redação legislativa para evitar ambiguidades e conflitos de interpretação.⁴⁴

Entretanto, o problema não está só no conteúdo do artigo 11, está também na própria existência da Concordata que viola o artigo 19 da Constituição, que proíbe o poder público de estabelecer alianças com cultos religiosos. Nesse caso, a Igreja Católica aproveita sua ambígua

⁴³ Concordata é um conceito que pertence ao contexto simbólico da Igreja Católica, representando um tratado ou acordo estabelecido entre o Vaticano e outro Estado governante.

⁴⁴ Sobre o Ensino Religioso falaremos mais adiante, no capítulo “LAICIDADE: COMPREENDENDO O CONCEITO E CORELACIONANDO-O COM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA” onde discutiremos sobre como um Estado que em sua Constituição se diz leigo (laico), mas garante no mesmo documento o ensino religioso.

condição de também ser um Estado soberano⁴⁵ para buscar uma relação privilegiada com a União em comparação com outras religiões.

Mesmo com o crescimento dos evangélicos e a crescente estruturação de políticos declarados conservadores nos espaços políticos, após o fim do mandato de Lula em 2010 o Brasil parecia tomar rumos bastante progressista, pois elegia a primeira presidente mulher de sua história, Dilma Rousseff. Entretanto, a história nos mostrou que na verdade, os dias mais sombrios, desde a ditadura de 1964 estavam por chegar. Em 2014 houve um fortalecimento significativo de congressistas que defendem agendas conservadoras na Câmara dos Deputados durante as últimas eleições.

Além do aumento dos integrantes das bancadas evangélica, ruralista e "policial", observou-se também um crescimento na representação de parlamentares alinhados com pautas conservadoras relacionadas à segurança pública e ao agronegócio. Esse cenário reflete uma mudança na composição ideológica do Legislativo brasileiro e sugere um maior peso político desses grupos no contexto legislativo nacional, essa configuração torna extremamente difícil o debate de leis propostas pelos mais progressistas, como a legalização do aborto e das drogas, e da pauta ambiental e indígena.

Para a Frente Parlamentar Evangélica, o pleito de domingo elegeu a "maior bancada da história da Igreja Evangélica no Brasil". Antes das eleições, a bancada tinha 71 deputados. Agora, diz a Frente, chegará a 80 membros. Além de numerosos, quatro políticos evangélicos encabeçaram a lista dos mais votados em Alagoas, Espírito Santo, Paraná e Piauí. No governo Dilma, o grupo barrou o que chamaram de "kit gay" (material anti-homofobia produzido para ser distribuído em escolas pelo Ministério da Educação), e emplacaram como presidente da Comissão de Direitos Humanos o pastor Marco Feliciano (PSC-SP). Feliciano foi reeleito com 398 mil votos, quase o dobro de 2010. (Folha de S. Paulo, 2014)⁴⁶

Além de transformarem o espaço de debates públicos em debates de cunho religioso, impondo a moral religiosa à nação, a manutenção e aumento da participação política desses grupos religiosos, garante privilégios que estão diretamente ligados a manutenção de poder que

⁴⁵ A Igreja Católica tornou-se um Estado soberano com a criação do Vaticano, um território independente localizado dentro de Roma, através do Tratado de Latrão, assinado em 11 de fevereiro de 1929. Este acordo foi firmado entre a Santa Sé, representada pelo Papa Pio XI, e o governo italiano, liderado por Benito Mussolini, como parte de uma solução para a chamada "Questão Romana". A criação do Vaticano como Estado soberano consolidou a posição da Igreja Católica como uma entidade política e religiosa global. Isso permitiu à Santa Sé atuar como mediadora em questões internacionais e defender seus interesses com status diplomático, preservando sua autonomia em relação a governos nacionais.

⁴⁶ Esta mesma reportagem traz em sua continuação um dado muito significativo para as eleições de 2018, ela apresenta o seguinte: "A bancada "policial", que defende mais medidas repressivas de segurança pública, também teve campeões de voto, como Jair Bolsonaro (PP-RJ). <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1529052-mais-conservadora-camara-deve-barrar-acoes-liberalizantes.shtml>

exercem sobre a sociedade. As igrejas têm assegurada sua imunidade tributária pela Constituição, desse modo suprem as necessidades operacionais das igrejas, através de projetos que permitem isenções fiscais para movimentações financeiras das instituições religiosas, bem como o lucro de seus líderes, fazendo da fé, um mercado bastante lucrativo.

Enquanto a equipe econômica da presidente Dilma Rousseff buscava a aprovação do Congresso para o pacote fiscal, uma isenção tributária concedida a igrejas foi inserida de forma discreta em uma Medida Provisória aprovada no final de maio de 2015. Essa medida poderia resultar na anulação de autuações fiscais aplicadas a igrejas que ultrapassaram o montante de R\$300 milhões. Segundo informações obtidas pela Folha de São Paulo, essa inclusão ocorreu por meio do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que é evangélico.

Esse "jabuti" –nome dado a temas estranhos inseridos em MPs– aumenta a isenção fiscal de profissionais da fé, ao livrar da cobrança de impostos as chamadas "comissões" que líderes religiosos ganham por arrebanhar fiéis ou recolher mais dízimos. [...] A medida beneficia sobretudo as evangélicas neopentecostais, vertente em que o pagamento de comissões a pastores é mais comum. Muitos dos casos de sonegação religiosa são de pastores que recebem, por exemplo, um salário mínimo e, por fora, "comissões", a título de "ajuda de custo", que chegam à casa dos R\$100 mil. Valores sempre vinculados ao desempenho do profissional em angariar fieis. (Folha de S. Paulo, 2015)⁴⁷

O objetivo político de alguns destes religiosos de cunho cristão nunca foi o de garantir o seu espaço junto à pluralidade de outras garantias para outras religiões. Em março de 2013 o deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Feliciano, líder religioso evangélico, enfrentou acusações de racismo e homofobia por parte de deputados e representantes de movimentos de direitos humanos. Sua eleição ocorreu com 11 votos, em uma votação na qual apenas 12 dos 25 membros do colegiado participaram, registrando-se um voto em branco. Sendo que seis dos votantes são membros do partido de Feliciano (PSC) e muitos outros possuem vínculos com movimentos evangélicos.⁴⁸

Em 2015, às vésperas do golpe sofrido pela presidente Dilma, o mesmo Marco Feliciano declarou publicamente que “O Brasil, na sua grande maioria, é conservador. Só que é feito de conservadores silenciosos”. Se vimos que nos anos iniciais após a ditadura (1964-1985) havia uma preocupação com a identificação pelos políticos a se assemelhar com a direita, no contexto dos anos que precedem o golpe, já não há mais. E Marcos Feliciano, continuou sua

⁴⁷ Para acessar a reportagem completa: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1638436-camara-aprova-aumento-de-isencao-tributaria-a-igrejas.shtml>

⁴⁸ Fonte: Agência Câmara de Notícias

fala “Eu, Jair Bolsonaro, Celso Russomano, somos três políticos de ala conservadora que tiveram uma votação expressiva.”

O processo de impeachment da presidente Dilma foi um golpe. Não cabe a este trabalho discutir as questões econômicas, como as pedaladas fiscais e a lava-jato⁴⁹ que levaram nosso país a este trágico momento. Mas trago aqui as justificativas de voto, na câmara dos deputados, a favor do golpe, pois estas falas deixam bem claro a intenção política para além, muito além, das conspirações econômicas.⁵⁰ Com citações que exaltam o golpe de 1964, menções à torturadores, família e louvações a Deus, as justificativas dadas para validar o golpe são questões de valores extremamente moralizantes, que servem como um grande guarda-chuva, que abriga toda e qualquer proposição conservadora. Em 2023 Dilma foi inocentada⁵¹ pelos crimes da qual foi acusada, legitimando a defesa: não foi impeachment, foi golpe.

⁴⁹ As pedaladas fiscais referem-se a uma manobra contábil realizada pelo Poder Executivo com o objetivo de apresentar equilíbrio entre receitas e despesas públicas, atendendo formalmente às metas fiscais. Essa prática, popularmente apelidada, consiste em adiar, deliberadamente, repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos e instituições financeiras que operam programas governamentais, transferindo temporariamente a responsabilidade dos pagamentos para essas entidades.

No governo Dilma Rousseff, o Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que o Tesouro Nacional teria atrasado repasses para a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Esses atrasos afetaram programas como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, além de benefícios sociais como o abono salarial, o seguro-desemprego e subsídios agrícolas.

As instituições cobriram os pagamentos com recursos próprios, garantindo que os beneficiários recebessem os valores devidos pontualmente. No entanto, o governo omitia esses passivos das estatísticas da dívida pública, adiando sua contabilização para períodos futuros. Esse procedimento criou a impressão de que as contas públicas estavam em ordem, quando, na verdade, os resultados apresentados não refletiam a realidade financeira. (Fonte: Agência Senado, <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>)

Já a Operação Lava Jato foi uma investigação conduzida pela Polícia Federal, iniciada em 2014, que revelou um vasto esquema de corrupção envolvendo a Petrobras, empreiteiras, políticos e partidos políticos no Brasil. É considerada uma das maiores investigações anticorrupção da história do país. Embora tenha sido celebrada por expor a corrupção sistêmica, a Lava Jato também enfrentou críticas por abusos de autoridade, politização e métodos controversos, como a divulgação de conversas privadas. Em 2019, o site *The Intercept Brasil* publicou mensagens vazadas que sugeriam que o juiz Sergio Moro, que liderou a Lava Jato, teria colaborado indevidamente com os promotores, levantando dúvidas sobre a imparcialidade do processo. (<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/casos-historicos/lava-jato>)

⁵⁰ Para uma melhor compreensão dos processos político-econômicos do golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff, ler o artigo Bastos, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. DOI: <https://doi.org/10.1590/198055272129>. Professor Associado (Livre-Docente) do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

⁵¹ “Os senadores que votaram pelo impeachment de Dilma Rousseff, em agosto de 2016, tiraram da Presidência da República uma mulher inocente, que não havia cometido crime nenhum. É o que acaba de atestar o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). Em sentença publicada na segunda-feira (21), a Corte manteve uma decisão que havia sido tomada na primeira instância, em setembro de 2022, pela 4ª Vara Federal Cível do Distrito Federal. Na ocasião, o juiz Frederico Botelho de Barros Viana negou a ação de improbidade administrativa apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre as “pedaladas fiscais”.

Vale ressaltar que estes posicionamentos são os da Bancada Evangélica e de seus aliados. A união dos mesmos é conhecida como Bancada BBB.⁵² Esta bancada foi eleita a mais conservadora, por diversos pesquisadores das políticas sociais e seus dados comprovam isto pois 313 dos 513 deputados, ou seja 61% da Câmara, são membros de pelo menos uma das três frentes parlamentares que trabalham colaborando entre si.

Os parlamentares citaram a família como principal justificativa para seus votos, destacando a importância dos filhos, pais, netos e cônjuges, com um total de 92 menções logo no início do discurso. Evocavam sempre o modelo tradicional e bíblico de organização familiar. Houve muitas menções religiosas, atreladas a uma misoginia explícita em cartazes que enunciavam “Tchau, querida”. O patriarcado e o machismo são tão estruturantes na formação da Bancada BBB, que suas próprias aliadas foram vítimas. A deputada Clarissa Garotinho do Partido da República do Rio de Janeiro (PR-RJ), grávida de 35 semanas, não esteve presente na votação por ordens médicas e mesmo tendo declarado que votaria a favor do impeachment, recebeu críticas de cunho machista e religioso de Alberto Fraga do Democratas (DEM) que divulgou em suas redes “Alguém avise pra Clarissa Garotinho que Maria viajou de Nazaré pra Belém de jumento, pra cumprir sua missão, e pariu Jesus, forte e com saúde”.

O até então deputado Jair Bolsonaro, que nos anos seguintes emergiria como grande figura conservadora religiosa da história desse país a fazer uso da fé cristã para pedir votos e pautar seu discurso e agenda política, fez uma declaração chocante ao exaltar o coronel Carlos Brilhante Ustra, conhecido como um dos principais torturadores do regime militar. "Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim".⁵³

"Claramente, (...) o MPF não atribuiu conduta específica a cada um dos requeridos, procedendo a uma narrativa geral dos fatos que imputa genericamente às pessoas jurídicas. Do mesmo modo, não se verifica a prova da existência de dolo nas condutas noticiadas", escreveu Viana na época.

Derrotado na primeira instância, o MPF recorreu ao TRF-1, mas os membros da Corte rejeitaram a apelação. Além de Dilma, foram inocentados pela decisão o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho." (<https://pt.org.br/foi-golpe-dilma-e-inocentada-na-acao-sobre-pedaladas-fiscais/>)

⁵² Que defendem os interesses dos ruralistas, dos evangélicos e dos deputados ligados à segurança pública.

⁵³ Ustra foi uma das 377 pessoas apontadas como responsáveis direta ou indiretamente pela prática de tortura e assassinatos durante a Ditadura Militar no relatório final da Comissão da Verdade, documento oficial do Estado brasileiro sobre o período. O coronel está relacionado com 60 casos de mortes e desaparecimentos de opositores do regime em São Paulo. Sob seu comando, entre 1970 e 1974, o DOI-Codi torturou ao menos 500 pessoas. Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-impeachment-e-o-menor-dos-nossos-problemas/>.

As falas misóginas, machistas e criminosas de Bolsonaro, que deveriam causar horror a população foram, por grande parte do eleitorado brasileiro, amenizadas e levadas a um tom de brincadeira. Em 2014, Bolsonaro afirmou, na Câmara e em entrevista ao jornal, que a deputada Maria do Rosário (PT-RS) não merecia ser estuprada porque ele a considera "muito feia" e porque ela "não faz" seu "tipo".⁵⁴

Em 1998, durante sua campanha para reeleição como deputado federal, Jair Bolsonaro agrediu fisicamente Conceição Aparecida Aguiar, que na época ocupava o cargo de gerente na empresa Planajur⁵⁵. Em 2011, numa entrevista ao programa Custe o Que Custar (CQC), a cantora Preta Gil entrevistou Bolsonaro e perguntou como ele reagiria se algum de seus filhos se envolvesse com uma mulher negra. “Eu não corro esse risco. Meus filhos foram muito bem-educados e não viveram em um ambiente como, lamentavelmente, é o seu”. Em entrevista ao portal Zero Hora, Bolsonaro afirmou que é difícil ser patrão no Brasil, com “tantos direitos trabalhistas”. “Quando o cara vai empregar, entre um homem e uma mulher jovem, o que que o empregador pensa? “Poxa, essa mulher aqui tá com aliança no dedo, não sei o quê, ela vai casar, é casada, daqui a pouco engravidou, seis meses de licença-maternidade, quem que vai pagar a conta? É o empregador”.⁵⁶

Nem a própria família, que é tão defendida pelos cidadãos de bem e religiosos como Bolsonaro, ficou de fora de seus discursos de ódio, “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Muitas outras falas poderiam ser descritas aqui, Bolsonaro não comediu suas palavras ao falar sobre turismo sexual no Brasil, foi processado ao usar duplo sentido e ofender publicamente uma jornalista. E se algum leitor deste trabalho alegar, como muitos cidadãos de bem alegaram, que são só pronunciamentos vazios de ações, vale relembrar quando Bolsonaro vetou o trecho de uma lei que distribuiria absorventes de forma gratuita para mulheres em vulnerabilidade social. O mesmo candidato que afirmou diversas vezes ser cristão, foi uma das figuras políticas mais misóginas e machistas a expor declaradamente seu ódio contra mulheres.

Nada disso impediu que no dia 1º de janeiro de 2019, Bolsonaro tomasse posse como presidente do Brasil, ao lado de seu vice Hamilton Mourão, general da reserva do Exército

⁵⁴ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html>

⁵⁵ Empresa de consultoria jurídica que prestava serviços para o Exército, a Planajur, hoje está extinta, de acordo com a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. (<https://piaui.folha.uol.com.br/mesmo-tendo-sido-agredida-por-bolsonaro-voto-nele/>)

⁵⁶ <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/veja-nove-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-os-direitos-das-mulheres>

Brasileiro. Lembro-me bem da sensação, em 2018, quando o resultado das urnas foi anunciado. Eu dividia apartamento com uma amiga, lésbica, que cursava relações internacionais na UFF. Nos abraçamos e choramos. Fomos tomadas por uma indignação, por um medo em relação ao nosso futuro como estudantes de uma universidade pública, como mulheres feministas, como ativistas pelas lutas LGBTQIAPN+. E a história nos mostra que o medo não foi em vão.

Antes de seguir a diante, gostaria de compartilhar uma experiência pessoal. Nas eleições de 2014 eu tinha 17 anos e pela primeira vez iria votar nas eleições presidenciais. Cresci em uma cidade no interior do Rio de Janeiro, filha de militar, estudante de escola militar durante os anos do Ensino Fundamental 1 e 2. Recordo que fui instruída pelo meu pai a votar em Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Mas eu admirava a Dilma Rousseff, achava ela uma mulher forte e muito corajosa. E como voto é secreto, apertei 13 na urna. Meu pai me aguardava do lado de fora do colégio Municipal Manoel Moraes da Silva, localizado no bairro Campo Redondo, em São Pedro da Aldeia. Ele me perguntou “votou certo?” E eu acenei que sim com a cabeça.

Hoje, 10 anos depois, continuo acreditando que votei corretamente naquela eleição. Este ano (2024) 10 anos depois das eleições de 2014, a ex-presidenta Dilma Rousseff, que foi presa e torturada durante a ditadura, relembrou os 60 anos do golpe de 1964 e disse que a história não apaga sinais de traição à democracia. Ela publicou em março deste ano (2024), nas suas redes sociais:

Manter a memória e a verdade histórica sobre o golpe militar que ocorreu no Brasil há 60 anos, em 31 de março de 1964, é crucial para assegurar que essa tragédia não se repita, como quase ocorreu recentemente, em 8 de janeiro de 2023. Como tentaram agora, naquela época, infelizmente, conseguiram. Forças reacionárias e conservadoras se uniram, rasgaram a Constituição, traíram a democracia, e eliminaram as conquistas culturais, sociais e econômicas da sociedade brasileira. O presidente João Goulart, legitimamente eleito, foi derrubado e morreu no exílio. No passado, como agora, a História não apaga os sinais de traição à democracia e nem limpa da consciência nacional os atos de perversidade daqueles que exilaram e mancharam de sangue, tortura e morte a vida brasileira durante 21 anos. Tampouco resgata aqueles que apoiaram o ataque às instituições, à democracia e aos ideais de uma sociedade mais justa e menos desigual. Ditadura nunca mais! (ROUSSEFF, 2024)⁵⁷

Ditadura nunca mais!

⁵⁷ A declaração feita na rede social da ex-presidenta está na reportagem da Folha de São Paulo, leia: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/manter-memoria-sobre-golpe-de-1964-e-crucial-para-nao-repetir-tragedia-diz-dilma.shtml>

2.1 OS DISCURSOS CONSERVADORES RELIGIOSOS E A NORMALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NOS COTIDIANOS

Vimos até aqui que os evangélicos (pentecostais, neopentecostais) denotaram impressionante crescimento nas últimas décadas, uma reportagem da Folha de São Paulo nos ajuda a quantificar e mensurar este crescimento. Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) desenvolveu uma fórmula para medir o crescimento religioso. Em 2021, as 87,5 mil igrejas evangélicas registradas com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) representavam sete em cada dez estabelecimentos religiosos registrados no Brasil, enquanto as igrejas católicas constituíam 11% do total. Isso representa um grande aumento em comparação a 1998, o primeiro ano incluído na pesquisa. Naquela época, havia 26,6 mil locais de culto evangélicos, equivalendo a 54,5% do total. (Folha de S. Paulo, 2023)

As grandes marcas do segmento são fortes, claro. Só a Universal do Reino de Deus, que De Negri define como "uma empresa com diversas filiais", tem 6.800 estabelecimentos vinculados a um único CNPJ. A Quadrangular, outra gigante, possui quase 5.000.⁵⁸ (FOLHA DE SP, 2023)

Este crescimento é impulsionado pela própria forma como as igrejas se organizam. As Igrejas da Assembleia de Deus, por exemplo, seguem um modelo congregacional, marcado pela descentralização administrativa, em que cada congregação local opera de forma relativamente independente da igreja matriz, tanto em termos administrativos quanto, muitas vezes, litúrgicos e políticos. Esse formato descentralizado facilita e contribui para a criação de novas igrejas e denominações. Assim, o modelo congregacional não apenas sustenta uma estrutura diversificada, mas também alimenta transformações contínuas e privilegia encontros presenciais, promovendo intensa sociabilidade entre membros e o fortalecimento de redes de apoio e solidariedade. A proximidade entre fiés e lideranças incentiva a criação de vínculos sólidos e permite um ambiente de controle moral mais evidente do que o modelo episcopal tradicional. (VITAL; LOPES, 2013. p. 58)

A igreja', no sentido profundo, não está na hierarquia e em seus rituais. Ela torna-se visível, apenas, no culto dos fiéis reunidos em assembleias. Em outras palavras, é a congregação local que dá substância ao sentido protestante da igreja. Vem daí a tendência 'congregacional' que perpassa (com variações importantes) a maioria das denominações evangélicas. Ao se converter, portanto, o novo evangélico passa a fazer parte de uma congregação da qual deve participar ativamente, cumprindo uma série de obrigações. Dentre elas, a primeira, de estar presente. Desta forma, os evangélicos promovem uma intensa sociabilidade em torno ao culto, fazendo da igreja uma forma de

⁵⁸ Acesso completo a reportagem da Folha de São Paulo:
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/templos-evangelicos-crescem-228-em-duas-decadas-e-dominam-cena-religiosa.shtml>

associação voluntária. Há mesmo quem remeta às origens do associativismo moderno às congregações protestantes. (FERNANDES, 1998, p. 41)

A busca por um Estado laico não representa, em hipótese alguma, cercear o direito das pessoas de se organizarem em templos e organizações religiosas. Muito menos configura-se uma crítica aos que em sua vida privada buscam exercer e desenvolver algum tipo de fé ou espiritualidade. Pelo contrário, o Estado laico é a garantia de que templos cristãos, bem como os de religião afro-brasileira, espíritas e de qualquer outra matriz possam ter os mesmos direitos e liberdade, respeitando inclusive os que optam por não exercer nenhum tipo de fé.

Entretanto, o que temos visto e é evidenciado por diversos pesquisadores é que as propostas e ações dos campos evangélicos tem escapulado dos espaços privados e transbordado nas disputas políticas. Almeida (2017) explora a ascensão dos evangélicos no cenário político brasileiro e a conexão desse movimento com o conservadorismo crescente no país. Ele destaca como alguns evangélicos adotaram uma postura empreendedora e meritocrática, alinhando-se aos princípios neoliberais que valorizam o esforço individual e a redução do papel do Estado em políticas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família. (ALMEIDA, 2017. S/P)

No campo da moralidade pública, Almeida (2017) aponta que os evangélicos mais visíveis promoveram uma agenda de regulação moral que visa importar seus valores sobre a sociedade. O autor menciona como figuras políticas evangélicas têm se mobilizado em torno de questões como o Estatuto da Família e o projeto apelidado de “cura gay”, passando a moldar a legislação para refletir uma moralidade tradicional e cristã. Apesar disso, ele nota que nem todos os evangélicos apoiam essas pautas de maneira uniforme, tendo divisões internas entre diferentes denominações e líderes. (ALMEIDA, 2017. S/P)

Por fim, uma terceira dimensão de atuação dos evangélicos, é focada em políticas de segurança pública que favorecem ações repressivas e punitivas, como a redução da maioridade penal. Esse posicionamento encontra respaldo em parte da população que clama por mais segurança, consolidando uma base de apoio popular. Deste modo, vemos a moral cristã remodelando e interferindo em diversos aspectos políticos e públicos que ultrapassam as portas de seus templos.

Outro exemplo de como o crescimento dos cristãos tem se tornado uma clara interferência na vida pública dos cidadãos é o crescimento de uma violência estrutural e cultural: a intolerância religiosa no Brasil. Em maio de 2022, no evento de aniversário 189 anos da cidade de Itaboraí, o Pastor evangélico Felippe Valadão, líder da igreja Lagoinha, em Niterói fez a seguinte fala:

O tempo da bagunça espiritual acabou, a igreja está na rua, a igreja está de pé, pode matar galinha, pode fazer farofa, pode fazer o que você quiser. Ainda digo mais, se prepara para ver muito centro de umbanda sendo fechado nessa cidade. [...] Deus vai começar a salvar ‘esses pai’ de santo que tem aqui nessa cidade. (Felippe Valadão, maio de 2022)⁵⁹

Meses depois, para ser mais exata, 9 meses depois, o mesmo pastor abriu uma filial de sua igreja no município de Itaboraí. Aqui temos o claro exemplo de dinheiro público de um Estado laico sendo usado para beneficiar uma fé específica. Por que, no evento de aniversário da cidade, um pastor evangélico foi convidado a conduzir um momento de culto de sua religião? Houve abertura, um edital, ou convite amplo, para que demais religiões tivessem a mesma oportunidade? Os que não professam algum tipo de fé são respeitados quando um espaço laico escolhe fazer manifestações religiosas com dinheiro público? E mesmo que todas as religiões tivessem tido espaço neste evento, o que não aconteceu, mesmo que o dinheiro público não estivesse patrocinando este momento, cabe a um líder religioso atacar outras religiões? A Polícia Civil do Rio de Janeiro indiciou o pastor Felippe Valadão, líder da igreja Lagoinha Niterói, por intolerância religiosa.⁶⁰

E este exemplo não está descontextualizado ou isolado no percurso de violência religiosa do nosso país. Em comparação com 2009, ano do levantamento mais recente, que registrou 1.011 casos desse tipo, 2023 apresentou um aumento superior a 17.000% no número de processos por racismo e intolerância religiosa.

Os tribunais dos 26 estados e do Distrito Federal somaram, juntos, 74.613 ações relacionadas aos dois temas no ano passado. Nas cortes superiores, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) recebeu 4.292 desses casos, e o STF (Supremo Tribunal Federal), 1.907 deles. [...] Ações iniciadas por acusações de racismo representam mais de 117 mil do total analisado, ante 58.232 que têm a prática de intolerância religiosa como motivação para sua abertura.⁶¹ (Folha de São Paulo. 2024)

⁵⁹ Trecho transcrito de um vídeo onde o Pastor está de pé, no palco de evento da cidade, sendo aplaudido em meio a menções de falar religiosas do público.

⁶⁰ Este trabalho, como já mencionado, não busca aprofundar a discussão sobre a intolerância religiosa, mas reconheço a profunda e importante discussão sobre a temática. Para maior conhecimento e aprofundamento sobre este tema de tanta relevância, indico a leitura a seguir, que muito colaborou para me formar e me inserir na luta e defesa contra a intolerância religiosa no Brasil. O debate acerca das noções de “intolerância religiosa” e “racismo religioso” para a compreensão da violência contra as religiões afro-brasileiras de Marcelo Camurça e Ozaias da Silva Rodrigues. CAMURÇA, Marcelo; SILVA RODRIGUES, Ozaias da. O debate acerca das noções de “intolerância religiosa” e “racismo religioso” para a compreensão da violência contra as religiões afro-brasileiras. Revista OQ, n. 6, jan. 2022.

⁶¹ <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2024/01/tribunais-registraram-mais-de-176-mil-processos-por-racismo-e-intolerancia-religiosa-em-2023.shtml>

A violência é também dirigida aos debates de gênero e sexualidade. A constituição Federal de 1988 apresenta no seu artigo 5, como já mencionado, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”, estabelecendo, desse modo, fundamentos sólidos de respeito e promoção da liberdade e da igualdade. Mas, ao buscar tornar a moral cristã, de cunho pessoal e privado, em política pública, principalmente no campo da Educação, vemos o cotidiano escolar tornar-se um espaço de fomentação e manutenção de intolerância religiosa e desrespeito à coletividade e pluralidade e consequentemente, mais um espaço de práticas violentas na sociedade.

Os discursos violentos, as propostas legislativas e a agenda política dos conservadores religiosos no Brasil são em grande parte de cunho cristão como vemos ao longo dos capítulos deste trabalho. A todo tempo estes atores do cenário político investem no campo educacional, espaço de grande valor, pois através da educação é possível implementar uma moral social e construir verdades que vão ganhando cunho científico ao entremear-se ao currículo escolar. De modo que sua presença é tão naturalizada, que se torna quase despercebida.

Seja pelos símbolos religiosos presentes em diversas escolas, seja por um currículo que apresenta a disciplina Ensino Religioso, seja por rituais como rezar um “Pai nosso”, seja na fala de figuras de poder dentro da escola, como diretores, coordenadores e professores, a religião cristã ocupa lugar significativo na formação pública do Brasil e tem sido uma aliada de grande valor para o estabelecimento de políticas neoliberais.

Os grupos conservadores religiosos, como já mencionado, aliam-se aos neoliberais para que juntos implementem a combinação entre moral, economia, mercado e políticas que visam impor suas agendas conservadoras, inclusive no campo educacional. Baseiam suas reformas e seus discursos sobre educação na promoção de um sentimento de crise. O problema é que a resposta a essas “crises” que eles mesmo geram através da lógica neoliberal e do patriarcado cristão, é justamente o mercado e a moral religiosa cristã.

Não posso negar, é real a existência de uma crise atual no campo educacional no Brasil. Olhemos para o Plano Nacional de Educação 2014-2024, uma grande parte de suas metas e estratégias não foram aplicadas. Os índices que foram avaliados nos revelam um grande retrocesso quando pensamos na perspectiva de uma educação democrática, crítica, plural, que alcance os mais pobres e oprimidos e dê a estes grupos a possibilidade de transformação de suas condições sociais, políticas e econômicas. O relatório da Conferência Nacional de

Educação (CONAE - 2024) ⁶², que busca contribuir para pensarmos o próximo decênio apresenta o fracasso que o último PNE (2014-2024) representa para a educação pública no país.

A própria construção do PNE é fruto das disputas entre conservadores religiosos e os campos mais progressistas. A trajetória de elaboração e aprovação do documento revela como as tensões em torno de uma moral religiosa como política de Estado afetam a concepção e o estabelecimento de um Estado laico.

A elaboração do PNE começou em 2008, durante a Conferência Nacional da Educação Básica, quando o Ministério da Educação assumiu o compromisso de organizar a CONAE. O processo envolveu etapas municipais, intermunicipais e estaduais, culminando na etapa nacional em abril de 2010. O tema central foi “Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação”, com o objetivo de definir diretrizes e estratégias para a política educacional, abordando responsabilidades entre os entes federados. Temas como gênero, orientação sexual e diversidade foram tratados de forma transversal nos documentos da CONAE e incorporados no texto final, que, após ajustes, foi enviado à Câmara dos Deputados em dezembro de 2010 como o Projeto de Lei nº 8.035-D, mantendo-se como diretrizes aprovadas.

Durante a tramitação, o projeto sofreu resistência no Senado, especialmente em relação aos termos “gênero” e “orientação sexual”. O relator Álvaro Dias substituiu esses termos por “desigualdade”, mas o senador Vital do Rêgo reintroduziu-os em um substitutivo Plano de Lei Complementar (PLC) de número 103. Isso gerou forte oposição, liderada pelo senador e pastor Magno Malta, que denunciava a “ideologia de gênero” como uma ameaça à família. O projeto recebeu novas emendas e pareceres até sua aprovação final em junho de 2014, tornando-se a Lei nº 13.005/2014. O PNE foi o projeto com o maior número de emendas na Câmara, totalizando 3.365. (MENDONÇA; MOURA, 2020, p. 47 – 65)

Deputados religiosos, católicos e evangélicos, passaram a fazer referência a este debate na tribuna, a usar as redes sociais e seus canais de comunicação para alertar sobre o perigo que representava a presença do termo gênero no PNE.

Em sequência, durante a tramitação na Comissão especial, e no demais percurso pela Câmara, parlamentares e ativistas que pressionaram pela retirada das questões do texto levaram cartazes com dizeres do tipo “Gênero não!” ou “Não à ideologia de gênero!”. O plenário da Câmara também chegou a reunir em algumas sessões mais de 150 jovens, líderes pró-vida e famílias católicas e evangélicas contrárias a qualquer referência de gênero ou orientação sexual no texto do plano. Essas famílias e lideranças pró-vida também realizaram trabalho junto aos deputados da “bancada cristã”, novamente através de petição sobre o assunto que contou com ampla

⁶² Para melhor compreensão das críticas aqui direcionadas ao PNE, olhar o documento da CONAE <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/documento-referencia.pdf>

divulgação nas redes sociais. Dentre as justificativas apresentadas pelos parlamentares para a retirada das questões, estavam o enfrentamento à “ditadura gay” e a “salvação da família” [...]. Na última diretriz, alvo da “bancada cristã”, vimos que se retirou a erradicação das desigualdades de gênero e orientação sexual para uma forma genérica, onde se diz “formas de discriminação”. [...]. Assim, pode-se considerar que no âmbito dos dispositivos relacionados às questões morais e valores que deveriam integrar o planejamento educacional do país houve a vitória da coalizão conservadora, protagonizada pelos religiosos:

Vale dizer que movimentos sociais, entidades que atuam na educação e os movimentos identitários, especialmente as feministas e os LGBTI, apresentaram cartas públicas à presidente solicitando, dentre outras coisas a completa insatisfação com a ausência de qualquer referência a gênero e orientação sexual. Entretanto, a presidente Dilma Rousseff sancionou em 2014 o texto do Plano Nacional de Educação sem vetos. (MENDONÇA; MOURA, 2020, p. 47 – 65)

E se o modo de educação democrático e crítico, inclusivo e plural sofreu retrocessos, outro avançou. Uma breve análise do PNE 2014-2024 nos ajuda a compreender que perspectiva de educação conseguiu dar largos passos. No documento intitulado “Balanço do Plano Nacional de Educação”⁶³ há diversos gráficos e índices que apontam o retrocesso e estagnação em quase todas as 20 metas. A META 2, que propõe universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE retrocedeu a um nível menor do que o observado em 2014.

A META 3, universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% não só não foi alcançada como enfrentou ataques ainda maiores como a reforma do Ensino Médio e a BNCC, que simplesmente não menciona esta etapa da educação em seu documento, indo contra a própria LDB (Lei de Diretrizes e Bases).

Como compreender os impactos que a BNCC aprovada causa nos processos de gestão dos sistemas de ensino e das escolas? O primeiro elemento a considerar é o rompimento com a concepção de Educação Básica insculpida na LDB, uma vez que o CNE foi levado a considerar a aprovação de proposta incompleta encaminhada pelo MEC sem contemplar o ensino médio, sem a modalidade Educação de Jovens e Adultos e sem a Educação do Campo, além de outras fragilidades. (A BNCC NA CONTRAMÃO DO PNE 2014-2024, 2018, p. 36)

A META 6, objetiva oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) da Educação Básica,

⁶³ Este documento reúne uma análise, na medida do que foi possível, devido ao esvaziamento dos próprios meios de compreender os avanços educacionais, do PNE 2014-2024. É fundamental que aqueles que se propõe a pensar sobre educação vejam estes documentos, eles apresentam os dados essenciais para compreendermos em alguns aspectos os avanços das políticas conservadoras, neoliberais e religiosas no Brasil.

https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/00_BalancoPNE_Cartelas2022_ok_1.pdf

a situação em relação ao cumprimento apresenta-se como uma das mais críticas, pois os índices dos dois dispositivos em questão declinaram entre 2014 e 2021, em vez de aumentar. Em 2014, havia 42.665 escolas e 6,5 milhões de matrículas em jornada integral. No entanto, em 2021, esses números caíram para 30.454 escolas e 5,3 milhões de matrículas, resultando em uma perda de pouco mais de 10 mil escolas e mais de um milhão de matrículas nesse formato.

A meta 19 sobre assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto, mal pode ser avaliada, pois não tivemos, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, investimentos em instrumentos para acompanhar o avanço real da gestão democrática nos espaços educacionais, enquanto a BNCC supriu o termo “gestão democrática” de seu documento oficial.

Em 2021, a maioria dos colegiados intraescolares sequer existia nas escolas públicas brasileiras. De todos os conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis que deveriam existir em todas as escolas municipais, apenas 35% de fato existiam. Nas escolas estaduais, eram 54%, e nas federais 52%. Quando se trata do processo de seleção de diretores, apenas 13% daqueles gerindo escolas estaduais chegaram ao cargo através de critérios técnicos aliados à eleição com participação da comunidade. Nas escolas federais, o número cai para 8%, e nas municipais para 4%. O formato restrito de divulgação do Censo da Educação Básica implementado no início deste ano não permite mais o cálculo deste indicador, de forma que os dados de 2021 tiveram que ser obtidos via Lei de Acesso à Informação. [...]. Com o agravamento da crise política no país sob o governo Bolsonaro, as diretrizes que marcam a participação da comunidade escolar e da sociedade civil na formulação e no monitoramento de políticas educacionais têm sido enfraquecidas. Face evidente deste fenômeno, o processo de militarização de escolas incentivado pelo atual governo evolui em franca oposição aos princípios mais básicos de gestão democrática ao importar para o contexto educacional valores, práticas e profissionais adaptados à obediência e submissão hierárquica. Há casos documentados, como o do estado do Paraná, onde a própria implementação das escolas cívico-militares se deu em confronto com as diretrizes já existentes de consulta à comunidade. É preciso que a gestão democrática seja a base da construção do Sistema Nacional de Educação. (BALANÇO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2022)

E por falar em BNCC, além das discussões em torno do PNE, o golpe sofrido pela Presidenta Dilma em 2016, primeira mulher a assumir a presidência do Brasil, fez o Ministério da Educação (MEC) seguir um viés privatista, com Temer e Mendonça Filho houve uma reestruturação das comissões do CNE, onde foi proposta uma metodologia verticalizada para a construção da BNCC.

A BNCC materializa os avanços conservadores no campo educacional, através dela conseguimos observar uma espécie de organização e sistematização de objetivos, propostas e

currículos educacionais para transformar os cotidianos escolares em ambientes mais conservadores. A BNCC não será objeto de estudos e aprofundamentos neste trabalho, mas ajuda a evidenciar as conquistas da extrema direita, dos neoliberais e conservadores no campo da educação.

Assim, com o claro objetivo de arrancar a qualquer custo o poder das mãos da presidente Dilma Rousseff, as oposições, lideradas nas sombras pelo vice-presidente Michel Temer, passaram a articular demonstrações de força. Por trás dos protestos “espontâneos” contra o governo havia entidades como o Movimento Brasil Livre (MBL), financiado pelo DEM, PSDB, SD e PMDB; Vem pra Rua, criado em 2014 por um grupo de empresários para apoiar a candidatura do senador tucano Aécio Neves à Presidência da República; e Revoltados On-Line, gerenciado pelo empresário Marcello Reis, que não esconde sua simpatia pela ideia de intervenção militar e que possui ligações com o deputado fascista Jair Bolsonaro (PSC-RJ), pré-candidato à Presidência da República.(BRASIL ELPAIS, 2016)⁶⁴

A primeira versão da BNCC foi submetida à apreciação pública, onde diversas contribuições serviram como referência para a formação da segunda versão, mas em quais marcos referenciais o MEC se embasou para formulação deste documento? A transparência do processo foi questionada, uma vez que as alterações entre as versões não foram claramente justificadas e as contribuições da sociedade civil e de especialistas nem sempre foram adequadamente consideradas. A terceira versão aprovada não foi capaz de contemplar pilares fundamentais, garantidos inclusive por lei, pois o PNE compreende o Ensino Médio como parte da Educação Básica do país, enquanto a BNCC não o contempla. Essa omissão gera um desalinhamento significativo entre as diretrizes nacionais e o planejamento educacional de longo prazo estabelecido pelo PNE.

E não param por aí as exclusões aprovadas. A base também minimizou a educação de jovens e adultos e a educação no campo, setores que já enfrentam desafios históricos de inclusão e qualidade. Além disso, o processo de aprovação foi marcado por pressões políticas e interesses de grupos específicos, que buscaram moldar o currículo de acordo com suas próprias agendas, frequentemente em detrimento de uma educação plural e inclusiva. A rapidez com que a terceira versão foi finalizada e aprovada também levanta dúvidas sobre a profundidade do debate e a efetiva consideração das críticas feitas nas fases anteriores. Esse contexto sugere que a BNCC, em vez de ser um documento amplamente representativo e democrático, reflete uma visão restrita e excludente da educação brasileira.

⁶⁴ O golpe contra Dilma Rousseff: O afastamento da presidenta é sem dúvida o capítulo mais vergonhoso da história política brasileira https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html

O artigo 205 e 206 da Constituição Federal envolve a compreensão da educação como direito de todos, enquanto a BNCC desrespeita o pluralismo proposto na LDB, fere os princípios extraescolares e afronta a gestão democrática das escolas públicas. Precisamos refletir e problematizar a construção de um currículo comum. A BNCC tenta se apresentar como um currículo, entretanto não é, pois como Greene (1977) bem coloca, o currículo precisa englobar mais que um saber prescrito, ele precisa abrir-se para novas experiências que permitam ao aluno compreender o seu próprio mundo da vida.

A BNCC faz um vínculo imediato entre a educação e desenvolvimento econômico, reduz a educação a níveis de aprendizagem e tenta uniformizar a educação, formando uma imagem homogeneizante da escola, com a ideia de “suprir o que falta”, tratando todos os problemas sociais, econômicos e políticos, como problemas meramente pedagógicos. Associando o sucesso da educação ao sucesso nas avaliações, forçando o currículo escolar a voltar-se cada vez mais a medir, comparar e avaliar, colocando os professores como principais responsáveis pelos problemas escolares.

Neste contexto, a BNCC apresenta como versão final um documento que suprime termos como “gestão democrática”, “gênero e orientação sexual” e pela primeira vez na história da educação brasileira, o Ensino Religioso passa a ser concebido como uma área do conhecimento. Assim como as demais áreas do conhecimento, possui objetivos, habilidades e competências que precisam ser consolidadas durante o processo formativo dos estudantes. Deste modo, observamos o quanto os discursos conservadores avançaram e ganharam espaço na legislação escolar.

Nesse sentido, o processo de elaboração e aprovação da BNCC está longe de ser um exemplo de gestão democrática na formulação de política pública educacional tão importante para o desenvolvimento da educação em nosso país. Talvez não tenha sido por outra razão que o documento encaminhado ao CNE pelo MEC não contemple nem sequer uma vez a expressão “gestão democrática”, recuperada duas vezes no parecer que aprovou a BNCC naquele colegiado. Certamente por isso o referido parecer não foi aprovado por unanimidade, merecendo três votos contrários com respectivas declarações de voto, num deles, dentre outras razões por entender que a BNCC aprovada por maioria “afronta o princípio da gestão democrática das escolas públicas”. (MENDONÇA, 2018, s/p)

Apple (2013) nos ajuda a pensar quem são os personagens por traz deste empenho no fracasso das políticas educacionais e denomina este bloco de poder de “modernização conservadora”, dividindo-os em quatro partes. O primeiro e mais forte abrange diversas facções do capital que estão engajadas em aplicar soluções neoliberais de mercado aos problemas educacionais. As práticas democráticas são reduzidas as práticas de consumo e a visão sobre a qualidade do que é privado se sobrepõe a qualidade do que é público.

O não cumprimento das metas do PNE 2014-2024 reforçam essa visão de desqualificação da educação pública, as escolas são fortemente atacadas e todos os problemas sociais e políticos tornam-se problemas apenas pedagógicos. Os professores são culpados e responsabilizados pelo fracasso escolar e as estratégias de mercado, fortalecidas nos documentos como a BNCC, são apresentadas como solucionadores de um problema que os “educadores não puderam resolver”.

O segundo grupo apresentado por Apple (2013) é o dos neoconservadores, que promovem um projeto conservador culturalmente restaurador, pelo retorno a uma noção imposta de nação e tradição.

Os neoconservadores pressupõem algo que não existe, um consenso sobre o que deve ser o conhecimento “oficial”. Assim, esvaziam uma das perguntas mais importantes que devem ser feitas em nossas escolas: qual conhecimento, e de quem, devemos ensinar? Em sua certeza sobre o que deve ser uma cultura comum, ignoram um elemento fundamental nesse suposto caráter comum: o que é comum é que estamos em desacordo. Na verdade, o que precisa ser “o comum” é o constante processo democrático e deliberativo de fazer a interrogação sobre o que é comum. (APPLE, 2013, p. 35)

O terceiro elemento que compõe o que Apple (2013) denomina de modernização conservadora são “conservadores religiosos populistas autoritários que estão profundamente preocupados com a laicidade e a preservação de suas próprias tradições.” (APPLE, 2013). Eles também querem impor à sociedade suas concepções de tradição e costumes, mas fazem isso usando figuras de autoridade religiosas para validar sua moral pessoal, atribuindo-a a toda sociedade. Subvertem a concepção de laicidade ao seu favor, colocando-se no lugar dos oprimidos e minorizados, alegando que justamente a laicidade do Estado que defende o direito de cada cidadão ter – ou não – fé religiosa é o que os garante exercitar sua fé cristã em escolas, palanques e agendas políticas.

Somente quando uma determinada leitura do cristianismo – ou, em alguns outros países, formas repressivas de judaísmo, hinduísmo e islamismo – recuperar seu lugar de direito como projeto orientador de todas as nossas instituições e interações, seremos capazes de, mais uma vez, afirmar que este é um “país de Deus”. (APPLE, 2013. p. 36)

O quarto elemento que Apple (2013) apresenta para compor a figura de um “guarda-chuva ideológico” é um segmento específico da nova classe média profissional e gerencial. Este grupo é composto por indivíduos comprometidos com a ideologia e as técnicas de responsabilização, medição e o “novo gerencialismo”, também conhecido como a “cultura de auditoria”. (APPLE, 2013). Após a aprovação do PNE 2014-2024, seguido do golpe sofrido pela Presidenta Dilma R., e a aprovação da BNCC observamos retrocessos significativos, que

abrangem áreas como financiamento, avaliação, gestão, currículo e formação de professores. Este período tem sido marcado por uma contrarreforma notavelmente conservadora e privatista no campo da educação, caracterizada por um extenso processo de desregulação que favorece a expansão do setor privado mercantil e incluem a redução de investimentos públicos em educação, a implementação de modelos de avaliação que priorizam resultados padronizados.

Vemos aqui as várias faces da aliança entre conservadores, neoliberais e religiosos nas políticas públicas educacionais: os políticos envolvidos nos ataques as discussões de gênero, sexualidade e gestão democrática no PNE são os mesmos que apoiaram e compuseram a base aliada do governo Temer e Bolsonaro, responsável pelo maior período de vigência do PNE 2014-2024. A defesa da moral cristã, da família nuclear e das perspectivas conservadoras e patriarcais para educação, alinhadas ao modelo neoliberal que favorece o mercado e reduz os investimentos públicos em educação caminham de mãos dadas.

Entretanto, as evidências sobre as violências de gênero e sexualidade nas discussões sobre educação que aparecem no PNE não se restringem só a este documento. O PNE é um dos palcos onde a “ideologia de gênero” ganhou destaque.

Este ano (2014) representou uma virada de chave nesse processo, pois foi nele que tiveram início os debates sobre o chamado KIT GAY e sobre Plano Nacional de Educação – PNE na Câmara Federal. Se até este momento, conforme dissemos, a Câmara ainda não havia protagonizado a discussão sobre a distribuição do Kit e a chamada “ideologia de gênero” promoveram este ápice. Por isso, é fundamental tratarmos de forma mais aprofundada sobre este episódio que foi determinante para uma mudança significativa na discussão sobre gênero e as políticas educacionais. (MENDONÇA; MOURA, 2020, p. 47 – 65)

A seguir, aprofundarei a análise em torno do polêmico e emblemático episódio conhecido como “Kit Gay”, bem como da difusão da chamada “ideologia de gênero”, dois elementos centrais na consolidação de estratégias discursivas conservadoras no Brasil contemporâneo. Esses temas foram instrumentalizados por setores religiosos e políticos alinhados à direita, que encontraram neles uma oportunidade de mobilização afetiva e moral em defesa de uma suposta “família tradicional”. Mais do que simples boatos, tratou-se da elaboração de uma narrativa cuidadosamente arquitetada, marcada por distorções, inverdades e manipulações — um marco na ascensão das chamadas *fake news* no debate público nacional. Essa construção retórica não apenas visou enfraquecer as pautas progressistas relacionadas às questões de gênero e sexualidade, mas também serviu para reforçar um novo inimigo simbólico, capaz de unificar diferentes segmentos conservadores em torno de uma cruzada moral contra a esquerda e suas políticas educacionais e de direitos humanos.

2.2 A INVENÇÃO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO PELOS CONSERVADORES RELIGIOSOS

No Brasil, vemos os setores conservadores religiosos atuarem, principalmente no campo educacional, no que se refere a terminologia “ideologia de gênero” onde buscam instalar um pânico moral (Cohen, 1972, 2011), e associam todo e qualquer processo formativo, que busca combater práticas de violência contra gênero e sexualidade, a uma realidade completamente deturpada onde professores, políticos e pesquisadores de “esquerda” são associados a doutrinadores. O deputado Elimar Damasceno, em 2003, fez um discurso onde usou pela primeira vez no vocabulário estatal o termo “ideologia de gênero”, ele afirmou:

A palavra “gênero” sempre foi usada para designar sexo. Assim, falamos em “gênero masculino” e “gênero feminino” [...] Agora, a expressão “gênero” adquiriu outro significado, dentro de uma “ideologia de gênero”. Gênero seria o papel desempenhado por um dos sexos, não importando se nasceu homem ou mulher. Segundo essa teoria, não se nasce homem nem mulher, mas o papel a desempenhar na sociedade é que vai determinar o sexo: o “gênero” é que vai determinar esse papel [...] Vejam, Srs. Deputados, que se trata de mais um eufemismo para encobrir os desvios da conduta sexual. Então, quando se fala de “ideologias de gênero”, de “não-discriminação de gênero” etc., queremos nos referir a condutas sexuais. (DAMASCENO, 2003, s/p)

Apesar de me dedicar neste trabalho a buscar as contribuições do campo dos conservadores religiosos pentecostais e neopentecostais, não posso desprezar o importante papel da igreja católica nas políticas “antigêneros” e seus desdobramentos no cenário mundial. Durante o pontificado de João Paulo II, os movimentos eclesiás católicos atuaram em diversos países e promoveram uma retomada católica contra o relativismo e o secularismo em matérias de cunho moral, como a família tradicional, a moral sexual e no campo da educação escolar. Alguns exemplos destes movimentos são: Comunhão e Libertação, Opus Dei, Legionários de Cristo, Renovação no Espírito Santo entre outros.

No Brasil, uma importante figura católica para a difusão da “ideologia de gênero” é o padre Paulo Ricardo, sacerdote da Arquidiocese de Cuiabá, no Estado do mato Grosso do Sul, ordenado sacerdote em 1992, no período do pontificado do papa João Paulo II. Paulo Ricardo é associado à diversas entidades reconhecidas pelo Vaticano, e algumas outras legitimadas pela ala conservadora. Paulo Ricardo Foi apresentador do programa “*Oitavo Dia*”, veiculado na TV Canção Nova, em 2007. Conta com mais de 1,4 milhão de seguidores no Facebook, e sua

descrição de perfil no site da Wikipédia aparece como “uma liderança da direita conservadora no Brasil, seguidor de Olavo de Carvalho e apoiador de Jair Bolsonaro.”⁶⁵

No livro “Catolicismos, direitas cristãs e ideologia de gênero” a pesquisadora Olívia Bandeira (2021) apresenta a pesquisa que realiza com seu grupo sobre o papel da mídia como uma das dimensões fundamentais para o entendimento do neoconservadorismo na América Latina. BANDEIRA, 2021, apresenta dados importantes sobre o padre Paulo Ricardo e sua atuação junto aos conservadores e a direita na difusão da “ideologia de gênero” no Brasil.

Por exemplo, a comunidade Canção Nova e o Centro Dom Bosco, que é uma associação sem fins lucrativos que foi recém-criada, em 2016, mas que é uma associação de fiéis leigos que tem atuado desde então na judicialização de vários processos em nome do que chamam de defesa da fé católica; fizeram processos, por exemplo, contra a Netflix e o programa de humor Porta dos Fundos e contra as Católicas pelo Direito de Decidir. [...] Ele tem um site que articula textos, vídeos e áudios, tem Twitter, canal no YouTube, página no Facebook, podcast no SoundCloud, Instagram, e usa todas essas mídias na produção do seu conteúdo, que ele chama de “conteúdo educativo”. (BANDEIRA, 2021, p. 80)

Ao acessar o site do padre Paulo Ricardo, logo em sua página inicial⁶⁶, há uma espécie de curso, com materiais para leitura e uma vídeo aula de 36m59 intitulado “Modéstia: como as mulheres devem se portar (I)”. No minuto 14m55 o padre diz “Quem de nós imaginaria a Virgem Maria dando uma gargalhada, daquelas de levantar a perna... Ou seja é uma falta de moderação”. No minuto 33m55 ele afirma:

É necessário que a mulher reencontre sua identidade feminina [...] existem calças compridas que são pecado porque salientam excessivamente o corpo da mulher para seduzir [...] na minha opinião, calças compridas são um costume não recomendável [...] num mundo onde as mulheres são tolhidas de sua feminilidade é necessário que no Brasil tenhamos um movimento de mulheres que usem saia [...] e claro, estou falando de saia modestas. (RICARDO, P. FALA TRASCRITA DE UMA VIDEO AULA)

Já na aba de pesquisa, ao digitar “ideologia de gênero” fui encaminhada a uma página com diversas postagens, materiais de estudos e vídeo aulas. Para assistir alguns dos conteúdos é necessário realizar um cadastro na plataforma, vinculando dados como nome completo, e-mail e telefone. As temáticas são variadas, mas todas condenam os movimentos feministas, bem como a liberdade de gênero e sexualidade. Um dos artigos intitulado “As origens sombrias da ideologia de gênero: Esoterismo, racismo e discriminação: conheça as origens obscuras da

⁶⁵[https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Ricardo_\(padre\)#:~:text=Foi%20apresentador%20do%20programa%20se,manal,e%20apoiador%20de%20Jair%20Bolsonaro.](https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Ricardo_(padre)#:~:text=Foi%20apresentador%20do%20programa%20se,manal,e%20apoiador%20de%20Jair%20Bolsonaro.)

⁶⁶ Para acessar o site e o referido curso: <https://padrepauloricardo.org/episodios/modestia-como-as-mulheres-devem-se-portar-parte-1>

agenda de gênero e saiba qual a ligação dessa teoria com a *Ku Klux Klan*, a maior organização racista dos Estados Unidos” o padre Paulo Ricardo menciona teóricas importantes para as discussões de gênero, como Judith Butler e Simone de Beauvoir, e afirma que as teorias de gênero é “que nasce e se desenvolve em ambientes racistas”.⁶⁷ O artigo, é confuso, inconsistente e incoerente, assim como a vídeo aula intitulada “Família: uma “invenção” burguesa?”⁶⁸ onde o padre argumenta:

Foram os pensadores de inspiração marxista que, lendo o mundo sob uma lente tão rachada quanto a do liberalismo, quiseram ver na família uma construção burguesa, a “pedra fundamental” de toda opressão e desigualdade. Saiba, nesta aula de nosso curso “O que é uma família?”, por que a família cristã é o maior entrave para a utopia socialista de uma humanidade nivelada e absolutamente igualitária. (RICARDO, 2016)⁶⁹

Vemos todo um trabalho organizado e estruturado, pautando não só uma agenda, mas uma formação educacional que vai na contramão dos direitos humanos. As aulas versam sobre como as mulheres devem se comportar de acordo com a “feminilidade cristã católica e conservadora”, sobre como os pais devem educar seus filhos distantes das discussões sobre gêneros, sexualidades e toda e qualquer possibilidade de reflexão crítica e emancipatória e como a família deve ser o espaço de reprodução e consolidação de práticas religiosas cristãs que são definidas por uma moral conservadora.

Nos materiais formulados no site do padre Paulo Ricardo são usadas diferentes expressões para se referir a gêneros e sexualidades, que variam de acordo com a temática principal da aula/conteúdo, mas que indique sempre um viés ideológico pejorativo para discussão, colocando-a como fator determinante para destruição da moral cristã, da família e dos bons costumes, os termos são “ideologia de gênero”, “utopia de gênero”, “agenda de gênero” e até “colonização ideológica”, esta última popularizada por Papa Francisco.

Tira-se a liberdade, destrói-se a história, a memória do povo, e impõe-se um sistema educativo aos jovens. Todas, todas fazem isso; todas fazem assim. Algumas com luvas brancas: um país, uma nação pede um empréstimo... ‘eu dou, mas nas suas escolas, devem ensinar isso, isso e aquilo’ e indicam os livros... livros que cancelam tudo o que Deus criou e como o criou. [...] Preservar a memória: a memória da salvação, a memória do povo de Deus, a memória que fortalecia a fé deste povo perseguido pela colonização ideológica e cultural. A memória nos ajuda a vencer qualquer sistema educativo perverso. (Francisco I, 2017)⁷⁰

⁶⁷ Acesse o artigo: <https://padrepauloricardo.org/blog/esoterismo-racismo-e-discriminacao-as-origens-da-agenda-de-genero>

⁶⁸ Acesse a vídeo aula: <https://padrepauloricardo.org/aulas/familia-uma-invencao-burguesa>

⁶⁹ Disponível em: Acesso em: <https://padrepauloricardo.org/>

⁷⁰ Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa-francisco/missa-santa-marta/2017-11/papa--colonizacao-ideologica-impoe-sistema-educativo-aos-jovens.html> Acesso em: 30/01/2025

Essa ideia de “ideologia” é construída e apresentada como uma ampla ameaça, que colocaria em risco valores fundamentais, como a família, a infância, a nação brasileira, a democracia, a humanidade e até mesmo a noção de verdade. Esse discurso, amplamente divulgado por lideranças religiosas, refletem uma estratégia retórica que busca mobilizar emoções e fortalecer visões conservadoras. Associando as políticas de gênero a uma ameaça existencial, criam um senso de urgência e perigo que legitima ações contra movimentos de diversidade e inclusão. Além disso, a expressão “colonização ideológica”, usada pelo papa Francisco e apropriada e difundida pelo padre Paulo Ricardo, sugere uma narrativa de resistência a influências externas, alinhando-se a discursos de soberania nacional e cultural, o que amplifica seu apelo a públicos mais amplos. Essa construção também tem implicações no debate público, e desloca o foco das questões estruturais para uma retórica moralista e identitária.

Uma primeira questão que a gente pode observar é que a publicação desses textos no site está relacionada com contextos em que os debates relacionados a política de gênero estavam acontecendo no país, então, há publicação de textos em 2013, quando se estava discutindo o Plano Nacional de Educação; há textos em 2014, quando foi aprovado o texto do Plano; em 2015, quando se discutia os Planos Municipais de Educação em que essa questão toda do gênero estava sendo debatida. Em 2016 há textos que acompanham a participação do Paulo Ricardo no Congresso Nacional, porque ele é convidado, inclusive por lideranças evangélicas, para participar de audiências públicas que estavam debatendo a questão de gênero nesse momento. (BANDEIRA, 2021, p. 79)

É fundamental, no que apresenta BANDEIRA, 2021, destacarmos a aliança do campo cristão de direita, que se estrutura como uma aliança transnacional em defesa da “família tradicional” e contra os avanços sociais no campo das discussões de gênero e sexualidade. Baseiam sua postura política e social nas concepções privadas de fé, que é a concepção de uma família heterossexual e tradicional. Essa articulação transnacional é impulsionada por grupos politicamente organizados que se identificam como “pró-vida” e “pró-família”, promovendo uma agenda comum em defesa desses valores.

Há duas famílias unidas nesse transconfessionalismo, a católica e a evangélica, e que são as duas principais instituições embarcadas nessa agenda ultraconservadora, que já deixaram, inclusive, de ser competidoras no mercado religioso e se aliaram às estratégias políticas e culturais [...] nesse ecumenismo conservador, essa união estratégica entre católicos e cristãos neoconservadores, eles estão de acordo em quatro fatores. Um, “o respeito e a defesa da vida”, para contrariar essa narrativa dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, e especialmente contra o aborto. [...]. Dois, a defesa e a promoção do matrimônio e da família tradicional. E aqui há uma total rejeição a tudo que implique reconhecimento à diversidade sexual. O terceiro elemento, e ponto de acordo entre esses grupos, tem relação com a liberdade

religiosa. Tem a ver com debilitar a laicidade do Estado, confessionalizar as políticas públicas, mas sobretudo com relação às políticas públicas de liberdade religiosa, como igualar-se nos privilégios. E, aqui, há uma agenda muito particular de como compartilhar os privilégios na agenda da liberdade religiosa e como isso se vê efetivamente em todas as instâncias do poder político, econômico, em que joguem em igualdade de condições como duas igrejas estrategicamente unidas. E há um quarto elemento de ponto de acordo desses setores, que tem relação com a educação. (MAZO, 2021, p. 40)

Os agentes que acusam os partidos mais progressistas, bem como os professores e as universidades públicas de impor uma “ideologia de gênero” promovem uma agenda política moralmente retrograda, que visa especialmente conter ou reverter avanços e transformações relacionados à gênero e sexualidade. Além disso buscam empreender uma moral social com pontos doutrinais dogmáticos e princípios religiosos considerados “não negociáveis”. Essa agenda inclui a oposição a direitos LGBTQIAPN+, a restrição do acesso a serviços de saúde reprodutiva, e a promoção de políticas que reforçam papéis de gênero tradicionais.

Criam, principalmente no campo das políticas educacionais, uma disputa em defesa da família tradicional cristã e atribuem somente aos pais a responsabilidade na formação moral e sexual dos filhos, esvaziando o currículo escolar da possibilidade de discussões que são sim, de cunho educacional, como: educação e saúde sexual, ensino das ciências e funcionamento do corpo humano, conhecimentos e pesquisas baseados nas discussões sobre direitos humanos, que envolvem o respeito à pluralidade e consequentemente atacam a laicidade do Estado, pois cerceiam o campo educacional com uma moral religiosa de cunho cristão e impõe às práticas educacionais à um currículo machista e misógino ao definir a forma adequada de ser mulher, mas também de ser homem.

Neste cenário, a educação escolar passa a ter para estes grupos um sentido dogmatizante, indo contra a própria Constituição, pois como já mencionado aqui, a mesma coloca perante a lei, todos como iguais. “Meninos vestem azul e meninas vestem rosa” é mais do que o discurso de uma ministra, é o projeto formativo e educacional para uma nação, impregnado de concepções religiosas. Para transformar os professores e as universidades nos vilões, elencam a infância como “vítima”. Impregnam de um puritanismo exacerbado toda a concepção de ser criança e esvaziam esta fase da vida de todas as contradições e possibilidades reflexivas sobre a construção do eu.

As iniciativas inclusivas e antidiscriminatórias, que valorizam pluralismo, a laicidade, que promovem o reconhecimento da diversidade e garantem o caráter público e cidadão da educação escolar, são completamente desmantelados e a escola é resumida em conteúdos pedagógicos capazes de serem avaliados através de provas e notas. Bem como os professores

são esvaziados em sua função de formação para exercício da integral da cidadania, necessitando ser apenas um mero transmissor de conteúdo. Não à toa, as trágicas reformas do ensino médio, garantem espaço para que venham lecionar aqueles que detém “notório saber”, pois basta saber realizar uma conta, escrever em um quadro um compilado de informações, que para estes grupos conservadores e religiosos, tem se aí, um bom professor.

Eles defendem uma ideologia naturalista e religiosa que conhecemos muito bem. A sua hegemonia heterosexual sempre esteve baseada no direito de oprimir as minorias sexuais e de gênero. Eles têm o hábito de levantar o facão. Mas o que é problemático é que forçam as crianças a carregar esse facão patriarcal. A criança que Frigide Barjot diz que protege não existe. Os defensores da infância e da família apelam à família política que eles mesmos constroem, e a uma criança que se considera de antemão heterossexual e submetida à norma de gênero. Uma criança que privam de qualquer forma de resistência, de qualquer possibilidade de usar seu corpo livre e coletivamente, usar seus órgãos e seus fluidos sexuais. Essa infância que eles afirmam proteger exige o terror, a opressão e a morte. (PRECIADO, 2013, p. 96)

Lançado pelo governo federal em 2004, o Programa Brasil sem Homofobia⁷¹ representou um marco na promoção dos direitos humanos, com o objetivo de combater a violência e a discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+. Entre suas diretrizes, destacava-se a promoção de valores como o respeito à diversidade, à paz e à não-discriminação por orientação sexual. Na área da educação, o programa propunha a criação de materiais pedagógicos voltados à discussão de temas como orientação sexual e homofobia, reconhecendo a escola como um espaço estratégico para a formação de uma sociedade mais inclusiva.

O ano de 2010 marca um importante acontecimento na divulgação da chamada “ideologia de gênero” pelos conservadores religiosos. O MEC estava elaborando um material que fazia parte do programa Escola Sem Homofobia, e que visava combater o preconceito na educação por meio de conteúdos sobre sexualidade. Os materiais foram produzidos após solicitação do Ministério Público Federal e financiados por uma emenda parlamentar da Comissão de Participação Legislativa da Câmara. A elaboração desses materiais foi realizada

⁷¹ A Secretaria de Direitos Humanos (SDH) assumiu o compromisso de defender os direitos das pessoas LGBTQIAPN+ a partir da criação do Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996. Em 2001, durante a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, a SDH reforçou seu apoio aos movimentos sociais, incluindo representantes de cada segmento no comitê responsável pela participação do Brasil no evento.

Posteriormente, em 2004, com o apoio do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) e de organizações da sociedade civil, foi lançado o programa "Brasil Sem Homofobia". Este projeto buscava incorporar a perspectiva de não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas políticas públicas, promovendo os direitos humanos da população LGBTQIAPN+ por meio de iniciativas coordenadas entre ministérios e secretarias do governo. (<https://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/145-conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/281-conselhonacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt>)

por cinco ONGs especializadas no tema, contratadas através de um convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao MEC. O conjunto de materiais consistia em um caderno para gestores, boletins para estudantes, vídeos e um cartaz.

Antes mesmo de ser finalizado e aprovado pelo MEC, alguns dos vídeos em elaboração foram divulgados. Em um deles, uma menina travesti relata os preconceitos que sofre na escola e busca legitimar seus direitos através do nome no qual gostaria de ser chamada e do banheiro feminino, que gostaria de usar. Outro retrata a história de um estudante que se descobre em sua sexualidade e na liberdade de gostar tanto de meninos quanto de meninas. O terceiro apresenta o relacionamento amoroso de duas meninas e os preconceitos que as mesmas sofrem por exercer sua liberdade de escolha sexual.

O caderno, que fazia parte do programa Escola sem Homofobia, apresenta em seu Sumário 3 capítulos, dentro de cada um, sub tópicos com discussões importantes e caminhos para pensarmos questões de gênero e sexualidade nos cotidianos escolares.

Figura 1 - Sumário do Caderno

SUMÁRIO

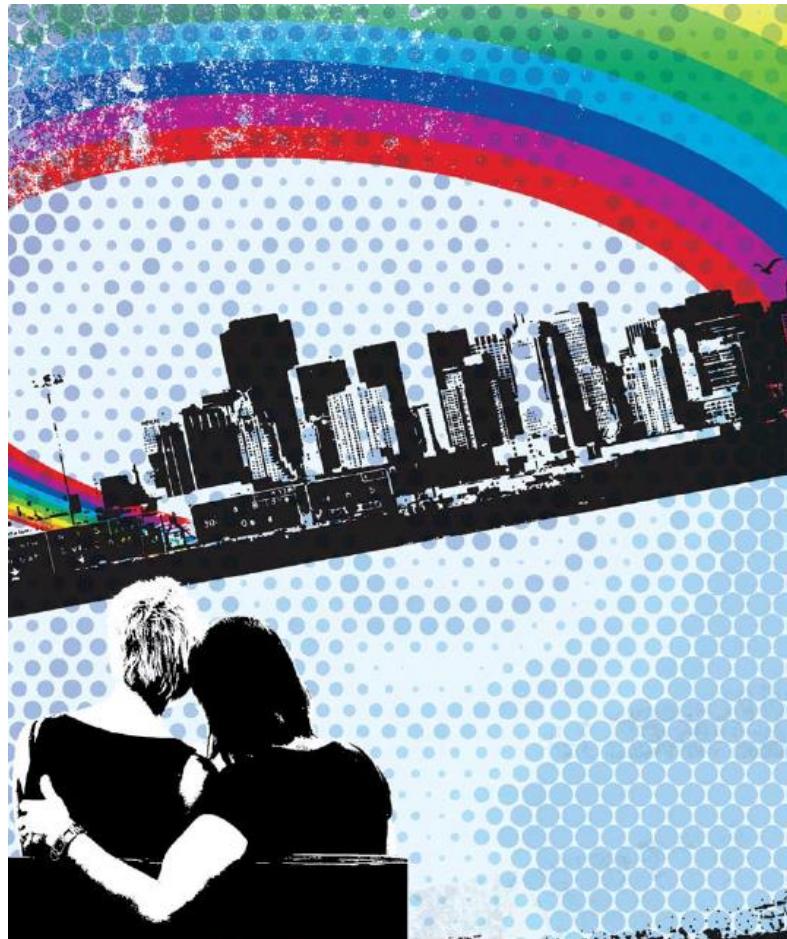


Apresentação	8
Introdução	11
1. Desfazendo a confusão	19
Gênero: as desigualdades entre as mulheres e os homens	19
Diversidade sexual	25
Homofobia	33
A luta pela cidadania LGBT	39
2. Retratos da homofobia na escola	49
Preconceitos e estereótipos	53
A homofobia na escola: o que dizem algumas pesquisas	55
A homofobia no currículo escolar	61
Práticas e espaços escolares	67
Para enfrentar a homofobia: rever práticas, espaços e suas intencionalidades	70
O currículo e a transversalidade: a inclusão dos temas sociais na escola	74
3. A diversidade sexual na escola	79
Caminhos para uma escola sem homofobia	81
Projeto político-pedagógico e diversidade sexual na escola	83
Plano de ação: uma escola sem homofobia	86
Considerações finais	98
Referências bibliográficas	99
Anexo 1 – Para trabalhar com os Boleshs	103
Anexo 2 – Como trabalhar com os materiais audiovisuais	123

Fonte: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/caderno-escola-sem-homofobia,91a786ed-0a7c-417f-bedf-98a9c7aabfc9>

As imagens presentes no caderno não têm cenas, explícitas nem implícitas, de sexo, nudez, masturbação.

Figura 2 - Uma das imagens do Caderno Escola sem Homofobia



Fonte: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/caderno-escola-sem-homofobia,91a786ed-0a7c-417f-bedf-98a9c7aabfc9>

Os textos presentes no caderno fomentam discussões sobre pluralidade, respeito e promoção da justiça social. Discutindo gêneros e sexualidades a partir de uma visão democrática de mundo que tem o intuito de promover o pensamento crítico e desenvolver nos estudantes a capacidade de refletir sobre o “normal” que é imposto pelas estruturas rígidas de poder que normatizam e violentam cotidianamente cada um de nós.

Desse modo, o conceito de gênero também nos ajuda a compreender que essa maneira de organizar a sociedade – dividida nesses dois jeitos de ser: mulher e homem, feminino e masculino – gera preconceito e discriminação em relação aos homens também. Do mesmo modo que a cultura constrói um jeito de ser feminino como sendo a maneira “correta” de ser mulher, constrói também um jeito de ser masculino, isto é, a forma “ideal” de ser homem. Só que existe uma gama imensa de possibilidades de ser mulher e de ser homem que não são nem certas nem erradas: são apenas jeitos diferentes de existir como seres humanos. A pergunta a ser feita, então, de acordo com as finalidades deste Caderno, é: *o que a escola tem a ver com tudo isso?* Pois se meninas e meninos, garotas e rapazes são tratados de modo desigual pela sociedade *como um todo*, isso também ocorrerá na escola e, por inércia, a tendência será repetir-se e perpetuar-se o mesmo padrão. Será? Se o objetivo

da escola for o de oferecer uma educação voltada para a liberdade, a autonomia, a cidadania, a igualdade plena no exercício de direitos... nesse caso, ela terá de se perguntar qual é seu papel nesse processo. (CADERNO ESCOLA SEM HOMOFobia, 2010, p. 20)

Ao longo do texto, após apresentar alguns conceitos e discussões sobre as temáticas expostas no sumário, o caderno propõe dinâmicas que podem ser vivenciadas nos cotidianos escolares como maneira de apresentar as discussões e temáticas, desenvolvê-las e envolver os alunos na busca ativa por justiça social e discussões sobre direitos humanos.

Figura 3 - Uma das dinâmicas apresentadas no Caderno Escola sem Homofobia



A vida dentro de uma caixa: os homens devem... as mulheres devem...⁷

Objetivos: discutir sobre estereótipos e expectativas de gênero e observar como ambos limitam as escolhas de mulheres e homens; trabalhar as distinções entre sexo (as diferenças biológicas) e gênero (as construções históricas, culturais e sociais); esclarecer as definições de gênero, que mudam de geração a geração, de cultura a cultura e dentro de diferentes grupos socioeconômicos e étnicos.

Material necessário: quadro e giz (ou folha de flipchart ou cartolina e pincel atômico) + folhas de papel A4 + um lápis ou caneta para cada participante.

Tempo recomendado: 1h30min

Procedimento:

Etapa 1

1. Perguntar ao grupo o significado de "pressão de grupo".
2. Após escutar algumas definições dadas, pedir que identifiquem situações em que se sentiram sob pressão para fazer alguma coisa por algum grupo social (família, amigas/os, colegas) a que pertencem.
3. Dividir a turma em pares do mesmo sexo e distribuir uma folha de papel e uma caneta para cada dupla.
4. Pedir aos pares que listem cinco tipos de comportamento ou de qualidade tradicionalmente definidos como apropriados ou inapropriados para mulheres e para homens. Dizer à turma que têm cinco minutos para preencherem a folha e que uma dupla não deve se comunicar com a outra.
5. Explicar que as respostas não precisam necessariamente representar o que eles/as pensam, mas, sim, a visão tradicional da sociedade.

Etapa 2

1. Dividir o quadro ou a folha de flipchart ou a cartolina em duas colunas. Escrever "Mulher" no alto de uma das colunas, e "Homem" no alto da outra.
2. Reunir as duplas em plenária e pedir que cada uma compartilhe um dos comportamentos ou uma das qualidades listadas para as mulheres. Ir anotando no quadro/folha o que for sendo apontado. Fazer o mesmo para o que listaram sobre os homens.
3. Perguntar às/aos participantes o que acharam das listas, pedir que as comparem e façam um resumo de cada uma.
4. Pedir que apontem quais comportamentos ou qualidades listadas podem ser definidas como biológicas.
5. Você vai observar que poucos/as ou nenhum/a podem ter determinação biológica. Nesse ponto, introduzir a distinção entre sexo biológico e construção social de gênero e lançar para reflexão e discussão.

Fonte: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/caderno-escola-sem-homofobia,91a786ed-0a7c-417f-bedf-98a9c7aabfc9>

O Caderno Escola sem homofobia também apresenta sugestões de como desenvolver a temática com o corpo docente, pensando e repensando a formação continuada das professoras bem como a composição e recomposição do projeto político pedagógico (PPP) da escola, que

é tão importante como documento para a organização e gestão da escola, pois reflete sua identidade, objetivos e diretrizes pedagógicas, orientando as ações educacionais de forma articulada, garantindo que a prática escolar esteja alinhada com a democracia e o compromisso com uma escola pública, de gestão pública, valorizando a pluralidade, o respeito e as diferenças.

De modo geral, ao se fazer uma formação de professoras/es focada no tema da homofobia, identifica-se uma gama de situações-problema que contribui para que a escola continue produzindo desigualdades, preconceitos e atitudes antidiversidade e homofóbicas. Com base nas informações e nos saberes compartilhados, e acreditando na importância de se construir um projeto político-pedagógico emancipatório, trata-se agora de desenhar um plano de ação que oriente nossas práticas futuras. Esse exercício poderá fornecer elementos para que, de volta à escola, gestoras/es e educadoras/es envolvam as/os estudantes, por exemplo, na revisão deste plano inicial, de maneira a enriquecê-lo, e passem a ser protagonistas em sua implementação. As dinâmicas apresentadas a seguir, com o objetivo de orientar os passos para a construção de um projeto político-pedagógico na escola, podem ser adaptadas a várias situações. (CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA, 2010. p. 86)

A bancada evangélica e os políticos conservadores não perderam a oportunidade de realizar e protagonizar uma disputa em torno de um discurso cheio de ódio e mentiras. Na época, o deputado Jair Bolsonaro do Progressista do Rio de Janeiro (PP-RJ), discursou no plenário, afirmando que "gays e lésbicas querem que nós, a maioria, entubemos como exemplo de comportamento a sua promiscuidade". Eduardo Cunha do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Rio de Janeiro (PMDB-RJ), afirmou em entrevista que não havia ainda visto o material, mas se reuniria com os parlamentares da bancada evangélica, pois o material não se tratava sobre combate à homofobia, e sim, promovia apologia à homossexualidade diante dos adolescentes.

Abaixo, há a transcrição da Câmara, onde Jair Bolsonaro fala sobre o projeto:

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, meus companheiros, quero tratar de um assunto que, no meu entender, em 20 anos de Congresso Nacional, é o maior escândalo de que já tomei conhecimento. Não tem nada a ver com corrupção. Afinal de contas, esse é um tema corriqueiro neste Governo. [...]

Na semana passada, houve reunião na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em conjunto com a Comissão de Educação, com a presença do Sr. André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do MEC. Estava presente uma plateia composta de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Essa turma toda reunida tomou decisões de que esta Casa não está sabendo. E digo mais: a maioria dos integrantes da Comissão de Educação também não está sabendo dessa decisão. [...]

Atenção, pais de alunos de 7, 8, 9 e 10 anos, da rede pública: no ano que vem, seus filhos vão receber na escola um kit intitulado Combate à Homofobia. Na verdade, é um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade. [...] O Presidente da Câmara dos Deputados tem que tomar providências no tocante a esse assunto. Nós não podemos submeter-nos ao escárnio da

sociedade. Esse kit, destinado a crianças de 7 a 12 anos, será distribuído no ano que vem para 6 mil escolas públicas do Brasil. Isso é uma vergonha! [...] Comissão de Direitos Humanos, não; Comissão... Para não ser advertido pelo discurso, vou poupar o adjetivo para essa Comissão. Eles querem, inclusive, excluir-me da Comissão, sob a alegação de ser eu um elemento antidemocrático. [...]

Essa história de homofobia é uma história de cobertura para aliciar a garotada, especialmente os garotos que eles acham que têm tendências homossexuais. Está na pesquisa, publicada aqui, o número de garotos gays ou de meninas lésbicas, repito, de 7, 8, 9 e 10 anos. [...]

É um tema que.... Não me agrada falar em homossexual. Eu realmente assumo o que disse na TV Câmara: se um garoto tem desvio de conduta logo jovem, ele deve ser redirecionado para o caminho certo, nem que seja com umas palmadas. Acusam-me de ser violento, mas não sou promíscuo, não sou canalha com as famílias brasileiras!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (BOLSONARO, 2010)⁷²

O material seria distribuído para escolas do Ensino Médio, diferentemente do que Jair Bolsonaro aponta em sua fala, a temática não seria trabalhada com crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A fala do então deputado é tomada de preconceito e uma fantasiosa ameaça às famílias brasileiras. Primeiro, ele homogeneíza a concepção de infância, como já mencionado aqui. Faz isto também com a configuração familiar, onde vale ressaltar que o próprio Bolsonaro não segue, onde fica subentendido em sua fala que todas as famílias são compostas de estruturas que representam o patriarcado: pai, mãe e filhos, tudo bastante funcional. Banaliza a corrupção, como algo corriqueiro e coloca as discussões sobre direitos humanos no patamar de discussão criminosa, num nível de degradação e perigo social maior e mais degradante que os escândalos de corrupção.

O desdobramento em torno do então apelidado “kit gay” tomou as ruas e púlpitos das igrejas e o governo Dilma, que já estava passando por diversos outros desgastes, como os escândalos em torno da revelação dos negócios milionários da consultoria do ministro da Casa Civil Antônio Palocci, foi duramente criticado pela bancada evangélica que instrumentalizou o discurso da “ideologia de gênero” para endossar as críticas ao governo que já os incomodava o suficiente, por ter como figura de liderança uma mulher, afinal de contas, a moral empregada por estes é de que a mulher deve ser submissa, não uma figura de autoridade.

Como veríamos adiante, as “fake News” que foram o grande material de campanha do eleito presidente para 2018, ganharam força na discussão sobre o “kit gay” inclusive em espaços legislativos. Circularam pela Câmara diversos materiais atribuídos ao MEC, um deles era

⁷² Para acessar documento completo, onde a fala de Jair Bolsonaro foi transcrita, sem correção, acesse: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=208.4.53.O&nuQuarto=29&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:56&sgFaseSessao=PE&Data=30/11/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ%3E>

elaborado pelo Ministério da Saúde, voltado à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis entre caminhoneiros e utilizando uma linguagem mais explícita. Não havia no material do MEC cenas de sexo, nem conversão de crianças à determinada escolha sexual, até porque, ninguém é convertido em relação a sua orientação sexual. Mas criar uma narrativa falaciosa é a forma como a bancada evangélica e seus representantes, atuam.

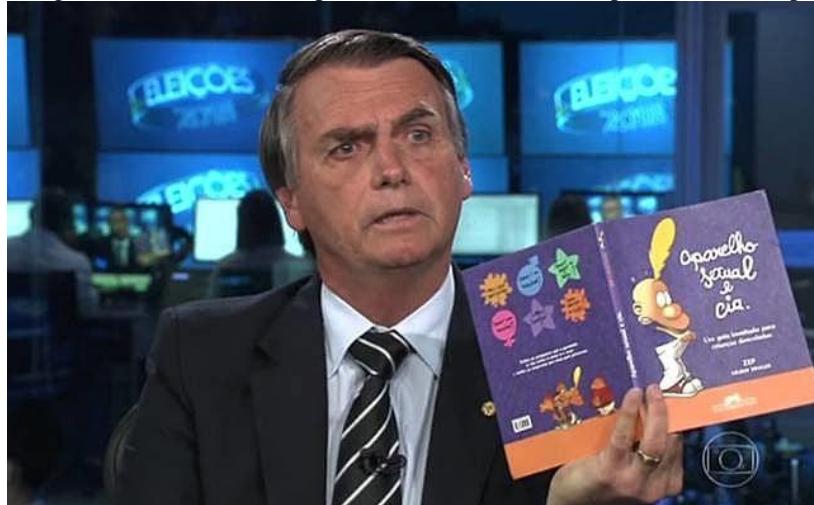
O livro *Le Guide du Zizi Sexuel*, escrito por Hélène Bruller, foi traduzido para mais de 25 países e chegou ao Brasil por meio do selo juvenil da Companhia das Letras em 2007, nomeado “Aparelho Sexual e Cia”. Compondo as fake News sobre o “kit gay”, muitos conservadores e religiosos que fomentavam tais mentiras afirmavam que o livro foi adotado em programas governamentais enquanto Haddad ocupou o cargo de ministro da Educação, entre 2005 e 2012. Tanto o MEC quanto a editora responsável pelo livro negaram, publicamente na época, que a obra tenha sido utilizada em programa escolar. O livro nem sequer foi indicado nas listas oficiais de material didático.⁷³

Mesmo sendo mentira, Bolsonaro insistiu em divulgar o livro, levando-o em entrevistas em jornais e programas de TV, fazendo uma ampla e clara campanha de ódio. Foi necessária intervenção judicial para que Bolsonaro parasse de usar o livro como instrumento político contra as discussões de gêneros e sexualidades, no dia 16/08/2018, o ministro Carlos Horbach, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mandou retirar do ar vídeos em que, o então candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL) dizia que o livro “Aparelho Sexual e Cia” era parte da cartilha “Escola Sem Homofobia”.⁷⁴

⁷³ Acesse a reportagem em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml>

⁷⁴ Acesse a reportagem em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/08/29/veja-o-que-e-fato-ou-fake-nas-entrevistas-de-jair-bolsonaro-para-o-jornal-nacional-e-para-o-jornal-das-dez.ghtml>

Figura 4 - Imagem da entrevista do ex-presidente Jair Bolsonaro, apresentando o suposto *kit gay*



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/28/livro-popularizado-pela-fake-news-de-bolsonaro-sobre-kit-gay-faz-20-anos>

O inimigo no passado era o comunismo, o inimigo agora é a ideologia de gênero. O que há de comum nos dois? O medo do pensamento crítico, o medo de formar cidadão dispostos a discordar dos privilégios estabelecidos por uma sociedade patriarcal, machista, branca e religiosa. Se o comunismo, durante a ditadura militar (1964-1985) devia ser combatido por pregar uma nova lógica econômica onde a propriedade privada, bem como o capital tornar-se-iam coletivos, as discussões sobre gênero e sexualidade descentralizam o poder religioso e familiar, empoderam as mulheres, transformam as lógicas de autoridade vertical, depositada na figura do “pai” e compartilham os locais de fala, democratizam o cotidiano e valorizam a diferença tem o potencial de transformar os cotidianos escolares em espaços menos misóginos e machistas, porque possibilitam uma nova compreensão sobre gêneros e sexualidades.

Embora o material oficial tenha sido vetado e não distribuído pelo Ministério da Educação, é possível encontrar versões digitais dos conteúdos originalmente propostos⁷⁵. A leitura do material, mesmo datado de 2011, ainda revela a importância de abordar a diversidade sexual e de gênero como parte dos currículos escolares e segue sendo um instrumento importante para pensarmos as discussões sobre os Direitos Humanos e a promoção da justiça social nos cotidianos escolares.

E nesses cotidianos escolares, professoras e estudantes, chamados por Certeau (2014) de “praticantes”, a todo o tempo reinventam os espaços, as propostas de aulas, a rotina, através de usos não previstos por aqueles que concentram o poder, subvertendo funções tradicionais, ampliando debates e discussões, desenvolvendo táticas nas brechas do cotidiano.

⁷⁵ Neste link é possível acessar o material:

https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/caderno-escola-sem-homofobia%2C91a786ed-0a7c-417f-bedf-98a9c7aabfc9?utm_source=chatgpt.com

Os praticantes do espaço vivem nele como os peixes na água; traçam trajetos que são como cantos. É uma prática de invenção comum, silenciosa e quase sempre invisível (CERTEAU, 2014, p. 148)

Essas invenções silenciosas podem ser estimuladas por documentos, nacionais e internacionais, que propõe discussões sobre diversidade, justiça social e laicidade nos cotidianos escolares, auxiliando professoras a se respaldarem e defenderem seus planos de aula dos ataques dos conservadores que compreendem que as discussões sobre gêneros, sexualidades e democracia destroem a formação “familiar tradicional”.

O Projeto Escola Sem Homofobia possui interseções significativas com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)⁷⁶, os documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁷⁷ e a Declaração Universal dos Direitos Humanos⁷⁸. Estes documentos oferecem diretrizes globais que norteiam políticas públicas e práticas educacionais comprometidas com a inclusão, a equidade, a sustentabilidade e os direitos humanos.

Com a Agenda 2030, os diálogos estabelecidos podem se dar de através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que apresentam metas claras para erradicar a desigualdade e promover sociedades justas e inclusivas. O ODS 4, que apresenta metas para uma Educação de qualidade, destaca a necessidade de garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo a promoção de uma cultura de paz, direitos humanos, igualdade de gênero e diversidade. O material presente na cartilha Escola sem Homofobia, ao combater a homofobia e promover o respeito à diversidade sexual e de gênero, contribui diretamente para este objetivo.

Além do 4, o ODS 5 discute sobre a Igualdade de Gênero e ao abordar esta temática, ajuda na promoção de discussões nos cotidianos escolares que busquem garantir que a diversidade seja respeitada e de fato, praticada. O ODS 10 sobre Redução das Desigualdades, dialoga sobre a inclusão de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero nas práticas

⁷⁶ A Agenda 2030 da ONU é um plano global de ação para o desenvolvimento sustentável, que estabelece 17 objetivos e 169 metas a serem cumpridas até 2030. <https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>

⁷⁷ A UNESCO é uma agência das Nações Unidas que trabalha para promover a cooperação intelectual e a paz. Foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. A sua missão é construir a paz através da educação, da ciência e da cultura. <https://www.unesco.org/pt>

⁷⁸ Após a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, diversos tratados internacionais de direitos humanos foram também estabelecidos, para abordar questões específicas e proteger grupos vulneráveis. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

pedagógicas, combate a marginalização de estudantes LGBTQIAPN+, reduzindo as desigualdades sociais e educacionais.

Já a UNESCO defende a educação como uma ferramenta essencial para a transformação social e a promoção dos direitos humanos. O Projeto Escola Sem Homofobia está alinhado e reflete diretamente as orientações da UNESCO em documentos como a Declaração de Incheon (2015)⁷⁹ que estabelece a visão de uma educação inclusiva e equitativa para todos, independentemente de identidade de gênero, orientação sexual ou outras características. O Guia Técnico sobre Educação Sexual e Saúde Reprodutiva (2018)⁸⁰, onde A UNESCO destaca a importância de abordar a diversidade sexual e de gênero na educação sexual e o Relatório Mundial de Monitoramento da Educação (2015)⁸¹ que enfatiza o combate a todas as formas de discriminação nas escolas.

O projeto Escola sem homofobia está fundamentado em princípios dos direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que garante que "todos são iguais perante a lei" (Art. 7) e têm direito à educação sem discriminação (Art. 26). A Declaração de Viena (1993)⁸² que afirma que os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes, incluindo a proteção contra a discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero. A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989)⁸³, que estipula que todas as crianças têm o direito à educação em um ambiente livre de discriminação e violência (Art. 28 e 29), entre outros documentos, como os demais já mencionados neste trabalho.

Usar estes materiais citados como apoio para fundamentar as discussões nos cotidianos escolares não garante uma escola antimachista, plural e democrática. Mas ajuda a compor as

⁷⁹ A Declaração de Incheon é um documento que defende a educação inclusiva e de qualidade para todas as pessoas, ela foi aprovada em maio de 2015 no Fórum Mundial de Educação, na Coreia do Sul. Ela se baseia na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien) e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na Educação (Dakar). Acesse o documento completo em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por

⁸⁰ Acesse o documento completo em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369308>

⁸¹ Acesse o documento completo em: <https://unesdoc.unesco.org/search/199998e1-23ca-4b54-b488-b68340c2a6fd>

⁸² A Declaração e Programa de Ação de Viena é resultado da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos realizada em Viena, na Áustria, entre 14 e 25 de junho de 1993. Acesse em: <https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%A3o%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>

⁸³ A Convenção sobre os Direitos da Criança é um tratado internacional que foi aprovado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 20/11/1989. O documento passou a vigorar em 2 de setembro de 1990 e foi ratificado por 196 países, incluindo o Brasil. Acesse o documento em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

práticas e as táticas de promoção de redes que se entrelaçam e tornam-se oportunidades para os ‘praticantes’ criarem novas dinâmicas, promovendo resistências às estruturas rígidas que potencializam aprendizagens não convencionais, por vezes deixadas propositalmente fora dos materiais didáticos, livros das bibliotecas e salas de aula.

O espaço é um cruzamento de entes móveis. É, de certo modo, animado por um conjunto de movimentos que o percorrem, o cortam e o enredam. (CERTEAU, 2014, p. 151).

A compreensão do espaço como propõe Certeau (2014), nos permite avançar para uma leitura mais complexa das relações sociais. Tal concepção espacial nos convida a pensar não apenas nos deslocamentos físicos, mas também nas interações simbólicas, afetivas e estruturais que configuram a experiência dos sujeitos em seus cotidianos. É nesse emaranhado de movimentos e tensões que se inscrevem as múltiplas dimensões da identidade — como gênero, raça, classe, sexualidade, religião e outras — que não atuam isoladamente, mas se entrelaçam e se co-produzem. A partir dessa perspectiva, abro caminho para a próxima unidade, na qual a noção de interseccionalidade será explorada como uma ferramenta teórica e política fundamental para compreender as dinâmicas de opressão e privilégio que marcam o espaço social.

3 – EDUCAÇÃO EMANCIPADORA: INTERSECCIONALIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E LAICIDADE

Como ativista feminista, acadêmica e educadora, me debruçar sobre uma alternativa às práticas conservadoras, religiosas e machistas no cotidiano escolar tornou-se o ponto norteador do desenvolvimento deste trabalho. Para tal, parto da compreensão de que não é possível, a partir dos acúmulos e compreensão teórica de pesquisadoras como Silvia Federici, Lélia González, Patrícia Hill Collins, bell hooks e Judith Butler situar este trabalho sem promover a relação entre classe, raças, gêneros e religião.

Estes quatro elementos estão inter-relacionados entre si e dependem um do outro para serem analisados. O processo de transição do feudalismo para o capitalismo e a redivisão da sociedade em novas organizações de trabalho, consequentemente em novas classes, não se deu de maneira isolada das supra estruturas de raça e gênero, bem como precisou da moral e dogmática religiosa para fundamentar-se. A nova divisão sexual do trabalho debruçou-se na construção de uma nova ordem patriarcal que se baseou na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e consequentemente na sua subordinação aos homens, submetendo através de uma cosmovisão religiosa que a função social da mulher era a da produção de novos corpos trabalhadores.

Silvia Federici (2017) apresenta com bastante precisão no desenvolvimento de sua obra como a sujeição dos corpos femininos foi um pilar fundamental de estruturação da sociedade capitalista. Diferentemente de Marx que sustentava que o avanço do capitalismo eliminaria a propriedade em pequena escala e aumentaria a produtividade do trabalho, estabelecendo as bases materiais para libertar a humanidade da escassez e da necessidade, acreditando que a violência, predominante nas fases iniciais da expansão capitalista, diminuiria à medida que as relações capitalistas amadurecessem, Silvia Federici faz uma análise inédita em seu trabalho, e questiona o lugar da mulher no desenvolvimento do capitalismo, onde cada fase do capitalismo acompanha um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, demonstrando ao longo de sua obra, como a degradação das mulheres é uma condição fundamental para existência e manutenção deste sistema econômico (FEDERICI. 2017).

Embora Marx fosse profundamente consciente do caráter criminoso do desenvolvimento capitalista - sua história declarou, “está escrito nos anais da humanidade com letras de sangue e fogo” -, não cabe dúvida de que considerava isso como um passo necessário no processo de libertação humana. Marx acreditava que o desenvolvimento capitalista acabava com a propriedade em pequena escala e incrementava (até um grau não alcançado por nenhum outro sistema econômico) a capacidade produtiva do trabalho, criando as condições materiais para liberar a humanidade da escassez e da necessidade. Também supunha que a violência que havia dominado as

primeiras fases da expansão capitalista retrocederia com a manutenção das relações capitalistas; a partir desse momento, a exploração e o disciplinamento do trabalho seriam alcançados fundamentalmente por meio do funcionamento das leis econômicas. Nisso estava profundamente equivocado. Cada fase da globalização. Capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época. (FEDERICI, 2017, p. 27)

Deste modo, Silvia Federici, não se opõe a Marx, mas da amplitude a suas ideias trazendo novos e potentes elementos ao dialogar com gênero e sexualidade, e se propõe a pensar o termo “mulher” não somente como uma figura invisibilizada ao longo da história, como de fato foi, mas também como uma forma própria de exploração, evidenciada por exemplo no caça às bruxas, que buscou retirar das mulheres o controle exercido sobre sua função reprodutiva, confinando-as a este trabalho não remunerado. Evidenciando que a transição para o capitalismo está vinculada a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas, deixando claro o caráter construído para os papéis gênero na sociedade, transformando esta identidade sexual nas relações de classe. A feminilidade é então construída como um trabalho que oculta a produção da força de trabalho como um destino biológico, impedindo-nos de pensar classe sem pensar gênero.

A construção de uma identidade feminina, dogmatizada, violentada e patriarcal revela o corpo feminino ao longo da história como um terreno de exploração, do qual o Estado e os homens se apropriaram e empenharam uma moral punitivista, repressiva e acusatória, um meio para a acumulação de trabalho e para a reprodução. Mas é também neste corpo que a resistência, construída através de múltiplas identidades, gêneros, sexualidades e raças, torna-se existente. Lélia González aprofunda o debate sobre as lutas feministas quando as associa as lutas de raças. Pois do mesmo modo que o corpo feminino foi enviesado para um destino biológico, o sexism e o racismo partem também desta diferença biológica para legitimarem-se como ideologias de dominação. (GONZÁLEZ, 2020)

Deste modo, não é possível associar o capitalismo à libertação dos sujeitos, pois este sistema existe porque o que o produz é a opressão, a escravidão e a exploração (das forças de trabalho remuneradas ou não e da natureza). O capitalismo está diretamente ligado ao sexism e ao racismo e quando ao longo da história outras opções de governo surgiram, como o socialismo, os atores do capitalismo buscaram respostas na opressão e silenciamento dos corpos femininos para fortalecerem-se, como o surgimento da família nuclear que consolida a divisão dos papéis de gênero.

Para compreendermos a importância das lutas feministas e a defesa por um cotidiano – em especial uma educação - antimachista é necessário compreender as relações históricas, entremeadas pelas discussões de classe, raça, gênero e religião. Os movimentos hereges que permearam as “classes baixas” na Europa medieval foram os movimentos de oposição mais importantes da Idade Média. E não atoa, ferozmente perseguidos pela Igreja Católica, que não mediou esforços para apagar os rastros e registros desta luta. Por causa dos hereges um dos movimentos históricos mais conhecidos foi criado: a Santa Inquisição, criada pelo Papa como forma de repressão estatal.

A heresia foi perseguida pois tinha muito mais um caráter de protesto que reivindicava pautas das quais, desde a Idade Média, a igreja Católica se opunha. Os hereges denunciavam a acumulação das riquezas, e difundiam entre seus seguidores uma concepção nova e revolucionária, que de forma pioneira repensava os aspectos centrais da vida cotidiana, como: o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual, a situação das mulheres. (FEDERICI. 2017).

Na raiz da heresia popular estava a crença de que deus já não falava por meio do clero, devido à sua ganância, à sua corrupção e ao seu comportamento escandaloso [...]. O desafio dos hereges, porém, era principalmente político, já que desafiar a Igreja pressupunha enfrentar ao mesmo tempo o pilar ideológico do poder feudal, o principal senhor das terras da Europa e uma das instituições que mais contribuía com a exploração cotidiana do campesinato. (FEDERICI. 2017, p. 72)

As ações da Igreja Católica na tentativa de regular os comportamentos sexuais são bastante antigas e vão se atualizando e se sofisticando ao passar dos anos. Federici, S. destaca a obra de Mary Condren em seu livro intitulado “A serpente e a Deusa”, que se concentra na Irlanda, e faz uma análise detalhada e surpreendente do declínio do poder matriarcal na civilização ocidental, onde explora as implicações deste fenômeno tanto para as mulheres contemporâneas quanto para a Igreja Católica atual.

A abordagem destaca como a perda de poder e influência das estruturas matriarcais impactou o papel e a posição das mulheres na sociedade, ao mesmo tempo que examina as transformações ocorridas dentro da Igreja Católica, uma instituição historicamente patriarcal e machista. No século IV o cristianismo se tornou a religião estatal e o clero percebeu que o desejo sexual conferia aos mulheres poderes em relação aos homens, portanto passou a perseguir as mulheres e a sexualidade, expulsando-as da liturgia, do sacramento e dos ministérios eclesiásticos. Tornaram a sexualidade algo vergonhoso, tanto que passou a ser tema de confissão.

Os ataques da Igreja Católica à demonização do sexo e das mulheres, aprofundou-se. Durante o século XII os Concílios de Latrão discorriam sobre o casamento e o concubinato

entre os clérigos e elencaram o matrimonio como algo que não poderia, sob nenhum poder terreno, ser dissolvido. No Concílio de Latrão de 1179, a igreja condena pela primeira vez a homossexualidade. Deste modo, a sexualidade torna-se política de Estado. Entretanto em muitas seitas hereges as mulheres tinham liberdade sobre seus corpos e sexualidade, motivo que intensificava a perseguição da Igreja Católica. A peste Negra, entre 1347 e 1352, destruiu mais de um terço da população europeia, determinar o controle sobre os corpos que geravam outros corpos era essencial para a Igreja. Para efetivar sua política de perseguição e morte, a figura do herege tornou-se a figura da mulher, da bruxa e no início do século XV este foi o grande alvo da perseguição da Igreja e do Estado. (FEDERICI. 2017).

Ainda no século XV temos outro forte exemplo de como a discussão de classe, gênero e religião construíram-se em conjunto. Para angariar trabalhadores, as autoridades políticas, que estavam atreladas as autoridades religiosas Católica, empreenderam uma estratégia bastante misógina, “na França as autoridades municipais praticamente descriminalizaram o estupro nos casos em que as vítimas eram mulheres de classe baixa” (FEDERICI. 2017). Deste modo, o estupro coletivo de mulheres proletárias se tornou algo corriqueiro, legitimado pelo Estado. Estas políticas levaram a institucionalização da prostituição, que foi amplamente aceita e logo, por toda Europa, haviam bordéis. Estes mesmos bordéis eram aceitos pela Igreja pois caracterizavam-se como um remédio para a homossexualidade, um antídoto contra as orgias sexuais e uma forma de proteger a família (nuclear).

E se trazer a Europa medieval como forma de compreender a relação que historicamente foi se estabelecendo entre classe, gênero, raça e religião parece algo muito distante, trago aqui uma discussão tão atual quanto este trabalho. Na noite do dia 16 de junho de 2024 (dois dias antes da escrita deste parágrafo) foi ao ar no programa do Fantástico (rede Globo) uma entrevista que parece notícia da Idade Média, mas é a agenda conservadora religiosa do Brasil. A entrevista apresenta dois casos, um estupro de uma criança em 2020 e o atual projeto de lei em tramitação acelerada no congresso que tem provocado diversas reações pelo país. O projeto de lei nº 1904/2024, de autoria de Sóstenes Cavalcante do Partido Liberal do Rio de Janeiro (PL/RJ), Evair Vieira de Melo - PP/ES, Delegado Paulo Bilynskyj - PL/SP e outros, equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive nos casos de gravidez resultante de estupro.

Segundo a reportagem mencionada, no Brasil a cada 8 minutos uma menina ou mulher é estuprada de acordo com dados do Fórum de Segurança Pública⁸⁴. Em 2020 conservadores religiosos tentaram impedir que uma criança, estuprada pelo tio, realizasse o aborto, garantido por lei⁸⁵. Nesta situação (2020) Damares Alves, declaradamente evangélica, era ministra, pelo governo de Bolsonaro, do ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos.⁸⁶ A família desta criança deu pela primeira vez uma entrevista, que foi ao ar no Fantástico. A avó da criança, que tem a sua guarda, disse:

Tive minha casa invadida por um homem que nunca vi na minha vida. Ele disse “vim aqui dar uma palavra para a senhora. Sabia que a senhora não pode fazer o aborto da sua filha? A senhora está pecando. A senhora está fazendo um negócio que deus não gosta.” (Fala transcrita da reportagem do Fantástico do dia 16/06/2024)⁸⁷

O caso desta menina ganhou grande repercussão pelo país. A família precisou entrar escondida no hospital no dia da realização do aborto, pois diversos conservadores religiosos cercavam o local na tentativa de impedir algo que por lei, estava garantido. Nesta primeira quinzena de junho de 2024 as ruas foram tomadas por diversos movimentos feministas com cartazes “Criança não é mãe” realizando um enfretamento de oposição o PL 1904/2024. Em 23 segundos os deputados decidiram que o PL 1904/2024 deve tramitar com urgência, ou seja, passando direto para votação em plenário sem a análise de comissão, como é o procedimento habitual.

O projeto que segue em vigor na Câmara propõe uma pena para quando o procedimento do aborto é feito após 22 semanas de gestação, sendo considerado homicídio, a grávida e quem ajudá-la a realizar o aborto podem pegar de 6 a 20 anos de prisão. O Conselho

⁸⁴ Consultar, a partir da página 127 o eixo que tem como temática “Violência doméstica e sexual” e a tabela TABELA 34: Estupro e Estupro de Vulnerável, do Anuário brasileiro de segurança pública. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

⁸⁵ No Brasil, o aborto só é permitido em 3 casos: Gravidez resultante de estupro, vida da mãe em risco e quando o feto é anencéfalo. Não existe um limite de tempo de gestação para que o procedimento seja feito.

⁸⁶ A operação coordenada pela ministra tinha como objetivo transferir a criança de São Mateus (ES), onde vivia, para um hospital em Jacareí (SP), onde aguardaria a evolução da gestação e teria o bebê, apesar do risco para a vida da menina. Para tanto, Damares enviou à cidade capixaba representantes do ministério e aliados políticos que tentaram retardar a interrupção da gravidez e, em uma série de reuniões, pressionaram os responsáveis por conduzir os procedimentos, inclusive oferecendo benfeitorias ao conselho tutelar local. [...] A exposição da menina atenta contra o Estatuto da Criança e do Adolescente e fez da família da vítima alvo de ameaças e pressão. O caso veio à tona em 7 de agosto, quando foi revelado que a menina engravidara após quatro anos de estupro recorrente por um tio não consanguíneo. Reportagem completa em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>

⁸⁷ Link para assistir a reportagem completa: <https://globoplay.globo.com/v/12682466/> (minutagem 2h08m32s)

Federal de Medicina (CFM) publicou em abril/2024 no diário oficial da União uma nova resolução que proíbe os médicos de realizarem a assistolia fetal, procedimento que é feito para o aborto legal após 22 semanas do estupro. Esta prática promovida pelo CFM é ilegal, pois a lei não estabelece um tempo máximo para realização do procedimento. A resolução foi suspensa em caráter liminar pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

De acordo com a reportagem do Fantástico, apenas 3% dos mais de 5 mil municípios do Brasil possuem estrutura para realização do aborto legal pelo Sistema Único de Saúde (SUS) o que impossibilita que muitas mulheres e meninas realizem o processo de aborto legal antes das 22 semanas. O presidente Lula criticou o projeto de lei, afirmando que a discussão é do âmbito da saúde pública e que é uma “insanidade alguém querer punir a mulher numa pena maior do que quem fez” disse Lula.

A reportagem ainda apresenta uma entrevista, que transcrevi abaixo, com o autor do projeto, Sóstenes Cavalcante - PL/RJ, que vale ressaltar faz parte da bancada evangélica:

Repórter: Deputado, por que tramitar esse projeto em regime de urgência, por que não fazer o caminho tradicional passando pelas comissões?

Deputado: Na verdade o projeto é uma reação a ação do PSOL junto ao STF com uma DPF pedindo a sustação de um ato do CFM e o ministro Alexandre de Moraes deu imediatamente esta sustação. A assistolia é um procedimento médico que coloca uma injeção no coração do bebê e ele tem um infarto fulminante. Nós estamos tratando aqui não de embriões no primeiro ou no segundo mês, nós estamos tratando de vidas com 5 meses e 2 semanas. São as 22 semanas.

Repórter: a PL cita, por exemplo, o caso da menina de 10 anos do ES que foi violentada pelo tio em 2020. Ela teria ou não o direito ao aborto?

Deputado: ela é inimputável, quem disse isso é a lei brasileira. Ela jamais seria punida por isso. Este projeto é tão ligh que só puni depois de 5 meses e meio de gestação, que é uma vida, segundo a OMS e segundo o CFM. Eu estou preocupado com este bebê e lógico, esta menina jamais seria inimputável, porque quem garante isto é o código penal brasileiro.

Repórter: O senhor aceitaria mexer no texto para garantir o que é previsto em lei?

Deputado: É natural que ao longo da construção de um projeto de lei na câmara existam ajustes. Eu não gostaria e não vou aceitar que existam ajustes para minimizar o que a gente está fazendo. Agora para aumentar, por exemplo, se a relatora a ser nomeada quiser inserir pena maior para o estuprador, eu apoio e incentivo enormemente. Agora, o cerne do projeto, a defesa do bebê indefeso de 5 meses e meio, eu não vou abrir mão em nenhum ponto.

Repórter: Tirar a pena da vítima o senhor não abre mão?

Deputado: Não, porque essa pena quem vai decidir é o juiz a seu critério, já está situado no parágrafo único que o juiz pode não aplicar pena se ele entender assim. Então o projeto é muito ligh. O projeto não é radical como as abortistas e feministas estão querendo colocá-lo. (Fala transcrita da reportagem do Fantástico do dia 16/06/2024)

No entanto no texto da PL não há nenhuma referência a isto, segundo a reportagem, inimputável são os menores de idade até 12 anos, portanto os maiores de 12 anos já respondem

por atos infracionais, algo que o deputado não mencionou. Em nota a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) afirmou que considera importante a aprovação do projeto de lei

“[...] a Igreja Católica neste momento considera importante a aprovação do PL 1904/2024, mas continua no aguardo da tramitação de outros projetos de lei que garantam todos os direitos do nascituro e da gestante”, afirmou a Conferência, em nota assinada pela Presidência. (Trecho da nota divulgada pela CNBB)⁸⁸

Podemos observar a misoginia e autoritarismo na qual age a bancada evangélica brasileira, o corpo feminino continua sendo campo de disputa dos conservadores e religiosos que nos violentam em busca de estabelecer, como política pública, sua moral religiosa. E não fazem isso sozinhos, mas utilizam órgãos religiosos oficiais, como visto na citação acima, para legitimar seu ódio e violência. E isto não é novo, apenas se atualiza, afinal de contas desde a Idade Média a Igreja Católica age contra os corpos femininos.

Assim como Silvia Federici defende em seu livro *Calibã e a Bruxa*, 2017, que sem a exploração dos corpos femininos o capitalismo não existiria, pois são nestes corpos que se materializam a exploração do trabalho não remunerado, bem como as práticas patriarcais e misóginas de controle e repressão, defendendo que os conservadorismos também não podem existir sem a misoginia e o racismo, pois através do dogma religioso, um dos pilares dos conservadorismos, os corpos desviantes (mulheres, negras, negros, indígenas, lésbicas, gays, trans e todos aqueles que não reproduzem um padrão hegemônico, masculino, heteronormativo e branco) são reprimidos, violentados e silenciados para que sua moral e domínio, prevaleçam.

Assim como os movimentos feministas foram às ruas em junho de 2024 erguendo suas vozes e afirmando que “CRIANÇA NÃO É MÃE”, ao longo dos anos diversos destes movimentos foram essenciais para que nossos corpos desviantes⁸⁹ possam sobreviver. Entretanto estes movimentos não acontecem sem suas respectivas contradições, para lutar contra a estrutura patriarcal e misógina e promover uma educação laica e antimachista, é preciso fundamentalmente ser antirracista, pois as estruturas que sustentam o patriarcado são as estruturas que sustentam o racismo.

⁸⁸ <https://www.cnbb.org.br/nota-cnbb-pl-1904-2024-debate-abort/>

⁸⁹ Os corpos femininos, afro-latino-americanos, negros, LGBTQIAPN+ e com deficiência são historicamente considerados "desviantes" porque o padrão normativo de corpo na sociedade ocidental foi construído em torno do homem branco, heterossexual, cisgênero e sem deficiência. Esse padrão, originado de sistemas coloniais, patriarcais e capitalistas, atualizado pelo neoliberalismo e avanço dos conservadorismos, define quais corpos têm legitimidade, valor e acesso ao espaço público e ao poder. Assim, enquanto os corpos normatizados são tratados como universais e desejáveis, os corpos considerados desviantes são estigmatizados e obrigados a lutar arduamente por sua existência dentro de uma lógica que privilegia a homogeneidade e invisibiliza a diversidade humana.

As mulheres não brancas, assim como as mulheres brancas, são definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação referente ao seu sexo, entretanto as mulheres afro-latinas-americanas, e aqui faço uso deste termo inspirada nas contribuições de Lélia González, são também definidas por sua raça, tendo sido roubados de si o direito à sua própria história e seu corpo. Nós, mulheres afro-latinas-americanas somos herdeiras históricas de ideologias que nos submetem a uma hierarquia de poderes, onde o homem branco está no topo. O Brasil foi o país que mais recebeu negros escravizados no mundo. Temos hoje mais de cem denominações para designar a cor das pessoas, sendo assim a separação entre mestiços, negros, indígenas estão também submetidas a superioridade dos brancos como grupo dominante. (González, L. 2020)

Deste modo, mesmo dentro do próprio movimento feminista a alegação de que todas as mulheres são iguais e tem os mesmos enfrentamentos é uma deturpação da realidade. É a ausência da interseccionalidade como possibilidade de ver e agir de forma crítica no mundo. Sem conceber a questão de racial como tão central quanto o machismo, manteremos não brancas e indígenas na condição de subordinação dentro das classes mais exploradas prestando serviço a ideologia do branqueamento.

É importante insistir que, dentro da estrutura das profundas desigualdades raciais existentes no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada. Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica – racial e/ou sexual – as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assumem um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano. (GONZÁLEZ, 2020, p. 58)

Os conservadores religiosos atuam no Brasil contra os ganhos e conquistas dos direitos sociais e humanos, atuam com uma agenda voltada a impedir novos ganhos das pautas sociais e definidas como de esquerda, mas também atuam promovendo uma “contrarreforma” que busca retroceder os avanços conquistados. Deste modo, o corpo das mulheres é o mais explorado. Porque são estas que continuam ainda hoje a reproduzir o trabalho não remunerado de cuidado do lar e dos filhos. Um estudo conduzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgado no ano passado (2023), utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, revelou que o número de lares liderados por mães solo aumentou

17,8% na última década, passando de 9,6 milhões para 11,3 milhões.⁹⁰ Ou seja, além do trabalho não remunerado, milhares de mulheres são também as únicas responsáveis pela subsistência de suas famílias.

E dentro deste aspecto, precisamos considerar as estruturas de dominação do Estado brasileiro, onde quatro quintos da força de trabalho negra realiza um trabalho manual e não qualificado. Considerando também que brancos e brancas, ganham mais ao realizarem as mesmas funções que não brancas. Portanto, a realidade histórica das ameríndias e amefricanas do Brasil faz com que o reconhecimento de suas opressões se dê antes por causa de sua raça e classe, onde encontram homens aliados destas pautas. Entretanto, nesta participação nas lutas de classe e raça é que reconhecem também a discriminação de gênero, pois os próprios aliados do movimento reproduzem práticas sexistas do patriarcado (GONZÁLEZ. 2020).

Prática estas que são legitimadas pelo discurso religioso cristão. Não há nenhuma vertente do cristianismo onde deus é uma mulher. Em todos os seus desdobramentos a figura de poder bíblica é um tripé de homens. Deus pai, deus filho e deus espirito santo. A literatura cristã valoriza a família nuclear, formada por pai e mãe e se sustenta através do dogma de um único deus, de uma única verdade que se apresenta por um único caminho. Ao centralizar o poder na figura do homem, na estrutura patriarcal da família nuclear, deixa à margem aquelas que não se enquadram nesta estrutura de poder, da qual o Estado faz uso como uma moral social de controle dos corpos e condutas. Esta ação de dominação e subjugamento que o dogma do cristianismo possibilita é o apoio ideológico que historicamente tem sustentado as políticas de colonização.

A chegada dos europeus ao continente americano é marcada pela adoção do extermínio como uma estratégia política, onde os missionários incumbidos de difundir o cristianismo descreviam nosso continente como “a terra do demônio”. A historiografia que se preocupa em recuperar a história das mulheres evidencia a existência de importantes divindades femininas nas religiões pré-colombianas, onde as mulheres tinham uma posição de poder nessas sociedades. Os templos eram repletos de ídolos femininos, antes do processo de Conquista as mulheres americanas tinham organizações próprias e exerciam atividades reconhecidas socialmente. Entretanto, tudo mudou com a chegada dos espanhóis que através do uso do cristianismo, reestruturaram a cultura, a religião e o poder político em favor dos homens. (FEDERICI. 2017)

⁹⁰ Para acessar a reportagem completa: <https://www.generation.media/reportagens/bloco-maes-solo/#:~:text=Uma%20pesquisa%20realizada%20pela%20Funda%C3%A7%C3%A3o,milh%C3%B5es%20para%2011%20milh%C3%A3o>

Portanto a abolição da escravidão não implicou o fim da caça às bruxas no cenário da burguesia. Pelo contrário, a expansão global do capitalismo, através da colonização e da cristianização, garantiu que essa perseguição fosse introduzida nas sociedades colonizadas que replicaram e aperfeiçoaram seu modo de exploração, usando-as contra seus próprios membros (FEDERICI, 2017). A história dos movimentos negros elenca com clareza as lutas de resistência destes povos pela sua vida, cultura e direito à fé. As negras escravizadas trazidas forçadamente para o Brasil foram submetidas a diversos atos de extrema violência, bem como as indígenas que aqui viviam, ambas destituídos de seus direitos fundamentais.

A presença das religiões africanas foi algo não previsto pelos portugueses quando os traficaram. E estas mesmas religiões são alvos dos ataques conservadores religiosos, como visto no capítulo 2.

Embora estivessem misturados em grupos étnicos variados, os africanos, apesar dos sofrimentos e das sevícias de que eram vítimas, buscaram – de forma consciente ou inconsciente – soluções práticas para resolverem problemas cotidianos, como o exercício de seus rituais religiosos. Ao longo do tempo, foram familiarizados com o contexto católico e assim puderam inferir transferências, adaptações e recriações culturais e religiosas. Essa forma de traduzir dois mundos religiosos distintos ajudou-os a manter vivas suas tradições religiosas ancestrais, ainda que mescladas com o sistema hagiológico católico. (ROMÃO, 2018, p. 354)

Portanto, no Brasil, afro-latinas-americanas sofrem devido as políticas conservadoras, violências no seu direito de fé ou não, nas suas sexualidades, no seu gênero, na sua raça e na sua classe. E essas mulheres que compõe a maioria da classe popular brasileira são as que foram submetidas aos processos de escolarização pública, são as que em sua maioria colocam seus filhos na rede pública de educação. Por isto a urgência deste trabalho é pensar que as discussões de classe, raça, gênero e religião precisam estar nos debates sobre o cotidiano escolar e na formação de professoras que atuam junto a estas crianças e famílias, para que exista no cotidiano escolar a possibilidade de uma educação “multiétnica, multicultural e multilíngue, baseada na democracia, no pluralismo, no anti-imperialismo e na eliminação da exploração e opressão em todas as suas formas” (GONZÁLEZ, 2020).

3.1 A DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO BRASIL: AS POLÍTICAS PÚBLICAS, SEUS AVANÇOS E RETROCESSOS

O campo de estudos de gênero se estabeleceu no Brasil com mais relevância no final dos anos 1970, em paralelo ao fortalecimento do movimento feminista no país. A emergência das mulheres como agentes políticos começou com sua mobilização durante o processo de

redemocratização, focando em questões que afetavam sua condição de existência, mas que não se limitavam somente a elas. As pautas pelas quais lutavam incluía os trabalhadores urbanos pobres, os salários baixos, falta de infraestrutura urbana e acesso precário a serviços de saúde, educação e assistência para si e seus filhos.

Durante o período da ditadura, nas décadas de 1960 e 1970, as mulheres não apenas se destacaram na política, mas também desempenharam papéis fundamentais como líderes de muitas organizações da sociedade civil e partidos políticos de oposição. Segundo Alvarez (1988), elas foram essenciais para desafiar com sucesso as regras autoritárias estabelecidas nessa época. O feminismo ganhava forma no país e na América Latina nas décadas de 1970 e 1980, inserido no contexto mais amplo de resistência às ditaduras no continente. Suas principais demandas incluíam o fim da subordinação das mulheres, o término do regime militar, a busca pela anistia, a defesa dos direitos humanos e o reconhecimento do direito ao aborto. (Alvarez, S. 2014)

Nos anos 1970, surgiu o MNU, marcando o início do movimento negro contemporâneo. Segundo Figueiredo (2018), o MNU contribuiu significativamente desmistificando a ideia de mestiçagem, criticando a democracia racial brasileira, combatendo estereótipos raciais, demandando a inclusão da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, além de redefinir o significado do termo negro. O Primeiro Congresso da Mulher Fluminense, que foi realizado em 14 e 15 de junho de 1980 teve todas as propostas apresentadas pelas mulheres negras aprovadas na plenária e constando nas resoluções finais do congresso, apresentando as profundas mudanças nas perspectivas feministas com relação à questão racial. As mulheres negras se organizaram e se fizeram representar de maneira mais decisiva a partir de grupos existentes no Rio de Janeiro: o Luísa Mahin e o Aqualtune. (GONZÁLEZ 2020).

Movimentos feministas e LGBTQIAPN+ foram fundamentais na luta e na disputa por direitos e impulsionaram grandes transformações sociais e culturais na compreensão e garantia dos direitos relacionados a gênero, sexualidade e reprodução. A área de direitos humanos se beneficiou dos debates promovidos por esses dois campos de luta e desenvolveu políticas públicas na área de saúde da mulher, prevenção e punição em relação a violência de gênero, políticas de HIV, entre outras.

Em 1990, o Brasil, na conferência da ONU, defendeu, ativamente, premissas dos direitos humanos relacionadas à gênero, sexualidade, saúde sexual e reprodutiva. No ano de 2003 foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que traz grandes avanços nas conquistas legais para todas as brasileiras. Até então, as iniciativas de combate à violência

contra as mulheres eram, em geral, ações isoladas, focadas principalmente em duas estratégias: capacitação de profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência e criação de serviços especializados, como Casas-Abrigo e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. (Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011)

A partir de 2003, as políticas públicas para enfrentar a violência contra as mulheres foram ampliadas para incluir ações integradas, tais como: criação de normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, incentivo à formação de redes de serviços, apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência, e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública. Essa ampliação é documentada em várias leis e documentos publicados durante esse período, como os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em Situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, a Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, e a Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, entre outros.

Na secretaria nacional de direitos humanos, foi também criada uma diretoria LBTQIA+. Entre 2004 e 2012 diversas conferências nacionais sobre a população LBGTQIA+ foram realizadas com financiamento público, o que tornou visível a necessidade de políticas públicas na área de gênero e sexualidade. No ano de 2008, entre os dias 5 e 8 de junho, foi realizada a Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de vários membros do gabinete, para celebrar os 60 anos da Declaração universal dos Direitos Humanos. (Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT)⁹¹ Esta conferência alcançou uma visibilidade internacional muito grande e fez do Brasil um país pioneiro, pois foi o primeiro a convocar uma conferência nacional representativa e institucional para abordar a temática.

Entretanto, tudo isso ocorreu em meio a expansão dos conservadorismos por meio da repolitização do campo da religião de cunho cristão, que sempre se colocou em oposição às conquistas políticas relacionadas as mulheres, mas principalmente no campo LGBTQIAPN+.

⁹¹ Acesse os Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT em: <file:///C:/Users/Juliana/Downloads/anais-1-conferencia.pdf>

Fator importante a ser ressaltado também é que os ganhos legislativos não se convertem automaticamente em mudanças e ganhos na vida cotidiana. Sempre que mudanças legislativas eram aprovadas, os setores conservadores e religiosos reagiam. Mantendo o cotidiano brasileiro violento e opressor, evidenciando a baixa adesão das instituições estatais e seu descrédito sobre as leis e políticas públicas.

O Brasil permanece com alto índice de violência, constando na lista de países mais letais do mundo, segundo Estudo Global sobre Homicídios que a ONU divulgou em dezembro de 2014. Sendo um país com histórico de violações de direitos de minorias, é previsível que a comunidade LGBTI+ constitua um grupo extremamente vulnerabilizado e exposto a violências no Brasil. [...]. Em 2023 registraram-se 230 mortes de pessoas LGBTI+ de forma violenta no Brasil, sendo 184 assassinatos, 18 suicídios e 28 mortes por outras causas. [...] Entre 2000 e 2023, pelo menos 5.865 (cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco) pessoas morreram predominantemente em função do preconceito e da intolerância de parte da população, e do descaso das autoridades responsáveis pela efetivação de políticas públicas capazes de conter os casos de violência. (Dossiê 2023: Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil)⁹²

E apesar deste trabalho não ser sobre a análise de dados quantitativos, é de extrema importância registrar aqui as informações sobre estas múltiplas violências, a fim de evidenciar e demarcar que este trabalho também se constitui como uma tentativa de ajudar a evidenciar as políticas de morte quem vem sendo fomentadas ou por ações diretas, como veremos mais a diante, ou pelo silenciamento. Somente a partir do ano de 2019 a transfobia se configurou crime no Brasil, ainda sim somos o país que mais mata pessoas trans e travestis em todo o mundo pelo 13º ano consecutivo (Brasil de Fato, 2022).

Conforme o relatório de 2021 da Transgender Europe (TGEU), que monitora dados globalmente levantados por instituições trans e LGBTQIA+, 70% de todos os assassinatos registrados aconteceram na América do Sul e Central, sendo 33% no Brasil, seguido pelo México, com 65 mortes, e pelos Estados Unidos, com 53. Os dados apontam também que, nos últimos 13 anos, pelo menos 4.042 pessoas trans e de gêneros diversos foram assassinadas entre janeiro de 2008 e setembro de 2021. Entre outubro de 2020 e setembro de 2021 foram registrados 375 assassinatos no mundo, o que representa um aumento de 7% em relação ao ano anterior. O relatório mostra que o Brasil teve 125 mortes. Por outro lado, só no ano de 2020, Associação Nacional de Travestis e Transexuais reportou 175 transfeminicídios e mapeou 80 mortes no primeiro semestre de 2021. (BRASIL DE FATO, 2022)⁹³

⁹² Os dados mencionados acima foram retirados do Dossiê 2023: Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil. Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2024/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2023-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>

⁹³ Acesso completo a reportagem em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>

Durante o governo Bolsonaro, houve um aumento significativo de notícias falsas e distorções por parte do presidente em relação aos direitos das mulheres, além de cortes no orçamento de políticas públicas essenciais, como aquelas voltadas para o combate à Violência Contra a Mulher (VCM), registrando uma queda de 33,8 milhões para 2,4 milhões à partir do governo Bolsonaro. Damares Alves, então ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e atualmente senadora pelo Distrito Federal, não utilizou completamente os recursos disponíveis para implementar ações e políticas voltadas para a proteção das mulheres, apesar do aumento dos casos de feminicídio durante o período da pandemia.

Nas mãos de Damares Alves, o Ministério da Mulher se concentrou em questões normativas que frequentemente se opunham às "ideologias de gênero" e teorias conspiratórias disseminadas por assessores do chamado Gabinete do Ódio. A máquina de propaganda e disseminação de notícias falsas, liderada pelo presidente e seu filho, Carlos Bolsonaro, contribuiu para moldar algumas das preocupações fantasiosas do Ministério, como o famoso "kit gay".⁹⁴

Segundo um relatório da Fundação Jean-Jaurès e da organização feminista Equipop,⁹⁵ os direitos das mulheres estão regredindo globalmente. Este retrocesso não é apenas consequência da pandemia, que agravou as desigualdades, triplicou a carga de cuidados para as mulheres e aumentou exponencialmente a violência, a falta de empregos e a precariedade enfrentada por elas. A perda destes direitos está diretamente associada aos partidos e movimentos conservadores, setores religiosos, fundamentalistas e grupos contrários aos direitos humanos que, em nosso país, são representados com clareza através do desgoverno de Bolsonaro, do fortalecimento da Bancada evangélica e do fomento das políticas e movimentos de ódio como o Escola Sem Partido.

Há também fortes exemplos internacionais como a proibição para mulheres e meninas de frequentarem a escola e atuarem no mercado de trabalho no Afeganistão, o retorno do Talibã, a revogação do direito ao aborto nos Estados Unidos, a saída da Turquia da histórica Convenção de Istambul contra a violência de gênero.⁹⁶

Na América Latina, a situação também é contraditória. Segundo o Observatório de Igualdade de Gênero da Ceapal, a região tem algumas das

⁹⁴ Acesso a reportagem completa em: <https://jacobin.com.br/2022/11/como-bolsonaro-destruiu-as-politicas-feministas-impulsionadas-pela-esquerda/>

⁹⁵ Acesse o documento em: <https://equipop.org/droits-des-femmes-combattre-le-backlash-recommandations-pour-la-politique-etrangere-de-la-france/>

⁹⁶ Acesso a reportagem completa: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/latinoamerica21/2023/03/os-direitos-das-mulheres-retrocedem-no-mundo.shtml>

maiores taxas de desigualdade, violência e discriminação de gênero do mundo. Na América Latina, ser mulher é um fator de risco e multiplica as possibilidades de sofrer diversas formas de violência, que tem no feminicídio sua versão mais extrema. (Folha de São Paulo, 2023)

Mas é preciso atentar para o fato de que, como já mencionado no capítulo 1 deste trabalho, os conservadores não agem apenas através das pautas relacionadas a moralidade. Suas agendas em conjunto com as pautas do empresariado brasileiro trabalham em prol de algo bastante profundo: o desmonte da democracia brasileira. As democracias liberais fortalecidas a partir de 1970 foram alvo de críticas dos movimentos feministas, que expuseram fatores importantes onde a política não poderia ser isolada das desigualdades sociais, estes movimentos, junto aos movimentos LGBTQIAPN+ e as diversas vertentes dos movimentos de negras e negros, expuseram os limites das agendas políticas progressistas em relação aos debates de gênero e raça.

Estas críticas, porém, se diferem do atual momento em que vivemos e aqui me refiro as últimas duas décadas, onde vemos o desmoronamento das democracias⁹⁷, que tem como centro deste processo as discussões em relação à gênero e a ascensão religiosa, especificamente no Brasil, de vertente cristã. Podemos ver os sinais da crise da democracia através da erosão dos sistemas partidários tradicionais, a ascensão do populismo de direita e o declínio do apoio popular à democracia (BIROLI, 2020, p. 140)

Outros fatores contribuem para o declínio das democracias, como as desigualdades sociais. Olhando para o Brasil, os regimes democráticos que tivemos anteriores ao processo de golpe sofrido pela presidenta Dilma, aliaram-se ao liberalismo para tocar suas agendas econômicas, fortalecendo as desigualdades sociais. E quando olhamos para as desigualdades sociais considerando gênero e raça, vemos novos padrões de desigualdades, ainda mais profundos. O avanço das políticas neoliberais rompeu as fronteiras entre o público e o privado, tornando o Estado cada vez menos capaz de atender as demandas sociais.

Enquanto os bancos e as instituições financeiras, tornam-se os novos governantes e não se responsabilizavam pelas demandas sociais, vimos os desmontes das políticas públicas. Estes processos são percebidos de forma muito clara através das intervenções que estas instituições financeiras têm feito nas redes públicas de educação. O Movimento Todos pela Educação (TPE) foi fundado em 2006, a partir da parceria de instituições que estão vinculadas

⁹⁷ Para melhor compreensão acessar o relatório anual da Freedom House, intitulado Freedom in the World que agrupa indicadores de procedimentos democráticos, direitos políticos e liberdades civis. O relatório registrou o declínio da democracia global pelo 13º ano consecutivo.

diretamente a instituições empresariais, que com a criação deste movimento incidiram de forma grave sobre as diretrizes educacionais brasileiras.

O TPE em sua origem foi formado pela: Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Instituto Camargo Corrêa, Santander, Instituto Unibanco, etc; tendo como parceiros e aliados diversas instituições privadas, como: Rede Globo, Editora Moderna, Banco Interamericano de desenvolvimento, etc. O TPE se auto intitula como representante da sociedade civil e trabalha em prol de construir uma narrativa que gira em torno de o próprio movimento ser uma solução para os problemas da educação pública. Estes movimentos deslegitimam os setores públicos da sociedade, inclusive as entidades docentes e estudantis como as universidades públicas.

Os empresariados brasileiros e internacionais escancaram as portas para fazerem parcerias com os governos e fomentarem “apoio” as escolas públicas, quando na verdade implementam um projeto de educação voltado para meritocracia, valorização do neoliberalismo e principalmente o desmantelamento dos serviços públicos em prol da promoção das atividades privadas. Os empresários ganham espaço no campo educacional e através de processos como os impostos pelo TPE colaboram para o desmantelamento da democracia que para existir precisa de um Estado que atue e normatize os interesses privados.

A erosão da democracia corresponde também a erosão do público – na forma de privatização e da redefinição do próprio sentido de coletivo. Com o neoliberalismo, para além das novas formas de regulação em favor do mercado e da redefinição da institucionalidade estatal diante da financeirização da economia global, uma nova racionalidade, baseada na competição, constituiu as interações sociais e a própria subjetividade. [...]. Além da expansão do econômico em detrimento do social e do privado em detrimento do público, expande-se também a “esfera pessoal protegida”. Neste ponto a família está no centro da dinâmica de privatização. (BIROLI, 2020, p. 142)

Deste modo, podemos falar sobre algumas dimensões do processo de avanço dos conservadorismos, que estão atrelados a economia de mercado, ao enfraquecimento das instituições públicas de ensino e a implementação de uma moral religiosa patriarcal que valoriza a família nuclear. Agindo a partir de uma moralização do Estado e redefinindo as lógicas econômicas que implicam em limites as justiças sociais e aos direitos humanos, os conservadores e religiosos ferem e desmontam as garantias conquistadas em prol dos grupos minorizados e mais vulneráveis.

Os conservadores religiosos defendem as tradições morais, mas fazem isso instrumentalizando-os nas disputas políticas quando abordam os problemas do Estado, como falta de creches, falta de investimentos na educação pública e na saúde, trazendo como solução justamente os pontos que os fazem serem aliados do neoliberalismo, que promove tais mazelas.

Por exemplo, usam o argumento da falta de segurança pública, não para pensar políticas de Estado que venham investir em tecnologias e soluções para resolução do problema, mas moralizam o discurso, culpabilizando a vítima pela forma de se vestir, por andar sozinha na rua, por estar em festas noturnas, e apostam em soluções violentas e simplórias, contrárias as conquistas dos direitos humanos, como o lema bem conhecido da direita armamentista em nosso país: “bandido bom é bandido morto”⁹⁸.

– A segurança pública é um caos. Falta no governo *um homem* que tenha pulso para mostrar que aqui em Sergipe, como em muitos lugares, lugar de bandido não é em Sergipe. Bandido bom é bandido morto. E aqui em Sergipe nós vamos mostrar que é possível fazer segurança de verdade – afirmou o líder do governo Temer no Congresso, fortemente aplaudido depois da defesa de morte a bandidos. (O GLOBO, 2017. Grifos por parte da autora deste trabalho)

Assim como o empenho do neoliberalismo em relação ao Estado é privatizar o público, tornando-o uma extensão do mercado, gerando lucro em cima de desigualdades, os conservadorismos atuam em prol da “privatização” da família através do estabelecimento de uma ordem nos papéis de gênero, que regulariza o corpo feminino, colocando-o a serviço da exploração do capital e também a serviço da masculinidade, bem definida em sua função de “governo” nos parâmetros cristãos.

O “cidadão não democrático” resultaria da erosão do público, mas também se tornaria um ativo político para a reprodução das políticas antidemocráticas nesse processo. Queremos dizer, com isso, que a produção de subjetividades autoritárias podem ser um fator fundamental para a ascensão e o apoio posterior a lideranças e governos autoritários. (BIROLI, 2020, p. 148)

Silvia Federici (2017) nos ajudou a compreender o corpo da mulher como lugar de exploração do capital no passado e Flavia Biroli (2020) nos auxilia na interpretação das atualizações que esta política de exploração do corpo feminino tem nos dias atuais. O avanço do neoliberalismo a partir dos anos de 1980 impulsiona o desmantelamento da infraestrutura pública, promovendo restrições aos direitos econômicos e trabalhistas e as crises econômicas das últimas décadas agrava esses conflitos nas sociedades onde os agentes políticos têm suas agendas pautadas na “austeridades econômica” e no “equilíbrio fiscal”, fomentando menos garantias trabalhistas, diminuindo a regularidade das rotinas de trabalho e o estrangulamento

⁹⁸ O líder do governo Michel Temer no Congresso Nacional, deputado André Moura (PSC-SE), defendeu em um palanque em Sergipe que “bandido bom é bandido morto”, ao falar sobre segurança pública no estado. O discurso foi feito na última sexta-feira, em um evento no interior do estado que contou com a presença do presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Antônio Avelino Neiva. Reportagem completa: <https://oglobo.globo.com/politica/video-bandido-bom-bandido-morto-diz-lider-do-governo-reu-em-tres-acoes-penais-21995084>

nas políticas voltadas para o cuidado social, como saúde, educação e assistência social. (BIROLI, 2020, p. 150)

Neste cenário o modelo familiar está intrinsecamente relacionado a divisão do trabalho. O modelo patriarcal e nuclear da família tem a mulher na função de responsabilizar-se pelos cuidados da casa, dos filhos e do marido. Mas a participação da mulher no mercado de trabalho, nos processos formais de instrução e educação ampliou-se, sendo assim, o trabalho não remunerado realizado dentro dos lares em tempo integral pelas mulheres ganhou o mundo social fora de casa como um competidor. O que para muitas mulheres não diminuiu a carga de trabalho em casa, o que houve foi o aumento de jornada de trabalho.

Deste modo, para sobrevivência e humanidade destas mulheres, os direitos sociais, bem como um Estado forte que forneça os recursos e assistências que essas mulheres precisam é fundamental para que elas consigam estar nos espaços sociais de maneira saudável. Entretanto o estado neoliberal se omite deste papel e talvez esteja aí a grande ascensão das igrejas. Como já mencionado no capítulo inicial, Maria das Dores Campos Machado (2020) investiga o porquê os templos neopentecostais e pentecostais são ocupados majoritariamente por mulheres, mesmo sendo os espaços de maior reprodução dos conservadorismos.

Estudar estes aspectos dos conservadorismos e do neoliberalismo me faz compreender a minha própria história de vida. Meus pais divorciaram-se quando eu tinha 1 ano de idade, minha mãe sempre foi a principal responsável pela minha criação. Meu pai, militar de patente baixa, sempre arcou com parte das responsabilidades financeiras sobre mim, o que não era suficiente para isentar minha mãe do mercado de trabalho.

Dona Valdenice sempre trabalhou em empregos destinados a classe popular: caixa de supermercado, caixa de padaria, recepcionista em uma sapataria e sucessões de períodos desempregadas, onde meu pai precisava ajudar a pagar o aluguel. Junto com estes empregos formais, cuidava da casa, de mim, da minha vida escolar. Aos meus dois anos de idade minha mãe passou a frequentar a Igreja Congregacional de Campo Redondo, no município de São Pedro da Aldeia. Esta igreja foi fundamental para minha formação. As amigas da minha mãe, tia Leda, tia Elisangela, tia Beatriz, cuidavam de mim. Elas olhavam a criança que passava os fins de semana sozinha em casa, enquanto minha mãe cumpria uma jornada exaustiva sentada em um caixa de supermercado.

A vida social que tive na infância foi feliz e foi possível pela igreja. Em meu bairro não havia nenhum projeto social de esporte, lazer e cultura para crianças pobres. Na igreja havia. Eu participava dos musicais de páscoa e natal, no carnaval enquanto minha mãe trabalhava exaustivamente, a esposa do pastor, tia Elisangela, se responsabilizava por mim no

acampamento de carnaval. Eram os dias mais aguardados do ano por mim. Ali era a única semana do ano em que eu, criança pequena, de nove, dez anos, era cuidada e assistida por alguém o dia todo. Era onde eu tomava banho de piscina, era onde serviam minha comida, ali eu me sentia como as outras crianças da igreja que tinham em casa o modelo nuclear de família e sonhava em um dia poder viver assim todos os dias do ano.

Todo ano eu ganhava, no mês de dezembro, o prêmio de aluna mais assídua da Escola Bíblica Dominical (EBD). Eu não perdia uma! Adolescente fui convidada pelos pastores da igreja para ser professora na EBD de crianças pequenas. Nunca havia me sentido tão prestigiada. Foi ali que nasceu o desejo de fazer pedagogia. E também na adolescência o universo incrível da igreja foi se desmistificando ao ver meu melhor amigo sofrer todo o tipo de exclusão e vergonha por ser homossexual, pude ver o sofrimento dos seus pais, meus “tios” na infância. Os pais deste amigo sofreram duramente no processo de compreensão da sexualidade do filho, negando-o, excluindo-o, tentando a todo custo “libertar o filho do pecado da homossexualidade”.

Mas entendo o lugar emocional que a igreja ocupa na vida de minha mãe e de tantas outras mães e mulheres, como a mãe deste amigo. A igreja estava com minha mãe em toda minha infância enquanto o Estado não estava. A família de minha mãe é do Maranhão, Severino, pescador, meu avô morreu enquanto Dona Valdenice ainda era jovem, de cirrose. Minha avó morreu internada com esquizofrenia. A igreja foi a assistência social da minha mãe, foi a vida social dela e minha, foi o abraço acolhedor, foi a atenção, a promessa e única esperança de uma vida melhor.

O cristianismo no Brasil se fortalece a cada dia porque mesmo sendo misógino, excludente, violento e patriarcal é para milhões de mães solteiras a mão estendida, o apoio, o acolhimento e a possibilidade de manutenção social. Se o Estado é menor, a igreja pode se fazer maior. E aqui lembro-me de Paulo Freire em sua tão conhecida frase “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é tornar-se opressor”.

É importante ressaltar que no Brasil o pentecostalismo e o neopentecostalismo, pelas fortes influências da teoria da prosperidade, nem sempre fazem a defesa da família acoplada à domesticidade das mulheres. A religião cristã, nessas doutrinas, age muito mais na subjetividade feminina, na regulação sexual, nas condutas de gênero, nas políticas voltadas para segurança pública com viés neoliberal (armamento, normalização da morte e da violência) e na masculina, numa aproximação e valorização da família nuclear (não tolerando filhos gays, trans, lésbicas). Ou seja, atuam na normatização e padronização de um modelo familiar excludente e violento, mas que sirva também ao capital.

Ao longo deste trabalho, tenho buscado analisar os elementos dessas discussões a partir da compreensão de que não existe uma maneira única de ser ou fazer. Não há uma única forma de olhar para os conservadorismos, motivo pelo qual optei por tratá-los no plural; da mesma forma, não existe apenas uma maneira de ser ou estar enquanto mulher, assim como não há uma única forma de expressar a fé por meio dos cristianismos. A religião, assim como outros aspectos da vida humana, é múltipla, dinâmica e moldada por diferentes contextos históricos, sociais e culturais.

Enquanto alguns grupos conservadores utilizam a religião não apenas como parte de suas vidas privadas, mas também tentam implementá-la como política de Estado, outros grupos cristãos oferecem uma perspectiva progressista, reconhecendo os dogmas religiosos como passíveis de interpretação histórica e considerando que a fé pessoal não deve ser imposta como regra política global. Esses cristãos progressistas promovem uma prática religiosa alinhada à justiça social, à pluralidade, ao respeito às diferenças e à liberdade individual.

Entre os exemplos notáveis de cristãos progressistas estão movimentos como as Católicas pelo Direito de Decidir⁹⁹, uma Organização Não Governamental (ONG) fundada no Dia Internacional da Mulher em 1993. Essa organização alia a prática e a teoria feminista para questionar padrões culturais e religiosos que limitam os direitos das mulheres, defendendo pautas como a igualdade de gênero e o direito ao aborto seguro e legal. Além disso, outros grupos cristãos progressistas, como igrejas inclusivas e comunidades ecumênicas, têm trabalhadoativamente para acolher pessoas LGBTQIAPN+, apoiar causas de justiça racial e ambiental, e defender políticas públicas que promovam igualdade e bem-estar social.

Esses movimentos desafiam as narrativas hegemônicas que associam a religião exclusivamente ao conservadorismo, demonstrando que a fé pode ser uma força transformadora e emancipatória. Nesse sentido, cristãos progressistas reconfiguram a vivência religiosa, mostrando que espiritualidade e compromisso com os direitos humanos podem caminhar juntos, promovendo uma visão de mundo que privilegia o diálogo, a solidariedade e a dignidade de todos os indivíduos.

Uma importante figura no município de Niterói, onde está localizada a universidade onde realizei meu mestrado, é o pastor Henrique Vieira, teólogo, ator, poeta e ativista brasileiro conhecido por sua atuação na interseção entre fé, política e direitos humanos. Ele é pastor da Igreja Batista do Caminho, uma comunidade progressista que prega a inclusão, a justiça social e a luta contra todas as formas de opressão. Ele defende uma teologia libertadora, comprometida

⁹⁹ Para conhecer melhor a ONG e suas ideias, acesse: <https://catolicas.org.br/nossa-historia/>

com os valores do amor, da solidariedade e da dignidade humana, promovendo reflexões sobre o papel da fé na transformação social, promovendo uma visão do cristianismo alinhada à defesa dos direitos dos pobres, das populações negras, indígenas, LGBTQIAPN+ e outros grupos marginalizados.

Ele frequentemente denuncia o uso da religião como ferramenta de opressão ou como instrumento para justificar desigualdades sociais. Na política, Henrique Vieira foi eleito vereador em Niterói (2013-2016) pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e em 2022, foi eleito como deputado federal, recebendo 0,62% dos votos válidos com 100,00% das urnas apuradas no estado¹⁰⁰. O PSOL lançou em novembro de 2024 a candidatura do deputado e vice-líder do governo, Pastor Henrique Vieira (RJ), à Presidência da Câmara. Em entrevista, ele afirmou:

Nossa candidatura representa o respeito à pluralidade política na Câmara, que é saudável para a democracia. É fundamental enfrentar os discursos de ódio, o extremismo e a violência política que enfraquecem o bom debate de ideais (HENRIQUE VIEIRA, 2024)

Neste sentido, compreendendo que a escola não se faz isolada das demandas sociais e que a classe que ocupa majoritariamente as escolas públicas é a mesma classe que compõe grande parte dos fiéis nas igrejas pentecostais e neopentecostais, é inevitável que as disputas em torno do gênero e da sexualidade chegue na escola. O que faz dos cotidianos escolares espaços de disputas, de novas e constante tessituras e elaborações das mais variadas táticas de confrontamentos.

3.2 CONTRACOLONIZAR O PENSAMENTO

O ambiente religioso cristão é, majoritariamente, norteado pela crença na verdade absoluta. Nos antigos regimes monarcas, ninguém discordava do rei porque ele próprio era o escolhido de Deus. E seu Deus o escolheu, quem pode questioná-lo? Esta mesma lógica foi se atualizando com o capitalismo e as novas formas de organização social. As figuras e instrumentos de poder, recebem até hoje o “aval” do deus cristão. As notas de dinheiro têm escrito “deus seja louvado”, o preâmbulo da Constituição Federal de 1988 diz que sua promulgação se dá “sob a proteção de Deus”. A bancada evangélica usa a bíblia e o nome de deus como instrumento para validar seus posicionamentos políticos, misturando o privado ao público.

¹⁰⁰ Acesso completo à reportagem em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/11/26/sucessao-na-camara-psol-lanca-pastor-henrique-vieira-como-candidato-a-presidente.ghtml>

E essa legitimação intrínseca vai consolidando e dando poder aos discursos que se originam de maneira intencional através políticos conservadores religiosos. Judith Butler, em seu livro “Discurso de ódio, o poder do performativo” (BUTLER, 2021) nos fornece alguns elementos para pensar de que maneira, os discursos sociais, estabelecem uma violência contra os sujeitos. Os nomes pelos quais somos chamados são os poderes constitutivos que linguagem exerce sobre nós, mas segundo a autora, não somente os nomes dos quais nos chamam, como também o próprio modo de endereçamento, os posicionamentos e direções que os discursos tomam.

O poder dos discursos em uma sociedade está para além do que se diz, na hora que se diz. Certas falas produzem efeitos como consequência, a repetição destas falas e por consequência, destes efeitos vão se apresentando como rituais que “excede a si mesmo em direção ao passado e ao futuro, é um efeito de invocações prévias e futuras que simultaneamente constituem a instância do enunciado e dela escapam” (BUTLER, 2021)

Portanto, os atos de fala de parlamentares contra gênero e sexualidade, contra a pluralidade, contra a laicidade e a favor do machismo não são falas isoladas ou contextos que se apagam. São violências nas quais diversas pessoas são submetidas e ao serem submetidas a essas violências têm suas identidades também violadas, porque perdem seu contexto de existência. Porque o objetivo destes discursos que visam eliminar gênero, sexualidade e o caráter laico dos debates educacionais, é na verdade, o de eliminar a existência social destes corpos nestes espaços.

A linguagem opressiva, vai além de enunciar uma violência, é em si a própria violência. Deste modo, a forma como alguns sujeitos são chamados na sociedade incutem a própria incerteza da sua possibilidade de sobreviver. Negar as discussões de gênero, negar os debates sobre as sexualidades é negar a existência do outro. “Nós existimos não apenas porque somos reconhecidos, mas, a priori, porque somos reconhecíveis. (BUTLER, 2021)

A linguagem é pensada “principalmente como agência – um ato que tem consequências”; um fazer prolongado, uma performização com efeitos. Isto é quase uma definição. A linguagem é, afinal, “pensada”, isto é, postulada ou constituída como “agência”. No entanto, é como agência que ela é pensada; uma substituição figurada torna possível o pensamento da agência da linguagem. Na medida em que esta mesma formulação é produzida na linguagem, a “agência” da linguagem não é apenas o objeto da formulação, e sim sua própria ação. Tanto o postulado como a figuração parecem exemplificar a agência em questão. (BUTLER, 2021, p. 21)

E esses discursos que comunicam ódio e se originam de figuras legitimadas pelo Estado, são feitos para que exerçam um poder soberano, porque estas declarações são lidas, por vezes, como atos da lei. Os discursos de ódio e violência passam a ser discursos legítimos não

só para quem senta na cadeira do parlamento, mas como conduta cotidiana de todo cidadão que dele quiser fazer uso. Discutir gênero e sexualidade nas escolas é possibilitar que atos de inclusão se sobreponham aos atos de violência. Se entendemos o próprio discurso como uma violência, a ausência proposital de um discurso inclusivo, é também uma violência.

A escolha consciente de não promover as discussões plurais sobre direitos humanos, buscando em contrapartida a homogeneização dos espaços e discursos constitui-se violência partindo da compreensão que, enquanto seres que se organizam socialmente através da linguagem, ser reconhecido na linguagem é ser reconhecido enquanto humano. Faz parte da construção da identidade dos sujeitos ser pertencente aos discursos e ser respeitado pelo discurso, por isso, o discurso de ódio configura-se violência e nada tem a ver com a liberdade de expressão. Bem como impedir que o outro se expresse na linguagem através do silenciamento e apagamento das pautas LGBTQIAPN+ configura-se violência de gênero.

Não por acaso, os conservadores religiosos presentes na Bancada BBB, atacaram de forma tão enfática o patrono da educação brasileira, Paulo Freire. Apoiados por mídias sociais que prestam um desserviço à educação, mas um grande favor aos conservadores, em 2008 uma edição da Revista VEJA trouxe em sua capa o título “O Inssino no Brasiu é ótimo”¹⁰¹ e no corpo da matéria, como ataque direto a Paulo Freire, perguntaram aos professores com quem a pesquisa foi realizada, com quem eles se identificavam, dando as seguintes opções: Paulo Freire, Jesus, Einstein, Gandhi, Marx.

Importante ressaltar que das figuras dispostas na pesquisa, Freire era o único que se identificava com a profissão do professor, e não à toa, ficou em primeiro lugar, com quase 30% dos votos. E a partir daí a revista VEJA atacou deliberadamente Freire:

Idolatram personagens arcanos sem contribuição efetiva à civilização ocidental, como o educador Paulo Freire, autor de um método de doutrinação esquerdistas disfarçado de alfabetização. [...] Freire goleia o físico teórico alemão Albert Einstein, talvez o maior gênio da história da humanidade. Só isso já seria evidência suficiente de que se está diante de uma distorção gigantesca das prioridades educacionais dos senhores docentes. (Reportagem completa: Carta Capital, 23/09/2021)

Os ataques à Freire foram e são muitos. No exercício de seu mandato como presidente da República, Bolsonaro o chamou de “energúmeno” durante uma entrevista na saída da

¹⁰¹ Logo no título da reportagem já é notório o ataque às escolas públicas brasileiras. Fazendo uso de erros ortográficos propositais o título tem como objetivo julgar a qualidade do ensino oferecido, através de uma matéria com viés ideológico, culpabilizando os professores pelos fracassos escolares.

residência oficial do Palácio da Alvorada¹⁰². Paulo Freire incomoda tanto os conservadores religiosos porque propõe uma perspectiva de educação que diferente do discurso de ódio que invisibiliza e violenta os sujeitos, apresenta uma pedagogia que busca ensinar o pensamento crítico.

A educação como prática de liberdade implica analisar criticamente o mundo e alterá-lo por meio do engajamento ativo em questões culturais, sociais, políticas e econômicas. Objetivando desfazer as relações pré-estabelecidas de subordinação, silenciamento e opressão, as quais tornam os sujeitos invisíveis. Paulo Freire argumenta que a escola deve ser um espaço que auxilia os alunos a "interpretar o mundo" com o objetivo de transformá-lo (Freire, P. 1970). Ele sugere maneiras de desconstruir a estrutura opressora, semelhante ao que fazem os autores decoloniais em relação ao eurocentrismo.

Desde logo, qualquer busca de resposta a estes desafios implicaria, necessariamente, numa opção. Opção por esse ontem, que significava uma sociedade sem povo, comandada por uma “elite” superposta a seu mundo, alienada, em que o homem simples, minimizado e sem consciência dessa minimização, era mais “coisa” que homem mesmo, ou opção pelo Amanhã. Por uma nova sociedade, que, sendo sujeito de si mesma, tivesse no homem e no povo sujeitos de sua História. Opção por uma sociedade parcialmente independente ou opção por uma sociedade que se “descolonizasse” cada vez mais. (FREIRE, 1965, s/p)

Quando Paulo Freire afirma que a educação pode ser uma prática da liberdade ele reconhece que de fato existe a opressão advinda das relações de dominação colonial que se desenvolveram dentro da sociedade, denunciando práticas desumanizadoras, que interditam sujeitos durante séculos por meio da opressão colonial. Ele revoluciona a perspectiva educacional quando questiona a alegada neutralidade do ensino, que perpetua as estruturas opressoras. Estruturas que se solidificaram ao longo do violento processo de exploração dos corpos de mulheres negras e indígenas, através de um doloroso processo moralizante de cunho cristão, onde a persistência de padrões de poder hegemônicos supremacistas, patriarcal e branco busca invisibilizar estes corpos.

As hierarquias de pensamento que legitimam estruturas de dominação colonial nos modelos tradicionais das escolas são percebidas na marginalização dos saberes, onde a cultura valorizada é a cultura hegemônica que privilegia o homem branco, burguês e cristão. Desconsiderando os conhecimentos produzidos nas periferias e a cultura e tradição dos povos africanos, deslegitimando os saberes indígenas, promovendo uma educação à serviço do

¹⁰² Acesso a reportagem completa: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/16/bolsonaro-chama-paulo-freire-de-energumeno-e-diz-que-tv-escola-deseduca.ghtml>

capitalismo que ignora as pautas ambientais, bem como suprime as discussões sobre raça, gênero, sexualidade e classe no cotidiano escolar. Assim como os colonizadores empenharam esforços em “domesticar” os corpos escravizados há mais de 500 anos atrás através de uma moral religiosa cristã, ainda hoje escolas mantêm estas práticas e são elas que a pedagogia da liberdade denúncia.

Os países europeus ao colonizarem as Américas produziram uma tradição etnocêntrica e pré-colonialista que tratava as manifestações culturais dos povos nativos e escravizados como supersticiosas e absurdas. Diante da resistência dos colonizados a violência contra eles assumiria novos modos, ainda mais sofisticados, tendo o racismo e a misoginia um papel fundamental na internalização da “superioridade” do colonizador pelos colonizados (GONZÁLEZ, 2020). Assim, a Pedagogia dos Oprimidos provocou uma mudança significativa nas teorias e nas práticas educacionais ao fundamentar as bases antropológicas de uma educação que se recusa a aceitar qualquer tipo de dominação, opressão ou subordinação.

Uma ideologia de libertação deve encontrar sua experiência em nós mesmos; ela não pode ser externa a nós e imposta por outros que não nós próprios; deve ser derivada da nossa experiência histórica e cultural particular.” Então, por que não abandonar as reproduções de um imperialismo que massacra não só os povos do continente, mas de muitas outras partes do mundo e reafirmar a particularidade da nossa experiência na AMÉRICA como um todo, sem nunca perder a consciência da nossa dívida e dos profundos laços que temos com a África? [...]. Daí minha insistência com relação à categoria de amefricanidade, que floresceu e se estruturou no decorrer dos séculos que marcam a nossa presença no continente [...]. Reconhecê-la é em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o outro lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos. (GONZÁLEZ, 2020, p. 88)

Para bell hooks, Freire nos orienta para que nossos esforços progressivos para redefinir a educação como prática da liberdade aconteçam através de uma pedagogia da escuta. Ela relata que em uma conversa com ele ouviu-o afirmar enfaticamente que “não podemos entrar na luta como objetos para depois nos tornarmos sujeitos” (hooks, 2013, p. 66). Isso a ensinou a importância de falar, de ser capaz de nomear, de reclamar para si a sua posição de sujeito.

Judith Butler nos apresenta a possibilidade do discurso de ódio invizibilizar o sujeito, enquanto bell hooks, nos ajuda a compreender a pedagogia da escuta, como a possibilidade de através da fala – portanto do discurso – o sujeito ser capaz de reconhecer-se e descobrir a si mesmo. Por isso, a política dos conservadores e religiosos para o campo da educação é transformar os professores em meros transmissores de conteúdos pedagógicos. É manchar o legado que Paulo Freire nos deixou enquanto educadores. Para que exista a manutenção do patriarcado, da religião no poder e da subordinação dos corpos das afro-latinas-americanas, é

preciso desconhecer a si mesmo. É preciso não conhecer o mundo e o outro. É preciso não perguntar.

A existência humana é, porque se fez perguntando, a raiz da transformação do mundo. Há uma radicalidade na existência, que é a radicalidade do ato de perguntar. [...]. Radicalmente, a existência humana implica assombro, pergunta e risco. E, por tudo isso, implica ação, transformação. (FREIRE; FAGUNDEZ, 1985, s/p)

Em seu livro “Ensinando o pensamento crítico - sabedoria prática” bell hooks (2020) comprehende a pedagogia crítica como as áreas de estudo que se dispõe a compensar os preconceitos que tem informado as maneiras de educar em nossa sociedade. Ela reconhece que, um dos principais movimentos que se empenhou em reformular os saberes socialmente postos e aceitos e pensa-los de forma crítica foi o movimento feminista negro. Ela coloca como central nesta luta as ativistas black power, grupo que chamou atenção por evidenciar que a educação supremacista branca ensinava crianças brancas a ideologia de dominação, enquanto submetia as crianças negras à ideologia da subordinação.

Para a autora, sem uma mentalidade descolonizadora, estudantes, por mais competentes que sejam, por virem de contextos desprovidos de direitos, tem dificuldades em ter sucesso nas instituições educacionais na cultura do colonizador. bell hooks (2020) faz estas colocações pautada na realidade estadunidense na qual ela está inserida, mas me proponho, através das contribuições de Antônio Bispo dos Santos (2023) a pensar a realidade do nosso país.

Nego Bispo, como assim é chamado Antônio Bispo dos Santos, é um homem negro e quilombola, que nos convida a explorar as relações entre os povos indígenas e afro-brasileiros com a terra, a partir de um olhar crítico sobre os impactos do colonialismo e do capitalismo em nós, na nossa cultura, na nossa relação com o outro, com a territorialidade e com a natureza. O que me ajuda a pensar nas relações cotidianas nos espaços escolares.

Os processos de colonização são processos de violência e de dominação que silenciam as vozes que divergem das imposições hegemônicas. E se vimos até aqui que os processos de silenciamento são processos de violentos apagamentos da identidade e existência desses sujeitos, Nego Bispo (2023) levanta outro importante ponto: o apagamento da memória, que é, portanto, o apagamento das histórias que nos compõe.

Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado, quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhes novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo

de dominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta. (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 6)

E que memória é essa que tem sido formada no lugar da memória apagada? Que palavras são essas que tem sido colocada nos silêncios forçados? Que cultura, que história, que educação tem sido fomentada nos espaços colonizados? A resposta não é única. Porque assim como os colonizadores continuam impondo seus modos de vida capitalistas, neoliberais, conservadores, machistas, misóginos, excludentes e violentos, os praticantes pensantes dos cotidianos têm criado e recriado os modos de enfrentamento, as táticas de sobrevivência e permanência destes corpos, culturas e modos de pensar nos cotidianos escolares.

Nego Bispo (2023) me inquieta e provoca ao mostrar as contradições entre a relação com a natureza e a vida dos povos quilombolas e a “nova” relação imposta pelos colonizadores, segundo o autor, a cosmologia politeísta na qual os indígenas viviam os integrava com a natureza e com o outro numa relação de possibilidades, pluralidade e respeito à terra. Possibilitava que estes indígenas se percebessem como parte dessa natureza, não como dominadores da natureza. Enquanto a visão de mundo eurocentrada e monoteísta evoca uma relação de poder, subordinação, domesticação e destruição das identidades, das biodiversidades, de todos e tudo.

Ao analisar o projeto governamental “Minha casa, minha vida”, Nego Bispo (2023) vai nos revelando como as políticas de habitação colonialistas subjugam e proíbem a arquitetura da favela, do quilombo, da aldeia, forçando um modo de vida e de cultura eurocristão monoteísta, onde a relação com a casa, com a comida, com a arquitetura se dá a partir de uma outra concepção de mundo. Desvelando que estas políticas de Estado são colonialistas porque o Estado é um ambiente colonialista, “um ambiente colonialista e abstrato” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 50).

Deste modo, quando o Estado é colonialista, qualquer que seja seu governo, de direita, ou de esquerda, este também será colonialista, porque suas práticas serão práticas impositórias, serão práticas que negam a existência do outro, por privilegiar um modus operandi capitalista. É por isso que Nego Bispo (2023) nos propõe mais do que defender a pluralidade, ele nos propõe “contracolonizar a estrutura organizativa” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 50).

O grande debate hoje é o debate decolonial, que só consigo compreender como a depressão do colonialismo, como a sua deteriorização. Compreendo o sufixo “de” como isso: depressão, deterioração, decomposição. Cabe às pessoas decoloniais, em qualquer lugar do mundo, educar sua geração neta para que não ataque a minha geração neta. [...]. E a nós, contracolonialistas, cabe inspirar a nossa geração neta para que ela se defenda da geração neta dos decoloniais e dos colonialistas, porque sempre é importante se defender, mas

não é necessário atacar agora. Não precisamos destruir os colonialistas, deixemos que vivam, desde que vivam com o sol deles e não venham roubar o nosso sol ou o nosso vento. O mundo é grande e tem lugar para todo mundo. O mundo é redondo, exatamente para as pessoas não se atropelarem. (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 35).

A postura de resistência de Nego Bispo é clara: “é você me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 39). E a escola precisa ser reconhecida e produzida em seu cotidiano como o lugar de possibilidade de defesa, como lugar de escuta e também de fala, onde os corpos, as culturas, as memórias, as sexualidades, os gêneros, as religiões politeístas, não sejam colonizadas, padronizadas e silenciadas.

Os indígenas viviam no Brasil em um sistema de cosmologia politeísta, viviam integrados cosmologicamente, não viviam humanisticamente. Chegaram então os portugueses com as suas humanidades e tentaram aplicá-las às cosmologias dos nossos povos. Não funcionou. Surgiu assim o contracolonialismo. [...]. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo. O contracolonialismo, praticado pelos africanos, vem desde a África. É um modo de vida que ninguém tinha nomeado. Estamos tirando o veneno do colonialismo para transformá-lo em antídoto contra ele próprio. (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 39).

Precisamos contracolonizar a escola, produzir defesa contra os colonizadores, mas para isso, precisamos compreender qual a cultura colonizadora vigente em nossos cotidianos. E para isso basta entrarmos em escolas públicas espalhadas pelo Brasil para vermos crucifixos, imagens de santos cristãos. Caso não queira ter o trabalho de sair de casa, abra a BNCC ou volte a introdução deste trabalho. O Ensino Religioso ali está presente, assim como esteve no processo violento de colonização do nosso país. Defender uma educação laica é compreender que os dispositivos morais religiosos não podem cercear o direito de discutir políticas antimachistas e de formar o pensamento crítico, bem como não podem impedir que discussões de gênero e sexualidade estejam presentes na escola. “Sempre que o conhecimento é usado para dominar os outros, ele é uma perversão da busca intelectual” (hooks, 2020, Pg 279) e não podemos negar que muitos conservadores religiosos se identificam com as relações dominantes de poder, por isso promovem o anti-intelectualismo e negam a ciência, bem como negam os avanços sociais e de direitos humanos.

Através de uma perspectiva normalizadora da escola, buscam excluir a possibilidade do debate sobre as diferenças. As pesquisas de Corrêa e Sepulveda (2021) evidenciam esta realidade ao discutir a dificuldade que muitos professores têm em lidar com alunos que apresentam comportamentos de gêneros e sexualidades dissidentes, ou seja, que não seguem um padrão hegemônico em relação a sua sexualidade e/ou gênero. Para estas crianças, a

linguagem da escola é violenta e não promove a possibilidade de compreender a si mesmo de forma crítica. Projetos políticos como o Escola sem partido, já citado neste trabalho, buscam fazer com que o ambiente escolar permaneça tendo a finalidade de disciplinar e controlar os corpos, para que possam produzir sujeitos normativos e subordinados às políticas patriarcas de supremacia branca e cunho religioso cristão.

Muitas de nossas escolas, além de possuírem um modelo de entendimento padrão sobre gênero e sexualidade, reproduzindo uma visão binária, não permitem que as crianças e jovens se expressem como são. Nessa perspectiva, compreendem que suas sexualidades só deverão ser expressas quando já adultos, assim como os comportamentos de gêneros em relação às sexualidades. Dessa forma, mecanismos regulatórios perversos e processos de subjetivações são criados para podarem expressões dissidentes. Cabe ressaltar que esses processos influenciam na formação dos gêneros e das identidades sexuais de todxs xs alunxs, pois aprendem os modelos aceitos e, assim, vão formatando seus comportamentos às expectativas hegemônicas. (CORRÊA E SEPULVEDA, 2021, p. 282)

Diante desse cenário, em que normas de gênero e sexualidade são rigidamente controladas e reforçadas no cotidiano escolar, torna-se urgente refletir sobre o papel que as instituições públicas, especialmente a escola, devem desempenhar em uma sociedade democrática e plural. A presença de discursos normativos, muitas vezes ancorados em fundamentos religiosos, levanta questões importantes sobre os limites entre fé e educação pública. Além disso, é fundamental compreender como as redes de compartilhamento — sejam elas digitais, afetivas ou políticas — podem atuar tanto na reprodução quanto na resistência a essas normatividades, servindo como instrumentos de denúncia, apoio mútuo e construção de novas narrativas sobre corpo, identidade e liberdade. É nesse cruzamento de saberes que a próxima unidade irá se debruçar, a fim de que nossa prática não seja alienada e não reproduza os discursos e ódio que invisibilizam a possibilidade dos sujeitos se reconhecerem e consequentemente existirem no processo de sua formação.

3.3 O COTIDIANO ESCOLAR COMO POSSIBILIDADE DE TRANSGREDIR

Para pensar sobre a laicidade no cotidiano escolar farei a interlocução entre E.P Thompson e Nilda Alves, usando a perspectiva desses dois grandes nomes na produção de conhecimento científico para pensar a laicidade no cotidiano escolar como alternativa para a formação de professores antimachistas, através do compartilhamento das experiências de professoras que se disponibilizaram a participar desta dissertação, colaborando com a formação de uma rede de conhecimentos que tem como objetivo desafiar as interpretações tradicionais

que retratam os cotidianos escolares como um lugar aonde violências não são produzidas e alimentadas.

Thompson é conhecido, como já mencionado, na abordagem da "história de baixo para cima", colocando luz na experiência e na agência das classes populares. Sua obra enfatiza a importância da cultura, da consciência de classe e das ações coletivas, e critica o determinismo econômico que vê a história como resultado inevitável de forças econômicas. Ele nos instiga a pensar a importância e a potência das ações do cotidiano através de uma ampla gama de fontes primárias, como cartas, diários e registros de movimentos sociais, para construir uma narrativa detalhada das experiências das pessoas comuns.

Alves é uma pesquisadora brasileira que se concentra nas práticas pedagógicas e na formação de professores. Ela trabalha com uma abordagem metodológica que valoriza a prática reflexiva e a pesquisa-ação, que envolve os pesquisadores em um processo colaborativo com os praticantes, visando transformar a prática educacional. O fazer pedagógico de Nilda Alves envolve, portanto, uma narrativa detalhada das experiências das pessoas comuns.¹⁰³

Vimos até aqui que os discursos políticos conservadores que fazem uso da religião cristã, são os mesmos discursos que promovem a violência contra gênero, contra mulheres e o silenciamento das discussões de direitos humanos, bem como o esvaziamento do pensamento crítico. Estes discursos e práticas estão também atrelados com os dados das violências físicas e psicológicas sofridas por diversos grupos e a escola, que não está deslocada da sociedade, mas dentro dela, reproduz tais violências em seu cotidiano endossada por estes discursos. J. A. Sepúlveda e D. Sepúlveda (2016) apresentam em seu texto “As práticas e as políticas curriculares de inclusão e o direito à diferença” a situação vivenciada por Karina, aluna do ensino fundamental, onde podemos ver as relações de poder no discurso da professora que submetem a aluna a violências narrativas que delimitam seu cotidiano e interferem no seu processo de construção de si mesmo.

Por meio de seu discurso, demonstra como os regimes de verdade e os dispositivos de poder (FOUCAULT, 1979) se inter-relacionam e se estabelecem no interior das instituições educacionais, evidenciando assim que as maneiras de produzir verdade se materializam em práticas políticas que interferem nos modos como se tecem a vida e a prática profissional. Poderíamos dizer que, assim, vemos o poder disciplinar (FOUCAULT, 1987) atuando na constituição da aluna em questão e nos demais estudantes, pois o discurso da professora marca que o comportamento da menina é diferente, que não se enquadra dentro do que é considerado como o esperado. Dessa forma, não somente Karina, como as demais alunas e alunos, vão aprendendo que existe uma conduta que é considerada como “normal”. Portanto, vamos

¹⁰³ Esta frase foi propositalmente escrita no parágrafo anterior a este, e repetida neste, para demarcar o encontro entre as teorias e autores nos quais uso neste trabalho.

percebendo as maneiras pelas quais os currículos vão sendo criados e praticados, e como, muitas vezes, se distanciam das políticas oficiais curriculares de inclusão para todxs. (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016, p. 1277)

Percebemos, deste modo, que os discursos produzidos no cotidiano escolar produzem um currículo que está para além daquele descrito nas propostas curriculares, mas que impactam a mentalidade, a conduta, os saberes entremeados nas relações sociais. O cotidiano escolar é moldado também pelas relações que se estabelecem na escola, por isso a formação de professores deve comprometer-se em formar docentes que reconheçam as possibilidades, como nomeia bell hooks, de descolonização das mentalidades pedagógicas, para que haja garantia de uma formação que permita aos alunos exercer e construir a democracia nos espaços escolares.

As práticas educacionais podem reproduzir os discursos hegemônicos que violentam os sujeitos de múltiplas formas, mas podem também auxiliar esses sujeitos na emancipação de si, do outro, do espaço e do currículo escolar. J. A. Sepúlveda e D. Sepúlveda (2016) narram o exemplo de uma prática democrática e emancipatória de uma professora de Educação Física na Faetec, que através do exercício da escuta sensível, colocou-se como agente proponente e apresentou para as crianças múltiplas possibilidades de ser e estar no espaço escolar, transformando o cotidiano com práticas democráticas que possibilitaram aos alunos enxergar e se relacionar com o outro de forma mais respeitosa e acolhedora.

Em outro sentido, consideramos importante também que as professoras e os professores possam perceber a importância de saber lidar com as manifestações da diferença. Para isso, é necessário nos colocarmos numa atitude de curiosidade, de diálogo, de compreensão e, acima de tudo, de questionamento dos nossos próprios padrões de conhecimento e de valores, a fim de que possamos entender o outro e trabalharmos com esse outro como legítimo outro (MATURANA, 1999), como parte de uma ação política de democratização e horizontalização do espaço escolar, baseada na justiça cognitiva e social. Essa é uma parte de uma luta árdua e importante a se fazer se temos como meta o respeito à diferença e à pluralidade humana como condição de construção de uma sociedade democrática. (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016, p. 1282)

No Brasil, diversas práticas escolares são orientadas a partir de uma percepção moral pautada pela religião cristã que estabelece o modo como cada um dos papéis de gênero deve se comportar. Essa conduta busca normatizar práticas discriminatórias e delimitar o que cabe ao menino, o que cabe a menina. Deste modo a escola se põe a serviço da perpetuação de práticas machistas e misóginas, promovendo a discriminação e o preconceito de gênero e da sexualidade, impondo uma moral religiosa em um espaço que deveria ser laico. Discutir a laicidade na formação de professoras, bem como compreensão de que discursos conservadores

estão a serviço de paralisar os avanços e conquistas dos direitos humanos é fundamental para que as professoras possam agir de modo consciente.

Sim, muitas docentes reproduzem o machismo sem perceber, muitas educadoras paralisam-se diante de cenas discriminatórias, não sabem como agir, não sabem a quem recorrer. É necessário compartilhar as experiências emancipatórias, pois através delas outras educadoras sentem-se empoderadas e legitimadas a também criar estratégias em seu dia a dia, afim de combater a violência simbólica nos espaços escolares. A formação de professoras é um espaço para discutir os instrumentos legais que garantem as educadoras a realização de práticas democráticas, bem como estas, precisam ter acesso a uma formação que tenha como centralidade a defesa dos direitos humanos, que busque aliar os fundamentos teóricos essenciais para formação das educadoras às discussões sociais e histórico-críticas que permeiam toda a construção de saberes que nos cerca.

A laicidade precisa estar atrelada e ser evidenciada como instrumento em defesa de um cotidiano plural, democrático e antimachista, mais do que uma nomenclatura na Constituição, a palavra “leigo” (laico) é instrumento legislativo, mas também um conceito capaz de modelar e conduzir práticas emancipatórias que visam promover um currículo pedagógico que supere e enfrente o conservadorismo religioso e todos os retrocessos que este busca impor ao cotidiano escolar.

Paulo Freire colaborou de diversas formas para nos ajudar a pensar num cotidiano que não reproduza as normas hegemônicas, mas que se coloque compromissado com a revolução das práticas pedagógicas, onde a prática de uma educação libertadora permitirá ao oprimido romper a lógica de opressão. Dentre tantas colaborações, uma de suas histórias me chama a atenção de maneira especial e gostaria de compartilhá-la neste trabalho. Me refiro a experiência freiriana na pequena cidade de Angicos, Rio Grande do Norte, onde educadores ousaram a ensinar alunos analfabetos a questionar sua condição de analfabetismo.

Em algumas semanas cerca de 300 alunos foram alfabetizados através da proposta freiriana, mas mais do que aprender que “Eva viu a uva”, estes adultos aprenderam os simbolismos e discursos hegemônicos que permeavam seu cotidiano, puderam compreender de maneira crítica o mundo que os cercava. Angicos, de 700 eleitores, passou para 1000, impactando de forma profunda a experiência daquela pequena cidade. Castelo Branco, importante figura militar e política no Nordeste brasileiro na década de 60 disse a Freire que se havia alguma dúvida de que ele transgredia a ordemposta com suas práticas, agora restava apenas a certeza de que assim, o fazia.

Não podemos ignorar o fato de que a escola continua sendo, mesmo com tantos ataques, um espaço de prática da liberdade. bell hooks vê na escola essa possibilidade de fazermos uma pedagogia da liberdade através do processo de descolonização da nossa mente, que se dá na ação do pensamento crítico. E onde há o exercício do pensamento crítico, há o exercício da democracia. Quando transformamos a sala de aula em um espaço de intensos questionamentos, voltado para o confronto direto com a naturalização da subordinação e da humilhação em relações de poder, essa sala de aula muda, passa a ser concebida como um lugar de pertencimento, cuidado mútuo e valorização das diferenças, também conecta a educação a um contexto que vai além da formação acadêmica, encontrando na humanização e no amor a Pedagogia da Esperança de Paulo Freire.

A luta pela esperança significa a denúncia franca, sem meias-palavras, dos desmandos, das falcatrusas, das omissões. Denunciando-os, despertamos nos outros e em nós a necessidade, mas o gosto também, da esperança. (FREIRE, 2015, s/p)

Algumas abordagens de pesquisa, como esta, diferem dos métodos validados pelo rigor científico convencional, que frequentemente reduz o objeto de estudo a algo desprovido de vida, de dinamismo e de subjetividade. É fundamental manter uma postura crítica diante da rigidez dos processos educacionais, nos quais, frequentemente, o rigor científico é confundido com a precisão das medições. Nesse contexto, conhecer passa a significar fragmentar e classificar a realidade. Entretanto, os estudos sobre o cotidiano nos incentivam a refletir sobre formas mais diversas de produção do conhecimento, oriundas de múltiplas fontes que moldam nossos modos de ser e agir, os quais não podem ser facilmente quantificados e classificados. O cotidiano escolar é como uma teia que liga diversos elementos, como raças, classes, gêneros, sexualidades, conhecimentos científicos, saberes populares, cultura, tradição, inovação, afetos...

Portanto, pensar o cotidiano é pensar a pluralidade, a possibilidade e a transgressão. Nilda Alves (2003) nos desafia a pensar sobre os modos como são fabricados os conhecimentos, não os conhecimentos de forma isolada e rígida, mas através dos acontecimentos culturais que neles estão inseridos. E estes acontecimentos culturais não são fenômenos da natureza, eles acontecem porque existe dentro deste cotidiano pessoas, a quem Nilda Alves, assim como Certeau, intitula de *praticantes*. Estes *praticantes* são os que produzem o cotidiano e os que consomem este cotidiano. “É indispensável a problematização dos modos de uso dos *praticantes* nos cotidianos em que vivem, buscando compreender os acontecimentos culturais.” (ALVES, 2003)

As ideologias presentes nos cotidianos interferem diretamente na forma de aprendizagem e ensino. Um cotidiano violento e opressor, que busca nas suas estruturas de poder punir e acusar seus *praticantes* precisa ser combatido através da prática da liberdade. Paulo Freire nos alerta sobre o desejo do oprimido em tornar-se opressor quando a educação não é usada como instrumento para a liberdade. O referencial teórico-epistemológico de Gramsci e dos filósofos da chamada Escola de Frankfurt, em especial de Habermas, apresenta a possibilidade de pensar o cotidiano dentro das discussões sobre currículo porque entendem que a participação ativa dos sujeitos, através de reuniões organizadas (nomeada de *pesquisaparticipante*), assim como faziam os movimentos sociais, permitia que o cotidiano da escola fosse repensado a partir de uma realidade social mais ampla (ALVES, 2003).

Pensar a realidade social de forma mais ampla, múltipla e complexa auxilia que processos do cotidiano escolar superem as generalizações que homogeneízam os processos educacionais. Estas generalizações são disputadas a todo instante, por diversos grupos que por vezes, tentam implementar no cotidiano escolar sua moral pessoal e as regras que mantém as estruturas de poder sólidas. O campo do currículo é palco destas disputas há bastante tempo, no período em que Fernando Henrique Cardoso era presidente foram publicados e amplamente difundidos as diretrizes e os parâmetros curriculares nacionais, com base na LDB de 1996: as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental em 1998, o parecer dos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental, em 1997; os parâmetros e as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio, em 1998. Em meio a contradições, diversos setores educacionais apoiaram a movimentação, enquanto diversos pesquisadores e educadores do campo dos currículos criticaram. (LOPES, 2015)

No período de gestão do Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma), foi divulgado orientações nacionais quanto aos currículos educacionais (2006). Mais adiante algumas outras resoluções sobre a educação básica e o ensino médio também repercutiram pelo país, como o Parecer e Resolução CNE 2010, Parecer CNE 2011, Resolução CNE 2012 que tem indicações para a construção de um currículo nacional. Mais adiante, como já mencionado na introdução deste trabalho, foi promulgada a BNCC, em um cenário de grandes conflitos e disputa por uma concepção educacional, onde os campos mais conservadores, como a extrema direita e a bancada evangélica obtiveram grandes sucessos.

Para compreender a importância que o currículo tem na dinâmica educacional, apresento as contribuições de Lopes e Cunha (2017). Para estas autoras, o currículo é entendido como uma construção social e cultural que vai além de uma simples lista de conteúdos a serem ensinados nas escolas. Ele é compreendido como um espaço de disputa e de negociação de

significados, onde se articulam diferentes interesses e perspectivas. Onde destacam que o currículo é influenciado por fatores históricos, políticos e sociais, e que ele reflete e, ao mesmo tempo, contribui para a construção das identidades dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Deste modo, é possível reconhecer a natureza política e ideológica do currículo, que deve ser visto como uma prática social, que envolve não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a formação de cidadãos. Por isso a importância de um currículo que promova a cidadania e a participação democrática torna-se fundamental na perspectiva de construirmos um cotidiano plural e acolhedor. Greene (1977) defende que o currículo precisa englobar mais que um saber socialmente prescrito, abrindo-se para novas experiências que permitam aos *praticantes* compreenderem seu próprio mundo da vida.

Por isso a articulação entre os conservadores, a extrema direita e os evangélicos na bancada religiosa se dá em torno das disputas educacionais. Porque a escola é o espaço onde há possibilidade de os sujeitos construírem novos saberes de vida e articularem suas ideias com conhecimentos que promovam um cotidiano plural e inclusivo. A retirada dos termos “gênero e sexualidade” e “gestão democrática” da BNCC está articulada com o Ensino Religioso enquanto área de conhecimento, porque os atores sociais que defenderam a remoção destes termos no documento são justamente os que compõe a o campo religioso de matriz cristã no Brasil. E o cristianismo que em sua liturgia é missógino e patriarcal endossa diversas ações promovidas no campo político, como já citadas neste trabalho, promovendo retrocessos no campo de direitos humanos, enquanto que no cotidiano escolar, endossa as práticas machistas e LGBTQIAPN+fóbicas.

3.4 TENSÕES, ENFRENTAMENTOS E TÁTICAS NO COTIDIANO ESCOLAR

Durante o período da realização do meu mestrado (2024), iniciei um trabalho de pesquisa e intervenções no cotidiano dos alunos do Colégio Universitário Geraldo Reis da Universidade Federal Fluminense, (COLUNI-UFF). Partindo da compreensão que a escola, em suas dimensões éticas, políticas, estéticas e poéticas, detém o papel formador na vida das pessoas - pela singularidade das relações que se estabelecem nesse ambiente e pelas marcas inegáveis que deixa em todos nós, trago 2 experiências vividas em sala de aula, mediadas pela professora Maria Cecília Sousa de Castro, que me orientou durante o processo da bolsa de pesquisa.

A primeira experiência que trago, gerou como seu primeiro fruto o artigo apresentado no seminário REDES, em julho de 2024, intitulado “ Os conservadores não são flicts: o

cotidiano escolar e uma homenagem à Ziraldo” onde escrevi em parceria com a professora Maria Cecilia e a coordenadora do Coluni, Juliana Borges. A partir dos ‘usos’ (CERTEAU, 2014) da literatura infanto-juvenil na sala de aula, a escola é um dos lugares de criação de ‘conhecimentos significações’ possíveis de tratar de questões sociais essenciais na sociedade. Apresentamos as crianças a obra “Flicts” de Ziraldo, onde a cor denominada Flicts não encontrava espaços no cotidiano por ser diferente, enquanto as outras cores tradicionais alegavam “Não quebre uma tradição”, “Por favor não vá querer quebrar a ordem natural das coisas”. (Ziraldo, 2006). Através das implicações contidas na obra de Ziraldo, apresentamos para as crianças o termo “conservadorismo”.

Contei às crianças um pouco da minha experiência de pesquisa no campo de estudo sobre a ação conservadora e religiosa e a educação. Muitas dinâmicas cotidianas são mediadas por concepções religiosas e excludentes, que ferem a laicidade e a construção de um estado democrático, dando tons machistas e de cunho cristão às vivências e experiências de formação humana em um espaço que deveria mostrar-se plural, acolhedor, formador e laico. (CASTRO, BORGES E OLIVEIRA, 2024)

Instigamos as crianças a pensar em situações do seu dia a dia, onde ações conservadoras nortearam as suas práticas e/ou a prática de outras pessoas ao seu redor. Os relatos foram diversos, e as crianças que estavam na sala de aula do 4º ano do ensino fundamental, puderam perceber que os discursos e práticas excludentes estão em diversos aspectos de nossa vida. Uma das crianças contou a experiência que estava vivendo naquele momento.

Eu tive que raspar minha cabeça por causa da minha religião, né tia? E aqui na escola teve gente que disse que eu estava ficando doido porque fiquei feio careca. As pessoas não entendem a minha religião. Então, minha religião é Flicts. (CASTRO, BORGES E OLIVEIRA, 2024)

Perguntei ao aluno em que momento do dia as crianças mais implicavam com ele a respeito da escolha de sua religião e ele disse que era no recreio, porque em sala era mais fácil as professoras verem e, portanto, interferirem na prática discriminatória. Decidi direcionar meu olhar no momento do intervalo, de forma mais atenta e próxima a este aluno e presenciei um grupo de outros três meninos se aproximarem. Um deles disse “você tem que ir para igreja. Lá o pastor vai expulsar seu diabo do corpo”. O aluno, vítima da discriminação, se posicionou e afirmou, “mas eu não vou à igreja, vou ao terreiro”. Me aproximei e informei que havia escutado a conversa deles e que tinha uma algo a dizer sobre o assunto.

Minha intervenção não partiu de um sermão, mas de uma conversa acolhedora. Expliquei que as religiões, no plural, estão presentes em nosso país há muitos anos e que nós, brasileiros, somos um povo formado com muitas contribuições culturais diferentes. Em meio a

estas contribuições, diferentes crenças religiosas se estabeleceram e que os documentos oficiais do nosso país dizem que o Brasil é um país laico, portanto cada um pode escolher ter uma religião, bem como não ter. Fui mais assertiva ao dizer que não permitiria que nenhum colega presente na escola sofresse nenhum tipo de discriminação por seguir ou não algum crédulo e que o respeito seria a forma como todos seriam tratados.

As crianças envolvidas no episódio citado foram receptivas aos que conversamos, uma delas me perguntou se deus não ficaria chateado com o fato dela ter um amigo de outra crença, reforcei que no espaço escolar as condutas que seguimos não são baseadas nas orientações individuais de cada religião, que naquele espaço, independente do que cada seguimento religioso estabelecesse, nossos posicionamentos e relacionamento se dariam a partir dos documentos que organizam a escola, como os combinados de sala de aula, o projeto político pedagógico do COLUNI e as diretrizes educacionais.

O segundo exemplo foi em outro contexto, no ano de 2023, na rede privada que eu trabalhava no município de Niterói. Naquele momento eu atuava como professora regente de uma turma de 2º ano do ensino fundamental e juntamente comigo, outras três professoras davam aula para outras turmas do mesmo seguimento. O recreio das quatro turmas ocorria junto. Um menino estava sentado chorando em um degrau próximo ao pátio, ele era aluno de uma das outras professoras.

Me aproximei e perguntei seu podia ajudar de algum modo, neste momento a professora da criança chegou e disse “deixa ele, está chorando de bobeira. Quer ficar atrás das meninas e elas não querem brincar com ele”. Perguntei a criança o porquê elas negavam-se a brincar com ele, pois estava disposta a ajuda-lo a participar de uma brincadeira que todos pudesse brincar juntos. A professora não esperou que o aluno respondesse, ela mesmo afirmou em voz alta, com a criança escutando “ele enche o saco das meninas, ele precisa entender que menino não brinca de brincadeira de menina.”. Ela direcionou-se ao aluno e falou “anda, levanta e vai jogar bola que o recreio já vai acabar”.

O menino saiu cabibaixo em direção ao campo, apoiou-se na trave do gol e ficou olhando de longe para o grupo de meninas com quem queria brincar. Eu entrei em discussão com a professora, dizendo que não existe “brincadeira de menina”, sim “brincadeira de criança”. A professora me olhou e disse “Ju, sei que vocês da UFF querem oba-oba em tudo. Mas eu como católica não posso ver uma criança virar gay diante dos meus olhos e não fazer nada.”. Houveram desdobramentos da história, pois levei o caso a coordenação que afirmou que iria conversar com a professora. Nas semanas que se seguiram nada aconteceu.

Ambas as situações relatadas têm atravessamentos religiosos que influenciam diretamente o cotidiano escolar. Na primeira, pude intervir de acordo com a bagagem formativa que tenho, possibilitando aos alunos um novo caminho de interpretar as relações do cotidiano, de uma forma mais plural e democrática. Foi proposital a escolha de não brigar, sim conversar. Porque os *praticantes* presentes no *espaço tempo* da escola estão em constantes processos de formação e reinterpretação dos *conhecimentos significações* que permeiam sua trajetória escolar.

Incorpora-se aos estudos do cotidiano o entendimento de que, mais do que a tendência de descrever a escola em seus aspectos negativos dizendo o que “não há nelas ou o que não corresponde ao modelo de análise adotado” [...], tão comum nas pesquisas do cotidiano desenvolvidos pela tendência hegemônica, o importante é perceber que devemos estudar as escolas em sua realidade, como elas são, sem julgamentos *a priori* de valor e, principalmente, buscando a compreensão de que o que nela se faz e se cria precisa ser visto como uma saída possível, naquele contexto, encontrada pelos sujeitos que nela trabalham, estudam e vão levar seus filhos. (ALVES, 2003, p. 64)

No segundo caso minha reação foi posterior, aos que já trabalharam no ambiente de uma escola privada, é sabido que temos praticamente nenhuma liberdade em discutir e lutar por um cotidiano plural e democrático. Presenteei a professora católica com o livro “Como educar crianças feministas” de Chimamanda Ngozi Adiche, mantendo a esperança que sua prática que é legitimada diariamente pelas omissões da escola e pela falta de uma formação aos professores que busque discutir a pluralidade, a democracia e as questões educacionais relacionadas aos gêneros e sexualidades, bem como a importância da laicidade, possa ser repensada.

Os documentos legais são fundamentais para que haja a possibilidade de atuação democrática dentro da escola, por isso é tão danoso uma BNCC que omite a perspectiva da gestão democrática, bem como os termos gênero e sexualidade, entretanto garante o Ensino Religioso. Mas tão importante quanto documentos que deem a visibilidade as lutas por uma escola plural é a formação do corpo docente e de todos os educadores que atuam nos espaços escolares e constroem o cotidiano escolar. Neste sentido, para Stenhouse (1991) os professores têm papel decisivo no cotidiano escolar e ele apresenta a ideia de *professor-pesquisador*.

Os professores, à medida que vão questionando suas diversas práticas, identificadas, conhecidas e analisadas através de processos de pesquisa, são os que podem efetivar intervenções no cotidiano das escolas, desenvolvendo alternativas às propostas oficiais. Essa possibilidade/necessidade, Stenhouse e seus seguidores percebem-na a partir da compreensão das diferenças culturais existentes em nossa sociedade. É, pois, com seus estudos que começamos em nosso país a relacionar cotidiano escolar com cultura. (ALVES, 2003, p. 64)

Freire (1987) nos orienta a pensar que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Portanto a formação a nível de graduação para atuar nas disciplinas escolares como professores especialistas ou a formação em pedagogia, não garante aos professores o encerramento de sua aprendizagem para dedicarem-se somente a atuação do magistério. Pelo contrário, por lidarmos com seres humanos, num espaço como a escola que é o tempo todo modificado e entremeado pelo mundo, faz necessário ao professor uma constante relação entre a pesquisa e a prática para que se tenha a oportunidade de interlocução, promovendo a geração e o compartilhamento de conhecimentos, entrando em contato com diversas realidades, enriquecendo a compreensão sobre o processo educativo e formativo. Essa interação possibilita o desenvolvimento de habilidades críticas, a troca de experiências culturais e a construção de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, plural e antimachista, onde todos os envolvidos possam contribuir e se beneficiar mutuamente.

É importante ressaltar que por formação do professor não estou falando de uma perspectiva de racionalidade técnica (SCHON, 1991), onde o professor aplica uma teoria aprendida na universidade em sua prática escolar, porque este modo deixa implícito uma cultura de dominação, onde a teoria se sobrepõe a prática. Tornando a formação dos professores uma dicotomia entre o que é dito (teoria) e o que é feito (prática). Esse pensamento pode gerar a separação entre pesquisador (teórico) e professor (o que está no cotidiano da escola), sendo o professor aquele que aplica os conhecimentos gerados pelo pesquisador. Me refiro aqui a concepção freiriana de pesquisa participativa, que surge no Brasil no início dos anos 70 e busca sanar o dualismo teoria e prática, pesquisa e ensino e sujeito e objeto, enfrentando a concepção hegemônica de formação de professores.

Pereira (2002) nos ajuda a compreender a pesquisa participativa quando a difere de outras linhas, defendendo que a pesquisa participativa questiona pressupostos de modelos mais tradicionais que tendem a enfatizar temas de eficiência e melhoria da prática, “a pesquisa participativa preocupa-se com a equidade, autoconfiança e problemas de opressão”. Ele ainda pontua que o professor pesquisador está também em luta pela melhoria nas condições de trabalho e na formação docente, criando modelos críticos e coletivos de formação de professores. Freire coloca em contraponto a formação crítica em relação a formação bancária e podemos traçar esse paralelo na formação de professores.

A formação crítica para Freire é aquela baseada no diálogo e na dialética, com caráter reflexivo, buscando a emersão das consciências e sua inserção crítica na realidade (FREIRE, 1970). Enquanto a educação bancária é aquela que deposita o conhecimento, sem interagir com

ele e com o mundo. A formação do professor pesquisador não se trata de enche-lo de conteúdos, normas e leis decoradas, mas de estabelecer a práxis entre aquilo que se aprende e aquilo que se faz, usando estratégias criativas e inclusas, subvertendo a ordem hegemônica para tornar o cotidiano da escola um lugar de reflexão, de descobertas e de práticas libertadoras que enfrentem os discursos conservadores e religiosos que tornam o espaço escolar machista e misógino.

Os pesquisadores e as pesquisadoras que atualmente buscam compreender a relação *cotidiano e cultura*, parafraseando Malraux, não estão inventando nem o cotidiano, nem a cultura, nem a relação entre eles. O que buscam fazer é compreender sua riqueza, diversidade e complexidade, em primeiro lugar. Isto só pode ser feito invertendo a tendência dominante (tanto à direita como à esquerda) de minimizar o cotidiano, seja ignorando-o, seja entendendo que é preciso “superá-lo”. (ALVES, 2003, p. 72)

Os estudos desenvolvidos nos/dos/com os cotidianos (ALVES, 2003) têm se esforçado para praticar o diálogo, tanto para superar as teorias opostas, previamente mencionadas como dominantes, quanto com os praticantes do cotidiano. Esse diálogo com teorias opostas é visto como essencial para superar as marcas deixadas pelos modos de pensar dominantes na sociedade contemporânea, herdados de períodos anteriores, compreender essas teorias é crucial para transcendê-las. Além disso, esses estudos mantêm um diálogo contínuo com os *praticantes dos cotidianos*, pois reconhecem que apenas através das narrativas das memórias coletivas e individuais, com todas as suas contradições e divergências, é possível entender plenamente os modos de vida dos homens e mulheres contemporâneos (ALVES, 2003). Portanto, a interação entre teoria e prática se mostra indispensável para a construção de um conhecimento mais aprofundado sobre a realidade social e cultural contemporânea.

Com objetivo de fazer este trabalho trazer visibilidade a mais educadoras que tem se esforçado para garantir espaços democráticos de aprendizagem e inspirada na possibilidade de criar redes de compartilhamentos das ações cotidianas que promovam uma educação inclusiva, plural, laica e antimachista, compartilhei com colegas do grupo de pesquisa GEPCEB, do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários *EspaçosTempos* da História e dos Cotidianos (GESDI) e da escola privada em que eu trabalhei por sete anos, a minha vontade de incluir nesta dissertação as conversas e trocas que tivemos em espaços tão importantes para nossa formação, como seminários, congressos e encontros de discussão de texto e produção de novos conhecimentos.

Enviei uma espécie de “entrevista”, onde as poucas perguntas feitas giraram em torno de compreender se as experiências escolares vividas por eles também apresentavam os elementos religiosos e excludentes que vivi nas minhas experiências pessoais. Fui surpreendida

ao receber, antes mesmo do documento respondido, diversas mensagens dos colegas para quem enviei as entrevistas, muitos perguntaram se podiam enviar o arquivo para os professores das escolas que trabalham, outros afirmaram que o texto que escrevi como introdução e justificativa da pesquisa que eu estava fazendo deveria ser lido por mais professores. Vi ali uma possibilidade para em outro trabalho, estruturar melhor essa rede de compartilhamentos.

O formato da rede de trocas que propus foi em arquivo de Word, enviado somente para meus colegas que trabalham com a Educação Básica, ao todo 12 pessoas receberam e 10 responderam. Alguns não autorizaram a divulgação dos seus dados pessoais, por isso terão os nomes e/ou nome das instituições que atuam, omitidos. Muitas experiências são bastante semelhantes, mas nem por isso menos importantes. A seguir, tratei para discussão alguns trechos que nos ajudam a pensar a laicidade como uma alternativa para combater as práticas machistas no cotidiano escolar, mas principalmente repensar esse cotidiano como espaço de possibilidades.

As perguntas 1, 2 e 3 são referentes a nome, idade, instituição onde realizou a formação acadêmica e instituição que atua no magistério. 6, dos 10 participantes, atuam em escolas públicas, sendo os outros 4 professores da rede privada. Todos os entrevistados tiveram alguma experiência de formação a nível superior na rede pública, sendo na graduação e/ou na pós-graduação.

A pergunta 4 é referente aos espaços de formação como grupos de pesquisas e estudos e formação continuada. Dos 10 participantes, 6 estão inseridos em grupos de pesquisa orientados por professores vinculados as universidades públicas, os grupos citados foram: GESDI, GEPCEB, KÈKERÈ-PROPED-UERJ. Três participantes citaram os grupos de estudos promovidos pela própria instituição que trabalham, duas na rede privada no município de Niterói a outra na rede pública no município de Búzios.

A 5º pergunta é referente ao período da graduação, nas disciplinas obrigatórias, se houve a participação dos entrevistados em discussões/formações sobre gênero, sexualidade e laicidade nos espaços escolares. Sete, dos dez entrevistados, afirmaram não terem tido nenhum tipo de discussão em disciplinas obrigatórias. Uma das respostas contém elementos que chamaram minha atenção para pensar os cotidianos dos espaços formativos, bem como a importância dos *praticantes pensantes* presentes nesses espaços.

Me graduei na segunda metade da década de 1980. Na minha escola não havia essa discussão dentro da prática escolar. Entretanto, em não havendo a teoria, reivindico para a Escola de Belas Artes da UFRJ algum nível de protagonismo em perceptíveis mudanças no comportamento do jovem LGBT naquela década. Alguns jovens já usavam vestimentas femininas naquele momento, o que era uma novidade em nosso contexto. Nos dias de hoje, quando adentro o

campus da UFF no Gragoatá e vejo alguns meninos com roupas femininas, penso imediatamente na importância e pioneirismo que tiveram alguns amigos meus para essa normalização. (HÉLIO, 2024)

A resposta do Hélio¹⁰⁴ me fez repensar o papel que as pessoas do cotidiano tem sobre as políticas impostas pelo Estado e também sobre as políticas curriculares dos espaços escolares. Por vezes, ignoramos que as “políticas curriculares” são também as práticas comuns das ações dos cotidianos que apresentam as possibilidades de enfretamentos as relações de poder impostas socialmente. Os processos cotidianos são também processos pedagógicos e os alunos não são agentes passivos submissos a todas as opressões impostas. Pelo contrário, as políticas curriculares devem ser impregnadas das múltiplas e inteligentes formas de enfrentamento que já vem sendo praticada no dia a dia escolar.

Não se trata apenas de problematizar como as políticas públicas para o currículo são concretamente ‘recriadas’ nas escolas. Os currículos tecidos nas/com as escolas não são apenas reativos ao Estado, seus projetos e determinações oficiais, eles são, ainda, o resultado de disputas e negociações que acontecem localmente, em cada escola, dentro fora das escolas, considerando as múltiplas redes educativas que cada um de seus *praticantes pensantes* formam e nas quais se formam. Portanto os currículos são, também, uma realização que decorre das situações mais próximas dos indivíduos que vivem os cotidianos escolares, em seus dentrofora, embora, inevitavelmente, sempre relacionais às redes que compõem o conjunto do social. (ALVES; SOARES; BERINO. 2012, p. 50)

Ao me propor a pensar sobre os cotidianos, entendo que posturas, atitudes, decisões, desempenhos e ações políticas surgem das práticas diárias, no contexto das redes de conhecimentos, significados, poderes, relações e subjetividades que são constantemente construídas pelos profissionais da educação nos diversos contextos em que vivem e atuam, mas são também elaboradas pelas crianças e adolescentes que no seu dia a dia criam maneiras de subverter as normativas impostas. O diálogo entre a universidade e a escola não é uma alternativa, é uma necessidade, porque ambos os espaços podem produzir maneiras de subverter as demandas do neoliberalismo e dos conservadorismos para inventar, propor e fazer um cotidiano plural.

Nas palavras de Alves, Soares e Berino (2012), precisamos criar novas sensibilidades que nos permitam investir nossas abordagens em diversos aspectos da constituição do social, incluindo-se aí, obviamente, as redes educativas. Portanto precisamos pensar os currículos e as

¹⁰⁴ Enquanto produzo esta dissertação, Hélio faz os ajustes finais de sua tese de doutorado intitulada “A educação através dos fanzines do movimento punk: anarquismo e consciência”. Em uma das reuniões de orientação coletiva, promovidas pelo professor Sepúlveda, lemos partes do genial texto do Hélio. E mesmo em meio a toda agitação que é finalizar uma tese, sendo pai e professor, Hélio é daqueles que passa em uma banca de antiguidades e escolhe um jornalzinho para presentear a amiga que escreve sobre laicidade e educação. Esses amigos são os que fazem nossa jornada acadêmica ser mais bonita e menos solitária.

formações de professores a luz dos direitos humanos, da interseccionalidade e dando voz aos sujeitos que compõe este cotidiano, problematizando os modos e discursos hegemônicos, excludentes, religiosos e machistas que atuam como uma norma conservadora em prol do neoliberalismo.

A 6º pergunta foi sobre o dia a dia profissional, se os entrevistados conseguiam identificar práticas machistas, misóginas e LGBTQIAPN+fóbicas que sejam orientadas por um discurso religioso. Das 10 pessoas que responderam, nove identificam. Importante salientar que o único participante que registrou não identificar respondeu que a direção das escolas públicas onde ele atua tem um olhar cuidadoso sobre a questão, fazendo valer o respeito e acolhimento as diferenças.

Nas minhas escolas (ambas públicas) não existe, ao menos de forma exteriorizada, preconceitos dos professores ou mesmo dos alunos contra eles próprios. Por parte das direções isso é muito bem cuidado. No conselho de classe de antes do ontem fui informado que meu ex-aluno Carlos Eduardo agora é Ana Clara. São direções sem preconceitos, professores que respeitam os alunos. (HÉLIO, 2024)

Vejo que neste caso o fato de não haver de forma exteriorizada práticas discriminatórias não é obra do acaso ou coincidência. Há uma ação proposital da equipe pedagógica em promover um ambiente de acolhimento, respeito, diversidade e democracia. O que reforça meu posicionamento de que as práticas inclusivas precisam ser promovidas, precisa haver intenção em combater a violência. Recordo a obra já apresentada neste trabalho de Judit Buthler e sua argumentação sobre os discursos de ódio. Se o discurso é um lugar de reconhecimento do sujeito, o silenciamento é um lugar de apagamento deste mesmo sujeito.

Quando a direção, coordenação e equipe pedagógica se cala diante das violências, ela autoriza que a propagação destas violências. Se o discurso comunica, afirmo que o silencio também. Inicialmente, meu projeto de entrada no mestrado era intitulado de “laicidade: uma proposta para formação de professores antimachistas”, mas ao longo deste processo de escrita me dei conta que não seria capaz de abordar, dentre tantas as demandas, a formação de professores. Mas as entrevistas me deixaram com muita vontade de pensar não só na formação do professor de sala de aula, mas na formação do pedagogo em geral. A necessidade de termos toda equipe escolar atenta para as violências promovidas em prol de discursos religiosos e conservadores.

Irei compartilhar trechos da resposta da 6ª pergunta de outros participantes, que identificam as práticas de violência por meio de discursos religiosos em seus cotidianos escolares.

São Gonçalo é uma cidade que podemos encontrar mais igrejas que escolas nas ruas, a maior parte dos alunos nos quais eu dou aula frequentam religiões neopentecostais ou já frequentaram. Então os papéis de gênero são muito definidos pelas atividades religiosas, sendo difícil até mesmo falar sobre conteúdos inerentes a educação sexual e reprodução em algumas escolas. Já tive problemas por repreender comportamentos machistas e misóginos de alunos, onde os próprios pais acharam inapropriada a minha conduta, também já ouvi de alguns pais que ao explicar um conteúdo de 5º ano previsto na BNCC (reprodução humana, prevenção contra ISTs) eu estaria ensinando “crianças a fazer sexo”. O comportamento machista nos meninos é extremamente estimulado pelos pais, frases como “se alguém te bater você tem que bater de volta porque você é macho” ou “você não é viadinho” é bem comum e proferido pelos próprios familiares dos alunos. O silenciamento de professores sobre as pautas acarretou em diversas micro violências na escola em que eu estou hoje: no mês passado, meninos do 5º decidiram brincar de “sequestro” com uma menina do 3º, estes simulavam práticas de abuso sexual com a criança que não queria ir mais para a escola. As mães disseram que a garota gostou da “brincadeira” e que não entendia o porquê dos filhos estarem suspensos das atividades escolares. (BRUNNA, 2024)

Sim, existe resistência de professores de colocar o nome social no diário, falas homofóbicas e machista na sala dos professores. (GLEICE, 2024)

Sim. Algumas vezes. Há alguns dias, corria no congresso a discussão sobre a PL do aborto, e essa discussão chegou ao grupo de wpp da escola em que trabalho. Pude observar comentários de homens e mulheres, profissionais de educação, contrários ao aborto ser uma questão de saúde pública. Uma colega teve a seguinte fala “não concordo que o aborto seja discutido em questão de saúde pública porque, se assim for, eu financiarei os abortos com os meus impostos. Quem quiser abortar que paguem! Mas com o meu dinheiro, acho errado. Sou contra o aborto, para mim é um pecado”. Uma fala machista dita por uma mulher, com base na religião a qual ela faz parte. (NAYARA, 2024)

Consigo. Atualmente, sou coordenadora pedagógica de uma escola municipal em Juiz de Fora. Tal escola possui apenas 28 servidoras em diferentes funções, mas todas mulheres. A atual gestora é praticante da religião protestante e em conversas com diferentes profissionais ela repete incessantemente a seguinte fala “Meu marido diz (...) Meu marido fala que (...). Percebo que o marido em questão, além de ser pastor ao lado dela (pastora), é fluente em diferentes assuntos: de serviços gerais, secretariado, pedagogia, licenciatura, gestão de pessoas e mais. Para além disso, a fala dele enquanto homem é sobreposta a de uma das mulheres da escola mesmo que pra concordar e/ou validar o que ou como elas dizem o que dizem. Ou seja, a validação da fala de uma mulher precisa, necessariamente, passar por uma validação do marido/pastor. [...]. Além disso, tivemos uma situação em que um estudante, de sete anos, passou a mão nas partes íntimas de uma estudante de cinco anos no banheiro enquanto a mesma escovava os dentes. O banheiro feminino está com a pia quebrada e existia a autorização para que as meninas frequentem o Hall do banheiro masculino para a escovação. A fala da gestora para com a família se baseou em que a estudante deveria ter fechado a porta e pouco foi falado sobre a atitude do menino; validando o pensamento social machista de que se a vítima for uma mulher a culpa será dela. (POLLYANA, 2024)

Acho que o grande ideal machista quando pensamos em educação básica é a ideia de que apenas mulheres são capazes de atuarem nessa área. A concepção

de que o cuidar e o educar são tarefas “femininas” voltadas para o sentimento maternal, perpassa a educação de crianças pequenas. Além disso, já vivenciei situações em que pais de alunos (meninos) procuraram a escola para dizer que não admitiam determinados comportamentos ditos socialmente como femininos. Como usar fantasias de princesas, “gostar” de cor de rosa, entre outras práticas. Em um caso especial, o menino em questão passou por um processo bem conturbado em que verbalizava a todo tempo frases como “menino gosta de azul/Não posso usar o lápis rosa...” Certa vez, recebeu um convite de aniversário de uma colega de turma e o escondeu. Disse não poder levar o convite para casa pela festa ser do tema de princesas (crianças de 4 anos). Já ouvi de uma professora um pouco mais velha que os meninos devem ter cabelo curto porque “correm mais”, e o cabelo longo poderia atrapalhar a brincar. Deixando claro sua visão sobre o papel infantil de meninas x meninos. (R. 2024)

Sim, especialmente as duas últimas. Já ouvi de professora e professor falas como “rosa são para meninas e azul para meninos”, “coisa de *viado*”, “anda direito, igual a um menino”. (S. 2024)

As seis experiências compartilhadas acima são de professoras de escolas públicas e de redes privadas. A professora Brunna¹⁰⁵ compartilha o quanto o entorno escolar se manifesta dentro da escola. São Gonçalo é um município que tem, atualmente (2024), como prefeito um candidato que se intitula “Capitão” Nelson, ele é um policial militar reformado, filiado ao PL que ganhou nas disputas eleitorais no 2º turno contra um candidato do PT. É inevitável que as disputas políticas e ideológicas se manifestem na escola, mas não podemos pensar que isto torna nosso cotidiano escolar refém, sem possibilidades e condenado a apenas reproduzir as ideias hegemônicas. A escola é lugar de possibilidades.

Os movimentos minúsculos, microbianos, invisíveis, clandestinos, forjados em meio às práticas cotidianas. (ALVES; SOARES; BERINO, 2012), nos auxiliam a pensar em saídas, propostas e na criação de conhecimentos que nos permitem a criação de outros modos de subjetivação. Guattari e Rolnik (1986) nos ajudam a pensar a dimensão da micropolítica que se refere aos processos que formam as subjetividades e os desejos individuais, que influenciam os desejos e subjetividades coletivos. Esses processos incluem a maneira como as pessoas se relacionam entre si no cotidiano.

Nas pequenas relações do dia a dia o poder se manifesta em níveis micro (GUATTARI; ROLNIK, 1986), mas apesar de micro, são tão significativos quanto os poderes maiores, expressos através do Estado e dos discursos hegemônicos. Nessa perspectiva as relações e

¹⁰⁵ Brunna e eu nos conhecemos em 2015. Entramos juntas no curso de pedagogia na UFF e agora compartilhamos, novamente, nossa trajetória de formação. Enquanto curso o mestrado na UFF, Brunna realiza o seu na FFP UERJ em São Gonçalo. Participamos também dos mesmos grupos de estudos e pesquisa (GESDI e GEPCEB). Nos esbarramos por aí em seminários e congressos que por vezes culminam em uma cerveja gelada ao fim do dia. Brunna é uma mão amiga e um sorriso acolhedor há anos, em meio as demandas e obrigações que a vida de pesquisadora nos impõe.

proposições criadas e produzidas dentro dos cotidianos escolares, bem como nos movimentos sociais locais, são importantes correlações de produção de subjetividades e podem colaborar com todo o tecido social.

Preferimos, assim, indicar as táticas, as linhas de fuga, as multiplicidades, as hibridizações, os atravessamentos e as diferenciações como processos vitais que criam outros modos de existência que não se limitam a reproduzir as formas de subjetividade dominantes. Para nós, os currículos, em práticas produzidas localmente, e os pensamentos que sobre eles são produzidos, aparecem a partir do embate entre as múltiplas micropolíticas engendradas em práticas cotidianas que envolvem, sob diferentes aspectos e em diferentes contextos, as atividades de aprender-ensinar, pesquisar e narrar, fazer-pensar. (ALVES; SOARES; BERINO, 2012, p. 51)

Entretanto, muitas vezes, as práticas discriminatórias, excludentes e religiosas são produzidas e reproduzidas pelas próprias professoras. Vemos no compartilhamento de experiências da Gleice, da Nayara¹⁰⁶ e da Pollyana que as vivencias pessoais são manifestas em forma de ações pedagógicas no cotidiano escolar. Portanto as subjetividades individuais destas profissionais entram em conflito com a defesa de uma escola laica e democrática, que é garantida por lei. Ou seja, a produção dessas subjetividades, no papel das professoras, é expressa numa relação de poder dentro do cotidiano escolar. E nessa perspectiva o poder se manifesta numa relação de forças que interfere diretamente nas redes de relações que se estabelecem, se formam e se entrelaçam nas escolas.

É um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo da possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações. (FOUCAULT, 1995, p. 243)

Podemos então pensar, partindo das contribuições de Foucault, que as relações de poder se manifestam através das relações de comunicação e dos processos educativos que são promovidos dentro da escola. Deste modo, não só a organização das atividades escolares, as mobílias, as normativas e regras (currículo escolar) comunicam as ideias hegemônicas, mas também as pessoas e as funções que estas exercem no cotidiano escolar. E posso olhar para esta

¹⁰⁶ Nayara é uma amiga da adolescência. Nos conhecemos em São Pedro da Aldeia (SPA), na igreja evangélica que frequentávamos. Mais velha do que eu, Nayara foi a primeira pessoa que conheci a entrar em uma universidade pública e sair de São Pedro da Aldeia. Ela cursou letras na UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica. Nayara foi também a primeira (e única no contexto de relações de amigos que eu tinha em SPA) a dizer que eu podia tentar estudar em uma faculdade pública também. Lembro que as vezes em que Nayara voltava para casa de sua família em SPA eu pedia que me contasse sobre a vida e seus estudos fora daquele lugar no qual eu me sentia presa; ela me contava com voz de liberdade sobre os amigos, as aulas e até as dificuldades. A experiência de Nayara foi pedagógica para mim. Foi ela quem abriu meus olhos e plantou em meu coração o desejo que me fez chegar até aqui. Nayara foi o vento de liberdade que soprou em meu caminho.

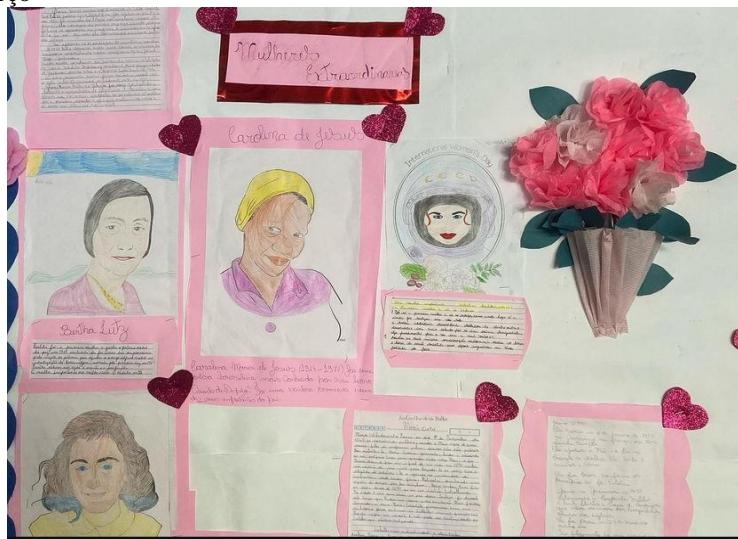
reflexão como forma de me paralisar, mas posso também pensar como sendo uma estratégia de transformação do cotidiano.

Se as relações de poder são exercidas através de estratégias de ação que estabelecem modos possíveis de influenciar as ações dos outros, posso usar como estratégia, ações que comunicam enfrentamentos às práticas machistas e patriarcais na escola. Valorizando as possibilidades e os outros jeitos de fazer e atuar nos/dos/com os cotidianos.

No entanto, mais uma vez, esta “microfísica do poder” privilegia o aparelho produtor (da disciplina), ainda que, na “educação”, ela põe em evidência o sistema de uma “repressão” e mostre como, por trás dos bastidores, tecnologias mudas determinam ou curto-circuitam as encenações institucionais. Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede de “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares, (também “minúsculos” e cotidianos), jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los. [...]. Essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais usuários se repropõem no espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural. (CERTEAU, 1994, s/p)

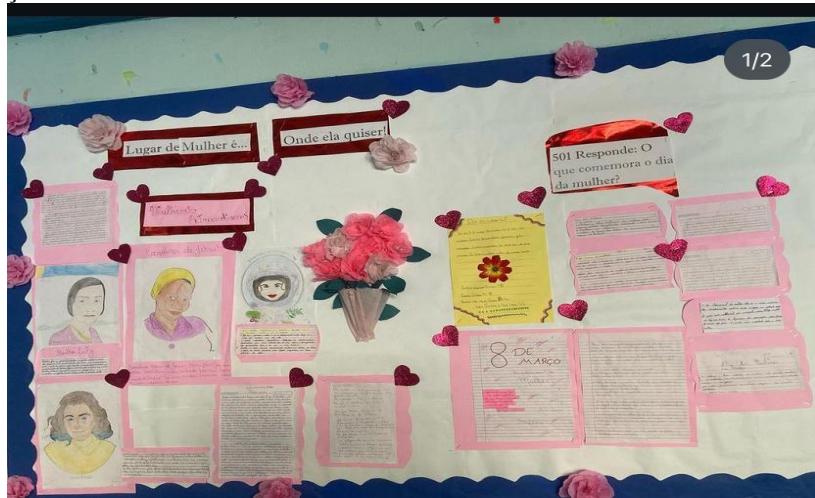
Compartilho a resposta à pergunta de número 10, onde questiono as participantes se os mesmos são capazes de identificar alguma prática sua e/ou de suas companheiras na atual escola em que trabalham, que buscam tornar o cotidiano escolar mais acolhedor, democrático e plural.

Figura 5 - [...] algumas imagens de um mural que fiz com alunos do 5º ano sobre mulheres incríveis em homenagem ao dia 8 de março



Fonte: Acervo da autora

Figura 6- [...] algumas imagens de um mural que fiz com alunos do 5º ano sobre mulheres incríveis em homenagem ao dia 8 de março



Fonte: Acervo da autora

Não é muito pouco. É enfrentamento, possibilidade, é como nomeia Certeau, “tática”, que para ele é “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível” (CERTEAU,1994). Deste modo, construímos pequenas vitórias, driblando a lógica operatória das hegemonias impostas nas relações de poder. E mesmo que essas “táticas” pareçam invisíveis, por não poderem ser capturadas pelos sistemas de poder, elas podem ser narradas para construção de uma (desta) rede de compartilhamentos, que inspira, encoraja e mostra ser possível a construção de um cotidiano democrático, laico e antimachista.

Certeau utiliza a ideia de "tática" para descrever um tipo de "estratégia" [...] engendrada nas práticas de um outro que só pode agir no território ocupado pelo inimigo. O conceito de tática, em oposição ao de estratégia na teoria de Certeau, visa definir modos alternativos de fazer, significar e viver que não são capturados pelos sistemas onde se desenvolvem, produzindo, assim, ações possíveis em relações de forças assimétricas, que constituem as posições de "fortes" e "fracos" em determinadas relações. (ALVES; SOARES; BERINO, 2012, p. 16)

E muitas são as “táticas” utilizadas como forma de resistência, por vezes são entremeadas aos planejamentos e propostas pedagógicas mais diretas

- No que tange a educação infantil, área que atuo, eu gosto muito de utilizar a literatura como forma de iniciar as conversas sobre as diversidades. Estórias, poesias, contos, fábulas, enfim, gosto de dar luz aos assuntos tendo esses materiais como base e para promover o gosto pela literatura. Ao selecionar esses materiais, tento buscar prioritariamente mulheres como autoras, como também escritoras negras.

Outra forma que gosto de trabalhar as potencialidades femininas é compartilhando com as crianças diferentes referências de mulheres que têm contribuições histórica, cultural, artística e científica, como forma de enaltecer

essas personalidades da mesma forma como se falam de figuras masculinas. (S. 2024)

- Sim, todas as minhas turmas assistem e debatem os aspectos relacionados a negritude, gênero, sexualidade e as diversidades religiosas e o ateísmo. Realizo esses debates a partir do filme: “Ô pai, ó!” e “Preciosa- uma história de esperança”. (WALDINEIA, 2024)

Em outros momentos são estabelecidas na relação em forma de redes que se estabelecem entre as próprias professoras, que encontram umas nas outras as aliadas para o desenvolvimento de um cotidiano plural

- Tento, sempre que possível, não me abster das discussões. Contribuo com alguns comentários, participo dos grupos de formação. Eu e alguns colegas acatamos o desejo do aluno de ser chamado pelo nome social e repreendemos qualquer tipo de comentário homofóbico e bulling na escola. Empresto meus ouvidos para aqueles alunos que não tem suporte em casa e não tem com quem conversar, isso acontece muito na rede pública. (NAYARA, 2024)

- Consigo ver a proposição ao debate e o levantar dessas questões enquanto possibilidade de torná-las de cunho coletivo e público. Acredito que desta maneira, evidenciando os problemas, tais como eles são (problemas!!!), podemos iniciar uma discussão por mudanças. Em nossas reuniões pedagógicas tenho tentado levanta-las devagar para que o corpo docente possa pensar, refletir e tornar esses momentos em momentos de formação coletiva. (POLLYANA, 2024)

Mas como bem coloca Pollyana, precisamos ser propositivos. Evidenciar os preconceitos com os nomes que devem ser chamados, racismo sendo racismo, intolerância religiosa como intolerância religiosa e machismo como machismo, não os generalizando como “bullying”, escondendo assim o caráter das manifestações antidemocráticas e exclutentes que ocorrem no cotidiano escolar. É preciso também fomentar pesquisas através da formação continuada dos professores. Os participantes desta pequena rede de compartilhamentos feita neste trabalho passaram, como já dito, em algum momento de sua formação pela universidade pública, seja a nível de mestrado ou a nível de pós-graduação, bem como 70% deles estão inseridos em algum grupo de pesquisa e estudos.

Dos participantes, 50% fazem parte do GEPCEB e estão estudando diretamente sobre os conservadorismos na educação brasileira. A rede de compartilhamentos que busquei para criar um diálogo neste trabalho com intuito que não fosse somente a minha narrativa a ser apresentada, é uma rede de pessoas que estão na minha “bolha” acadêmica, democrática, interessada em pensar uma educação plural, laica e antimachista.

Por isso, sei que as sensibilidades em perceber as influências religiosas no cotidiano escolar são mais possíveis para este grupo que compartilhou suas narrativas e isto me estimula e incentiva a expandir essa rede de compartilhamentos porque somos muitos.

Portanto, pensar a laicidade, os conservadorismos e o antimachismo no cotidiano escolar, vai além de eleger um princípio constitucional, tornando-se uma práxis, uma participação ativa e reflexiva na promoção de ambientes educacionais plurais e acolhedores. Experiências compartilhadas por educadores mostram como práticas simples, como o uso da literatura para discutir a diversidade ou o respeito ao nome social dos alunos, podem transformar o cotidiano escolar. No entanto, este texto também alerta para os desafios enfrentados, como a resistência de colegas e instituições, e defende que a formação contínua, aliada ao engajamento em redes de pesquisa, é fundamental para fortalecer práticas pedagógicas que rompam com as estruturas conservadoras e promovam uma educação libertadora, baseada nos direitos humanos e na justiça social.

E para encerrar esta seção, gostaria de trazer uma experiência que vivi, ainda no COLUNI, e que me despertou para elementos que dialogam com este trabalho, mas os quais não dei conta de desenvolver aqui.

Há mais de 10 anos as festas juninas do Coluni são realizadas inspiradas nas celebrações, festividades e culturas populares. Diferentes povos e culturas são celebrados, dando visibilidade aos entrelaçamentos culturais dos povos indígenas, africanos e brasileiros, valorizando os contos ancestrais, os ritos e credos populares. Para quem conhece os cotidianos escolares, é sabido que essas festividades alteram todo a rotina da escola. Ensaios, montagem de barraquinhas, decoração dos corredores. A maioria dos professores e funcionários da escola se envolve por semanas, até meses, na preparação de tudo.

A escola ganha novos ares, uma agitação diferente toma conta do ambiente. Os adolescentes organizam barraquinhas para juntar dinheiro para formatura, as crianças solicitam das famílias doações de prendas e alimentos, preparativos de roupas para apresentações, enfim, toda a comunidade escolar acaba se envolvendo neste processo festivo e pedagógico.

A festa junina de 2024 teve como tema “Festa da cultura popular: lendas, mistérios e encantarias”. Ritmos e danças, representando as culturas indígenas brasileiras e africanas, foram escolhidas pelo professor de teatro para que cada turma criasse sua dança e apresentação. Pude acompanhar os ensaios das turmas de 4º e 5º ano do ensino fundamental. Passos de capoeira, atabaques e coreografias inspiradas nas culturas africanas deram o tom da apresentação das crianças. Todas estavam muito motivadas, envolvidas nas pesquisas necessárias para a construção da festa.

Como já abordado ao longo dos capítulos, a escola não está desconectada da sociedade, pelo contrário, o cotidiano escolar é espaço de elaboração, reinvenção, interpretação, apropriação e transformação da cultura, da política e de todas as disputas ideológicas que

compõe a sociedade. Os avanços do conservadorismo religioso se manifestam nos cotidianos escolares de múltiplas maneiras, interferindo não apenas na organização curricular, mas também nas atividades culturais e pedagógicas.

No processo de elaboração da proposta pedagógica para a festa de 2024, vivenciei um episódio emblemático: pela primeira vez, um grupo de pais se organizou coletivamente para comunicar à escola que seus filhos não participariam do evento, alegando que a temática escolhida feria as crenças individuais de suas famílias. É importante destacar que a proposta da festa em nenhum momento assumiu um caráter religioso ou proselitista — tratava-se de uma atividade pedagógica voltada à valorização de elementos culturais dos povos indígenas e africanos, assim como as chamadas “festas juninas tradicionais” incorporaram elementos do catolicismo de forma simbólica e cultural. Ainda assim, a reação desses grupos familiares produziu efeitos concretos: algumas crianças, sob orientação dos pais, recusaram-se a participar do evento, revelando como o discurso religioso conservador pode tencionar a vivência democrática no ambiente escolar.

Esse episódio, apesar de desafiador, provocou importantes reflexões sobre o lugar da escola como espaço de pluralidade, escuta e formação cidadã. Mais do que um conflito isolado, a situação revela disputas maiores em torno do sentido da educação pública e do papel do Estado laico na garantia dos direitos humanos, especialmente o direito à diversidade cultural e religiosa. Surge, então, uma inquietação fundamental: quais são os limites entre o respeito às convicções individuais e o compromisso coletivo com uma educação democrática, inclusiva e laica?

A partir dessa vivência, torna-se urgente aprofundar e dar continuidade a esta investigação a partir de novos questionamentos, que busque compreender como crianças “experiênciam” e interpretam essas tensões em seu cotidiano escolar. O que elas percebem como liberdade, respeito e conflito? Como significam as noções de laicidade, diversidade, democracia e direitos humanos quando confrontadas com discursos de intolerância legitimados por adultos? Essa pesquisa pretende, portanto, continuar, se aprofundar e buscar novos elementos, novas vozes, seguir mapeando os impactos do conservadorismo religioso nas práticas escolares, escutando ativamente as vozes infantis e analisando os atravessamentos entre democracia, laicidade e os direitos das crianças à participação plena na vida escolar.

E para seguimento desta pesquisa, para compreender com maior profundidade os impactos do conservadorismo religioso no cotidiano escolar, é necessário continuar à análise a perspectiva da interseccionalidade, entendida como uma ferramenta teórica e política que permite identificar como diferentes marcadores sociais — como gênero, raça, classe, religião e

idade — se articulam na produção de desigualdades e silenciamentos. No episódio vivenciado durante a organização da festa escolar, torna-se evidente que as tensões não se deram apenas em torno da liberdade religiosa, mas também atravessaram questões raciais, culturais e geracionais.

A recusa de determinados grupos familiares em aceitar manifestações culturais afro-indígenas no espaço educativo revela um entrecruzamento entre racismo estrutural, conservadorismo religioso e adultocentrismo, afetando diretamente a possibilidade de crianças racializadas ou pertencentes a grupos minorizados se reconhecerem positivamente na escola. Assim, refletir sobre a interseccionalidade nesse contexto é fundamental para desvelar como certas vozes são sistematicamente silenciadas enquanto outras são validadas, e para reforçar a urgência de uma educação que reconheça e valorize a complexidade das identidades e experiências que habitam o espaço escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu cheguei de muito longe
 E a viagem foi tão longa
 E na minha caminhada
 Obstáculos na estrada
 Mas enfim aqui estou

Mas estou envergonhado
 Com as coisas que eu vi
 Mas não vou ficar calado
 No conforto, acomodado
 Como tantos por aí

É preciso dar um jeito, meu amigo
 Descansar não adianta
 Quando a gente se levanta
 Quanta coisa aconteceu!

Erasmo Carlos

O sentimento que me provoca o trecho da música a cima de Erasmo Carlos é o sentimento que me provocou durante todo o processo de escrita deste trabalho. O mestrado foi uma longa viagem, cheia de obstáculos, mas, enfim, estou aqui. E chego aqui, como brasileira, entristecida em registrar acontecimentos como o golpe da presidente Dilma, a eleição de Bolsonaro, os crescentes números de violências contra pessoas LGBTQIAPN+, a insegurança persistente que me ronda por ser mulher, pela escolha de não ter filhos, pela escolha de me posicionar como feminista, como pesquisadora engajada na luta por um cotidiano democrático, laico e antimachista.

Mas não vou ficar calada, sei que há muitas mais como eu por aí, que não vão descansar, porque sabemos que é preciso dar um jeito!

O trabalho apresentado buscou oferecer uma análise profunda e abrangente sobre o avanço dos conservadorismos no Brasil, destacando suas interseções com a educação, com a religião e a política. A pesquisa evidencia como discursos antidemocráticos, conservadores e religiosos têm moldado políticas educacionais e sociais, impondo limites à pluralidade de ideias, aos direitos humanos e à construção de uma sociedade democrática. Esses discursos, frequentemente embasados em uma suposta defesa da "família tradicional brasileira" e na moral cristã, têm sido utilizados como ferramentas para justificar a exclusão de grupos minoritários e o retrocesso em conquistas sociais importantes.

O texto discute o paradoxo entre os valores atribuídos a diferentes correntes ideológicas na educação e na política brasileira. Por um lado, defensores da pedagogia crítica, que promovem a reflexão livre, a pluralidade e a democracia e a defesa a laicidade e aos direitos

humanos, são rotulados como responsáveis por uma “ideologia destruidora”. Por outro, grupos que sustentam discursos de segregação e preconceito são vistos como “heróis”. O texto também explora a evolução histórica da relação entre religião e educação no Brasil, desde o período imperial, quando o catolicismo era a religião oficial, até a atualidade, onde, apesar da laicidade garantida pela Constituição de 1988, agendas religiosas continuam a influenciar políticas educacionais. Esse contexto se agrava com o avanço do conservadorismo, que não só elegeu candidatos, mas também se enraizou em políticas públicas, como o PNE e a BNCC.

A análise dos conservadorismos é aprofundada ao traçar suas raízes históricas e filosóficas, desde Edmund Burke, crítico da Revolução Francesa, até autores como Durkheim e Karl Mannheim. O conservadorismo evolui de uma postura antiburguesa para uma resistência ao protagonismo do proletariado, tornando-se contrarrevolucionário e alinhado ao positivismo e ao controle social. Mannheim define o conservadorismo como um “tradicionalismo tornado consciente”, que busca preservar estruturas sociais e resistir a mudanças rápidas. O texto também destaca as alianças contemporâneas entre conservadorismo e neoliberalismo, analisadas por Wendy Brown, evidenciando como essas forças moldam políticas que reforçam desigualdades e limitam a democracia. Em última análise, o conservadorismo é apresentado como uma construção histórica dinâmica, cuja influência é especialmente visível nas disputas educacionais no Brasil.

Busco demonstrar que os conservadorismos não são um conceito fixo, mas sim um fenômeno histórico dinâmico que se adapta e se alia a outras forças, como o neoliberalismo, para manter e reforçar estruturas de poder e desigualdade. No contexto brasileiro, essa aliança entre conservadorismo moral e neoliberalismo econômico promove uma agenda que, ao mesmo tempo em que defende valores tradicionais, também enfraquece a educação pública, desqualifica o papel dos professores e limita o acesso a uma educação plural e inclusiva. Através de autoras como Maria das Dores machado, Flávia Biroli e Tatiana Poggi, busco apresentar a relação dos conservadorismos com as discussões sobre gênero nos cotidianos brasileiros, onde lógica neoliberal, entrelaçada com influências religiosas保守adoras, reconfigura os cotidianos e permitem interações e intervenções que favorecem o mercado, uma moral e práticas machistas.

O trabalho também destaca a importância da laicidade do Estado como um pilar fundamental para a garantia de uma educação plural e inclusiva. No entanto, essa laicidade está constantemente ameaçada pela atuação de grupos conservadores e religiosos que buscam impor sua moralidade nas escolas públicas, através da inserção de símbolos religiosos, da disciplina de Ensino Religioso, de rituais que moldam a formação das crianças com base em uma ética

cristã conservadora e dos ataques às discussões sobre gêneros e sexualidades, bem como os esforços para parar e até retroceder direitos já alcançados pelos grupos minorizados. Esses grupos conservadores e religiosos utilizam o discurso da "defesa da família" para justificar restrições a direitos e políticas educacionais inclusivas, promovendo um ambiente de exclusão e silenciamento que fere os princípios democráticos e as políticas de direitos humanos.

Exploro como o capitalismo, desde sua transição para o feudalismo, se sustentou pela opressão dos corpos femininos, perpetuando uma ordem patriarcal que marginaliza as mulheres, especialmente negras e indígenas. Silvia Federici destaca que a exploração feminina não é um subproduto do capitalismo, mas um pilar de sua manutenção, evidenciado historicamente pela exclusão das mulheres do trabalho assalariado e pela submissão à função reprodutiva. A caça às bruxas, por exemplo, é vista como uma forma de controle sobre os corpos femininos, retirando-lhes autonomia. Lélia González amplia essa análise ao conectar gênero e raça, mostrando que o sexismo e o racismo operam juntos para justificar e manter as estruturas de dominação social e econômica.

Além disso, o texto detalha como o cristianismo, desde o período medieval até os dias atuais, atuou na repressão das mulheres e da sexualidade dissidente. A Igreja Católica, ao institucionalizar o controle sobre o comportamento sexual e a reprodução, consolidou a opressão patriarcal e racial, estratégias que se mantêm atualizadas em políticas públicas como o PL 1904/2024, que visa criminalizar o aborto mesmo em casos de estupro. O conservadorismo religioso, aliado ao neoliberalismo, não apenas resiste aos avanços nos direitos das mulheres e LGBTQIAPN+, mas também promove uma agenda que busca reverter conquistas sociais, utilizando o corpo feminino como campo de disputa ideológica.

Neste sentido, defendo que importância das lutas feministas e antirracistas na resistência contra essas estruturas opressivas. Os movimentos sociais têm sido fundamentais para a conquista de direitos, mas enfrentam retrocessos diante da ascensão de políticas conservadoras que tentam deslegitimar a discussão de gênero e sexualidade, especialmente no ambiente educacional.

Apesar dos desafios impostos por esses movimentos conservadores, o trabalho também busca dialogar com os espaços de resistência e transformação, especialmente no ambiente escolar. Proponho pensar a Interseccionalidade a partir de uma perspectiva que conecta classe, raça, gênero e religião, para propor uma educação emancipadora que valoriza a diversidade, a igualdade de gênero e os direitos humanos. Inspirando-se em autores como Paulo Freire, bell hooks e Antonio Bispo dos Santos, defendo que a educação pode ser um espaço de resistência e emancipação, quando educadoras e educadores se engajam em práticas

pedagógicas inclusivas, promovendo a democracia, o pensamento crítico e a descolonização e a contracolonização das mentes e dos cotidianos escolares.

O texto também evidencia que a história da educação no Brasil é marcada por tensões e contradições, refletindo os conflitos presentes na sociedade brasileira. A relação entre educação e religião, por exemplo, é analisada sob a ótica das influências conservadoras que, apesar da separação entre Igreja e Estado garantida pela Constituição de 1891, continuam a moldar a política educacional do país. O texto alerta para os riscos de um Estado que se afasta da laicidade e ressalta a importância de garantir a pluralidade religiosa e os direitos humanos em uma sociedade cada vez mais influenciada pelos conservadorismos religiosos.

Busco apresentar de forma clara como as intenções conservadoras não são apenas intenções, são uma agenda ativa, organizada e estruturada, com diversos braços de atuação que passam por frentes parlamentares, congresso, interferência nos documentos educacionais, retrocessos nos direitos e leis já garantidos para a população LGBTQIAPN+, interferência nas políticas de saúde pública, nos currículos escolares e na difusão, principalmente através do uso das *Fake News*, de pânico moral. Todos esses desdobramentos são refletidos nos cotidianos escolares e sociais que, através de dados apresentados neste trabalho, continuam sendo espaços de manutenção de violências que destoem a identidade, a memória e a vida de tantas brasileiras e brasileiros.

Com objetivo de não apresentar apenas minha narrativa pessoal sobre o cotidiano escolar, compartilho pequenos relatos de experiências de professoras, tanto da rede pública quanto privada, que nos inspiram a pensar os caminhos, alternativas e táticas que tornam o cotidiano escolar inventivo, potente e criativo. Por fim, o trabalho convida o leitor a refletir criticamente sobre o papel da educação na formação de uma sociedade mais justa e inclusiva. A pesquisa sugere que caminhos para os dilemas atuais podem ser encontradas no questionamento contínuo e na busca por novas perspectivas, reconhecendo que o processo educativo é também um processo de transformação social em busca da justiça social.

Me posicionar como educadora, feminista e em busca da justiça social através de uma pesquisa que esteja alinhada com a democracia, a laicidade e um olhar contracolonizador e interseccional é que perpassa todo o processo de escrita deste trabalho, mas também minha formação enquanto cidadã. Este trabalho não só redirecionou meu olhar para pensar os cotidianos como me gerou diversas inquietações e ainda mais questionamentos que não foram respondidos aqui.

Neste trabalho apresento a narrativa de um pequeno grupo de professoras sobre suas vivencias e perspectivas em relação a laicidade, aos conservadorismos e as práticas

antimachistas nos cotidianos escolares. Este material, apresentado nesta dissertação, deverá ser aprofundado e melhor desenvolvido na continuidade desta pesquisa.

Há nas entrevistas diversos fios narrativos que, ao serem olhados e analisados de maneira mais individualizada podem promover profundas reflexões e apontamentos. Portanto, pesquisa não se encerra aqui e este movimento dialético de tentar encontrar respostas, mas, na verdade, achar ainda mais perguntas me inspira e motiva a continuar a desenvolver meus estudos no campo dos cotidianos escolares, ampliando as escutas e dialogando com teorias, práticas e caminhos que se movam em busca da justiça social, na defesa de um cotidiano laico, antimachista e democrático.

Minhas vivencias neste ano de mestrado (2024) como bolsista do Coluni me inquietaram e me instigaram a pensar em outras escolas. Seria possível observar como as discussões sobre laicidade, antimachismo, democracia e direitos humanos acontecem em outras escolas da rede municipal de Niterói? E as narrativas das crianças, quais as táticas de enfretamentos, o que os alunos da Educação básica do município de Niterói têm tecido, elaborado e reinventado sobre as práticas cotidianas que se colocam como resistências aos movimentos e avanços conservadores? As gestões escolares influenciam, limitam ou promovem as práticas antimachista, laicas e democráticas nos cotidianos escolares?

Ainda há muito o que explorar dentro desta temática. Questionamentos levantados pela própria banca no processo de qualificação, que não couberam nesta dissertação, me inquietam e fomenta o desejo de dar continuidade a este trabalho. O Brasil é de fato um país laico? Qual a relação que a laicidade estabelece com a democracia nos cotidianos escolares? É possível pensar em uma prática pedagógica contracolonizadora a partir da laicidade, da democracia e dos direitos humanos? Quando as intervenções, baseadas na moral de cada família, extrapolam a linha da democracia e passam a atacar as vivencias democráticas nos cotidianos escolares? Seria possível ampliar essa rede de diálogos (incluindo as crianças) e inserir conceitos como a democracia e os direitos humanos para tentarmos compreender os avanços conservadores nos cotidianos escolares?

O Ensino Religioso não foi uma temática abordada e aprofundada nesta dissertação, mas durante toda a escrita deste trabalho me questionei “como um país laico pode ter o ensino religioso em sua constituição?”. O quanto à existência dessa disciplina, mesmo sendo facultativa aos alunos, gera a percepção social de que a escola é um lugar onde as iniciativas religiosas devem atuar? O que as crianças pensam sobre ter ensino religioso na escola? O avanço dos conservadores religiosos nos últimos anos fortalece a disciplina de ensino religioso nas escolas?

Todos estes questionamentos me direcionam a pensar na continuidade desta dissertação, apresentando novos desdobramentos, ampliando as discussões aqui levantadas e aprofundando a pesquisa na elaboração de uma tese de doutorado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. *Onda quebrada - evangélicos e conservadorismo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 93, e329301, 16 maio 2017.
- ALVAREZ, S. *Para além da sociedade civil: Reflexões sobre o campo feminista*. Cadernos Pagu, n. 43, p. 13-56, 2014.
- ALVAREZ, S. 1988. *Politicizando as relações de gênero e engendrando a democracia*. In: STEPAN, A., ed. Democratizando o Brazil. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ALVES, Nilda Guimarães. (2003). *Cultura e cotidiano escolar*. *Cultura e Cotidiano Escolar*, (23), maio/ago.
- ALVES, N. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In.: OLIVEIRA, I. B.; ALVES, N. (Org.). *Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre as redes de saberes*. Rio de Janeiro: DP&A, 2021.
- ALVES, N. *Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos*. Teias, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7-8, jan./dez. 2003.
- ALVES, N.; SOARES, M. C. S.; BERINO, A. P. “Como e até onde é possível pensar diferente? Micropolíticas de currículos, poéticas, cotidianos e escolas. *Revista Teias*, v. 13, n. 27, p. 18, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24251>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- APPLE, M. W. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- _____. *Ideologia e currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- _____. *Política cultural e educação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *As tarefas do estudioso/ativista crítico em uma época de crise educacional*. Revista Pedagógica, v. 17, n. 30, jan./jun. 2013.
- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BROW, W. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente*. Nova York: Columbia University Press, 2019.
- _____. *Regulating Aversion: Tolerance in the Age of Identity and Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- _____. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. Zone Books, 2015.
- BRUSCO, E. *The Reformation of Machismo: Evangelical Concession and Gender in Colombia*. Austin, University of Texas Press, 1995.
- BUTLER, J. *Discurso de ódio: o poder do performativo*. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Unesp, 2021.
- CARRANZA, B. *Apresentação erosão das democracias latinoamericanas: A ascensão política dos cristãos*. Ciências Sociales y Religión / Ciências Sociais e Religião, vol. 22, 2020.

- CERTEAU, M. *A invenção do Cotidiano 1 - artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____. *A invenção do cotidiano:1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- COHEN, S. *Folk devils and moral panics*. London: MacGibbon & Kee, 1972.
- _____. Whose side were we on? The undeclared politics of moral panic theory. Crime, Media, Culture, Thousand Oaks, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma: *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (Brasil). *Relatório impactos das violações de direitos humanos: uma análise interdisciplinar*. Volume 2. Brasília, DF: CNV, 2014.
- CORDEIRO, J. M. *A marcha da família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964*. Revista de História, São Paulo, n. 180, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167214>. Acesso em: 05 set. 2024.
- CUNHA, E. V.; LOPES, A. C. *Base Nacional Comum Curricular: regularidade na dispersão*. Investigación Cualitativa, v. 2, p. 23–35, 2017.
- CUNHA, L. A. *A laicidade em disputa: religião, moral e civismo na educação brasileira*. Revista Teias, v. 15, n. 36, p. 05-25, 2014.
- _____. *A educação brasileira na primeira onda laica: do Império à República*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017.
- _____. *O projeto reacionário de educação*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2016.
- CÔRREA, R.; SEPULVEDA, D. *A importância das discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas: combatendo práticas conservadoras misóginas e LGBTIfóbicas*. Instrumento: Revista de Estudos e Pesquisas em Educação, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. 278-296, maio/ago. 2021.
- DALAROSA, A. A. *Epistemologia e Educação: Articulações Conceituais*.
- DE MORAES, D. *Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de gramsci*. Revista Debates, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 54, 2010. DOI: 10.22456/1982-5269.12420. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420>. Acesso em: 13 jul. 2024.apple
- ESCORSIM NETTO, L. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017
- FERNANDES, R. C. *As missões protestantes em números*. Cadernos do ISER, nº 10: p. 27-84, 1981.

FERREIRA, M. G. M.; FUKS, M. *O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018.* Rev. Bras. Ciênc. Polít. n. 34, 2021

FIGUEIREDO, A. *Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira.* Revista Direito e Práxis, v. 9, n. 2, p. 1080-1099, 2018.

FOUCAULT, M. *O sujeito e o poder.* In: DREYFUS, Hubertz. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965.

_____. *Pedagogia do Oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. *À sombra desta mangueira.* 11^a ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

_____; FAUNDEZ, A. *Por uma pedagogia da pergunta.* 8. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FRESTON, P. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment.* 1993. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, 1993.

GANDIN, L. A.; LIMA, I. G. *A perspectiva de Michael Apple para os estudos das políticas educacionais.* Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 651-664, jul./set. 2016.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.* RIOS, F; LIMA, M. (Org.). 1^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOEVELER, R. C; OLIVEIRA CARDOSO, J. V. *Conservadorismo, neoliberalismo e políticas sociais na contemporaneidade latino-americana.* Temporalis, [S. l.], v. 22, n. 43, p. 34–52, 2022. DOI: 10.2242/temporalis.2022v22n43p34-52. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38107>. Acesso em: 12 jul. 2024.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.* São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança.* São Paulo: Elefante, 2021.

_____. *Intelectuais negras.* Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, jul./dez. 1995.

_____. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática.* São Paulo: Elefante, 2020.

LACERDA, M. *Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro.* Religião e Sociedade, n.42, p. 153-176, 2022.

LEANDRO, E. G.; PASSOS, C. L. B. *O paradigma indiciário para análise de narrativas.* Educar em Revista, v. 37, 2021.

LOPES, A. C. *Por um currículo sem fundamentos.* Linhas Críticas, v. 21, p. 445-466, 2015.

LOWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen.* São Paulo: Cortez, 1994.

- _____.; SAYRE, R. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da história.* Petrópolis: Vozes, 1995.
- MANNHEIM, K. *O Pensamento Conservador.* São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *O significado de conservadorismo.* Sociologia. São Paulo: Ática, 1982.
- MARIANO, R. *Igreja Universal do Reino de Deus: a magia institucionalizada.* Revista USP, São Paulo, n. 31, p. 120–131, 1996.
- _____. *Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública.* Civitas: Revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 238–258, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9647>. Acesso em: 15 maio. 2024.
- _____. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.* São Paulo, Loyola, 2005.
- _____. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.* São Paulo: Editora Loyola, 2014.
- _____. *Os neopentecostais e a teologia da prosperidade.* Novos Estudos, CEBRAP, n. 44, março de 1996.
- MATTOS, M. A. V. L; SWENSSON, W. C. Contra os inimigos da ordem: A repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985). Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 31.
- MENDONÇA, A.; MOURA, F. P. *Desdemocracia: uma conexão moral, econômica e política através da educação.* Fronteiras & Debates, v. 1, pág. 47-65, jan./jun. 2020. Disponível em: Acesso em: 3 fev. 2025.
- MIRANDA, J. B. *Igreja e Abolição: A Crítica Liberal à Igreja Católica e seu Lugar no Processo Abolicionista na Amazônia (1860-1889).* 2023. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2023.
- Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024.
- OLIVEIRA, I. B. *Curriculum e processos de aprendizagemensino: políticaspráticas educacionais cotidianas.* Curriculum sem Fronteiras, v. 13, n. 3, p. 375-391, set./dez. 2013.
- OLIVEIRA, J. *Na escola do povo, entraí meninas: a educação das mulheres no liceu de artes e ofícios do rio de janeiro no século XIX.* Monografia – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, 2019.
- OLIVEIRA, Juliana Padilha de; CASTRO, Maria Cecília Sousa de; BORGES, Juliana de Oliveira. *Os conservadores não são Flicts: o cotidiano escolar e uma homenagem à Ziraldo.* Rio de Janeiro: [s.n.], 2024.

- PENNA, F. A. *O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático*. Quaestio - Revista de Estudos em Educação, Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, 2018. Disponível em: <https://uniso.emnuvens.com.br/quaestio/article/view/3240>. Acesso em: 10 maio. 2024.
- POGGI, T. *A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais*. Revista de Sociologia e Política, 2018.
- _____. *O Conservadorismo e a Direita no Brasil: Origens, Características e Transformações*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.
- PRANDI, R.; SANTOS, R. W. *Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica*. Tempo Social, v. 29, n. 2, p. 187-213, 2017.
- PRECIADO, P. *Qui défend l’"enfant queer?* Libération, jan. 2013. Disponível em http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947/ Traduzido: <file:///C:/Users/Juliana/Downloads/Beatriz+Preciado%3B+Fernanda+Ferreira+Marcondes+Nogueira,+Autor,+Quem+defende+a+crian%C3%A7a+queer.pdf>
- RODRIGUES, L. M. *Quem é quem na Constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.
- ROMÃO, T. L. C. *Sincretismo religioso como estratégia de sobrevivência transnacional e translacional: divindades africanas e santos católicos em tradução*. Trab. Ling. Aplic., Campinas, v. 57, n. 1, p. 353-381, jan./abr. 2018.
- SANTOS, A. B. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
- SANTOS, R. *Maioria Minoria Maioria minorizada: um dispositivo analítico de racialidade*. Rio de Janeiro: Telha, 2020.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 32.ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
- _____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- _____. *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1989.
- SCHON, D. *The reflective practitioner: how professionals think in action*. London, Em: Temple Smith, 1991
- SEPULVEDA, J. A.; SEPULVEDA, D. *Conservadorismo e educação escolar: um exemplo de exclusão*. Revista de Educação Movimento, n. 5, 2016.
- _____; _____. *Conservadorismo e seus impactos no currículo escolar*. Currículo sem Fronteiras, v. 19, n. 3, p. 868–892, set./dez. 2019.
- _____; _____. *As práticas e as políticas curriculares de inclusão e o direito à diferença*. Revista e-Curriculum, v. 14, n. 04, p. 1258-1287, out./dez. 2016.
- VARES, S. F. *A sociologia durkheimiana e a tradição conservadora: elementos para uma revisão crítica*. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 20, ago. 2016.

- SILVA, J. A. N. *Os protestantes protestaram na ditadura militar brasileira?* Revista In Totum, v. 4 n. 2, 2017.
- STENHOUSE, L. *Investigación y desarrollo del curriculum.* 3^a ed. Madri: Morata, 1991.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa.* 12. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VINCENT, A. *Ideologias políticas modernas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- WAGNER, P. *Dominion!: How Kingdom Action Can Change the World.* Shippensburg, PA: Destiny Image, 2008.
- WALBY, S. *Theorizing patriarchy.* Oxford: Brasil Blackwell, 1990.
- WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo.* São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- WREGE, R. S. A educação escolar jesuítica no Brasil-Colônia: uma leitura da obra de Serafim Leite "História da Companhia de Jesus no Brasil". 1993. *Dissertação* (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- ZIRALDO, F. *Ficlits.* 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Melhoramentos, 2006.
- ZOTTI, S. *Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos Jesuítas aos anos 80.* Revista de Estudos em Educação, v. 4, n. 2, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/1384>. Acesso em: 18 nov. 2024.